UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA INDÚSTRIA E DA TECNOLOGIA

VALDER JADSON COSTA ALVES

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/INDUSTRIALIZAÇÃO DA RÚSSIA E DO BRASIL

RIO DE JANEIRO

2024

VALDER JADSON COSTA ALVES

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/INDUSTRIALIZAÇÃO DA RÚSSIA E DO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Cassiolato.

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

A474p

Alves, Valder Jadson Costa
O processo de desenvolvimento/industrialização da Rússia e do Brasil / Valder Jadson Costa Alves. -- Rio de Janeiro, 2024.
238 f.

Orientador: José Eduardo Cassiolato.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós Graduação em Economia, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Industrialização. 3. Rússia. 4. Brasil. I. Cassiolato, José Eduardo, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

VALDER JADSON COSTA ALVES

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO/INDUSTRIALIZAÇÃO DA RÚSSIA E DO BRASIL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Aprovada em 20 de maio de 2024

_____

Prof. Dr. José Eduardo Cassiolato – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Summa – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Eduardo Figueiredo Bastian – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Ricardo Alberto Bielschowsky – Membro Interno (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral – Membro Externo
Universidade Federal do Ceará – UFC

_____

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa – Membro Externo
Universidade Federal do Ceará – UFC

_____

Prof. Dr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado – Membro Externo (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

À classe trabalhadora mundial.

AGRADECIMENTOS

À Deus e à minha família, por todo o suporte dado, material e emocional para todo esse período vivido e suas dificuldades inerentes, afinal de contas tratou-se de uma experiência atravessada por uma pandemia.

Aos amigos que fiz no Rio que me possibilitaram viver com propriedade as delícias da Cidade Maravilhosa e a conhecer melhor esta cidade que é o coração do Brasil.

Ao Rio de Janeiro em si. Cidade apaixonante, que além de ter sido a Capital do Brasil por mais tempo, desde a Colônia, Império e República, ainda cumpre todos os requisitos e formalidades de uma Capital Nacional.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, eterna Universidade do Brasil, primeira universidade centenária do país, que me deu o privilégio de também fazer parte da sua linda história, riquíssima, difícil e emocionante.

Ao meu orientador, Professor Eduardo Cassiolato, por ter aceitado esta empreitada comigo e ter ajudado sobremaneira com as dificuldades que tive ao longo do processo. Sua experiência, seu tato, sua orientação, tudo fez grande diferença para o resultado que agora chego.

Ao Professor François Chesnais (*in memoriam*) por, além de ser uma grande fonte de inspiração, ter me ajudado no início deste trabalho avaliando meus primeiros projetos de tese, ter me recebido em sua casa em Paris e ter se disposto a ser meu coorientador.

Ao Professor Ricardo Summa, por todo o suporte e relacionamento desde o meu ingresso até o fim de seu mandato como Coordenador do PPGE, passando por sua disciplina de Seminários que tive a honra de assistir.

Aos grandes mestres que a vida me proporcionou conhecer na UFC, na PUC São Paulo, na UFRJ e até mesmo na experiência que tive na UERJ. Gostaria de nomear alguns em particular. Na UFC, a querida e talentosíssima Professora Isabel Furtado, o Professor Fernando Pires e o meu orientador da graduação, Professor Fábio Maia Sobral. Na PUC São Paulo, sem sombra de dúvida meu orientador de mestrado, Professor Antônio Carlos de Moraes. Na UFRJ, minha experiência mais recente, aos Professores Carlos Medeiros, Luiz Thadeu Delorme Prado, Ricardo Bielschowsky e

Eduardo Bastian. Há muitos outros, minha vontade é de citar os departamentos inteiros de cada universidade, mas destaco os que mais me marcaram.

Mais uma vez gostaria de deixar registrado o meu agradecimento à CAPES, que financiou não somente o meu mestrado, mas também o meu doutorado e à FAPERJ, que financiou minha chegada ao Rio a partir do início de doutorado na UERJ. A educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada é uma conquista da classe trabalhadora brasileira a qual tenho imenso orgulho de desfrutar.

Por fim e não menos importante, gostaria de agradecer a todas as experiências socialistas que a humanidade foi capaz de realizar, com destaque para a russa, objeto deste trabalho, e para a chinesa, que estava originalmente também em meu projeto. A garra de seus povos nacionais permitiu ao mundo inteiro uma correlação de forças completamente diferente e garantiram direitos valiosos que tornam a vida sob o capitalismo menos injusta e mais igualitária. À coragem dos pioneiros, o meu muito obrigado!

“Imagine all the people
Sharing all the world
You may say I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope someday you'll join us
And the world will live as one”.

Imagine, John Lenon

“É preciso sonhar, mas com a condição
de crer em nosso sonho, de observar
com atenção a vida real, de confrontar a
observação com nosso sonho, de
realizar escrupulosamente nossas
fantasias. Sonhos, acredite neles”.

Vladimir Ilitch Ulionov (Lênin)

ALVES, Valder Jadson Costa. O processo de desenvolvimento/industrialização da Rússia e do Brasil. Rio de Janeiro, 2024. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Instituto de Economia, Universidade Federal

do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar as trajetórias de desenvolvimento industrial de dois importantes países, Rússia e Brasil, e os resultados materiais de suas escolhas institucionais. Ambos os processos industriais ganharam maior corpo ao longo do século XX com os marcos da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Brasileira de 1930. No primeiro caso constituiu-se um Estado Operário, planejador direto da economia, enquanto o segundo assistiu a montagem do Estado Desenvolvimentista, apoiador da industrialização. A ruptura política russa obrigou que o país desse maior atenção à sua indústria pesada visando tanto a independência e autossuficiência do aparelho econômico em relação à economia mundial, bem como a construção de seu complexo industrial militar. A ruptura política brasileira não chegou a alterar o regime de propriedade do país, permitindo a participação do capital estrangeiro diretamente na construção dos setores mais dinâmicos da economia, amparado pelo Estado na indústria pesada e reservando a indústria leve para a burguesia nacional. O processo russo foi altamente igualitário, o que gerou comportamentos específicos da demanda, como o maior planejamento para a oferta de produtos novos, que entravam no mercado já dispostos a serem de massas. Já o processo brasileiro foi bastante desigual desde seu início, o que cindiu sua estrutura produtiva em duas partes, um setor moderno que produzia para a classe média e um setor tradicional que produzia para as massas trabalhadoras. Ambos os países não conseguiram alcançar um elevado grau de mudança estrutural de suas pautas exportadoras, permanecendo até o presente o maior peso no setor primário e energético. Ambas as experiências foram finalizadas com a restauração do capitalismo na Rússia e o desmonte do Estado desenvolvimentista no Brasil, sendo que nenhum dos dois países é considerado hoje como potências industriais, ainda que possuam significativo parque. O trabalho se utilizou do materialismo histórico-dialético como método de análise aplicado à revisão bibliográfica e à interpretação de dados estatísticos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Industrialização; Rússia; Brasil.

ALVES, Valder Jadson Costa. O processo de desenvolvimento/industrialização da Rússia e do Brasil. Rio de Janeiro, 2024. Tese (Programa de Pós-Graduação em

Economia da Indústria e da Tecnologia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

This work sought to analyze the industrial development trajectories of two important countries, Russia and Brazil, and the material results of their institutional choices. Both industrial processes gained greater momentum throughout the 20th century with the milestones of the Russian Revolution of 1917 and the Brazilian Revolution of 1930. In the first case, a Workers' State was established, direct planner of the economy, while the second saw the creation of the State Developmentalist, supporter of industrialization. The Russian political rupture forced the country to pay greater attention to its heavy industry, aiming both at the independence and self-sufficiency of the economic apparatus in relation to the world economy, as well as the construction of its military-industrial complex. The Brazilian political rupture did not change the country's property regime, allowing foreign capital to participate directly in the construction of the most dynamic sectors of the economy supported by the State in heavy industry and reserving light industry for the national bourgeoisie. The Russian process was highly egalitarian, which generated specific demand behaviors, such as greater planning for the supply of new products, which entered the market already ready for mass consumption. The Brazilian process was quite unequal since its beginning, which divided its productive structure into two parts, a modern sector that produced for the middle class and a traditional sector that produced for the working masses. Both countries were unable to achieve a high degree of structural change in their export patterns, with the primary and energy sector remaining to this day with the greatest weight. Both experiences ended with the restoration of capitalism in Russia and the dismantling of the developmental state in Brazil, with neither country considered today as industrial powers, even though they have a significant park. The work used historical-dialectical materialism as an analysis method applied to the bibliographic review and the interpretation of statistical data.

Keywords: Development; Industrialization; Russia; Brazil.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Evolução do comércio externo soviético de 1913 a 1929, em milhões de dólares de 2018 65
TABELA 2 - Toda a produção em grande escala (em milhões de rublos, a preços de 1926/27) 72
TABELA 3 - Comparação entre produção agrícola antes e pós-guerra civil por tipo de propriedade 75
TABELA 4 - Porcentagem da produção da indústria (por escala de produção) 78
TABELA 5 - Perdas de rebanhos no URSS em milhões de cabeças 85
TABELA 6 - Superfície de cultivo de cereais por setores (em milhões de hectares) 86
TABELA 7 - Proporção do investimento em bens de produção e bens de consumo na URSS (em porcentagem) 90
TABELA 8 - Volume da produção global dos departamentos I e II da indústria da URSS (1913=100) 90
TABELA 9 - Variação percentual das despesas de capital da URSS por setores da indústria 91
TABELA 10 - Despesas nacionais brutas soviéticas em bilhões de rublos de 1937 96
TABELA 11 - Produção global da indústria por setor social (em porcentagem) 97
TABELA 12 - Transição Urbana 1928-1937 (milhões de pessoas) 97
TABELA 13 - Taxa de crescimento médio do PIB per capta da URSS (1950-1991). 104
TABELA 14 – Proporção das exportações brasileiras em períodos selecionados. 133
TABELA 15 – Crescimento da produção de açúcar no Brasil no período de 1930-1970. 141
Tabela 16 – Indicadores de Modificações Estruturais na Economia Brasileira 180
TABELA 17 - Taxa de crescimento médio anual do PIB, PIB per capta e Investimento do Brasil (1950-2020) 192
TABELA 18 - Investimento público e privado como proporção do PIB e da FBCF (1970-2000) a preços constantes de 1980 196
TABELA 19 - Composição setorial da ocupação no Brasil 197
TABELA 20 - Evolução da produtividade do trabalho total e por setores (ano base em 1950) 197
TABELA 21 - Distribuição da renda familiar segundo quintis e segundo participação na faixa dos 10% e 5% de maiores rendimentos 200
TABELA 22 - Composição das exportações: bens baseados em recursos naturais e demais bens 203
TABELA 23 - Sinopse da evolução da institucionalidade, das políticas e do planejamento 203

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução da parcela das matérias-primas nas exportações nominais da União Soviética (1960-1987)..... 107
GRÁFICO 2 - Evolução do comércio exterior soviético entre 1950 e 1998 107
GRÁFICO 3 - Evolução da balança comercial soviética dos cereais e dos produtos agrícolas (1961-1990)..... 115
GRÁFICO 4 - Evolução da Balança comercial da URSS com os países capitalistas industrializados para máquinas e equipamentos (em milhões de dólares de 2000) 116
GRÁFICO 5 - Produção total soviética de petróleo e volume das exportações entre 1985 e 1990 119
GRÁFICO 6 - Produção industrial física da Federação Russa entre 1991 e 2011 (ano base e 1991)..... 124
GRÁFICO 7 - Gastos e receita públicos em porcentagem do PIB (1993-2006) 125
GRÁFICO 8 - Evolução da participação das matérias-primas no total das exportações russas entre 1987 e 2005..... 126
GRÁFICO 9 - Taxa de crescimento do PIB real da Rússia (1991-2011) 126
GRÁFICO 10 - Evolução do investimento real russo entre 1990 e 2008 127
GRÁFICO 11 - Gasto militar da URSS e da Federação Russa (1988-2011)..... 129
GRÁFICO 12 - Evolução do índice de Gini russo entre 1990 e 2008 130
GRÁFICO 13 - Composição do valor adicionado no Brasil (1947-2009)..... 198
GRÁFICO 14 - Coeficiente de Gini no Brasil 201
GRÁFICO 15 - Comércio exterior como percentual do PIB no Brasil 202
GRÁFICO 16 - Taxa de inflação no Brasil: 1950-2023. 208
GRÁFICO 17 - Saldo em conta corrente como percentual do PIB. 209
GRÁFICO 18 - Investimento estrangeiro direto no Brasil como proporção do PIB.. 210

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO **21**

1.1 – A CONCEPÇÃO ESTRUTURALISTA 22
1.1.1 A relação centro-periferia *24*
1.1.2 A deterioração dos termos de troca *26*
1.1.3 Industrialização e progresso técnico *27*
1.2 – PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO 30
1.3 – A CONCEPÇÃO MARXISTA 34

CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA RUSSA **45**

2.1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX 45
2.2 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO SOVIÉTICO 55
2.2.1 – A reconstrução após a guerra civil e a constituição da NEP *63*
2.2.2 – Os Planos Quinquenais Soviéticos *79*
2.3 – O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PÓS-GUERRA 104
2.4 – BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A RÚSSIA ATUAL 120

CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA **131**

3.1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX 132
3.2 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO 142
3.2.1 – A conquista da CEPAL e a Teoria da Dependência *153*
3.2.2 – A interpretação dependentista sobre 1930 a 1964 ..... *165*
3.2.3 – O planejamento econômico no Brasil *170*
3.3 – O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NO PÓS-GUERRA 191
3.4 – BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE O BRASIL ATUAL 215

CONCLUSÃO **224**

BIBLIOGRAFIA **230**

INTRODUÇÃO

A industrialização, ao menos inicialmente e como forma predominante de produção, é um processo típico do desenvolvimento capitalista. Nunca na história da humanidade outro sistema econômico foi capaz de transformar seu processo de trabalho em processo de criação de mais-valor, ou mais-valia, abrindo a possibilidade, e permitindo, não só a melhora da organização do trabalho – a exemplo da divisão técnica interna e externa do mesmo –, bem como o contínuo aprimoramento da técnica e posterior revolução dos métodos produtivos.

A história da industrialização é rica e vasta. Pois se inicialmente coube à Inglaterra trazer ao mundo o advento da Revolução Industrial do final do século XVIII e início do século XIX, o processo de industrialização foi sendo tomado país a país, ora de forma mais natural – no sentido de sequência natural dos acontecimentos em uma concepção materialista –, ora mais dirigida – no sentido de tomada de consciência das lideranças dos Estados-nações para a promoção direta de seus respectivos projetos industriais. Ora também a reboque da industrialização dos países pioneiros, a partir da exportação de capital, que foi responsável pelo início do processo de industrialização de diversos países.

Podemos afirmar, então, que em todos os países do globo, coube às burguesias nacionais a industrialização de seus países – ao menos inicialmente no caso dos países socialistas – e, obviamente, apenas naqueles países que chegaram a desenvolver tal processo. Foi assim na Inglaterra já mencionada, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, todos exemplos de países centrais; porém também na periferia do capital, ou seja, ocorreu de mesmo modo no Império Russo, na China e no Brasil, para citar exemplos de periferias.

Conforme já adiantado, não é correto falar em processo de industrialização em sentido único, uma vez que cada país teve seu processo, muitas vezes bastante distinto uns dos outros, embora guardem, todos eles, elementos centrais comuns. Aos pioneiros lhes foi resguardado tanto benesses como dificuldades de sua posição, bem como ao mais retardatários também lhes cabem pontos positivos e negativos quanto ao assunto. Um exemplo de benesse de um país pioneiro é seu poder de monopólio enquanto as demais nações não alcançam/alcançavam seu nível produtivo. Um ponto positivo de um país de industrialização retardatária é que o seu processo pode ser bastante apressado dado o nível técnico já disseminado da indústria, além da exportação

de capitais do centro para a periferia do capitalismo. Muitas vezes a grande dispersão no tempo entre processos de industrialização de distintos países foi responsável por desenvolver teorias diferentes em cada um deles sobre o "como proceder", em cada país, para o aprimoramento e desenvolvimento de seu processo industrial.

Na pioneira Inglaterra do século XVIII, que lutava ainda contra as amarras do antigo sistema feudal e das particularidades que lhe são inerentes, o liberalismo ganhou maior morada com os famosos nomes de Adam Smith, David Ricardo e Jonh Stuart Mill. Desburocratizar os processos de trabalho, acabar com os privilégios legais das corporações de ofício, depois deslocar de vez toda uma classe aristocrata à segundo plano, deixaram marcas profundas naquele país que podem ser sentidas, de certo modo, até hoje. O mesmo se pode dizer da França, concorrente histórica da Inglaterra que, não sendo palco da aurora da revolução industrial, teve que correr atrás dos acontecimentos históricos, sempre com um importante Estado centralizado a frente que, na tentativa de promover sua indústria, era ora mais intervencionista, ora menos. Ficou para a Alemanha, com seu patente atraso histórico de cerca de cinquenta anos em relação ao caso inglês, as teorias mais famosas do intervencionismo estatal do século XIX, com a primazia de Friedrich List como o grande autor do protecionismo de Estado para a promoção da indústria nascente.

Na periferia do capital não foi diferente. Embora a industrialização nem sempre tenha surgido, grosso modo, das atividades inerentes desses países e sim a partir da exportação de capital advinda do exterior, foram suas burguesias locais as administradoras do processo, mesmo que muitas vezes em coparticipação com representantes das burguesias centrais. Para ficarmos nos exemplos dos países que serão aqui estudados, a Rússia foi pioneira não apenas nas teorias quanto à industrialização retardatária no século XX, mas sobretudo do planejamento estatal como forma de se alcançar o desenvolvimento, entendido aqui como processo de industrialização maduro e estabilizado com consequências sociais palpáveis (aumento da renda per capta, da escolarização, da seguridade social, etc.). Ao Brasil e ao conjunto da América Latina coube também seu quinhão teórico: suas teorias do desenvolvimento anteriores e contemporâneas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), bem como também a Teoria da Dependência.

É importante se reafirmar nesta introdução, que se segue neste trabalho o materialismo histórico e dialético de Marx e Engels para a concepção dos processos históricos e econômicos. Em outras palavras, o pioneirismo teórico ou a forma que

assumiu as distintas teorias em cada país diz respeito ao desenvolvimento local de onde tais teorias nasceram. O liberalismo cresceu livre na Inglaterra devido ao pioneirismo industrial daquele país e das tarefas históricas de seu desenvolvimento: derrocar o feudalismo e suas particularidades inerentes. O intervencionismo da França e da Alemanha corresponderam à corrida desses países na tentativa de apressar seus processos históricos particulares e acompanhar a Inglaterra.

Do mesmo modo, o planejamento econômico, no sentido que vigorou após a Primeira Guerra Mundial, é uma construção soviética, uma vez que coube àquele país o advento de ser o primeiro Estado Operário do mundo. Suas características particulares e suas tarefas históricas deram forma às suas teorias e conflitos próprios da mesma forma que os países supracitados. A China, de um planejamento muito parecido com o soviético em seu início, passou a trilhar por caminhos próprios dadas também suas características particulares e é atualmente o principal caso de sucesso industrial de um país atrasado no mundo. Apesar de um planejamento parecido, é importante se pautar que China e Rússia são países bastante distintos, com histórias também bastante diferentes. Ainda que industrializados, seus processos foram/são particulares; ainda que tenham assistido a revoluções socialistas em seus territórios, cada uma teve sua forma e sua particularidade.

Diante de tantos exemplos, modelos e teorias distintos, este trabalho busca comparar dois deles bem específicos: o russo e o brasileiro. Conforme já se pode prever pelas linhas anteriores, os dois tratam de exemplos periféricos de industrialização e em um momento de uma situação de monopólio no capitalismo mundial. O caso russo, quando do advento da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), foi o caso de maior destaque ao longo do século XX, do único país capaz de rivalizar com os Estados Unidos na figura de uma superpotência política, industrial e militar. Após a Revolução Russa de 1917 e da constituição da URSS, que sustentou níveis de crescimento exuberantes ao longo, sobretudo, das décadas de 1930 a 1970, o tema do "desenvolvimento" passou a estar em voga em todo o mundo.

A partir da experiência soviética diversos teóricos, de diversas partes do globo, até mesmo do mundo desenvolvido, passaram a discutir o "como se desenvolver", qual a melhor relação entre "Estado e mercado" etc.; os planos quinquenais soviéticos entraram na moda por todo o globo, sobretudo nos assim chamados países do terceiro mundo. Todos planejavam onde, e como gostariam de estar, sobretudo no tocante às suas estruturas produtivas daqui a cinco, sete ou dez anos.

O caso brasileiro se diferencia do russo pela não realização de uma revolução socialista, constituindo em seu lugar um Estado Desenvolvimentista em contraposição ao Estado Operário. O Brasil também tem particularidades bastante interessantes e muitas lições a dar para si mesmo e aos demais países que almejam algum grau de industrialização. Embora seja patente que a industrialização brasileira ficou bastante aquém da Russa no período de auge daquele país, os indicadores atuais caminham para uma convergência.

A comparação da Rússia com o Brasil se faz, portanto, no sentido de entender as diferenças institucionais do Estado Operário para o Estado Desenvolvimentista e as consequências de ambos para o processo de desenvolvimento. É importante se apontar que o processo de industrialização brasileiro, assim como o soviético, é único, ou seja, não completamente reprodutível e que suas teorizações ganharam o mundo e balizaram muito do que é pensado enquanto industrialização para os países da periferia, sobretudo sobre aqueles países que não realizaram revoluções socialistas. É essa teorização que será utilizada neste trabalho para o entendimento geral da industrialização da periferia, a saber: o estruturalismo cepalino e a teoria da dependência em sua visão marxista.

Temos então nesta pesquisa dois países de grandes dimensões e populações, periféricos, industrializados e de posições hierárquicas, políticas e econômicas muito distintas no mundo. Uma Rússia herdeira de um vasto e glorioso império europeu, além da experiência soviética por mais de 70 anos e o Brasil, uma ex-colônia europeia, alçada à metrópole do Império ultramarino português, que constituiu um império próprio ao longo do século XIX, mas que viu na forma de uma República capitalista periférica e dependente sua forma mais acabada.

Este trabalho visa pôr em análise as duas rotas de desenvolvimento e industrialização seguidas pelos dois distintos países visando tirar as melhores conclusões acerca das experiências práticas de desenvolvimento sob a seguinte tese: a de que o Estado Operário foi mais eficiente que o Estado Desenvolvimentista na operacionalização da industrialização. Há um objeto de fundo maior. Uma vez que esta pesquisa parte de um pesquisador brasileiro, sediado em uma universidade brasileira. É sobretudo o Brasil que nos interessa aqui. A pergunta de fundo, talvez sempre presente ao longo de todo o século XX para a grande maioria dos pesquisadores brasileiros é a seguinte: em que podemos, ou poderíamos, ter melhorado o processo de industrialização

brasileiro quanto comparado a outras realidades nacionais, no caso específico deste trabalho, como o caso russo?

Responder a esta pergunta ou solucionar este problema de pesquisa maior pode trilhar por distintos caminhos. Poderia ser uma análise do Brasil em si mesmo e do lugar que ocupa no mundo; pode ser a análise comparativa proposta; poderia ser, inclusive, uma análise comparativa com outros países, que "deram certo", tal como os EUA, Canadá, Austrália ou algum país europeu. Optou-se pela posição intermediária da lista citada pelos seguintes motivos: i) a primeira opção da análise do Brasil em si mesmo pode estar no todo ou em parte contemplada na análise comparativa; ii) a análise comparativa com o mundo desenvolvido, além de já ter sido bastante utilizada e encontrar-se abundante na literatura, não nos parece a mais apropriada em virtude das hierarquias de poder econômico, político e militares vigentes no mundo.

De outro lado, o fato da constituição do Estado Operário na URSS e sua influência indireta sobre o Brasil traz importantes lições sobre o desenvolvimento brasileiro pouco exploradas na literatura. É certo que Rússia e Brasil também ocupam posições econômicas, políticas e militares bastante díspares, mas o elo aqui encontrado foi o de buscar exemplo na trajetória de um país continental, oriundo de grande império, tal como também o Brasil, que conseguiu ascender da periferia para o centro de poder, ainda que a Rússia tenha sido bastante rebaixada neste quesito e que o Brasil ainda esteja por fazê-lo.

A ideia central, portanto, é fazer uma análise comparativa das duas rotas de desenvolvimento, vislumbrando seus acertos e erros, de dois países originalmente periféricos. Mas há ainda um ponto a mais a se destacar. Analisar as duas rotas de desenvolvimento possui um caráter muito amplo. Há, portanto, um foco neste trabalho, o do planejamento econômico a partir das formas de Estado Operário e Desenvolvimentista.

Seria irresponsável se neste trabalho resumíssemos as rotas de desenvolvimento unicamente às formas de constituição do Estado em cada país, diversas questões políticas, militares, históricas e estratégicas também estão por trás desses desenhos. A redução aqui presente torna-se necessária apenas pelo formato do trabalho, uma tese doutoral que busca comparar duas grandiosas e exegéticas culturas humanas, cada uma delas com escopo suficiente para milhares de outras teses.

O objetivo geral deste trabalho é, então, analisar as experiências de industrialização e desenvolvimento da Rússia e do Brasil, com foco na organização

econômica via superestrutura estatal, visando encontrar seus pontos centrais capazes de direcionar suas respectivas rotas. Há outros objetivos específicos relacionados com o objetivo geral, tais como:

- Reinterpretar, de acordo com a literatura consolidada, e a partir do materialismo histórico e dialético, as rotas de desenvolvimento e industrialização da Rússia e do Brasil.
- Identificar e descrever qual, ou quais, as principais estratégias que os mencionados países tiveram para a geração/obtenção do progresso técnico em seus respectivos contextos.
- Apontar similitudes e dissimetrias entre os processos de industrialização supracitados.
- Apontar, sobretudo, em que pontos o processo de industrialização brasileiro poderia ter se desenvolvido melhor quando comparado com a experiência russa e vice e versa.

Além de um capítulo inicial discutindo a definição de desenvolvimento utilizada nesse trabalho, fundada sobretudo na literatura estruturalista e marxista, a Tese será dividida grosso modo em mais duas partes (capítulos), junto da introdução e da conclusão. Cada parte ou capítulo do trabalho se debruçará sobre um dos dois países citados visando: i) estabelecer o contexto histórico do início do século XX que proporcionou seu processo de industrialização, ii) apresentar as características centrais dos processos a exemplos de análises de padrões de desenvolvimento e iii) discutir de forma mais objetiva as formas de organização da economia que resultaram no tipo de industrialização de cada país. A introdução e a conclusão se ocuparão das análises comparativas mais diretas, na introdução buscando se detalhar um pouco a "origem" ou "ponto de partida" de cada país, e a conclusão tratando da comparação do estado mais atual dos mesmos. No entanto, ao longo dos capítulos o recurso à análise comparativa sempre é utilizado para destacar os pontos centrais de convergência ou divergência.

A metodologia em geral é a da análise de revisão bibliográfica enriquecida, quando necessário, dos dados estatísticos, históricos e atuais, presentes nas contas nacionais e de organizações internacionais com banco de dados sobre comércio e indústria. Apesar da descrição acima, todo o trabalho será realizado a partir do método do materialismo histórico dialético, ou seja, de como a materialidade histórica dos

países se relacionou com as respectivas superestruturas e conjunturas internacionais na consolidação de cada rota de desenvolvimento.

É necessário ainda se falar de um último ponto. A análise política das duas experiências, por mais necessária que se faça, não será o foco deste trabalho e, portanto, não será objeto de exaustiva análise. Há inúmeras questões teóricas sobre os traços políticos centrais que os dois países assumem e assumiram ao longo de todo o período analisado. Não cabe neste trabalho nem a exposição das distintas e variadas teorias políticas a este respeito. A dimensão política será tratada aqui sob o ponto de vista econômico do que foi feito em seu tempo histórico, por mais que possa haver divergência, por exemplo, entre o ponto de vista do autor que aqui vos escreve e a trajetória de fato seguida.

CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Distintas e variadas são as teorias sobre o desenvolvimento econômico dos países. Elaboradas sobretudo no Pós-Guerra, renovam-se até hoje e não é um objetivo deste trabalho elencar seu conjunto, discutir suas pertinências, proximidades e divergências. Cabe, no entanto, definir a ideia de desenvolvimento que se segue nesse trabalho.

Neste trabalho se reconhece desenvolvimento econômico como sinônimo de industrialização. Ainda assim, essa definição é bastante genérica e há casos em que países industrializados permanecem com baixos indicadores sociais de qualidade de vida, indicando que a industrialização por si só, não constitui uma definição plena de desenvolvimento. Para melhor elaborar e justificar a definição de desenvolvimento aqui utilizada, tomaremos dois campos teóricos que, embora não sejam completamente convergentes, trilham rotas teóricas parecidas a partir de suas concepções históricas, são eles o estruturalismo latino-americano e o marxismo.

Da junção de ambos, ou da crítica do primeiro a partir do segundo, gerou-se na América Latina a Teoria da Dependência, que embora utilizada no contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970, ajuda bastante a entender muito das deficiências do processo de industrialização dos países analisados. Suas conclusões serão bastante utilizadas na análise do Capítulo 3, sobre a experiência brasileira, mas também serão os "óculos" utilizados para a leitura do desenvolvimento russo. Neste momento nos atentaremos, portanto, às duas visões correspondentes ao estruturalismo e ao marxismo, respectivamente, que nos nortearão de modo mais geral sobre a noção de desenvolvimento que é aqui tratada.

O conceito de desenvolvimento para o estruturalismo pode ser resumido como crescimento econômico com mudança estrutural, ou seja, o produto dos países cresce, mas muda a qualidade deste crescimento, mudando por exemplo os ramos produtivos responsáveis pela expansão, a assimilação e difusão do progresso técnico, bem como o nível educacional e social da sociedade. O conceito de desenvolvimento para o marxismo é aquele em torno de desenvolvimento das forças produtivas. Forças produtivas albergam não somente o desenvolvimento da técnica, mas também sua assimilação social média e a modificação nos padrões de vida da população no tocante aos hábitos culturais e ao valor da força de trabalho.

O conceito de "forças produtivas" refere-se à capacidade de produção de uma sociedade como um todo, ou seja, nele se inclui não somente o avanço da técnica, como também o aprimoramento e aperfeiçoamento da força de trabalho que geram tanto uma maior produtividade, como a produção de mercadorias cada vez mais elaboradas. Em outras palavras, fica subentendido, pelo conceito de forças produtivas, que uma determinada sociedade só se desenvolve se esta mesma sociedade avança como um todo e não somente no tocante à técnica de produção. A formação cultural da força de trabalho, por exemplo, integra as forças produtivas, pois favorece o aumento da produtividade do trabalho. O "avanço das forças produtivas" é a terminologia marxista que equivale ao conceito de "desenvolvimento econômico", entendido na literatura desenvolvimentista cepalina como "(...) crescimento com transformação estrutural, portador de aumento da produtividade do trabalho" BIELSCHOWSKY (2013, p.138). Vejamos com mais detalhes os dois conceitos nas seções que se seguem.

1.1 – A CONCEPÇÃO ESTRUTURALISTA

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é um organismo da ONU, oriundo do imediato Pós-Guerra, ou seja, foi criada em 1950, e aparece como uma concepção crítica de desenvolvimento em relação ao que sempre se afirmou até então na teoria econômica ortodoxa de *laissez-faire*. O cerne da crítica da CEPAL situava-se, na década de 1950, em torno do que Raúl Prebisch pioneiramente chamou de deterioração dos termos de troca.

Há três escritos do autor, datados de 1949 a 1951, que lançaram as bases das ideias centrais da comissão que foram desenvolvidas ao longo da década de 1950 e que foram complementadas na década seguinte, são eles: I) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns e seus principais problemas[1], II) O estudo econômico da América Latina e III) Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (DOSMAN, 2011)[2].

Especializados na produção e exportação agropecuária ou mineral-extrativa, os países latino-americanos veriam os preços de seus produtos caírem no mercado internacional relativamente aos preços dos produtos industrializados produzidos e

[1] Conhecido por Manifesto Latino-Americano, nome cunhado pelo teórico alemão do desenvolvimentismo Albert Otto Hirschman.
[2] Os artigos de Prebisch estão reproduzidos na obra citada de Dosman.

exportados pelos países centrais dadas as particularidades desses setores produtivos. Além do mais, essa situação tornava o balanço de pagamentos dos países latino-americanos bastante frágeis, passíveis, portanto, de sucumbir aos fortes efeitos das crises econômicas que se abatiam na economia mundial.

> Eis que se apresenta então um problema de base, que não é o resultado de uma abstração intelectual, e sim a expressão viva das crescentes dificuldades de caráter externo de que padecem os países em desenvolvimento. Estamos presenciando uma manifesta tendência para o estrangulamento exterior do desenvolvimento econômico. Tal fato não obedece a fatores temporários, embora estes o possam agravar. A sua origem encontra-se num fenômeno persistente, que é preciso atacar: as tendências díspares da procura internacional, e suas consequências sobre as exportações e sobre os seus preços relativos. O esforço interno que os nossos países tem feito para se sobreporem a isso, não foi o suficiente, e encontra, além do mais, obstáculos crescentes.
>
> As mesmas razões que explicam a disparidade com que aumenta a procura interna de produtos primários nos nossos países, comparada com a de produtos manufaturados e serviços qualificados, conforme aumenta a renda por habitante, manifestam-se também no âmbito internacional, embora com características particulares. Por um lado, a população dos grandes centros que adquirem produtos primários latino-americanos, cresce com maior lentidão que a dos nossos países, e isso influi sobremaneira a lentidão da procura. Por outro lado, a elasticidade da procura de alimentos é menor naqueles países do que entre nós, como também é menor a da procura de matérias-primas, devido às transformações técnicas, que diminuem ou eliminam o emprego de matérias-primas naturais, ou as utilizam melhor. (PREBISCH, 1964, p. 85)

No entanto, a deterioração dos termos de troca não se dava somente pelo comportamento da demanda internacional por produtos primários, dava-se também em relação à geração do progresso técnico. O progresso técnico, além de permitir ganhos de produtividade que torna possível a diminuição dos preços, também promove a criação de novos produtos, ramos de produtos e até mesmo incrementos em produtos já existentes. Nesse sentido Prebisch e a CEPAL faziam duas críticas à teoria clássica do comércio internacional, ou seja, à *teoria das vantagens comparativas* de David Ricardo.

Ricardo afirma, em seus *Princípios de Economia Política e Tributação* (1988) que ao invés do conjunto das nações produzirem cada qual todas as mercadorias que necessitam, mais vantajoso seria que cada uma se especializasse na produção de determinadas mercadorias e adquirissem as demais através do comércio internacional. A especialização seria determinada pelas vantagens naturais ou comparativas de cada território. Desse modo, um país cuja fertilidade dos solos seja pobre, dificultando assim sua produção agrícola interna ou exigindo mais trabalho que a média internacional, ganharia mais trocando determinados produtos cujo território facilita a produção pelos

produtos agrícolas de outro país cujos solos sejam férteis. Assim sendo, todos sairiam ganhando porque seria possível ofertar as mercadorias a preços mais baixos de acordo com a melhor produtividade advinda das vantagens comparativas de cada região.

O que a CEPAL questionava é que, se a América Latina é especializada em produtos agrícolas e minerais, ao passo que a Europa e os Estados Unidos são em produtos industriais, por que somente os primeiros decrescem de preço enquanto o preço dos segundos, além de não baixar, pelo contrário, aumentam? A deterioração dos termos de troca se dava, além da demanda, pela geração do progresso técnico que, se por um lado adiciona valor em novas etapas produtivas e novos ramos de produção, por outro aumenta a produtividade do trabalho possibilitando a queda dos preços. O progresso técnico se dá em maior escala na indústria em comparação com a agricultura e a mineração extrativa. Isso sem falar na baixa-elasticidade renda dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados, ou seja, o crescimento da renda não significava maior consumo de produtos primários, ao passo que o oposto se dava com os produtos industrializados.

Tomar um esforço de industrialização, baseado em grande medida pelo Estado, dado o baixo grau de capitalização dos países latinos, era a maneira apontada pela CEPAL de tirar os países periféricos da situação de subdesenvolvimento e alcançar os patamares "republicanos e civilizados" dos países centrais. Apesar das implicações simultâneas entre comércio exterior, termos de troca e industrialização, escolhemos apresentar separadamente os conceitos de Prebisch nas subseções que se seguem.

1.1.1 A relação centro-periferia

Prebisch analisa a economia mundial dividindo o globo entre países que conformam o centro do capitalismo – sobretudo Europa e Estados Unidos – e a periferia do sistema formada por todos os demais. Esse conceito não é somente quantitativo, mas qualitativo. Para o autor não se trata de uma relação estanque, mas dinâmica no tempo, trata-se de uma situação periférica ou de centro. Enquanto o centro é caracterizado por ser o maior responsável pelo progresso técnico, esta particularidade, advinda do pioneirismo destes países no desenvolvimento histórico do capitalismo, conforma um ciclo virtuoso de forte acumulação, investimento e distribuição dos frutos do progresso técnico que ocorre em completo oposto nos países periféricos, ou seja, fraca

acumulação, baixa taxa de investimento e concentração dos frutos do progresso técnico devido à oferta inelástica de mão de obra.

Os conceitos também não são universalizadores. Se por um lado a condição periférica retrata um conjunto de países com traços fundamentais semelhantes, cada país representa um caso específico e mesmo as regiões dentro de cada país também representam casos específicos. Isso se dá, segundo Prebisch, pelo modo desigual e irregular que as regiões da periferia foram inseridas na economia mundial. A economia latino-americana foi condicionada e recebeu investimentos externos de acordo com suas potencialidades que interessavam às economias centrais e mesmo após rigoroso critério de seleção. É por esse motivo que há regiões densamente povoadas de períodos passados que foram relegadas ao esquecimento pelo investimento estrangeiro, enquanto há regiões novas, muitas vezes ou inicialmente de população escassa, que receberam investimentos por serem próprias ao desenvolvimento de alguma atividade requerida pelo desenvolvimento industrial que ocorreu no centro.

O investimento estrangeiro é o ponto de partida para a introdução do progresso técnico em regiões atrasadas. Quando este chega de modo irregular a um país da periferia, faz com que o progresso técnico também se distribua de modo irregular, criando regiões dinâmicas, de alta produtividade quanto ao processo de trabalho capitalista, ao passo que convive com regiões, dentro do mesmo país, de modos de produção pré-capitalistas ou de subsistência. É necessário entender a situação periférica dos países e intervir no comércio internacional, na política fiscal e indutora do Estado e promover uma reforma institucional no Estado que retire os países da condição periférica. É disso que trata o planejamento econômico recomendado pela CEPAL, utilizar de maneira racional recursos escassos visando o desenvolvimento econômico e social dos países.

> Ao definir sua ideia de desenvolvimento de maneira mais específica, ele [Prebisch] recorre à visão dos economistas clássicos: o progresso técnico consiste em um processo de elevação dos níveis de produtividade real da força de trabalho, obtido com a adoção de métodos produtivos mais eficientes; os principais frutos desse progresso são a elevação da renda e das condições de vida da população. (GURRIERI, 2011, p.17)

Para Prebisch, os objetivos do desenvolvimento são de Estado, por isso nem sempre estão de acordo com os interesses individuais da burguesia. Cabe ao Estado organizar a economia visando o desenvolvimento econômico e social para todos.

> O objetivo fundamental do desenvolvimento consiste em melhorar as condições de vida da população como um todo, o que se consegue aumentando-se ao máximo o produto total, mesmo que isso não coincida com o ótimo de densidade do ponto de vista de uma empresa específica. Antes do interesse do empresário que procura reduzir custos e aumentar lucros, deve estar o interesse coletivo de elevar o nível de produtividade da força de trabalho, absorvendo tanto aquela que está desempregada quanto aquela que é estruturalmente excedente – ou seja, aquele que, embora não esteja desempregada, trabalha esporadicamente com níveis muito baixos de produtividade –, sem falar do desemprego que surge quando o progresso técnico expulsa a mão de obra. (GURRIERI, 2011, p. 40)

A particularidade dos países de formarem parte do centro ou da periferia também diz respeito às formas de reação desses países diante das crises e ciclos de depressão. Este assunto diz respeito mais especificamente à deterioração dos termos de troca que levam a desigualdade entre os países.

1.1.2 A deterioração dos termos de troca

Como vimos, Prebisch questiona a lei das vantagens comparativas formulada por David Ricardo. Se a lei diz que ao invés de todos os países produzirem os mesmos produtos, eles deveriam se especializar em artigos distintos ou complementares de acordo com potencialidades prévias, isso deveria ser benéfico para todos no comércio mundial porque faz com que todos possam comprar mais barato produtos produzidos de forma mais eficiente pelos diversos países da economia mundial.

No entanto, se esta forma de comércio traz benefícios para todos, a renda média dos países deveria tender a equiparar-se ao longo dos anos e não aumentar as disparidades, como ocorre na realidade. Após minuciosos estudos estatísticos e históricos, Prebisch percebeu que a diferença da renda média entre os países do centro e os da periferia só tendia a aumentar. Explicou este fenômeno através da deterioração dos termos de troca.

A questão central aqui é que é a indústria que é responsável pela maior criação do progresso técnico, sendo a demanda desta que impulsiona a demanda do setor primário. Uma vez que os países do centro são as principais economias industriais do mundo, além de aumentos constantes de produtividade, este setor está sempre criando novas necessidades – novas mercadorias e serviços – e diversificando de forma harmônica a estrutura produtiva, o que dá mais solidez ao balanço de pagamentos das economias centrais em casos de depressão econômica típicos do capitalismo.

Especializados na produção de bens primários, os países da periferia veriam o preço de seus produtos baixar no mercado internacional, ao passo que este setor é responsável por especializar a estrutura produtiva e deixar o balanço de pagamentos destes países mais suscetíveis às depressões, o que chamou de vulnerabilidade externa. Além disso, os produtos primários possuem baixa elasticidade-renda em relação à demanda internacional, ou seja, os aumentos da renda nos países do centro não significavam necessariamente aumentos da mesma envergadura na demanda por produtos primários, além da substituição dos produtos primários por sintéticos, ou o melhor uso dos primeiros devido a novas formas de produção.

Ainda há a questão da concorrência. Como a produção primária requer menos incremento tecnológico, os países especializados nessa produção ficam mais suscetíveis à concorrência internacional, tanto é que o setor primário dos países do centro costuma, até hoje, ser protegido por barreiras alfandegárias, subsídios, dentre outras políticas de restrição do comércio internacional. Do lado oposto, se a teoria nos diz que quanto maior o progresso técnico, maior o aumento de produtividade, mais baixo o valor dos produtos e, portanto, maior a difusão do progresso técnico, os produtos industrializados deveriam sofrer baixa de preço com o passar dos anos, ao passo que os produtos primários deveriam caminhar para uma relação de preço mais equilibrada em relação aos primeiros, algo que sempre ocorreu em completo oposto no comércio internacional.

Todos esses fatores fazem com que o balanço de pagamentos dos países periféricos se deteriore no tempo devido ao crescimento dos preços e do volume das importações dos produtos industrializados em contraste com a exportação dos produtos primários. Outro ponto importante ainda relativo a este tema é o do desperdício ou subutilização dos fatores de produção que ocorre nos países periféricos, algo que só pode ser consertado pela industrialização desses países.

1.1.3 Industrialização e progresso técnico

Conforme já visto, a ideia de desenvolvimento para Prebisch (1964) está diretamente ligada à difusão do progresso técnico. Uma vez que os países da periferia, especializados na produção primária, não conseguem nem criar o progresso técnico e nem disseminá-lo, uma vez que ocupam os fatores de produção de forma extensiva, em momentos de depressão cíclica estes tenderão a liberar fatores – demissão da mão de

obra – ou utilizá-la com rendimentos decrescente o que culmina em queda dos preços e posteriormente do produto interno bruto medido pelos preços.

Este processo não ocorre no centro, ou não pelo menos na mesma intensidade, pela diversificação produtiva, pois fatores de produção liberados de um setor podem ser aproveitados em outros e, dado que a industrialização está sempre descobrindo novos setores, esta dinâmica facilita a reação dos centros aos ciclos de depressão e mesmo impulsiona o ciclo virtuoso de acumulação, investimento e distribuição do progresso técnico.

Prebisch fala que isso ocorre principalmente devido às barreiras impostas pelos países à mobilidade da força de trabalho. Enquanto a mobilidade interna da mão de obra dos países do centro organiza-se de modo a distribuir-se entre distintos setores, a mão de obra da periferia está sempre sujeita a poucos setores da especialização produtiva sendo obrigada a aceitar baixos salários em momentos de depressão, diminuindo assim a distribuição dos frutos do progresso técnico, ou mesmo enfrentando penúrias como o desemprego em larga escala.

Se a mobilidade da mão de obra fosse plena entre os países, na visão do autor, esta se distribuiria mundialmente de acordo com a disponibilidade dos setores de modo a repartir de modo mais igualitário os efeitos do progresso técnico. Aliás, na ocasião das crises, o que ocorre é que os países do centro ao proteger, subsidiar ou impor barreiras à importação dos produtos primários dos países periféricos com intuito de protegerem os postos de trabalho do setor primário doméstico, forçam os países periféricos a deprimir internamente os salários. Dado que a diminuição salarial no centro, seja direta ou indireta, é mais difícil devido à organização dos trabalhadores, quanto mais se protege os salários no centro do capital, mais se pressiona para deprimir os da periferia devido às relações oriundas da deterioração dos termos de troca. Essa baixa no preço do produto implica em transferência de renda dos países da periferia para os países do centro via comércio externo.

A forma de mudar essa realidade é industrializando os países da periferia, pois tanto os mesmos ocupariam melhor os fatores de produção subutilizados, como fortaleceriam seus balanços de pagamentos diante de situações de crise. Nesse aspecto, mesmo quando os estudos clássicos apontam que é mais econômico importar produtos industriais do que os produzir internamente devido ao grau da produtividade interna nos países da periferia, o que se deve comparar não são os custos de produção, mas a

geração de renda em termos de criação de emprego, fortalecimento da demanda interna e distribuição do progresso técnico internamente na sociedade.

Desse modo, ainda há um cuidado a mais a se tomar. Uma vez que a industrialização dos países do centro ocorreu de forma mais harmônica, sem grandes saltos, típico de seu pioneirismo histórico, de forma distinta ocorre a industrialização da periferia. Como esta não está incumbida de criar tecnologia, apenas a importa, fica diante de um problema duplo: se por um lado a aquisição de novas tecnologias requer um forte acúmulo de capital para sua aquisição, de outro, esta favorece a liberação da mão de obra fazendo com que os países periféricos se industrializem sem incorporar toda a mão de obra e, devido à pressão do excesso da oferta de trabalho, sem distribuir os frutos do progresso técnico via crescimento dos salários.

Isso se dá pelo fato do progresso técnico do centro ter sido alcançado devido tanto ao interesse de se aumentar a produtividade, como de diminuir os custos com os altos salários pagos no centro. Uma vez que os salários da periferia são bem menores, por um lado não representa vantagem a aquisição de um maquinário caro quando não compensa a substituição da mão de obra pelo mesmo, por outro, quando ainda assim é adquirido, este libera mão de obra não resolvendo os problemas inicialmente citados cuja industrialização deveria resolver, ou seja, a subutilização dos fatores de produção e a melhor distribuição dos frutos do progresso técnico.

Prebisch considera que é importante que se dê preferência a maquinários mais intensivos em mão de obra, ou que a utilização de um implique em ampliação de outro departamento, visando assim empregar produtivamente todos os fatores de produção. Faz a ressalva de que isso deve ocorrer preferencialmente para as indústrias que produzem para o mercado interno, uma vez que os setores de exportação em geral precisam disputar com a produtividade de concorrentes internacionais.

Em suma, dado que o ciclo virtuoso de acumulação do centro revela-se vicioso da pobreza na periferia, isso requer a ação consciente do Estado para planejar e organizar a economia abrangendo tanto empresas privadas como públicas, além de contar com a cooperação internacional. Para o autor, que além de ter dirigido a CEPAL, também dirigiu a UNCTAD, o investimento estrangeiro deveria se dar por empréstimos de governos ou instituições públicas para a livre utilização e planejamento pelos governos da periferia ao invés do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Àquela altura, décadas de 1950 e 1960, o mercado financeiro não era tão desenvolvido como é hoje.

No entanto, ainda é necessário fazer-se uma ressalva política. Apesar de admirador do planejamento econômico, sobretudo ao acompanhar os resultados dos planos quinquenais da URSS, Prebisch jamais concordou que o Estado devesse substituir a iniciativa privada, nem mesmo que o processo de industrialização dos países da América Latina prescindisse do investimento estrangeiro. Atentava apenas para o fato de que esse investimento deveria ser controlado e orientado pelo Estado desenvolvimentista, sendo sua maior serventia para o início dos empreendimentos industriais, dado a baixa poupança dos países periféricos, posteriormente devendo ser substituído paulatinamente pela poupança interna nacional.

Outra questão importante é que Prebisch reconhecia que, uma vez a industrialização periférica sendo financiada pelo investimento estrangeiro, os países periféricos não dispunham de todo o excedente gerado internamente, afetando a formação da poupança interna. Isso se dava tanto pelas transferências de lucro para as matrizes, daí o problema central do IDE em oposição aos empréstimos governamentais, como pela deterioração dos termos de troca, que fazia com que os países periféricos, para combater os ciclos de depressão, recorressem sempre ao aumento da quantidade de produtos primários exportados via baixa de preços, transferindo assim, para o centro, os ganhos de produtividade gerados internamente na periferia; ou ainda, pelos altos juros praticados no mercado financeiro internacional que alimentavam a dívida pública e seu serviço.

Ainda assim é importante se ressaltar que o pensamento cepalino não se resume ao argentino Raúl Prebisch. Suas ideias centrais foram aqui apresentadas em maiores detalhes por se tratar da concepção teórica do arcabouço analítico da CEPAL. Diversos autores também contribuíram com a Comissão, com enorme destaque para o brasileiro Celso Furtado, responsável por grandiosas e inovadoras análises históricas sobre o Brasil e sobre o conjunto da América Latina, além de outros autores, com forte destaque também para o chileno Aníbal Pinto.

1.2 – PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Pelo que já foi exposto, é possível se identificar algumas críticas ao pensamento cepalino, mesmo em sua concepção pioneira mais radical. Por exemplo, Prebisch enxerga um mundo em cooperação e não vê antagonismos de classe e entre frações de classe (entre as burguesias dos distintos países e mesmo divisões burguesas

internas aos países). Nesse quesito, sua teoria crítica foi complementada pela TMD, mas antes de adentrarmos na crítica marxista ao pensamento cepalino, que deu origem, sobretudo, a Teoria da Dependência, se faz necessário tecer alguns comentários conceituais sobre os dois assuntos também abordados neste trabalho: padrão de desenvolvimento e política industrial.

Segundo Fabio Erber:

> Por "padrão de desenvolvimento" de uma dada formação capitalista entendemos o conjunto de relações entre os agentes econômicos e sociais que garante, ao longo de um período de tempo, a manutenção dos processos de acumulação de capital e de preservação do poder político. Dentre essas relações, destacamos, no plano econômico:
> - Normas de acumulação;
> - Normas de produção;
> - Normas de consumo;
> - Normas de financiamento dos setores privado e público;
> - Normas de inovação e difusão do progresso técnico;
> - Normas de intervenção do Estado;
> - Normas de inserção internacional. (ERBER, 1992, p.10)

Em outras palavras, é como se organiza um determinado Estado em dado período de tempo para a acumulação de capital realizada naquele território. Por acumulação de capital é necessário se ter em mente suas distintas escalas, desde a reprodução simples, como também a reprodução ampliada do ciclo do capital. Daí que entender o funcionamento, ou a organicidade, de um determinado padrão de desenvolvimento vai além de entender seu processo de acumulação de capital de maneira simplória. Passa por se entender, também, como se dá o investimento, a formação dos mercados, as regras concorrenciais destes, a formação da força de trabalho, o aumento da produtividade desta, as regras jurídicas que estabelecem a relação capital-trabalho, regulações financeiras, etc.

Outro alerta importante a este respeito é evitar se adotar na análise o chamado "nacionalismo metodológico", ou seja, não entender o Estado nacional isolado no mundo. A economia capitalista é bastante dinâmica e desde o desenvolvimento do capitalismo comercial entendeu-se mundial. As relações políticas e econômicas se dão em um mundo bastante concorrido, nem sempre o padrão de desenvolvimento de fato é o desejado por determinado país. Existem constrangimentos de todo tipo, tanto econômicos quanto políticos, e encontrar uma forma de inserção internacional não é tarefa simples. Além da questão internacional é importante se ter em mente que um

determinado padrão de desenvolvimento é fruto da história, da geografia, de estruturas prévias, de decisões tomadas anteriormente, enfim, do contexto nacional de cada país.

Continuando com Erber (1992), *um padrão de desenvolvimento é caracterizado pela solidariedade entre as diversas normas – são a complementaridade e o mútuo apoio entre as normas que garantem a estabilidade, ao longo do tempo, do padrão de desenvolvimento.* Um padrão de desenvolvimento é, portanto, um conjunto de normas sobre diversas esferas da vida social e econômica que caminha harmonicamente, ou que ao menos deve caminhar, para um objetivo. Continuando:

> É a indústria de transformação que define a dinâmica de acumulação do padrão de desenvolvimento capitalista, notadamente através dos seus encadeamentos intra e intersetoriais e pela criação de novos espaços econômicos de acumulação. Da indústria origina-se também o progresso técnico, que dinamiza os demais setores. Finalmente, o processo de trabalho industrial, que separa os produtores diretos dos meios de produção, subordinando os primeiros aos segundos e tornando o processo coletivo, serve de paradigma aos processos de trabalho dos demais setores e dá ao capitalismo sua base técnica adequada. Assim, não é de se estranhar que "padrão de desenvolvimento" e "padrão de industrialização" sejam, frequentemente, usados como sinônimos. Não obstante, parece conveniente reservar a última expressão para as relações estruturais acima elencadas, pertinentes à indústria de transformação, dando ao padrão de processo de transformação um caráter fortemente endógeno. (ERBER, 1992, p. 11)

Segundo Marx, o processo de trabalho produtor de mais-valia é o modo de produção próprio, inerente, ao capitalismo. Esse modo de produção encontra sua forma mais acabada na indústria, ou de forma mais específica, no capitalismo industrial. É nesse setor, ou nessa esfera do capital, que se dão os ganhos geométricos de produtividade, que se descobrem e se desenvolvem novos valores-de-uso (bens ou mercadorias) que são aproveitados tanto na própria produção, os chamados bens de capital, como para consumo final, os chamados bens de consumo.

> O princípio da grande indústria, a saber, o de dissolver cada processo de produção propriamente dito em seus elementos constitutivos, e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, criou a mais moderna ciência da tecnologia. As formas variadas, aparentemente desconexas e ossificadas do processo social de produção se dissolveram, de acordo com o efeito útil almejado, nas aplicações conscientemente planificadas e sistematicamente particularizadas das ciências naturais. A tecnologia descobriu as poucas formas fundamentais do movimento, sob as quais transcorre necessariamente, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, toda ação produtiva do corpo humano, exatamente do mesmo modo como a mecânica não deixa que a maior complexidade da maquinaria a faça perder de vista a repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso,

> revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. (MARX, 2013, p. 680-1)

A indústria de transformação é aquela que aplica a ciência de forma mais direta e apurada, daí ser desse setor da economia a responsabilidade pela inovação tecnológica e pelo encadeamento entre os setores econômicos. Esse encadeamento industrial conduz à necessidade de um nível de agregação intermediário, muitas vezes chamado na literatura de meso-análise ou meso-sistema, em alguns casos, de acordo com Erber (idem), também podemos falar de complexos industriais.

Ainda assim, conforme afirma o mesmo autor, a política industrial está contida no padrão de desenvolvimento, sendo este último formado por diversas políticas. As políticas mais distantes, ou que afetam a indústria indiretamente, chamamos de implícita, já aquelas deliberadamente desenhadas para o setor industrial, chamamos de explícita.

> Assim, pode-se caracterizar um padrão de desenvolvimento como "industrializante", na medida em que as várias "normas" que definem esse padrão convergem para tornar prioritários a constituição e o desenvolvimento da indústria. Nesse contexto, verifica-se também a convergência entre políticas industriais explícitas e implícitas. (ERBER, 1992, p.17)

Os países da periferia, ou de desenvolvimento industrial tardio, foram os que mais lançaram mão do Estado desenvolvimentista como indutor de sua industrialização (MEDEIROS, 2013). Nem sempre se encontrou em sua classe capitalista autóctone indivíduos com capital suficiente, ou mesmo dispostos a investir em determinados setores estratégicos, necessários ao desenvolvimento nacional. O mesmo também se deu com as empresas estrangeiras, nem sempre as necessidades da estratégia nacional de um país coincidiram com as estratégias de mercado próprias das empresas multinacionais. Daí o fato desses Estados muitas vezes terem assumido diretamente a constituição de determinados setores. Em outros casos o Estado desenvolvimentista atua apenas no sentido de diminuir incertezas.

> A redução da incerteza pode abarcar três dimensões: a incerteza técnica – que a firma seja capaz de produzir bens e serviços dentro de certos critérios técnicos –, a incerteza econômica – que a firma, embora sendo capaz de produzir os bens e serviços tecnicamente adequados, não encontre mercado para eles – e, finalmente, a incerteza financeira – que a firma não disponha de recursos em montante e prazo adequados aos seus fluxos de gastos e rendimentos. (ERBER, 1992, p.18-9)

Desse modo, historicamente os Estados desenvolvimentistas adotaram um conjunto de normas e deliberações que conformaram padrões de desenvolvimento econômico. Esses padrões variaram de país para país de acordo com cada contexto nacional e de acordo com suas estratégias de inserção internacional. Também mudaram ao longo do tempo e puderam assumir ou não um caráter mais ou menos industrializante através de suas políticas implícitas e explícitas para a indústria.

1.3 – A CONCEPÇÃO MARXISTA

Embora já iniciada sua crítica na seção anterior, o arcabouço teórico cepalino neste trabalho é julgado incompleto para a análise sobre o desenvolvimento econômico dos países, sobretudo quando se entende este desenvolvimento pautado no processo de industrialização. O que é visto como uma relação neutra e ocasional quando da desigualdade dos termos de troca, são na verdade formas de espoliação da periferia pelo centro, também chamado, sob um ponto de vista leninista, de relações imperialistas entre as nações.

O próprio progresso técnico também não é neutro. De acordo com Marx (2013, Capítulo 13) quando fala da maquinaria e da grande indústria, podemos perceber que o progresso técnico do mundo moderno se desenvolve dentro de um contexto capitalista, que visa baratear o custo do capital variável (custo da força de trabalho) em relação ao custo total e, sobretudo aumentar sua produtividade, desenvolvendo assim a mais-valia relativa. Além dessa concepção, o monopólio do progresso técnico sempre foi utilizado como forma de aumento dos lucros via transferência de valor de setores menos intensivos para mais intensivos em capital, seja como o preço do monopólio em si de novos produtos não plenamente reprodutíveis em virtude de segredo industrial.

Muito do que vemos na concepção cepalina, inclusive na relação centro periferia, são críticas importantes, mas incompletas. Essa crítica foi aprofundada pela Teoria Marxista da Dependência apontando as limitações e avançando no que foi proposto pela CEPAL. Originada no decorrer das décadas de 1960 e 1970 como um aprofundamento crítico das proposições pioneiras do desenvolvimentismo cepalino, a dependência da periferia em relação às economias centrais do capitalismo foi estudada na forma de uma nova teoria, a Teoria da Dependência, que entendeu a relação centro-periferia nem como perfeitamente antagônica – nacionalismo versus imperialismo – e

nem como ausente de conflitos – a exemplo do pacto desenvolvimentista aparentemente apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No campo político, o grande avanço da Teoria da Dependência, seja em Ruy Mauro Marini, seja em Fernando Henrique Cardoso, foi entender que em cada período da história da economia mundial recente as potências centrais souberam buscar grupos, ou frações da classe dominante nos países da periferia, sobre os quais puderam se apoiar e constituir suas relações de interesse.

Foi assim ao longo do período colonial, do período primário-exportador e também ao longo da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), quando falamos do caso latino-americano especificamente, ainda que neste último período em particular tenha havido uma maior resistência por parte das burguesias industriais latino-americanas, hegemônicas no período, antes de se verem forçadas a cooperar com o imperialismo como sócias menores e abdicarem de seus projetos de desenvolvimento nacional.

Uma vez que as economias periféricas foram conectadas às economias centrais pela colonização e moldadas de acordo com os interesses políticos e econômicos do centro, o desenvolvimento da periferia sempre esteve em segundo plano (FRANK, 1968). Na forma de monopólio comercial no período colonial; de monopólio comercial e financeiro após os processos de independência; e do monopólio do progresso técnico a partir de 1945, a acumulação de capital da periferia esteve constantemente a serviço da acumulação de capital das economias centrais e não de seu próprio desenvolvimento (MARINI, 2013).

A Teoria da Dependência, sobretudo em sua versão marxista, entende a formação histórica da América Latina não como florescimento do capitalismo local, mas como resultado da acumulação de capital do centro (FRANK, idem; CARDOSO E FALETTO, 1975). O período colonial correspondeu à acumulação primitiva europeia, já os períodos posteriores corresponderam à acumulação burguesa imperialista (BAMBIRRA, 2015).

A América Latina foi inserida no capitalismo mundial já sob capitalismo comercial, ainda que assentada em modos de produção pré-capitalistas. Seu desenvolvimento industrial foi fruto das próprias contradições do capitalismo que, primeiro fortaleceu os setores ligados às exportações nos países periféricos e, posteriormente, à industrialização substitutiva de importações face às guerras e a Grande Depressão de 1930 nos centros (FURTADO, 1978).

A industrialização latino-americana, como descrita pioneiramente por Raúl Prebisch (1949), e bem delineada por Maria da Conceição Tavares (1983), se deu de modo distinto da industrialização tida como "clássica" – referente ao processo vivido pelos países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX. Primeiro essa industrialização ocorreu de forma complementar as exportações de produtos primários. Depois se desenvolveu na forma da ISI por se tratar de um processo de industrialização iniciado já na era dos monopólios e dos grandes trustes, era esta denominada por Vladimir Ilicht Ulianov (LÊNIN, 2010) de Imperialismo, fase superior do capitalismo.

A indústria latino-americana não se desenvolveu sobre seus próprios auspícios e dinâmica de seu mercado interno, mas como resposta à crise do comércio mundial iniciada com a 1ª Grande Guerra em 1914 e finalizada após a 2ª Guerra Mundial em 1944, tendo passado pela Grande Depressão oriunda da crise de 1929 (FURTADO, idem).

Esta indústria nasce em um mundo já industrializado e oligopolizado. Seus melhoramentos técnicos não foram descobertas suas, mas importados de países cujas forças produtivas já eram mais avançadas. Em outras palavras, o comércio exterior, apesar da baixa que permitiu o fenômeno da ISI, teve papel fundamental na industrialização da América Latina. Primeiro para a concessão da técnica e de parte das matérias-primas industriais ausentes na região, depois para o financiamento dessa mesma indústria recém-nascida (PREBISCH, 1964).

É neste aspecto que se encaixa a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky, que funciona como base para Teoria da Revolução Permanente do mesmo autor. Segundo Trotsky (2007, 2011), avançando nos estudos de Lênin sobre o Imperialismo, afirma, em acordo com Marx e Engels (2012), que o capitalismo já nasce mundial. O florescimento do modo de produção especificamente capitalista da Europa Ocidental e posteriormente de sua industrialização, só foi possível com a espoliação do chamado "Novo Mundo". O continente americano compunha, a partir da atividade mercantil europeia, o comércio mundial com as demais partes do planeta, sobretudo Ásia (Índia e China) e África (costa atlântica subsaariana).

A técnica desenvolvida graças à acumulação primitiva europeia e o comércio mundial, fez com que as sociedades ocidentais da Europa avançassem suas forças produtivas, principalmente no tocante às suas técnicas de produção. Estas sociedades mais avançadas exportaram essas técnicas às regiões de forças produtivas mais atrasadas do globo. Portanto, como amplamente afirmado por Prebisch (1981) e

Furtado (1992), uma técnica desenvolvida em um determinado contexto social (Inglaterra, por exemplo) passou a ser utilizada em outro (na Argentina, por exemplo). Este fato também pôde ser observado no processo de industrialização do Império Russo em relação à técnica desenvolvida na Europa Ocidental e no caso da industrialização da América Latina alguns anos mais tarde.

Esse desenvolvimento desigual e combinado não se restringe apenas à técnica e às forças produtivas. Como observado por Trotsky (idem, idem), o desenvolvimento do capitalismo na Europa consolidou dois polos de classes antagônicos no início do século XX: de um lado a burguesia mais poderosa do planeta, e um proletariado mais subjugado politicamente, nos Estados Unidos; e de outro uma burguesia mais frágil, e o proletariado mais poderoso, no Império Russo. Ou seja, a aplicação da Lei do desenvolvimento desigual e combinado ultrapassa os limites estritamente econômicos.

A tradição marxista é a única que entende o sistema capitalista como mundial, daí a grande diferença desta corrente com as demais visões metodológicas, ontológicas e epistemológicas da Economia Política. O avanço das forças produtivas inglesas do final do século XVIII e início do século XIX não pode ser entendido como um fenômeno restrito ao território nacional da Grã-Bretanha, mas como resultado das relações comerciais, apoiadas pelo uso das forças militares de Estado, existentes no mundo.

Em outras palavras, a fase comercial do capitalismo, que ligou Inglaterra e Índia, Portugal e Brasil, Espanha e México, Holanda e Antilhas, etc. (e de todos esses países entre si), possibilitou primeiro a industrialização britânica, depois europeia e posteriormente de outras regiões do globo. As técnicas são descobertas em um contexto e aplicadas em outros diante da dinâmica do capitalismo mundialmente. Isso não quer dizer que o mundo já estivesse tão conectado no século XVI como está atualmente, mas que o capitalismo nasce mundial e só amplia esta sua característica inerente ao longo dos séculos. De acordo com Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista de 1848:

> Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado. O preço baixo de suas mercadorias é a artilharia pesada com que ela põe abaixo toda e qualquer muralha da China, a arma mediante a qual ela força à capitulação a mais renitente xenofobia dos bárbaros. Obriga, pois, todas as nações a se apropriarem do modo de

> produção burguês, caso não desejem perecer; força-as a abraçar a assim chamada civilização, ou seja, a se tornarem burguesas. Em resumo, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX & ENGELS, 2012, p. 48)

A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado explica o porquê de ser inerente ao capitalismo a introdução de uma técnica mais avançada em um contexto social mais atrasado. Essa tendência foi identificada e combatida nos textos dos autores cepalinos pioneiros, que acreditavam na possibilidade de um desenvolvimento virtuoso de todas as nações em conjunto dentro do capitalismo.

A melhor forma de entender os conceitos da Teoria Marxista da Dependência e a operação da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado é esboçando o ciclo do capital na economia dependente, descrito de modo mais acabado por Ruy Mauro Marini (1979).

Marini separa o ciclo em três partes: primeira circulação (C1), produção (P), e segunda circulação (C2), seguindo o esquema analítico de Marx descrito no Livro II d'O Capital (D – M...P...M' – D').

A primeira circulação (C1) refere-se ao capital dinheiro que será investido na compra dos meios de produção e da força de trabalho. Na economia dependente este capital provém de três fontes: i) capital privado nacional (incluído neste o capital de propriedade estrangeira produzido internamente), ii) o investimento estatal direto (empresas estatais) e indireto (gastos com infraestrutura e subsídios) e iii) o capital privado internacional na forma do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do investimento indireto (empréstimos bancários e atividade em bolsa de valores que serão usados pelo governo ou empresários nacionais).

Em C1 não importa a origem do capital sob o ponto de vista da produção. A propriedade inicial do capital investido só importará em C2, quando formos analisar a distribuição da mais-valia gerada no processo. Uma vez esboçada as fontes do investimento em C1, agora analisaremos as particularidades da produção (P) na economia dependente.

A estrutura produtiva de qualquer nação é composta por diversos ramos e, dentro de cada um deles, as empresas terão composições orgânicas de capital[3] distintas. Estas composições levarão, a partir da taxa de lucro médio de cada ramo e da taxa de lucro médio da economia como um todo, à transferência de mais-valia das indústrias e

[3] Composição orgânica de capital trata da proporção entre capital variável (força de trabalho) e capital constante (meios de produção) dentro de cada empresa ou conjunto de empresas.

dos ramos de menor composição orgânica de capital para os de maior composição orgânica[4].

Outra característica importante da estrutura produtiva de qualquer nação é a divisão setorial esboçada por Marx no livro II d'O Capital (MARX, 2014, seção III, caps. 20 e 21). O setor I é responsável pela produção de máquinas, equipamentos e matérias-primas que serão utilizadas pelo setor II que produz, por sua vez, bens de consumo final. Na industrialização tida como clássica, a indústria inicia suas operações com o setor II, a exemplo da indústria têxtil inglesa.

O desenvolvimento industrial, e das forças produtivas como um todo, leva a necessidade da produção dos bens intermediários (máquinas e equipamentos) que serão necessários para a continuidade, aprimoramento e desenvolvimento de novos bens de consumo. Com o passar do tempo o Setor I (de máquinas e equipamentos) torna-se mais importante que o Setor II (de bens de consumo) na composição da indústria.

Na economia dependente a indústria tende a ficar restrita, ou a demorar-se mais que o esperado, no setor II, uma vez que os bens intermediários de que necessita já existem no mercado mundial, formando parte do comércio internacional da economia dependente com os países do centro, que já desenvolveram seu setor I (MARINI, idem).

Na economia dependente a indústria é composta por pequenas e médias empresas, em geral de propriedade do capital privado nacional, e por grandes empresas, geralmente de capital estrangeiro ou da associação do grande capital nacional com o capital estrangeiro. As grandes empresas têm uma maior capacidade de investimento seja pelo tamanho do seu capital, seja pelos laços quem têm com o capital estrangeiro, seja pelo acesso à tecnologia que lhes é facilitada por esses mesmos laços, afinal de contas, o maquinário usado nas indústrias latino-americanas, em geral, já é amortizado pelas indústrias dos países centrais e são de tecnologia já obsoleta em seus lugares de origem (TAVARES, 1983).

A industrialização das economias dependentes, no caso latino-americano, ocorreu quando o eixo dinâmico deixou de ser o mercado externo e passou a ser o interno em um período de protecionismos e constituição de barreiras comerciais no mundo. A produção e a circulação dentro da economia dependente tornaram-se, por este motivo, mais importantes que a produção e circulação externas, ainda que profundamente influenciadas por estas. Por exemplo, diante das restrições do comércio

[4] A explicação sobre como ocorre a formação da taxa de lucro média de um setor ou de toda a economia é encontrada em no Livro III d'O Capital, Seção II.

exterior próprias do Pós-Guerra, os grandes trustes estrangeiros, ao invés de exportarem diretamente seus produtos industrializados para a periferia, passaram a produzir dentro do território nacional das economias dependentes e auferiram dos mesmos privilégios tarifários das indústrias nacionais (MARINI, 1979).

Entrando no processo de produção propriamente dito da economia dependente, observamos que as pequenas e médias empresas possuem custos de produção maiores que as grandes empresas. Como vimos, esse processo se dá pela composição orgânica de capital inferior que possuem em relação às grandes empresas hegemônicas na dinâmica da economia dependente. Estas grandes empresas, por sua vez, veem grande parte de seu lucro transferido ao exterior sob diversas formas: pelo pagamento de juros por empréstimos feitos, repatriação de lucros no caso do IDE, fretes, direitos de propriedade, assistência técnica, etc.

Com custos de produção maiores que os das empresas hegemônicas, as pequenas e médias empresas da economia dependente são obrigadas a recorrer a uma maior exploração da força de trabalho no tocante a sua intensidade e duração da jornada, ou seja, aumentam a extração de mais-valia absoluta. Isso se dá uma vez que a tecnologia, e o acesso a ela, já está dada e é regulada pelas relações comerciais com as economias do centro do capitalismo.

Apesar disso, uma vez que o valor da força de trabalho é dado dentro de uma sociedade ou mercado específico, as grandes empresas hegemônicas, sejam elas de capital estrangeiro ou de capital nacional associado ao estrangeiro, também recorrem a esta maior exploração, denominada por Ruy Mauro Marini de “superexploração” da força de trabalho, auferindo assim o que Marini chamou de “superlucro”.

Segundo Marini, esta é a forma que a burguesia da economia dependente encontra para compensar a forte saída de lucro rumo às economias centrais já citadas. Mas se a superexploração da força de trabalho ocorre como forma de compensar as transferências de lucro para o exterior, ela só é possível mediante o resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado que insere uma tecnologia bastante avançada em um contexto social mais atrasado e suas implicações políticas e econômicas. Dessa forma aumenta-se, sobremaneira, o exército industrial de reserva e dificulta a organização dos trabalhadores da economia dependente em maior grau quando comparada ao contexto trabalhista do centro do capitalismo.

Outra consequência da Lei do desenvolvimento desigual e combinado na introdução de técnicas mais avançadas em contextos sociais mais atrasados é o forte

grau de concentração de capital observado nas economias dependentes. Uma vez que só as grandes empresas têm acesso à técnica, ainda que obsoleta em relação ao desenvolvimento tecnológico dos centros, as diferenças de produtividade tornam-se muito díspares. A tendência ao monopólio na periferia é bem mais avançada que a observada nas economias centrais.

Há uma polêmica entre os(as) autores(as) marxistas se a superexploração da força de trabalho é uma categoria nova, criada por Marini, ou se ela é apenas um grau maior da exploração da força de trabalho descrita por Marx n'O Capital. Na definição de Ruy Mauro, a superexploração da força de trabalho é o pagamento por esta abaixo de seu valor, o que foi previsto já por Marx n'O Capital em alguns casos específicos. Mas, segundo Marini, a classe trabalhadora da periferia receberia como regra uma remuneração abaixo do valor necessário para a sua reprodução, seguindo a definição de Marx sobre o valor da força de trabalho enquanto cesta de bens necessários ao consumo tido como médio em uma dada sociedade.

No caso de ser apenas um grau maior de exploração, e não uma nova categoria, seu produto seria uma maior taxa média de lucro e não um "superlucro" distinto das leis do capitalismo do centro do sistema. Mas este é um assunto para outro momento. O importante aqui é que o fato da força de trabalho ter sua remuneração abaixo de seu valor na visão dos autores "marinistas", ou não auferirem dos ganhos de produtividade oriundos da industrialização na visão estruturalista, faz com que a estrutura produtiva da economia dependente se dissocie das necessidades de consumo da classe trabalhadora. Ela se especializa cada vez mais na produção de mercadorias de consumo consideradas de massas nos países centrais, mas que configuram consumo suntuário nos países dependentes.

Em outras palavras, a superexploração, ou maior exploração relativa, da força de trabalho na economia dependente, corrobora para que a estrutura produtiva nacional se dissocie das necessidades das massas e limite, portanto, o tamanho do mercado interno, especializando a indústria da economia dependente em bens de luxo para aquela sociedade. É este fenômeno que possibilita o que foi diagnosticado pela CEPAL como economia dual: a presença de um setor industrial moderno, fruto da ISI, responsável pela produção das mercadorias consumidas pela burguesia e pela classe média da periferia, e de um setor "tradicional" responsável pelo consumo da classe trabalhadora.

O setor dito tradicional é aquele que, por não ser o responsável pela dinâmica da economia dependente, recebe pouquíssimo investimento, também se baseia na superexploração da força de trabalho e têm sua margem de lucro bastante limitada devido às dificuldades de realização em seus mercados diante do baixo poder de consumo dos trabalhadores da periferia. No entanto, é este mesmo setor tradicional que possibilita os baixos salários do setor dito moderno, uma vez que é ele que compõe a maior parte dos bens que serão usufruídos pelos assalariados.

Indo para a segunda circulação (C2) do ciclo descrito por Marini, após a produção, vemos que agora a propriedade do capital investido em C1 importa, pois é o que delineará a distribuição da mais-valia gerada na economia dependente. A massa salarial é deprimida por causa da superexploração da força de trabalho para o fortalecimento da acumulação de capital da burguesia dependente. No entanto, boa parte dessa mesma acumulação é transferida ao exterior na forma de juros, rendas por direito à propriedade, assistência técnica, gasto com frete devido à incipiência das marinhas mercantes da periferia e monopólio das marinhas mercantes estrangeiras, remessas de lucro para as matrizes, etc.

Todo esse expediente contribui para a diminuição do mercado interno da periferia e fortalecimento da acumulação do centro. Presa nesse círculo vicioso, a economia dependente tende a exportação precoce de produtos industriais como forma de manter o seu setor industrial dinâmico. Impedida de expandir seu próprio mercado interno, a economia dependente se vê obrigada a buscar mercados já consolidados de outras nações. É desta necessidade que surge o segundo conceito famoso de Ruy Mauro Marini, o de Subimperialismo.

Uma vez impedida de expandir seu mercado interno dado às características particulares do funcionamento da economia dependente, estes países são obrigados a disputar os mercados externos precocemente. Mas uma vez que todo o mercado mundial já está sob outorga do imperialismo – vide as guerras mundiais entre os países do centro por mercados – as burguesias periféricas entram como sócias menores do imperialismo em mercados já consolidados. O caso clássico estudado por Marini foi o Brasil que funciona, até hoje, como plataforma industrial de exportação – complementar e dependente da industrialização do centro – para a América do Sul e para parte do sul da África.

O capitalismo periférico latino-americano seria assentado, então, na superexploração da força de trabalho, uma vez que a burguesia periférica, espoliada

pelo imperialismo, necessita manter uma extração de mais-valia absoluta maior que a do centro para manter sua taxa de lucro. As características específicas de cada país que conformam seus mercados internos, tais como tamanho da população, do território e o nível das forças produtivas prévias, atuaria na desigualdade do desenvolvimento industrial entre os países da periferia e faria com que alguns destes pudessem ter relações imperialistas com outros, abrindo espaço para o conceito de *Subimperialismo*.

Os países subimperialistas seriam dominantes nas relações comerciais com países menores e, como sócios menores das potências imperialistas, conseguiriam também espoliar parte dos países da periferia a partir do comércio desigual e outras políticas de Estado também desiguais. O funcionamento do capitalismo nas economias dependentes, segundo Marini, eleva as contradições do sistema capitalista ao expoente: estrutura produtiva divergente das necessidades das massas, tendência precoce ao monopólio, alta concentração de renda e restrição do mercado interno, além das disputas de mercados externos também precocemente.

Do mesmo modo que foi apresentado o pensamento cepalino a partir das teorizações de Raúl Prebisch, aqui foi apresentada a Teoria da Dependência a partir das visões de Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank. Isso não quer dizer, no entanto, que a teoria da dependência, sobretudo em sua visão marxista, se resuma aos autores supracitados. Vânia Bambira e Theotônio dos Santos são outros dois grandes expoentes da teoria, mas que fazem análises concretas de realidades concretas, ou seja, suas contribuições principais são a aplicação da teoria ao caso concreto brasileiro e de outros países da América Latina. Muito da análise de Theotônio dos Santos sobre as frações de classe no Brasil é utilizada no respectivo capítulo e comparada com as relações existentes entre as frações existentes na Rússia.

Por fim e não menos importante, tal qual mencionado na Introdução, em geral os processos de industrialização geraram suas teorias próprias, tal como foi o caso Inglês (Smith e Ricardo) e Alemão (List). Neste trabalho analisamos também o processo de desenvolvimento russo sob o ponto de vista latino-americano, porém auxiliado também pelas discussões próprias daquele país. Isso ocorre de modo a permitir a melhor comparação entre as duas nações de acordo com os respectivos problemas apresentados ao longo de seus processos de industrialização.

É necessário lembrar que a resposta dada pela Teoria Marxista da Dependência à situação diagnosticada no Brasil e na América Latina era a Revolução Socialista, ou seja, o fim das relações de produção capitalistas em toda a região. Ao

estudar o caso concreto da Rússia, um país que passou por uma revolução socialista, conseguimos entender também até onde são acertadas as indicações teóricas latino-americanas, nesse caso sobretudo da Teoria Marxista da Dependência, e até onde a construção do socialismo requer novas formulações teóricas. Diante do exposto, está colocada a visão de desenvolvimento deste trabalho, o método e o marco teórico que avaliará as duas trajetórias de desenvolvimento.

CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA RUSSA

O caso russo não à toa foi o escolhido para o início desta Tese. Conforme adiantando na Introdução, foi a segunda vez na história da humanidade que a classe trabalhadora tomou de assalto o poder político[5] e foi a primeira vez que se construiu um Estado Operário. Até então se vigorava o *laissez-faire* econômico mundialmente, com um pequeno dirigismo durante a Primeira Guerra Mundial em virtude de que, historicamente, países em guerra costumam ter uma maior intervenção estatal na economia. No entanto, a tentativa de transição ao socialismo que foi realizada no Império russo, sobretudo a partir de 30 de dezembro de 1922, ano de fundação da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), foi o caso pioneiro no mundo de dirigismo estatal com virtude ao desenvolvimento econômico e melhora nas condições de vida da população.

Sua história pode ser qualquer coisa menos idílica e, tal qual as revoluções burguesas na Europa foram construídas em cima de muitas revoltas e sangue camponês, a Revolução Russa de 1917, embora tenha tomado o poder sem atirar um único projétil, foi aterrorizada por uma guerra civil (1918-1921), pela invasão militar de mais de 14 potências estrangeiras e por uma tensão contínua de ameaça de guerra, guerras e sabotagem interna que, de certo modo, moldou a rota política e de desenvolvimento seguido na URSS e na Rússia posteriormente. Ao todo podemos contar um período do Comunismo de Guerra, que vigorou durante a Guerra civil russa, um outro período de transição entre a base econômica capitalista e socialista chamado de Nova Política Econômica (NEP), treze planos quinquenais (um deles septenal), diversas crises e mudanças de rota, um colapso em 1991 e uma tentativa relativamente débil de reconstrução nacionalista pós-colapso.

2.1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A história da Rússia tem pontos de convergência e divergência com seu congênere brasileiro. Conforme já mencionado, uma convergência era a de ser um império periférico, uma divergência era que a qualidade desse império era superior na hierarquia dos povos no início do século XX. Tal qual os impérios ultramarinos europeus, a Rússia construiu um império unitário que abrigava e oprimia diversos povos

[5] A primeira vez foi na Comuna de Paris de 1870 na França.

em uma porção de terra contínua que ia do leste europeu ao extremo oriente asiático e do extremo norte euroasiático a partes consideráveis da Ásia central.

Dada sua porção europeia, a Rússia esteve sempre ligada aos grandes acontecimentos do Velho continente e se as instituições se modificaram historicamente do ocidente para o oriente na Europa, não quer dizer que não chegassem também à Rússia. De olho no desenvolvimento industrial da Europa Ocidental foi que o Império Czarista tentou também, à sua maneira, progredir no tempo para acompanhar o ritmo ocidental abolindo a servidão em 1861. Ainda assim, como toda "revolução por cima", seus efeitos foram bastante diminutos e fomentaram o que mais tarde viria ser a aliança operário-camponesa em virtude do descaso da nobreza e da burguesia com a questão campesina.

> A angústia do atraso e do subdesenvolvimento desempenhou um papel central na política e na cultura russa, da década de 1820 ao período soviético. Neste período de cerca de cem anos, a Rússia lutou contra todas as questões a serem enfrentadas posteriormente pelos povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Podemos, pois, interpretar a Rússia do século XIX como um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século XX. (BERMAN, 1986 p. 169).

A Império russo assistiu a um complexo processo de reforma agrária após a servidão que variava de região a região do país e conforme a qualidade do solo. Em geral os camponeses se endividavam para o pagamento de ínfimas parcelas de terra, que grosso modo, não eram suficientes para a sobrevivência familiar ou comunal – o que obrigava o camponês a trabalhar também como assalariado nas terras de seus antigos senhores ou como arrendatários daquelas.

> O lavrador "liberto", mas obrigado a comprar ínfimas porções de terra habilmente recortadas, passa da servidão feudal à servidão econômica: trabalhará muito mais. A indústria manufatureira encontrará na zona rural a mão de obra que necessita. [...] As terras aráveis que os lavradores "libertos" tiveram que alugar ou comprar foram avaliadas aproximadamente pelo dobro do seu preço real (342 milhões de rublos em vez de 180), de modo que os servos da véspera se viram ao mesmo tempo livres e terrivelmente endividados. (SERGE, 1993, p. 26)

Dá "escravidão" pela servidão os camponeses passaram à "escravidão" econômica que, de uma forma ou de outra não garantiu o sustento da família camponesa e liberou mão de obra para a indústrias nascente e para a agricultura de exportação.

> A própria abolição da servidão proclamada em 1861 pelo regime czarista (que se encontrava, à época politicamente enfraquecido pela derrota militar

> na campanha da Criméia) não chegou a alterar a estrutura fundiária, marcada pelo predomínio da grande propriedade aristocrática. Os camponeses, que se libertaram, assim, da fixação feudal à terra, continuaram economicamente dependentes dos grandes senhores de terra, através do mecanismo do endividamento (FERNANDES, 1991 p. 64).

Marx, ao comentar tal processo, bem como também a herança das terras comunais previstas no processo de reforma agrária, afirma em seu famoso *A luta de classes na Rússia*:

> Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela carga fiscal que pesa sobre ela, tornou-se matéria inerte possível de ser facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição (MARX, 2013 p. 97).

Embora o processo de libertação da servidão pela reforma agrária não tenha alcançado o objetivo de emancipar os camponeses e distribuir a terra, não quer dizer que não tenha ainda assim aumentado a produtividade do campo ao passar, aos poucos, da agricultura servil para a agricultura capitalista. Na famosa obra de Lênin sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, o autor faz a seguinte afirmação:

> É particularmente importante assinalar que é justamente a agricultura comercial que progride: a colheita de cereais (descontadas as sementes) por habitante cresce e entre os componentes da população a divisão social do trabalho se acentua; aumenta a população ocupada no comércio e na indústria; a população rural se divide entre patrões e proletários. Cresce a especialização da própria agricultura, de sorte que a quantidade de cereais destinados à venda cresce muito mais rapidamente que a totalidade dos cereais produzidos no país (LÊNIN, 1985 p. 164)

A questão agrária na Rússia merece especial atenção, pois se inicialmente diz respeito a principal forma de ingresso do país na economia mundial, a partir de seus excedentes exportáveis, será central também para indicar o ritmo do processo de industrialização em si, sobretudo após a Reforma Agrária bolchevique que, de fato, deu a posse da terra aos camponeses. No período que nos ocupamos por agora, os excedentes agrícolas cada vez maiores, respeitando o processo de transformação do campo de servil em capitalista, possibilitou o início da industrialização do Império. Traçamos então um outro paralelo com o caso brasileiro, o da forma de inserção comercial externa pelo setor primário. Tal qual a América Latina, que tanto fizemos

menção no Capítulo 1, a Rússia Czarista contribuiu para a acumulação de capital do Ocidente europeu a partir de seus excedentes agrícolas exportáveis.

O Czarismo tentou importar os métodos e a produção ocidentais e enxerta-los na atrasada sociedade russa, tal como o imperialismo enxertou seus métodos no Brasil quando de seu processo de colonização. Uma grande diferença aqui é a de que a entrada do capital forâneo na Rússia nunca se deu pela força, tal como aconteceu no Brasil. Muito provavelmente devido ao nível de correlação de forças e de diferença entre forças produtivas nas sociedades russa e da Europa Ocidental. Ainda que o povo eslavo tenha o passado de servidão, e mesmo de escravidão na época de Roma, militarmente foi o Imperador russo Alexander I o responsável pela virada na sorte de Napoleão Bonaparte e que trouxe de volta a *Grande Armée* até sua derrota em Paris. O Império russo tinha garantido o seu caráter de império europeu, sendo o maior deles por terras contíguas, respeitado em todo continente desde a mencionada façanha até ao longo de todo o século XIX, apesar de seus altos e baixos.

Talvez em virtude deste histórico e dessa relação com o Ocidente, diferente do Brasil, ainda no século XIX o Império Russo já conhecia a metalurgia, a extração de petróleo, a eletrificação, a indústria têxtil, entre outros exemplos, mesmo em escala diminuta e nas regiões correspondentes apenas às grandes metrópoles (Moscou e São Petersburgo), ao Donbass na Ucrânia e às poucas regiões de agricultura, metalurgia e petróleo desenvolvidas ao sul da parte europeia do país.

> Assim foi impulsionado o Estado russo, construído sobre a base da economia russa, pela pressão amistosa e, mais ainda, pela pressão rival das organizações estatais vizinhas que se haviam formado sobre uma base econômica mais desenvolvida. A partir de um momento determinado [...] o Estado desejou acelerar artificialmente, com esforço supremo, o desenvolvimento econômico natural. Novos ramos de ofícios, máquinas e indústrias, produção em grande escala e capital aparecem, por assim dizer, enxertados no tronco econômico natural. O capitalismo aparece como filho do Estado. (TROTSKY, 2010 p. 44)

A heterogeneidade estrutural era vigente por todo o território, com as instalações fabris do oeste próximas do nível técnico encontrado no Ocidente, porém com métodos de produção mais arcaicos no restante do país. Já a agricultura era completamente arcaica, manual e com poucos equipamentos de cultivo tais como animais de tiro e adubo (Dobb, 1972, p. 43-67). Se a derrota do Império Czarista na Guerra Russo-Japonesa de 1905 anunciou para toda a Europa que o Império já estava em decadência, foi ali também que foi tentada pela primeira vez a tomada do poder

político pelas classes populares, incluída sua nascente burguesia, fortemente reprimidas pelo exército real.

O panorama geral, portanto, era de algumas indústrias instaladas aos arredores de Moscou e São Petersburgo, em geral de propriedade estrangeira ou mista com a incipiente burguesia nacional e o que existia de indústria pesada estava vinculada às grandes jazidas de minérios de ferro e outros metais que eram exploradas de acordo com o interesse da indústria dos países centrais. Tal como é o caso do Brasil até hoje, naquele tempo a Rússia participava da divisão internacional do trabalho com a provisão de cereais e matérias-primas para o exterior e com a importação de maquinários e outras matérias-primas mais elaboradas do estrangeiro, que alimentava a indústria de bens de consumo local, sobretudo têxtil. Muito pouco da indústria pesada era elaborado internamente, mas há de se citar a produção e extração de petróleo, a construção de locomotivas, a indústria bélica e a forte necessidade de financiamento estrangeiro para a construção das ferrovias que cortavam o país.

> E não só neste aspecto, mas também em termos de relações comerciais, a Rússia representava um sistema econômico dependente do Ocidente. Como exportador de produtos agrícolas e matérias-primas e importador de produtos manufaturados, a sua agricultura desenvolveu-se ao longo do século XIX, sob a forte influência do mercado de exportação, e a sua indústria cresceu sob a proteção dos poucos mercados urbanos da Rússia Ocidental. Era o maior exportador mundial de trigo e fornecia quase um terço do trigo e metade do restante dos grãos aos países da Europa Ocidental. Mais da metade das exportações russas em 1914 foram cereais e produtos alimentícios e 36% foram "matérias-primas e produtos semimanufaturados". Quanto às importações, os produtos manufaturados representaram um terço, proporção que tendeu a crescer, sendo metade dessas importações constituídas por matérias-primas como algodão, lã, juta e seda, de alguns metais não ferrosos, além de alguns semimanufaturados. Tão grande era a dependência da economia russa do mercado alemão e das suas exportações (metade das importações russas em tempos de paz), que durante a Primeira Guerra Mundial, a Rússia continuou a importar uma certa quantidade de produtos da Alemanha (especialmente produtos químicos, metais e maquinaria) que tinham sido isentos da proibição geral do tráfego comercial com países inimigos. (DOBB, 1972, p. 45)[6]

Apesar de tal início, a industrialização russa foi um processo sobretudo soviético. É difícil o trabalho de previsão, e o de "como teria sido" tal processo em seu território, se os bolcheviques não tivessem tomado o poder. No entanto, a imagem que podemos ter dado os laços de dependência oriundos da exportação de capital e tecnologia do Ocidente para o território russo é de que àquele país estaria reservado um futuro não muito diferente do brasileiro, de instalação de indústrias leves, geralmente

[6] Todas as citações em línguas estrangeiras estão em tradução literal para o português.

montadoras de produtos finais a partir de partes e equipamentos do estrangeiro orientadas para o mercado interno, e da indústria pesada derivada de grandes fontes de matérias-primas distribuídas pelo território de acordo com a demanda global de insumos. No entanto, essa realidade "semicolonial" não amenizava os impulsos imperialistas dos Czarismo.

> Mas, embora a Rússia czarista ocupasse em muitos aspectos uma posição semicolonial em relação ao Ocidente, também tinha as suas próprias ambições imperialistas no Sul e no Sudeste, para cujas áreas exportou mesmo algum capital e cujos mercados procurou colocar seus produtos fabricados. Na segunda metade do século XIX, continuou a penetrar no Vale do Amur, no Extremo Oriente, e na Transcaucásia, com o domínio da Ásia Central. No início do século, deu sinais de querer estender a sua influência política e económica à Pérsia, Mongólia e Manchúria. Em 1905, Lênin falou da Rússia, com o seu "punhado de proprietários feudais, chefiados por Nicolau II, que governava em estreita aliança com os magnatas do capital financeiro", desempenhando o papel de agente do imperialismo da Europa Ocidental, fato a que atribuiu o carácter "militar e feudal" do Estado czarista e da sua política. A isto acrescentou que a Rússia representava uma economia na qual "o último imperialismo capitalista está entrelaçado, por assim dizer, com uma rede particularmente densa de relações de tipo pré-capitalista" e que "uma agricultura muito atrasada e uma área rural muito primitiva" coexistiu com "um capitalismo industrial e financeiro muito avançado". (DOBB, 1972, p. 47)

Aqui cabe uma outra comparação interessante com o caso brasileiro que ocorrerá cerca de 80 a 100 anos depois, a da necessidade do nascente capitalismo russo buscar novos mercados para seus produtos diante de seu pequeno mercado interno e da lentidão da reforma agrária czarista em transformar o servo em consumidor assalariado. No processo de industrialização brasileiro, que será estudado no Capítulo 3, seguinte, os teóricos da CEPAL muito cedo diagnosticaram que a falta de uma reforma agrária que aumentasse a produtividade do campo era um empecilho para o desenvolvimento da indústria.

Uma saída alternativa adotada pela Ditadura Militar brasileira de 1964 foi a promoção das exportações para as nações sul-americanas vizinhas e aproveitamento de seus mercados já consolidados. Aqui, no caso russo em seu tempo do Império, as trocas comerciais vinham aliadas da força militar na tentativa de subjugar os povos vizinhos mais atrasados, no entanto a necessidade de reserva de mercado para a nascente indústria czarista dada a ineficiência da reforma agrária feita já se fazia presente.

O Império russo nunca foi completamente centralizado e unificado, ainda que fosse inquestionável a centralidade do poder político inicialmente de São Petersburgo, de quando era capital, e depois de Moscou, retomada enquanto capital

pelos bolcheviques devido a preocupações militares. O território russo/soviético sempre abrigou muitos povos, diversas línguas, culturas e costumes, ainda que com predomínio da etnia russa. Se inicialmente o Czarismo tinha uma relação colonial com todos os demais povos, foi necessária uma grande engenharia por parte dos bolcheviques, após 1917, para a manutenção da unidade nacional. Politicamente a solução encontrada por Lênin foi a da autonomia de algumas repúblicas, a exemplo da República ucraniana e algumas outras, porém unidas com as demais através do Governo da União, cuja principal república era a da Rússia, dado seu peso demográfico, político, econômico e extensão territorial.

O número de repúblicas foi crescendo com o tempo. Se a República ucraniana foi uma das primeiras, em outro exemplo, a República do Cazaquistão, dentro da União Soviética, data da década de 1930. Até hoje existem muitas repúblicas dentro do atual território russo, pós-colapso, que divide direitos e deveres políticos junto às *Oblasts* (províncias) mais unificadas culturalmente. Uma das primeiras preocupações de Lênin quando do primeiro plano de desenvolvimento da URSS chamado de GOELRO (Comissão do Estado para a Eletrificação da Rússia) foi o equilíbrio e fortalecimento regional das repúblicas e dos territórios para a garantia da unidade política.

> (...) Krzhizhanovsky [especialista presidente da GOELRO e também da GOSPLAN, indicado por Lênin] escreveu naquela época sobre a necessidade de eliminar "todas as tendências ao separatismo", e parece claro que a luta contra o separatismo regional foi a essência dos problemas daqueles primeiros anos e a principal razão para a reorganização que ocorreu neste terceiro ano. Um difícil processo de tentativa de domínio das forças centrífugas caracterizou os anos seguintes e foi essencial para que o planejamento tivesse alguma chance de sucesso. A ideia de um plano unificado para 1921 foi logo abandonada e em vez disso a atenção do Gosplan concentrou-se numa série de planos parciais, relativos aos setores da economia que tinham sido mais afetados pela desorganização dos anos de guerra, que exigiam uma atenção mais urgente, em nome de necessidades imediatas: por exemplo, planos parciais para combustível (em particular para a reconstrução do Donbass), transportes, alimentos, metais e comércio externo. (DOBB, 1972, p. 334-5)

A questão regional sempre esteve presente em todo o planejamento soviético, ora mais centralizado, ora mais descentralizado, mas sempre buscando um equilíbrio regional que pusesse fim ou ao menos amenizasse qualquer tendência separatista. A mudança de forma de enfrentamento do Czarismo para o regime Bolchevique sobre a questão foi o abandono da relação colonial para a tentativa de um desenvolvimento cada vez mais harmônico entre as partes constituintes da União, ainda que nem sempre os objetivos tenham sido logrados, vide o colapso de 1991.

Apesar de se iniciar ainda no século XIX, no período do Império, pode-se dizer que a industrialização russa corresponde ao período soviético, não somente porque a URSS foi soberana ao longo de quase todo o século XX, período em que o país mais se industrializou, alcançou e até ultrapassou a produção industrial *per capta* de alguns países do Ocidente, mas também devido ao estrago oriundo da Primeira Guerra Mundial e da Guerra-civil de 1918-1921. Muito pouco da antiga estrutura do país restou após a guerra e não só sua reconstrução, como também seu avanço foi uma tarefa do pós-revolução.

Outro elemento particular da industrialização soviética, que de certo modo também é político em virtude do relacionamento do país com seus vizinhos, foi a de quase autarcia em seu processo de desenvolvimento, sobretudo anterior a Segunda Guerra Mundial. Como se pode perceber, a URSS trouxe ao mundo um novo sistema econômico. Do mesmo modo que as diversas monarquias europeias tentaram conjurar a Revolução Francesa de 1792 e seu republicanismo, logrando inclusive o retorno monárquico com Napoleão, seus parentes e seus descendentes, o mundo capitalista fechou-se da maneira que pôde com o intuito de bloquear o desenvolvimento soviético, não sem antes ter financiado e até invadido diretamente o país ao longo da Guerra-civil.

> Como consequência de tudo isso, quando o processo de industrialização da URSS começou, ele teria algumas características especiais. Em primeiro lugar, as possibilidades de aliviar a estagnação da indústria pesada através da importação de bens de capital do estrangeiro foram dificultadas pela resistência dos capitalistas em conceder empréstimos à URSS. Isto não só impediu o desenvolvimento de relações especiais normais (por exemplo, as campanhas contra a madeira e o petróleo soviéticos durante certos períodos entre as duas guerras mundiais), mas praticamente excluiu a possibilidade de financiar o excedente de importações com empréstimos estrangeiros, de forma que outros países que seguiram o exemplo da Inglaterra o fizeram com tanta frequência. Consequentemente, os meios para a industrialização tiveram de provir quase exclusivamente dos recursos nacionais. (DOBB, 1972, p. 23)

Há ainda uma particularidade relativa ao novo sistema de produção que fez bastante diferença para o desenvolvimento soviético. Ao ter uma orientação marxista sobre o que deveria ser uma acumulação de capital pós-capitalista, em que o homem não fosse explorado por outro em virtude de sua classe e que não houvesse hierarquia de poder entre países de modo a haver o binômio metrópole-colônia, não havia exportação de capital da União Soviética para terceiros países.

> Há outra consequência desta forma de ver as coisas que talvez valha a pena salientar. A partir do momento em que o capital deixa de ser considerado

> como uma soma de valores, separável dos instrumentos concretos de produção – "títulos de capital" alienáveis, que proporcionam juros ao seu possuidor e podem ser comprados e vendidos independentemente das propriedades que representam –, a tendência para exportar capital que tem caracterizado a política econômica dos estados capitalistas não existe na economia soviética. Isto não significa que não existam razões que possam induzir a URSS a vender mercadorias a título de empréstimo a outros países, mas sim que esta operação só será considerada como realmente é, ou seja, uma transferência de produtos nacionais para que em vez de ser utilizados no país, serão utilizados no exterior, sem qualquer outra importação de produtos em troca no momento. Se o investimento for considerado como um aumento nas reservas de recursos produtivos da comunidade, levar esses recursos para uma esfera externa será visto como um empobrecimento da capacidade produtiva nacional para o futuro imediato (embora a longo prazo possam ser obtidos benefícios da operação em consequência do desenvolvimento industrial vizinho que poderá então fazer ofertas a preços mais baixos). Mas isto não será procurado como um meio de aumentar o valor nominal dos títulos de capital. Assim, o que constituiu uma grande força "expansionista" nos países capitalistas, sendo a causa de rivalidades internacionais, não existiu na economia soviética. (DOBB, 1972, p.38)

Este ponto não é de menor importância. Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* de Lênin (2011), o autor, ao comentar justamente sobre o período em que se desdobraria a industrialização soviética, ou seja, a fase imperialista do capitalismo, fala do papel do capital financeiro, no sentido de Hilferding, de garantir todas as fases do processo produtivo. Em outras palavras, a acumulação capitalista ocupa-se não somente do financiamento de novas operações no exterior visando superlucros, mas também da garantia de fontes de matérias-primas necessárias ao desenvolvimento dado o nível da técnica.

Ou seja, o mesmo problema que, contemporaneamente, envolve os países quanto às grandes reservas de lítio para a produção de baterias de carros elétricos e de terras raras para a indústria microeletrônica, sempre envolveu o desenvolvimento da indústria em seus estágios produtivos. Uma afirmação que se pode fazer sobre o período de maior autarcia da URSS é de que ele só foi possível por se tratar do maior país do mundo, transcontinental, que continha em seu território a quase totalidade do que o nível do progresso técnico mundial requeria àquela altura. O que se situava fora do território era obtido através do comércio exterior, uma vez que os créditos de longo prazo, tão comuns no caso da industrialização brasileira, não se fazia presente no caso soviético.

Há outras características particulares do planejamento econômico socialista que serão discutidas nas seções seguintes, mas que valem a pena se mencionar ainda nesta seção. É a que fala da disponibilidade e variedade dos bens em virtude do nível de desenvolvimento de um país e da forma de distribuição da renda. Ao não contar com

um mecanismo de mercado, que aufere oferta e demanda a partir dos preços relativos muito em virtude de subsídios de toda espécie e de muitas vezes se pagar as remunerações aos trabalhadores em espécie; muito da capacidade inovativa do setor produtivo soviético quanto ao consumo de novos bens esteve em mãos da capacidade de oferta, ou seja, do que era possível se disponibilizar em virtude da capacidade produtiva do país tanto em termos de estrutura produtiva, como quanto a distribuição de rendimentos.

> Estas considerações sobre a forma que os problemas econômicos assumem são reforçadas por uma característica particular do mercado à procura que parece provável que prevaleça em sociedades onde não existem grandes diferenças de rendimento. É sabido que numa sociedade com grandes diferenças de rendimento, a procura da maioria dos bens, com excepção dos bens de primeira necessidade, depende pelo menos tanto da curva de distribuição do rendimento como da posição que esses bens ocupam na escala de preferências. A procura da maioria dos bens de luxo será limitada a uma quantidade relativamente baixa devido ao fato do seu preço estar fora do alcance de todos, exceto de uma pequena minoria da população. Quanto mais próxima uma sociedade estiver da igualdade de renda e distribuição, maior ocorrerá a seguinte característica: acima de um determinado preço o item em questão (digamos, por exemplo, algum produto novo como bicicletas, relógios de pulseira, aparelhos de rádio ou geladeiras) dificilmente terá compradores porque muito poucos ou ninguém tem condições de pagar seu preço, enquanto no nível imediatamente abaixo do referido preço a demanda pelo referido item se tornará quase infinitamente elástica, pois agora todo mundo vai querer adquiri-lo, até chegar a um ponto em que, porque todos receberam este bem, a curva da procura torna-se novamente inelástica. Nestas circunstâncias, as autoridades de planejamento precisariam ter muito cuidado para não iniciar a produção de qualquer item até que os recursos produtivos permitissem que fosse fabricado numa escala suficientemente elevada para abastecer a maioria dos consumidores. Até que os recursos produtivos pudessem responder a esta necessidade, o artigo permaneceria por fabricar, pois, uma vez iniciada a sua fabricação, não haveria outra alternativa senão fabricá-lo em escala suficiente para todos. Existe, então, o seguinte paradoxo, que alguns poderão demorar a apreciar: quanto mais o rendimento e a distribuição de uma comunidade se aproximarem da igualdade, maior será o número de coisas que não estão disponíveis de todo ou são muito limitadas. Contudo, o fato destas características ocorrerem não significa de forma alguma que os recursos estejam a ser utilizados de forma ineficaz, mas precisamente o contrário. (DOBB, 1972, p.30-1)

Lembrando novamente o Capítulo 1, de quando os autores, seja do estruturalismo, seja da TMD, falam da dissociação da produção industrial do consumo das massas, esta é outra patente diferença. A dificuldade de introdução de bens de luxo em países altamente igualitários, como a URSS, contrasta/contrastou com uma produção industrial orientada para as classes mais altas em virtude da estrutura produtiva dependente do centro do capital no caso latino-americano, que teve muita dificuldade na formação de seu mercado consumidor. Mas uma vez mencionado esse

panorama geral do desenvolvimento russo no início do século XX que preparou as bases para o processo de industrialização vindouro, e que fizemos menção a algumas características do desenvolvimento socialista ante ao capitalista, passemos então para o processo de industrialização soviético em si.

2.2 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO SOVIÉTICO

Não é porque se fez uma revolução socialista no território russo que todas as suas contradições inerentes à civilização e ao território desapareceram. A Rússia foi um caso claro e raro em que subsistia um antigo modo de produção feudal (aristocrata) que tentava por si só desenvolver o capitalismo, mas que esbarrava justamente nas instituições do antigo regime, a exemplo do caso já visto da reforma agrária czarista que, em muito pouco, ou de forma muito vagarosa, favoreceu o desenvolvimento do mercado interno para a indústria.

Tinha-se, portanto, a particularidade de um regime anacrônico que sufocava a nova potencial classe dominante, a burguesia, ao mesmo tempo em que fortalecia o proletariado, sobretudo urbano, na medida em que importava instalações fabris e criava condições para o desenvolvimento da industrialização no Império russo. Disso resultou que houve na Rússia um proletariado não somente mais numeroso, porém mais organizado politicamente quando comparado a sua burguesia correspondente. Do mesmo modo, uma vez que a reforma agrária czarista havia deixado muito por desejar e, na prática, havia trocado apenas a servidão feudal pela servidão econômica, muito forte e organizado também era o movimento campesino.

> O fato é que, nas condições de predomínio dos grandes monopólios no início do século XX (que tanto Hilferding, quanto Lênin e Bukharin identificaram como uma nova etapa do capitalismo), a primeira revolução socialista vitoriosa no mundo eclodiu precisamente na Rússia – um país que, embora pudesse ser classificado como ‘imperialista’, mantinha acentuado atraso econômico, político e cultural em relação às demais potencias capitalistas da época (FERNANDES, 1991, p. 63).

Uma vez que as revoluções de 1917 – de fevereiro e de outubro – puseram de lado a aristocracia e a burguesia respectivamente, isso não quis dizer que tenha findado a luta de classes no interior da Rússia. Logo após o 25 de outubro de 1917, pelo calendário gregoriano, Lênin tinha muito claro que a ditadura do proletariado significava que a luta de classes permaneceria durante algum tempo dentro da URSS e

que elaborar bem a política para lidar com cada crise seria um verdadeiro trabalho coletivo de maestria, ou seja, do conjunto do Partido Bolchevique juntos aos Sovietes.

Neste aspecto pode-se abrir um parêntese teórico com importantes consequências políticas que perseguiu todo o período em que Stalin esteve no poder na URSS: é possível a construção do socialismo em um só país? Esperamos que a resposta a essa pergunta seja feita no decorrer deste capítulo, ao finalizarmos a análise da experiência russa/soviética. Apesar disso, desde seus anos iniciais, a luta interna e externa do governo bolchevique com a burguesia se fez presente. Isso quer dizer que houve muitas mediações da parte do regime para lidar com o tal período de transição. Ideias comuns à época da Revolução sobre a gestão das fábricas diretamente pelos trabalhadores foram matizadas pela necessidade da cooperação burguesa, ao menos no período inicial da URSS.

> No período inicial da revolução, a anarquia do controle operário foi seguida de tentativas para aplicar a doutrina, que ia buscar encorajamento em certas passagens de "O Estado e a Revolução" de Lênin, que afirmava que a administração da indústria era questão simples bem dentro das capacidades de qualquer cidadão moderadamente inteligente [...]. Mas em breve se daria uma mudança radical. Em "Conservarão os Bolcheviques o Poder do Estado?" Lênin previa cautelosamente que o novo regime iria precisar de um número muito maior de "engenheiros, agrônomos, técnicos, especialistas cientificamente treinados, de todos os tipos", que teriam de ser mais bem pagos, "durante o período de transição", do que os outros trabalhadores. (CARR, 1977, p.203-204).

Essa realidade gerou forte rebuliço político dentro do regime na relação dos mesmos com os trabalhadores operários, mas a realidade da transição se impunha de modo inconteste e diversas flexibilizações foram feitas em virtude do retorno ao bom funcionamento da economia naquele conturbado período. Muitos dos ex-chefes foram poupados da nacionalização em determinadas indústrias ou contratados como gestores. Foi feito também um grande esforço para atrair a cooperação de técnicos burgueses para que não deixassem o país e mesmo que fosse conseguida a ajuda técnica no estrangeiro. Dentro das disputas internas, cabe destacar a fala a seguir, de Lênin, no sentido de conciliar a questão.

> O poder soviético confia a direção aos capitalistas, não enquanto capitalistas, mas enquanto especialistas-técnicos ou organizadores, mediante salários elevados [...]. Os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantescas empresas, trustes ou outros estabelecimentos, pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, de partido proletário, que devemos empregar enquanto 'dirigentes' do processo de trabalho e de organização da produção,

> pois não há mais ninguém que conheça a questão, na prática, por experiência [...]. Os operários [...] não temem o grande 'capitalismo de Estado', pois consideram como seu instrumento proletário, que seu poder soviético usará contra a desordem e a confusão que caracterizam a pequena propriedade. (LENIN,1964, p. 365 *apud* BETTELHEIM, 1979, p. 143)

A literatura marxista clássica anunciava que a revolução socialista viria inicialmente do centro do capitalismo, ou seja, do país mais avançado para a periferia. O que se viu na prática foi exatamente o oposto. A "pata fraca" do conjunto de imperialismos europeus, justamente a que menos pés tinha no modo de produção capitalista, foi a responsável pelo pioneirismo da revolução. Disso se abria uma questão de suma importância que dominou a discussão política na URSS e na Terceira Internacional (A Internacional Comunista) e que se fez presente pelo menos até a II Guerra Mundial: ou a revolução rapidamente se espalharia para o mundo desenvolvido ou a União Soviética tenderia a perecer em virtude de seu atraso cultural e econômico e do cerco capitalista ao seu território.

Nesses termos foi que se formaram duas frações dentro do Partido Bolchevique a respeito do futuro da União Soviética. Após a morte de Lênin em janeiro de 1924, uma luta encarniçada pelo poder se fez valer nas esferas políticas do país. Grosso modo estavam contrapostas duas visões sobre o futuro do socialismo que também se desdobravam em aspectos mais específicos sobre a industrialização soviética. O fato é de que uma vez que o primeiro Estado operário se tornou realidade, este veio em um país da periferia, mas houve um segundo agravante. A expectativa geral era a de que a Revolução Socialista avançasse na Europa, não só para que a URSS não ficasse isolada político e economicamente, como para que o progresso técnico do centro fosse disseminado para a periferia aumentando assim as chances de sobrevida da experiência socialista.

Muito perto se chegou desse acontecimento, sobretudo na Hungria e na Alemanha, porém suas revoluções foram sufocadas e derrotadas. A URSS, apesar de ser o maior país do mundo, restou isolada no globo até o fim da II Guerra Mundial com o agravante de ser um país bastante atrasado economicamente e no tocante ao progresso técnico. As duas alas que se formaram no Partido Bolchevique após a morte de Lênin foi uma, liderada por Joseph Stalin, que acreditava na construção do socialismo em um só país, ala vitoriosa na disputa política; e a segunda ala liderada por Leon Trotsky, que afirmava que a URSS não conseguiria ir muito longe sem o acompanhamento da Revolução mundial e que era necessário, portanto, que todos os esforços internos da

URSS estivessem a serviço da revolução em outros países, posição derrotada, tendo sua ala sido não somente expulsa do partido, como também executada nos famosos "Processos de Moscou" do final da década de 1930.

Independente da resolução teórica que pudesse se dar a partir da mencionada disputa, o poder havia sido tomado e um país precisava ser construído. A luta pelo socialismo no país ganhou a feição da luta pelo progresso técnico-científico. Alcançar o mais rápido possível o nível da técnica estrangeira e aumentar a quantidade e a qualidade da produção soviética passaram a ser o novo norte do regime.

> Ao contrário, nenhuma acumulação socialista parcial e de reduzida importância é capaz de resolver o problema fundamental da organização socialista da economia. Particularmente, na medida em que se trata da economia da União Soviética; é necessário uma acumulação: 1) que permita a economia estatal atingir a técnica capitalista contemporânea nos lugares onde for impossível a passagem gradual a uma nova base técnica; 2) que torne possível a mudança da base técnica da economia estatal, a organização científica do trabalho, a direção planificada de todo o complexo da economia estatal, medidas que não poderão ser adotadas sem formação de grandes estoques de emergência e reservas planejadas; 3) que garanta o progresso de todo sistema e não somente de partes isoladas, pois a interdependência do movimento do conjunto do sistema torna absolutamente impossível um progresso descoordenado, segundo método da guerrilha capitalista, da iniciativa individual e da concorrência (PREOBRAJENSKY, 1979 p.93).

Nas palavras de Lênin:

> O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista, calcada na última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal harmônica [planificada], que submeta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma única norma na produção e na distribuição dos produtos. Nós, marxistas, sempre falamos sobre isso e não vale a pena gastar sequer dois segundos para conversar com pessoas que não compreendem pelo menos isso (os anarquistas e uma boa parte dos esseristas [Socialistas Revolucionários] de esquerda). (LÊNIN, 1987, p. 148)

Conforme afirmado no início deste capítulo, a tomada do poder pelos bolcheviques foi realizada sem o disparo de nenhum projétil, dadas as condições de ingovernabilidade da Rússia e do contexto internacional bastante delicado em virtude da 1ª Guerra Mundial. Em geral, aponta-se na literatura para o interstício de cerca de 9 meses entre a tomada do poder e a reação que deu início à Guerra Civil. Ao longo desse período pode-se apontar os primeiros traços do que seria posteriormente a NEP antes da implantação do Comunismo de Guerra, período também conhecido como de Capitalismo de Estado. Essa forma de capitalismo indicou algumas mudanças importantes, entre elas a do monopólio do comércio exterior.

> No tocante ao intercâmbio de mercadorias, a liderança da URSS defendeu desde o início a manutenção de relações regulares de comércio com os países capitalistas. Mas mesmo aqui, Lênin considerava fundamental preservar a soberania econômica do Estado Soviético diante do mercado capitalista mundial. Isto só seria possível, na sua opinião, com a monopolização e centralização nas mãos do Estado de todas as relações comerciais com o exterior. (...) Em 22 de abril de 1918, o Conselho de Comissários do Povo decretou o monopólio Estatal do comércio exterior. Todas as operações comerciais com o exterior, seja de importação ou exportação, passaram a ser conduzidas por organismos estatais especialmente montados para esse fim, vinculados ao Comissário do Povo para o Comércio Externo. Fora desses organismos, ficava expressamente proibida a assinatura de qualquer contrato de importação/exportação. (FERNANDES, 1991 p. 78)

Aqui encontramos uma nova diferença com o processo de industrialização brasileiro que ocorria apenas com algumas décadas de atraso. Foi necessário a chamada Revolução de 1930, após a crise de 1929, liderada por Getúlio Vargas, para que o Estado brasileiro, muito provavelmente acompanhando os passos soviéticos, viesse a tomar para si as divisas estrangeiras oriundas do comércio exterior brasileiro para que, então, pudessem ser gastas racionalmente na importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas do exterior, responsáveis pelo desenvolvimento do processo de industrialização por substituição de importações brasileiro. No caso soviético não houve apenas um confisco das divisas estrangeiras com posterior pagamento às distintas frações burguesas em moeda nacional, mas a tomada para si, por parte do governo, de todo o comércio exterior. As principais decisões tomadas pela Revolução de 1917 podem ser resumidas por Charles Bettelheim na seguinte citação:

> As mais importantes são: os decretos sobre controle operário (publicado a 19 de novembro de 1917), formação do conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh), nacionalização dos bancos (publicada a 28 de dezembro), organizações de consumo (criação de cooperativas de consumo sob controle dos sovietes, publicada a 16 de abril de 1918), monopólio do comércio exterior (publicado a 23 de abril). (BETTELHEIM, 1979, p. 131)

Uma vez que as relações de produção capitalistas na Rússia não estavam maduras, cabia ao Estado Operário desenvolvê-las, não no sentido de permitir por si a exploração do homem pelo homem, mas de buscar a construção de trustes e oligopólios de Estado responsáveis por avançar as forças produtivas da Rússia no tocante ao desenvolvimento capitalista que ainda estava por se fazer. Uma vez que não se constrói trustes e oligopólios da noite para o dia, aliás, foi necessário todo o século XIX para que os mesmos se esboçassem nos países de industrialização pioneira, seria necessária alguma mediação com a burguesia no decorrer desse processo.

> O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a caraterística fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. (LÊNIN, 2011, p. 216)

Lênin via na oligopolização da economia com o comando do Estado Operário a essência de um "Capitalismo de Estado" necessário para a transição ao socialismo dadas as condições russas de atraso.

> Todos conhecemos este exemplo: a Alemanha. Aí temos a "última palavra" da grande técnica capitalista moderna e da organização harmônica [planificada], subordinada ao imperialismo junker-burguês. Deixando de lado as palavras sublinhadas, e colocando no lugar de Estado militar, junker, burguês, imperialista, também um Estado, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado soviético, isto é, proletário, e obteremos toda soma de condições que dá como resultado o socialismo. [...] a nossa tarefa consiste em aprender o capitalismo de Estado com os alemães e implantá-lo com todas as forças, em não suavizar métodos ditatoriais para acelerar a sua implantação do ocidentalismo, para a Rússia bárbara, nem evitar os meios bárbaros de luta contra a barbárie. (LÊNIN, 1987, p. 148-149)

O Comunismo de Guerra, que vigorou posteriormente ao longo da guerra-civil, não foi uma teorização marxista ou leninista quanto a uma possível etapa necessária do socialismo. Foi uma imposição da realidade. Embrenhada na guerra até a assinatura do acordo de Brest-Litovsk e depois mergulhada na guerra civil, inicialmente Lênin tentou operar a ditadura do proletariado diante das classes.

> Os bolcheviques herdaram não só um país atrasado e isolado, mas também arruinado pela guerra civil, fato que aprofundou terrivelmente o atraso material na Rússia. O desemprego era massivo e a fome se alastrou. Com a irrupção da guerra civil já em março de 1918, os bolcheviques, por uma questão de sobrevivência, estabeleceram um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição, conhecido como comunismo de guerra. (RODRIGUES, 2006 p. 65).

Antes do período do Comunismo de Guerra, o regime havia instituído o Decreto de Controle dos Trabalhadores, que trazia uma legislação sobre em quais situações uma fábrica poderia, ou deveria, ser nacionalizada. Em geral foram nacionalizadas inicialmente as grandes empresas, estratégicas do ponto de vista da economia do país, tais como o setor energético e de transportes, além do setor bancário, para só aos poucos a nacionalização vir abarcando cada vez mais setores da economia e as empresas menores. No entanto, isso não quer dizer que o decreto tenha sido obedecido e muitos foram os casos em que os trabalhadores tomavam as fábricas diretamente em suas mãos independentemente da nova legislação vigente.

Um conselho econômico supremo, chamado de Vesenkha, foi criado na estrutura estatal para acompanhar as nacionalizações e operações das fábricas. Ainda assim, naqueles anos iniciais em que a revolução ainda estava por se consolidar, o planejamento central se resumiu basicamente a tentativas de erro e acerto, além da crise de legitimidade e da dificuldade de se controlar o conjunto dos trabalhadores em sua sanha nacionalizante. Segundo Maurice Dobb (1972, p. 89-102), era visível que aquela primeira tentativa de planificação não duraria muito tempo, sobretudo em virtude da guerra civil que se avizinhava. Se inicialmente boa parte da burguesia ainda "esperava para ver" no que aquela nova experiência iria dar, em geral acreditando que o novo regime duraria não mais que poucos meses, apenas após algum tempo foi que se organizaram para o boicote e a sabotagem interna, também conhecida como "greve dos patrões".

Muito rapidamente a situação se deteriorou. E se inicialmente Lênin, no comando do País e do Partido Bolchevique, buscava negociar com a burguesia um período de transição em que contasse com a experiência organizativa, técnica e de gestão dos especialistas burgueses, fazendo algumas conceções até mesmo para o capital estrangeiro para a imediata continuidade de exploração de alguns recursos naturais e indústrias vitais, muito cedo tudo isso foi abandonado em virtude do Comunismo de Guerra.

A principal característica do Comunismo de Guerra foi o confisco da produção rural, de cereal e de víveres, diante das necessidades da indústria em geral, nas cidades, mas sobretudo em virtude das necessidades da Guerra-civil. Para tanto a aliança entre operários e camponeses foi fundamental. Ao realizar uma verdadeira reforma agrária no país em que a maior parte da terra foi distribuída para o campesinato e uma outra menor ficou disponível para o Estado – porção esta em que posteriormente

foram organizadas fazendas estatais (Sovkhozes) –, estava ganha para a causa revolucionária a maior parcela da população russa, sua população campesina. Além desse trunfo estratégico, a reforma agrária bolchevique possibilitou posteriormente a aceleração do processo de industrialização, justamente o processo que vinha sendo retardado pela política czarista para o campo. Carr, ao mencionar a posição de Lênin sobre o Comunismo de Guerra, faz a seguinte afirmação:

> A especificidade do Comunismo de Guerra consistia no fato de nós tirarmos, realmente aos camponeses todos os seus excedentes, e por vezes mesmo o que não era excedente, mas sim parte do necessário à sua subsistência, e fazíamo-lo, na maior parte das vezes, a crédito, em troca de papel moeda. De outro modo não poderíamos vencer os proprietários e os capitalistas num país de pequenos camponeses completamente devastado. (CARR, 1977, p. 169)

Claramente o Comunismo de Guerra também não seria uma alternativa para o desenvolvimento do país. Diversos imbróglios envolvendo fiscais do Estado e a população camponesa ocorreram. Com um país que vinha se destroçando, antes pela Guerra Mundial, depois pela Guerra Civil, os esforços requeridos aos camponeses se tornavam cada vez mais penosos e o fantasma da fome se alastrava por todo o país. A União Soviética passou a ser assombrada então por um fantasma que se fez presente desde os primeiros dias da revolução, mas que se tornava cada vez mais crítico a medida em que se avançava o Comunismo de Guerra, o fantasma da especulação. Diversas medidas foram tomadas pelo Governo no sentido de combate-la ou ao menos evita-la.

> Já a 13 de maio de 1918, um decreto do CFC [Comitê Executivo Central] da Rússia e do Conselho de Comissários do Povo da RSFSR [Repúblicas Socialistas Federadas Soviéticas da Rússia] outorgava ao Comissariado do Povo de Abastecimentos poderes extraordinários na luta contra a burguesia rural que ocultava as reservas de trigo e especulava com elas. (...) Estabeleceram-se o controle e a distribuição rigorosa dos excedentes. Cada proprietário de cereais era obrigado a declarar e a vender ao Estado, no prazo de uma semana, os excedentes, a preço fixo. Os culpados por ocultação de reservas eram declarados inimigos do povo e, por sentença dos tribunais revolucionários, eram presos e seus bens confiscados. (KATORGUINE, 1987 p. 107-108)

A essa realidade se somava uma mais severa. Uma vez que todo o excedente agrícola era confiscado pelo Estado para a manutenção do Exército Vermelho, recém formado e comandado por León Trotsky, não havia incentivo para o camponês cultivar a terra.

> O poder soviético fazia todo o possível para salvar os operários e soldados vermelhos de morrerem de fome: proibiu-se o comércio privado, estabeleceu-

> se o abastecimento estatal, a remuneração do trabalho em espécie, a alimentação gratuita para os operários e empregados, os serviços comunais gratuitos, etc. Mas, tais medidas não eram apropriadas aos tempos de paz. Segundo Lênin, a política do comunismo de guerra não podia enquadrar-se com as tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória. (KATORGUINE, 1987 p. 111)

Logo que a situação política foi ficando sob controle em virtude das sucessivas vitórias do Exército Vermelho na libertação do país, logo o Comunismo de Guerra teve de ser substituído por um outro regime de acumulação, a chamada Nova Política Econômica.

> As consequências econômicas do comunismo de guerra, cuja falência foi revelada por esses acontecimentos, formavam um círculo vicioso sem qualquer ponta para análise. A um declínio catastrófico na produção industrial, devido em parte à destruição das fábricas, em partes à desorganização do trabalho, em parte ao incômodo sistema de administração centralizada representado pelo Glavki, seguiram-se uma ruptura virtual da distribuição estatal ou controlada pelo Estado de mercadorias a preços fixos, provocando um rápido aumento no comércio privado ilícito a preços especulativos e uma forte inflação da moeda corrente; e isto, por sua vez, acelerara a recusa do camponês, perante uma carência de alimentos e uma moeda desvalorizada, em fornecer às cidades as necessárias remessas de cereais, de modo que a população foi progressivamente abandonando os centros industriais e a produção industrial se aproximou ainda mais de uma paragem total. (CARR, 1977 p. 298)

Passemos então para o período de reconstrução econômica que correspondeu a fase de desenvolvimento da NEP.

2.2.1 – A reconstrução após a guerra civil e a constituição da NEP

Falar da reconstrução do país ao longo do pós-guerra civil, junto do novo retorno ao anteriormente tentado "Capitalismo de Estado", conforme afirmado por Lênin, agora na forma na NEP (1921-1928), é de fundamental importância para se entender as principais modificações na organização do Estado e na relação entre as classes que possibilitaram o planejamento industrial posteriormente. Esse período é caracterizado como de uma economia mista, em que conviveram elementos burgueses, conhecidos como *nepmen* na indústria e comércio a retalho, o *kulak* na agricultura e os camponeses médios como elementos passíveis de fortalecimento da burguesia.

> Ao longo dos seus diversos escritos econômicos no início dos anos 20, Lenin indicou os seguintes elementos como componentes do 'capitalismo de Estado' na URSS:

> 1) As concessões, onde forças produtivas da economia Soviética eram alocadas a capitalistas nacionais ou estrangeiros por um prazo de tempo determinado;
> 2) As cooperativas, que agrupavam pequenos produtores que trabalhavam forças produtivas pertencentes ao estado (sobretudo a terra) com liberdade para comercializar as mercadorias por eles produzidas;
> 3) As comissões pagas pelo Estado a capitalistas que atuavam como comerciantes;
> 4) O arrendamento (aluguel) de forças produtivas da economia Soviética para capitalistas nacionais ou estrangeiros;
> 5) A montagem de empresas mistas, associando capital estrangeiro e empresas soviéticas (FERNANDES, 1991 p. 82).

No entanto, uma primeira ressalva importante foi a situação de quase autarcia a que a União Soviética foi submetida no período. Se podemos observar a reconstrução do mundo, no caso aqui em questão, da 1ª Guerra Mundial, com auxílio de créditos estrangeiros, muito pouco disso, ou quase nada, correu em auxílio da URSS. Portanto, uma questão a se ressaltar a esse respeito é de que o campo tanto político, quanto econômico favoreceu a formulação vitoriosa de Stalin sobre a construção do socialismo em um só país, diante do isolamento soviético.

> Poucos países numa situação como esta teriam conseguido quebrar o círculo vicioso sem recorrer a empréstimos estrangeiros. Com a ajuda de créditos e empréstimos de curto prazo, ou de investimentos de longo prazo, pode fornecer às empresas fundos operacionais suficientes para funcionar, remediando também a escassez de produtos alimentares ou matérias-primas através de importações do exterior. Foi assim que a Áustria foi salva da fome total em 1922 e como a Alemanha iniciou a sua fantástica recuperação em 1924 com a ajuda do *Dawes Loan*; foi também assim que, mais recentemente, os países devastados pela guerra voltaram a crescer com a ajuda dos fornecimentos da UNRRA. Mas a Rússia em 1921 só podia esperar uma ajuda mínima neste sentido. O espectro da intervenção armada apenas desapareceu e não havia garantia de que ela não voltaria a ser ameaçada de morte por ela. Até 1924 era impossível obter créditos comerciais e, mesmo assim, estes só aconteciam em montantes mínimos. A política de "concessões" às empresas estrangeiras para participarem em empresas industriais não conseguiu angariar mais de 10 milhões de rublos-ouro de capital estrangeiro durante os seus primeiros anos. Os montantes que entraram no país durante os anos 1921-22 (cerca de 21 milhões de libras esterlinas) serviram apenas para aliviar a fome, mas foram insuficientes para evitar a crise, à qual se somou a fome de 1921. Se trataram de conseguir empréstimos em Gênova e Londres durante os anos de 1922 e 1923, mas tudo foi inútil, e parte das parcas reservas de ouro teve que ser gasta para pagar as importações de alimentos que logo se esgotaram. Em 1920 foram importados alimentos no valor de 20 milhões de libras e em 1922 no valor de 37 milhões, mas tudo isto porque em 1923 e 1924, a necessidade de estabilizar a moeda obrigou a uma redução rigorosa das importações, abaixo dos níveis de 1921, e a incentivar, em vez disso, as exportações. Para compreender até que ponto a ajuda externa prestada à União Soviética foi insuficiente face às suas necessidades, basta rever os cálculos feitos em 1922 dos montantes necessários apenas para a reconstrução da rede de transportes. Os números atingiram pelo menos 75 milhões de libras para o lançamento das primeiras linhas ferroviárias e 100 milhões para as linhas auxiliares e portos marítimos. Os meios necessários para a reconstrução da Rússia tiveram, portanto, de

> provir dos seus próprios recursos e, portanto, o processo de reconstrução foi mais lento e mais caro do que poderia ter sido noutros casos. (DOBB, 1972, p. 150-1)

Outra forma de analisar a forma de inserção externa da economia soviética e de como esta auxiliou na reconstrução do país é através de seus dados sobre comércio exterior, mostrados a seguir na Tabela 1:

TABELA 1 - Evolução do comércio externo soviético de 1913 a 1929, em milhões de dólares de 2018

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1913	76.328,02	68.991,98	7336,05
1920	33,06	677,74	-644,68
1921	555,40	5.727,21	-5171,81
1922	2.377,25	7.860,08	-5482,83
1923-24	10.741,44	6.720,60	4020,85
1924-25	15.910,33	20.710,91	-4800,58
1925-26	19.025,32	21.266,40	-2241,08
1926-27	21.329,89	19.509,11	1820,78
1927-28	21.749,62	26.439,02	-4689,40
1928-29	24.831,25	23.662,69	1168,56
1929-30	28.691,84	30.589,74	-1897,90

Fonte: Baykov *apud* Strauss, 2019, p. 98.

Podemos notar uma vertiginosa queda no volume do comércio de antes da Revolução para o seu posterior, com forte destaque para os anos de 1920, além do fato do volume de comércio não ter se recuperado aos níveis pré-revolução ao longo do período analisado. Diversos *déficits* são percebíveis e os parcos empréstimos, a elevados juros, que foram adquiridos pelo país, aí tiveram destinação.

Apesar da situação vigente no período, não havia um manual a ser seguido sobre como planejar a economia, as tentativas iniciais de construção de um Capitalismo de Estado se mostraram frustradas, porém os anos de Comunismo de Guerra requereram uma nova mudança nos rumos econômicos. Uma vez que o país ainda se encontrava destroçado pela Guerra Civil, a nova tentativa de Capitalismo de Estado, com o apoio da burguesia, se fez presente novamente, dessa vez contando com a derrota militar da coalização estrangeira junto à burguesia interna que a pouco tentara retomar diretamente o poder.

Ainda assim, outro ponto a se destacar dos dados recém apresentados, é a delicada situação que a industrialização soviética esteve quanto a contar com possível auxílio externo, mesmo que da maneira que vigorou no Brasil pós-segunda guerra mundial. Havia forte risco de entregar vastos setores da economia para o capital forâneo, ao passo que o comércio exterior se encontrava bastante restrito, conforme visto. A saída buscada foi a de dobrar a aposta na autarcia produtiva no sentido de acelerar a construção de uma indústria de bens de capital, diminuindo assim a dependência externa de elos na cadeia, bem como somando para a soberania política do país. Stalin pedia confiança na construção do socialismo em um só país e pedia um maior foco na indústria de bens de capital, como forma de diminuir a dependência exterior e deslanchar os gargalos econômicos que impediam o desenvolvimento da indústria leve (DOBB, 1972, p. 188-9).

> Outro aspecto da questão era se deveria ser dada prioridade à indústria pesada para que, eliminando os estrangulamentos, o ritmo total da industrialização pudesse ser aumentado, ou à indústria ligeira, que poderia dar frutos mais rapidamente com uma maior produção de bens de consumo com os quais aumentar o padrão de vida na cidade e tentar importar mais produtos agrícolas do campo, aumentando assim o intercâmbio entre a cidade e o campo. (...) A negociação de créditos para financiar compras correntes de bens de outros países encontrou grandes obstáculos e, em alguns casos, certo boicote por parte de organizações financeiras estrangeiras. A possibilidade de financiar um excedente de importações durante um número limitado de anos através de compras a crédito, mesmo a taxas de juro elevadas, era muito limitada. Mesmo a tentativa de intensificar as exportações para pagar as importações necessárias poderia muito bem provocar uma campanha de boicote, como as campanhas da imprensa contra a madeira soviética, o petróleo, a manteiga siberiana e o *dumping* antissoviético em geral. Evidentemente, a Rússia tinha muito pouco a esperar das circunstâncias externas. Ao contrário de outros países que passaram de uma economia agrícola atrasada para uma economia industrial em grande escala, não podia esperar qualquer ajuda de empréstimos estrangeiros. A transformação teve, portanto, de ser financiada com recursos nacionais. (DOBB, 1972, p. 177-8)

Cabe aqui uma reflexão importante. Embora fosse desejado uma maior cooperação internacional para a reconstrução russa do pós-guerra civil, é difícil se apontar até que ponto essa ajuda seria bem-vinda. No caso brasileiro, por exemplo, o período que foi de 1930 a 1950, foi o de maior desenvolvimento industrial autóctone que possibilitou certa independência, ou relação menos dependente do exterior, quando comparado ao pós-Segunda Guerra, em que o capital forâneo passou a competir internamente com a indústria doméstica e a quebra-la nos setores mais dinâmicos.

O caso russo, com toda certeza, foi bastante difícil, não só pela realidade da industrialização por suas próprias mãos, como também pela constante ameaça da guerra,

como a que acabara de ocorrer. Ainda assim, mesmo diante de tal esforço, não seria exagero dizer que o sucesso posterior da industrialização soviética se deveu, também, a esse esforço próprio, uma vez que o campo socialista internacional só foi expandir-se após a Segunda Guerra mundial e ainda assim, de modo bastante dependente da URSS.

Mas voltando ao período histórico que nos ocupa no momento, o período da NEP, conhecido na famosa fala de Lênin de "um passo atrás para dar dois à frente", este foi justificado em virtude da situação de destruição da estrutura econômica e da área cultivada ao longo da guerra-civil, bem como da forte necessidade de desenvolver o modo de produção capitalista na Rússia, como forma de relegar ao passado antigas formas de produção, sobretudo no campo.

> Para cumprir as tarefas econômicas da industrialização e da transição socialista nestas condições, fazia-se necessário, primeiro, reorganizar a economia devastada por anos seguidos de guerras e desenvolver as forças produtivas a um nível que permitisse a socialização da produção. Foi com esses objetivos que o poder soviético decidiu lançar a nova política econômica (NEP). (FERNANDES, 1991 p. 80)

Conforme pode-se acompanhar pela literatura que se ocupa da subsunção e subordinação ao capital da recém formada classe trabalhadora na Inglaterra de inícios do século XIX, do mesmo modo a classe trabalhadora russa era não somente pouco numerosa e indisciplinada, como também recém chegada do campo à cidade. Essa realidade é própria de todo e qualquer processo de industrialização, tendo acontecido do mesmo modo no Brasil: a classe operária, em geral, é filha da classe camponesa quando esta passa aos poucos a ser desprovida dos meios de produção e se aglomera nas cidades, tendo como única propriedade sua força de trabalho (MARX, 2013, Capítulo 24). Um longo processo histórico se passa até que a nova classe operária esteja habituada e disciplinada ao trabalho nas fábricas, processo de trabalho típico do capitalismo, como também na agricultura capitalista, todos empregados sob regime de assalariamento, ou seja, de venda de sua força de trabalho.

A característica russa aqui posta em relevo é a de que, apesar do pouco desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Império russo a partir de 1861 (abolição da servidão), a educação e o disciplinamento industrial da classe trabalhadora estava muito por se completar ainda no início da União Soviética. O mesmo ocorreu com o processo de desenvolvimento do proletariado brasileiro após a abolição da escravidão em 1888 e sobretudo com o aprofundamento do advento da indústria pós 1930. Avançar o processo histórico russo de passagem de um modo de produção feudal

e arcaico para um modo de produção socialista também foi uma tarefa feita por cima, a partir do novo Estado instituído. No entanto, essa passagem direta era impossível. A NEP, então, correspondeu a esse período de transição em que vigorou uma economia mista em muitos sentidos, que visava utilizar o progresso do modo de produção capitalista para enterrar antigos modos de produção arcaicos na Rússia e possibilitar a passagem para uma economia de base socialista.

> Ao restaurar uma economia de mercado a NEP restaurara a interdependência dos diferentes elementos da economia no quadro normal da ordem capitalista. A intervenção direta do Estado para apoiar as indústrias pesadas era contrária aos novos princípios. As controvérsias que iriam determinar o destino da indústria e o curso da produção industrial travar-se-iam no campo da política comercial e financeira (CARR, 1977 p. 347).

Por uma economia de base socialista, se entende, neste trabalho, uma economia em que não há a exploração da força de trabalho do homem por outro e todo o excedente produtivo, a mais-valia de uma economia capitalista, vai para as mãos do Estado, no caso russo pós 1917, de um Estado Operário. Em outras palavras, uma vez que a classe dominante é a classe operária, ainda que em aliança com a classe camponesa, o Estado, tido aqui no conceito de Marx e Engels expresso no Manifesto Comunista [1848] (2017), funciona em favor da Ditadura do Proletariado. Ou seja, todo o excedente produtivo, que funcionaria como lucro, ou mais-valia, em um Estado capitalista, funcionava na Rússia soviética como um excedente disponível para o povo, sobretudo para a classe operária, em sua tarefa histórica de igualar as condições de participação de todos na produção abolindo assim o fundamento da diferenciação entre as classes.

A NEP é considerada um período em que vigorou uma economia mista porque permitia a exploração da classe trabalhadora, sobretudo no campo, mas também na indústria de pequena monta na cidade, além da pequena produção individual camponesa, todas elas convivendo com o monopólio do Estado Operário nos setores-chave da economia e no principal da indústria, seja ela pesada ou leve. Conforme citado por Carr, o controle do Estado Operário se deu, no período, pelas relações comerciais e financeiras, além do monopólio direto das principais indústrias. Era justamente na indústria que residia o poder econômico soviético, no sentido de poder econômico socialista.

> Como então poderia ser descrito o complexo sistema econômico estabelecido pela NEP? Certamente não pode ser enquadrado num dos sistemas econômicos que os manuais escolares normalmente apresentam. Quase toda a grande e média indústria foi nacionalizada e, neste aspecto, a socialização foi maior do que durante os primeiros oito meses do regime soviético. Por outro lado, a agricultura permaneceu individualista e, com excepção de uma área muito pequena coberta por explorações estatais e coletivas, consistia inteiramente em pequenas propriedades exploradas pelos seus proprietários, de preferência como meio de subsistência e não como produção para o mercado, mas havia também as fazendas *Kulak*, nas quais se utilizava trabalho assalariado. Os laços básicos entre a agricultura e a indústria foram mais uma vez os do mercado, e já vimos como o capital privado ocupava um papel importante no mercado entre o campo e a cidade e entre o produtor e o consumidor. É claro que não poderia ser descrita como uma economia socialista, dado o grande número de empresas privadas. Ao mesmo tempo, com exceção das explorações *kulaks*, que empregavam em grande parte trabalho assalariado, as explorações agrárias, embora trabalhadas individualmente, não podiam ser descritas como capitalistas, e os elementos capitalistas dentro do sistema total eram insignificantes. As pequenas produções, no entanto, tanto nos setores agrícola, como industrial, constituíram um terreno fértil a partir do qual o capitalismo poderia crescer novamente com facilidade e rapidez. (DOBB, 1972, p. 145)

No tocante específico à indústria a NEP favoreceu as seguintes mudanças:

> Em primeiro lugar vinha o "apoio às pequenas e médias empresas, privadas e cooperativas"; em segundo lugar, "autorização para arrendar empresas do Estado a pessoas privadas, cooperativas operárias e associações"; em terceiro lugar, "uma revisão parcial dos programas da grande indústria no sentido do incremento da produção de artigos de consumo popular e de consumo diário dos camponeses"; e por último, "um alargamento da independência e iniciativa de todas as grandes empresas relativamente à utilização dos seus recursos financeiros e materiais". Esta seria a ordem a seguir na legislação Soviética. (...) Os primeiros passos da NEP, no que concerne à indústria, contém-se em dois decretos publicados pelo *Sovnarkom* em 17 de maio de 1921. O primeiro anunciava a intenção do governo de "tomar as medidas necessárias para desenvolver as pequenas indústrias rurais, na forma de empresas privadas ou cooperativas" e de "evitar a regulamentação excessiva e as excessivas formalidades que esmagam a iniciativa econômica dos indivíduos ou grupos"; o segundo revogava vários decretos anteriores que limitavam o raio de ação e os poderes das cooperativas de produção, ao mesmo tempo que suspendia os efeitos de um outro decreto de 29 de Novembro de 1920 nacionalizando todas as empresas industriais, embora estipulasse que as nacionalizações efetivadas antes de 17 de maio de 1921 não seriam anuladas. (CARR, 1977 p. 328)

Conforme adiantado na seção anterior e visto pela flexibilização citada na citação acima, foi retomada a construção de novos trustes por setores, as vezes mais de um por setor, na tentativa de oligopolizar a produção industrial e melhor coordená-la de acordo com os planos de desenvolvimento que vinham se gestando. No entanto, as empresas estiveram mais livres para se organizar internamente, o que poderia de certo modo enfraquecer os laços em cadeia, mas que àquela altura conformava uma situação

superior do que a que vigorava anteriormente, de completa anarquia e tentativa excessiva de controle estatal.

> O estatuto jurídico dos novos trustes foi estabelecido pelo Decreto do *Sovnarcom* de 10 de abril de 1923, que lhes conferiu personalidade jurídica como organizações capazes de contratar, não como proprietários, mas como delegados do Estado a quem foram atribuídos poderes específicos. Estes poderes, que conferiam personalidade jurídica aos trustes, tiveram de ser confirmados pelo *Vesenkha*, que se reservou o direito de determinar a distribuição dos lucros, de liquidar o truste por motivos específicos e de demitir os membros do Conselho a cada ano. O contrato estabelecia o valor do capital inicial, dividido em duas partes: o capital fixo, que incluía a fábrica, os prédios e os imóveis em geral, e o capital circulante ou fundo operacional, composto por estoques de produtos, dinheiro e títulos móveis. O capital fixo não poderia (embora pudesse ser obtido a partir do capital circulante) ser utilizado como garantia para empréstimos ou dívidas. O truste podia emitir ações, mas não podia comprometer o Estado nestas operações, que também não era responsável pelas dívidas que contraía nem pelo seu possível *déficit* anual. Para controlar as operações financeiras do truste, o *Vesenkha* nomeou uma Comissão de Auditores, composta por três membros, um dos quais representava o respectivo Sindicato da Indústria, cuja comissão poderia fiscalizar todos os livros e documentos. No entanto, ele não estava autorizado a interferir nas operações do truste ou modificar as decisões de seus diretores. Cumpriu, no entanto, a importante missão de manter o órgão superior informado, através de relatórios e consultas periódicas, sobre a atuação dos "curadores", e sem prejuízo da sua autoridade, supervisionou a política geral do truste em nome do referido órgão estatal superior. (DOBB, 1972, p. 137-8)

Dessa forma o Gosplan (Comitê Estatal de Planejamento), fundado em 1921 e inferior hierarquicamente ao Vesenkha (Conselho Supremo da Economia), que, por sua vez, foi extinto em 1932, foi sugerindo planos parciais para a reconstrução da economia, sobretudo no tocante a falta de combustíveis, ponto crítico naqueles anos iniciais, e suprimentos de matérias-primas para a indústria. Ao Vesenkha cabia a organização mais institucional da economia, por exemplo, registrar novos trustes, regular seu funcionamento, coordenar de forma mais flexível a indústria; enquanto o Gosplan era um organismo consultivo, sem poder de deliberação, formado sobretudo por especialistas responsáveis por elaborar os planos de desenvolvimento da URSS. Ainda sobre a ação das empresas estatais sob jurisdição da NEP, temos:

> As principais características do funcionamento das empresas estatais na base do *khozraschet*[7] são as seguintes:

[7] Conforme definido no Dicionário Enciclopédico Soviético, *Khozraschet* é um método de gestão planejada de uma unidade econômica (ou seja, de uma empresa, em termos ocidentais) baseada no confronto das despesas incorridas na produção com o rendimento da produção, na compensação das despesas com as receitas. Em outras palavras, uma forma de aproximação da forma de contabilidade das empresas ocidentais.

> 1) cada empresa do Estado é dotada de fundos próprios que constituem sua dotação em capital [...]
> 2) cada empresa do Estado compra suas matérias-primas e seus combustíveis assim como os outros meios de produção, e vende seus produtos; assim ela se insere nas relações mercantis e monetárias, ao contrário da situação que prevaleceu durante o Comunismo de Guerra
> 3) cada empresa é diretamente responsável pelo emprego de seus trabalhadores: ela mesma deve tomar as decisões concernentes ao número de seus assalariados, as condições nas quais ela os recruta ou os despede etc. Este princípio institui novas formas de separação entre os trabalhadores e seus meios de produção
> 4) o financiamento das atividades das empresas do Estado deve, doravante, depender essencialmente de suas receitas e do sistema bancário
> 5) as possibilidades de desenvolvimento das diversas empresas do Estado dependem, portanto, no essencial, de sua capacidade de autofinanciamento e de sua capacidade de pagar os empréstimos que contraem, seja junto ao Banco do Estado (ou *Gosbank*), seja junto a bancos especializados pertencentes também ao Estado. (BETTELHEIM, 1983, p.258)

Os primeiros anos da indústria sob a NEP não foram nada fáceis. Se os novos trustes tinham direito a uma maior autonomia, diferente do que vigorara anteriormente sob orientação dos *Glavkis* – departamentos superiores submetidos ao *Vesenkha* que administravam de forma mais direta os trustes no período anterior ao Comunismo de Guerra – os novos trustes sofriam de carências básicas em virtude do parco desenvolvimento do capitalismo russo. Não havia, por exemplo, consolidado ainda todo um setor responsável pela distribuição e venda dos produtos industriais, que em um país capitalista corresponde ao capital comercial e sua correspondente fração de classe da burguesia.

Diversos trustes abriram, eles mesmos, lojas comerciais nas cidades, financiavam mercadores individuais que se aventuravam pelo campo, movimento chamado de *rasbazarivania*. Foi sobretudo nesse setor que se desenvolveu o *nepmen*, homens de negócios dedicados ao pequeno comércio. Nos anos iniciais da NEP, de baixa colheita, falta de insumos da indústria, carência de combustíveis e dos meios de transporte em geral, até mesmo a rotina operária era errática. A produção industrial decresceu consideravelmente durante a guerra-civil. A falta de combustíveis e de suprimentos para a indústria impedia de fazê-la funcionar a plena capacidade. Com isso, parte da classe trabalhadora urbana voltava ao campo ou de maneira definitiva, à espera de nova oportunidade de emigração, ou sazonalmente, quando as fábricas em que trabalhavam paravam por algum dos motivos citados.

O planejamento também se fazia uma tarefa quase impossível. Era necessário todo um contínuo registro dos bens materiais na Nação, sejam eles da área cultivada, da divisão da terra arável entre as distintas subclasses de camponeses, das

ferrovias ativas e das que precisavam ser recuperadas, das fábricas e seus encadeamentos produtivos. Tudo isso era muito novo e não raro acontecia de uma fábrica parar por ter boa parte dos insumos de que necessitava, mas prescindir de outros destes. A indisciplina operária também fazia com que dias de produção intensiva em determinados elos produtivos fossem mais do que defasados por faltas generalizadas, ou mesmo casos de greve de funcionários, mesmo sob vigência do Estado Operário.

Aliada as dificuldades citadas, a necessidade de investimento na indústria pesada, conforme mencionada anteriormente, dificultava ainda mais as necessidades de acumulação de capital e foi responsável pela constante crise entre cidade e campo que se estabelecia ora mais forte, ora menos. Os dados da Tabela 2 mostram o montante do investimento entre indústria pesada, que não gera frutos imediatos para o intercâmbio cidade-campo e a indústria de bens de consumo:

TABELA 2 - Toda a produção em grande escala (em milhões de rublos, a preços de 1926/27)

Ano	1924	1925	1926	1927	1928
Produção de meios de produção	2.959	3.121	4.304	5.372	7.000
Produção de bens de consumo	2.510	4.315	5.973	6.679	8.700
Total	4.469	7.436	10.277	12.051	15.700

Fonte: Baykov, 1948, p. 130.

É sempre interessante lembrar que a necessidade histórica aqui presente, oriunda do isolamento político e econômico na URSS, fez de sua industrialização um trabalho mais penoso e que requereu uma maior acumulação de capital para iniciar seu ciclo. Quando tratamos da industrialização pioneira, caso europeu, vemos que paulatinamente o processo industrial passa de bens de consumo para bens de capital. No processo periférico latino-americano a indústria quase estancou na produção de bens de consumo e conformava parte do comércio periferia-centro a aquisição de bens de capital. No caso soviético as primeiras indústrias também foram de bens de consumo, mas muito rapidamente focou-se em bens de produção, sendo uma marca registrada do de todo o desenvolvimento industrial do país seu desempenho fraco do setor de bens de consumo.

No tocante à agricultura, a maior diferença da NEP para o período de Comunismo de Guerra foi a imposição do Imposto em Espécie em substituição ao confisco da produção camponesa pelo Estado. Dessa forma buscava-se atacar a falta de incentivo do camponês médio de cultivar a terra. Uma vez que pagasse o imposto ao Estado, o camponês ficava livre para negociar sua produção, inclusive com o próprio Estado em condições mais favoráveis, claramente um incentivo capitalista para o aumento da produtividade típico da NEP.

> A ditadura do proletariado significa a direção da política pelo proletariado. Este, como classe dirigente, dominante, deve saber dirigir a política de tal modo que resolva, em primeiro lugar, a tarefa urgente, a mais "cadente". Atualmente o mais inadiável são as medidas capazes de elevar imediatamente as forças produtivas da economia camponesa [...]; tomar outro caminho diferente significa colocar os interesses corporativistas dos operários acima dos interesses de classe; significa, pois, sacrificar em troca do aproveitamento de vantagens imediatas, parciais e momentâneas, os interesses de toda a classe operária, de sua ditadura. (LÊNIN, 1987, p.155)

Todo país em vias de se industrializar precisa dedicar forte atenção à questão campesina, pois é daí que sai não somente parte dos fatores de produção, tais como as mercadorias componentes do salário, além das matérias-primas utilizadas na indústria, como também é esse setor o primeiro mercado para a indústria local. A questão da posse da terra e da forma de trabalha-la é sempre um ponto nevrálgico de qualquer processo de industrialização. Na mesma obra, mais a frente, Lênin afirma:

> Isso [elevação das forças produtivas camponesas] não pode ser feito sem profundas modificações na política de abastecimento. Uma mudança desse tipo é a substituição do sistema de confisco pelo imposto em espécie, o que está vinculado à liberdade de comércio, após o pagamento do imposto, pelo menos nas transações econômicas locais. (LÊNIN, 1987, p. 156)

Apesar da reforma agrária bolchevique, que extirpou a grande propriedade do campo, restava pequenas e médias propriedades, em geral de baixa produtividade, sobretudo de subsistência, com formas de produção bastante arcaicas e, principalmente, com falta de capital para trabalhar o campo. Se essa situação é superior a qual vigora o latifúndio improdutivo, não quer dizer que seja suficiente por si para sustentar o processo de industrialização de um país. Foi nesse contexto que se fortaleceu o *kulak*, como um camponês mais abastado que tinha condições de cultivar a terra em virtude de seus animais e materiais de trabalho, ou seja, de gerar um maior excedente superior ao seu próprio consumo. Muitas vezes não restava ao pequeno camponês outra coisa que

arrendar não só sua terra ao *kulak*, como também vender sua força de trabalho para o mesmo.

> O ritmo de expansão da produção agrícola e a sua capacidade de aumentar a quantidade de matérias-primas para a indústria e de produtos alimentares para os trabalhadores industriais foi levantada como uma questão fundamental nas discussões econômicas da segunda metade da década, como um fator sobre o qual todas as esperanças e possibilidades dependiam. Um acontecimento importante que afetou a produtividade agrícola foi a reforma agrária de 1917-18, que conseguiu não só o desaparecimento da grande propriedade fundiária, mas também o nivelamento da propriedade camponesa e um aumento considerável do número de explorações agrícolas. A proporção de terras cultivadas por mãos camponesas aumentou de 70 para 96%. Mas o número de famílias camponesas aumentou mais de um terço entre 1914 e 1928, de modo que o tamanho médio destas explorações agrícolas era pouco maior do que o das anteriores. Em grande parte, devido à forte influência do Partido Social Revolucionário sobre os municípios, apenas uma pequena proporção de terras foi reservada para explorações agrícolas estatais. (DOBB, 1972, p. 204)

A questão camponesa foi sempre um ponto sensível em toda a história do desenvolvimento soviético. Inicialmente o fortalecimento do *kulak* foi um problema até o início da década de 1930, mas posteriormente os camponeses sempre deram preferência à sua organização em cooperativas de iniciativa individual (*Kolkhoz*) do que às cooperativas do Estado (*Sovkhoz*). Os camponeses, mesmo que posteriormente a nova reforma do campo de 1930 passassem a ganhar um maior auxílio do Estado, sempre tiveram um regime de trabalho e tratamento diferenciado do restante da economia.

No período que estamos avaliando, ainda da existência do *kulak* no campo, a problemática se dava da seguinte maneira. A reforma agrária de 1917 havia distribuído de forma bastante satisfatória a posse da terra. No entanto, a maior parte da área cultivável ficou nas mãos de camponeses pobres. Mas acontece que, tal qual no período do Império, a principal forma de fortalecimento da indústria era a partir da exportação de grãos que possibilitava a importação de máquinas e equipamentos. A pequena parcela individual da família camponesa simples poderia lhe garantir o sustento, mas não o desenvolvimento da Nação. Ao longo de toda a década de 1920, portanto, o Regime soviético baseou-se no *kulak* e no camponês médio para a obtenção de um excedente agrícola exportável que permitisse o contínuo desenvolvimento da indústria. Desta realidade veio um novo grande desafio para o governo soviético, a relação com o *kulak* e a resolução dos conflitos inerentes a esta.

Conforme podemos acompanhar pela Tabela 3, construída na obra de Dobb (1972) a partir dos dados fornecidos por um discurso de Stalin, a equalização da posse da terra teve o revés de diminuir a quantidade exportada de grãos. Dados aqueles anos iniciais do processo de industrialização, era de fundamental importância não só a alimentação de todo o povo, sobretudo da parcela que não se ocupava da agricultura, como também um percentual adequado que vislumbrasse as exportações, pois somente desta forma se importaria as primeiras máquinas, equipamentos e matérias-primas necessárias ao início do desenvolvimento industrial soviético.

TABELA 3 - Comparação entre produção agrícola antes e pós-guerra civil por tipo de propriedade

	Produção Total de Cereais (m. puds)	Porcentagem Total	Quantidade de cerais em puds que saía da aldeia ao mercado	Porcentagem Total	Porcentagem da colheita total que se lançava ao mercado
Antes da Guerra					
Latifundiários	600	12	281	21,6	47
Kulaks	1.900	38	650	50	34
Camponeses Médios e Pobres	2.500	50	369	28,4	14,7
Total	**5.000**	**100**	**1.300**	**100**	**26**
Em 1926-7					
Granjas estatais e coletivas	80	1,7	37,8	6	47,2
Kulaks	617	13	126	20	20
Camponeses Médios e Pobres	4.052	85,3	466,2	74	11,2
Total	**4.749**	**100**	**630**	**100**	**13,3**

Fonte: Stalin *apud* Dobb, 1972, p.212.

Com o advento da NEP, não tardou para que a agricultura se recuperasse ao longo da década de 1920, ainda que seja reconhecido 1926 como o ano em que a URSS recuperaria sua produção aos níveis de antes da guerra. Uma questão que para a maioria dos países de industrialização tardia se dava a partir da pouca produtividade do campo na oferta de alimentos para a indústria, deu-se de modo diferente na União Soviética. Não havendo grandes latifúndios improdutivos e contanto com parte das terras em mãos de camponeses médios e até mesmo de posses, a produtividade da agricultura passou em muito a produtividade da nascente indústria e um novo conflito ameaçava a aliança operário-camponesa que havia possibilitado a Revolução de 1917.

Com abundância de grãos nas mãos, sobretudo, dos *kulaks* e dos camponeses médios, crescia a pressão para troca direta com os bens industrializados do exterior. A relação de preços entre bens agrícolas e bens industriais pendeu de tal forma para o lado da indústria, que 1923 foi conhecido como o ano da Crise das Tesouras. Basicamente se tratava do contínuo aumento dos preços dos produtos industriais em contraste com o barateamento dos produtos do campo. As duas trajetórias dos preços formavam um gráfico semelhante a uma tesoura se abrindo. A NEP funcionava bem, o país, aos poucos se recuperava dos anos de guerra, mas a força do capitalismo se fazia mais forte na economia mista e pressionava não só contra o monopólio da indústria (em geral nas mãos do Estado) na questão dos preços, como também contra o monopólio do comércio exterior em mãos do Estado.

Desse período, ao longo da década de 1920, mais especificamente de 1921 a 1928 (ano em que entrou em ação o primeiro Plano Quinquenal), deu-se, talvez, a última grande polêmica interna no Partido Bolchevique antes da expulsão e execução dos membros da Oposição de Esquerda. Grosso modo havia duas alas, uma chamada de direitista, que acreditava que o desenvolvimento da União Soviética adviria do fortalecimento da agricultura junto a um crescimento mais moderado, ou gradual, da indústria; e outra, a oposição de esquerda, que afirmava que os elementos capitalistas se concentravam sobretudo no campo e que cabia ao Estado Operário desenvolver o mais rápido possível sua indústria até que sua produtividade se equilibrasse com a do campo.

> A chamada "ditadura da indústria", defendida pelo grupo de Trotsky no XIII Congresso do Partido, revelou-se mais do que uma coincidência temporária de opiniões sobre certas propostas *ad hoc*. Representava uma linha política consistente, que estava relacionada com certos princípios fundamentais que só seriam revelados um pouco mais tarde. Em suma, consistia em acreditar que o maior desenvolvimento da Rússia nas atuais circunstâncias só seria possível através da expansão da indústria à custa da agricultura, e esta concepção, pelo menos implicitamente, tornou-se a base da chamada oposição de esquerda dentro do partido. A sua formulação exata refletiu-se numa teoria então divulgada por Preobrazhensky num escrito dirigido à Academia Comunista. A questão econômica fundamental para o socialismo, nas circunstâncias então prevalecentes na Rússia, referia-se às fontes e aos métodos daquilo que ele chamava de "acumulação primitiva socialista", por analogia com a "acumulação primitiva" de Marx, que preparou a fase de maturação do capitalismo industrial. O crescimento da indústria estatal dependia da acumulação de capital nas mãos do Estado e, além dos empréstimos do exterior, as únicas duas fontes dessa acumulação eram: a superprodução da referida indústria estatal, devido à sua própria produtividade inerente, por exemplo, as diferenças entre o valor da sua produção e o que foi pago (conceito de ordenados e vencimentos), e o que foi obtido com a "exploração" em pequena escala da economia privada extraindo dela uma soma maior de valores do que os bens industriais que lhes foram dados em troca. Quanto menos avançado um país estiver no seu processo de

> industrialização, maior será a necessidade da indústria acumular capital para fortalecer a sua posição, e maior será a segurança que deveria ter na segunda fonte de acumulação, devido à ausência da primeira. (DOBB, 1972, p.180-1)

Em outras palavras, a ala direitista queria que o efeito dos preços que resultou na "crise das tesouras" fosse amenizado diminuindo-se artificialmente os preços da indústria ou permitindo a importação de bens industriais como forma de concorrência no mercado interno, forçando a indústria nacional a baixar os preços. A ala esquerdista dizia o oposto, que o preço a se pagar pelo desenvolvimento da indústria soviética deveria recair sobre a agricultura, que essa era uma condição fundamental para a vitória do socialismo na URSS, uma vez que o país, conforme mencionado por Lênin, precisava adquirir e desenvolver a técnica mais elaborada de modo a fortalecer as posições do Estado operário no terreno econômico. Soberania política nada quer dizer sem soberania econômica.

Essa disputa ocorreu ao longo de toda a década de 1920 até seu desfecho nos anos iniciais da década seguinte em que, embora a oposição de esquerda tenha sido expulsa do partido e tenha se iniciado sua perseguição, seu programa econômico de enfrentamento ao *kulak* e de fortalecimento da indústria em virtude do campo foi adotado. É importante se ressaltar, porém, que o que foi adotado da plataforma da Oposição de Esquerda foi a necessidade de desenvolvimento da indústria as custas da agricultura. A forma com que se deu o processo político de aniquilamento do *kulak* foi uma obra do Governo vigente, não da oposição. Apesar disso é importante se registrar que o governo, comandado já por Joseph Stalin, foi bastante errático ao longo do processo, tendo inclusive regulado os preços da indústria de modo a rebaixá-los e promover em certo nível a importação de bens concorrentes da indústria nacional.

> As ações junto dos trustes e dos sindicatos para garantir uma diminuição dos seus preços foram levadas a cabo em três frentes. Em primeiro lugar, e sem dúvida o mais importante, a concessão de crédito à indústria pelo Banco Nacional foi drasticamente racionada. Esta medida obrigou as entidades industriais e comerciais a venderem os seus estoques no mercado para converter parte do seu capital em dinheiro, uma vez que já não conseguiam obter o dinheiro necessário recorrendo a empréstimos. Em segundo lugar, foi criado um Comitê de Comércio Interno (*Comvnutorg*) que estabeleceu um preço máximo de venda. Em terceiro lugar, em alguns casos e como medida especial, foi adotada a política conhecida como "intervenção mercantil", que consistia em importar produtos manufaturados do exterior aos preços mais baixos praticados no mercado mundial e que serviam para baixar os preços internos impostos pelos sindicatos industriais. Mas esta medida só foi adotada em casos muito excepcionais e não constituiu uma política geral. A natureza limitada da sua aplicação deveu-se a duas razões: em primeiro lugar, a necessidade de reduzir as importações e criar uma balança comercial favorável no interesse da estabilização monetária e, em segundo lugar, a

> necessidade de importar matérias-primas em grande escala, algodão e máquinas. Alguns dos que acreditavam que a causa das crises das "tesouras" residia no subdesenvolvimento industrial, defendiam, claro, que este fosse adotado de forma mais ampla na política de "bens intervencionados", a fim de remediar a escassez de produtos manufaturados, e acusou a política de estabilização monetária de tornar impossível qualquer importação em grande escala. (DOBB, 1972, p. 171-2)

Neste mesmo sentido muito já se discutia no partido sobre a necessidade de se findar a NEP, com a ala a direita sempre a favor de mantê-la por mais tempo, e a ala a esquerda sempre avisando dos riscos que o regime corria com o contínuo fortalecimento econômico do *kulak*. Nesse meio período o *Gosplan* foi responsável pela tentativa de elaboração de vários planos econômicos, tendo finalmente chegado à consolidação, ao menos teórica, do I Plano Quinquenal (1928-1932) em meados de 1928.

> Por ocasião do XV Congresso do Partido, dois anos depois, a oposição, liderada por Trotsky, Kamenev e Zinoviev, voltou ao ataque com duas vigorosas "Contra-teses". As fazendas dos camponeses ricos representavam agora 15% a 25% do número total (variando conforme a região) e cobriam entre 25 e 45% da área cultivada, possuindo 40 a 60% do maquinário. As condições mais fáceis de arrendamento de terras introduzidas em 1925 beneficiaram principalmente a classe *kulak*: três quartos das terras arrendadas estavam concentradas nas mãos dos 16% mais ricos dos agricultores e, nos últimos dois anos, as terras cultivadas nas mãos dos camponeses ricos duplicaram de tamanho. Mesmo nas cooperativas sentia-se a influência perniciosa dos *kulaks*. Ao mesmo tempo, houve um aumento notável no número de pessoas sem terra nas aldeias, que foram forçadas a trabalhar por salários para satisfazer as suas necessidades de subsistência. Por outro lado, o enriquecimento dos *kulaks* permitiu-lhes acumular grandes reservas de cereais, reservas que a Contra-teses estimou em cerca de 800 ou 900 milhões de *poods* (uma quantidade sensivelmente superior à de antes da guerra), dos quais entre metade e dois terços estava nas mãos de um sexto dos camponeses mais ricos. Estas existências colocaram os *kulaks* numa posição privilegiada no mercado dos cereais. Mas isto não foi tudo. A acumulação de grãos no mercado ameaçava uma crise nas trocas entre a cidade e o campo, reduzindo a quantidade de grãos disponíveis para exportação e, consequentemente, a possibilidade de importação de equipamentos para a indústria, ao mesmo tempo em que diminuía os salários reais dos trabalhadores ao aumentar o preço da comida. Isto deveu-se ao lento aumento do nível de vida dos trabalhadores de que a oposição se queixava, e ao fato da taxa de crescimento industrial estabelecida no projeto de Plano Quinquenal ser, na opinião da oposição, demasiado pequena. (DOBB, 1972, p.193)

Um quadro geral da propriedade da economia soviética sob o regime da NEP pode ser conferido da Tabela 4, a seguir:

TABELA 4 - Porcentagem da produção da indústria (por escala de produção)

Escala da produção	Grande			Pequena			Total		
Tipo de indústria	Estatal	Cooperativa	Privada	Estatal	Cooperativa	Privada	Estatal	Cooperativa	Privada
1925/26	89,6	6,4	4,0	1,7	15,4	82,9	71,9	8,2	19,9
1926/27	91,3	6,5	2,2	2,0	19,0	79,0	73,9	8,9	7,2
1927/28	90,9	7,4	1,7	2,2	30,0	67,6	76,1	11,2	12,7

Fonte: Baykov *apud* Strauss, 2019, p.85

Diante de tal fortalecimento dos *Kulaks* iniciou-se sucessivas campanhas por parte destes contra o Estado Operário na forma da especulação com grãos, sejam os seus próprios, seja a partir da compra da colheita dos camponeses pobres para especular também com esta parte. Muitos atritos se deram até a questão finalmente ser resolvida no início da década de 1930, já em pleno vigor do Primeiro Plano Quinquenal, assunto da seção seguinte. Após esse quadro damos início então a era dos planos quinquenais, que consolidaram a industrialização soviética e a pôs em destaque no mundo.

2.2.2 – Os Planos Quinquenais Soviéticos

Os planos quinquenais foram elaborações da União Soviética e duraram, na Rússia, enquanto esta existiu. Muitos países afora copiaram este modelo, com uma frequência bastante elevada nos países da Ásia e África. Esta influência abraçou a Índia, mas sobretudo a China, que estabelece planos quinquenais até hoje, estando atualmente em seu décimo quarto plano com previsão para finaliza-lo em 2025. O Brasil não copiou os planos quinquenais diretamente, porém copiou sua essência de planejamento, inicialmente com o *slogan* de Juscelino Kubitschek de modernizar os Brasil, avançando 50 anos em cinco, e posteriormente com alguns planos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar, com destaque para os Plano de Metas e Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

Conforme já mencionado no início deste capítulo, a URSS passou por treze planos, sendo um deles septenal e o último inconcluso devido ao colapso político e econômico do país. Embora todos tenham sua importância histórica e correspondam, geralmente, a determinadas etapas paradigmáticas da industrialização, alguns são mais importantes que outros. Os mais importantes, na concepção deste trabalho, são os primeiro, segundo e terceiro Planos Quinquenais, que deram a base inicial da industrialização soviética, fizeram da Rússia um país industrializado e lhe preparou para

a Segunda Guerra Mundial, bem como os do imediato pós-guerra até o sexto plano e o septenal, planos estes responsáveis pela corrida armamentista e pela corrida espacial.

Conforme já mencionado na Introdução, não é objetivo deste trabalho fazer uma recapitulação detalhada do desenvolvimento econômico russo, mas apontar os elementos centrais deste desenvolvimento a luz do materialismo histórico dialético, além das formas de obtenção/desenvolvimento do progresso técnico. Por esse motivo veremos os planos de forma desigual, analisando com maior acuidade os principais. Após essas breves linhas, voltemos então para o assunto que nos é caro nesta seção.

Os planos sempre foram elaborados pela GOSPLAN, no entanto, esta não tinha capacidade executiva, tratava-se de órgão auxiliar da tomada de decisão, ou seja, consultiva, desde os tempos de Lênin. Posteriormente foi criada uma comissão particular dentro do organismo da GOSPLAN para o acompanhamento e supervisão dos planos, de todo modo, a tomada de decisão na URSS, segundo Villela, dava-se do seguinte modo:

> O planejamento, organização e controle da economia soviética é liderado pelos altos escalões do Partido-Estado. A alta administração da economia soviética é composta do Comitê Central do Partido, o Conselho de Ministros da União e os executivos dos comitês econômicos especializados em planejamento, mão de obra, etc. (VILLELA, 1964 p. 23).

O Primeiro Plano Quinquenal foi elaborado ao longo de 1927 e 1928, e aprovado no final deste último ano, ou seja, foi planejado para vigorar do final de 1928 a 1933. Inúmeras eram as tarefas deixadas pela NEP, a concepção do Partido Bolchevique era de que era necessário avançar nas bases socialistas do país uma vez que já haviam se recuperado ao nível de desenvolvimento pré-guerra desde o ano de 1926. Isso significava enfrentar os elementos reacionários do campo e reorganizar a agricultura em moldes socialistas – ou seja, diferente da pequena propriedade camponesa oriunda da Reforma Agrária Bolchevique – e avançar na industrialização, setor em que se apoiavam as formas socialistas de produção e carro chefe do Estado Operário.

> Em 1926, ano dos primeiros “Números de Controle”, a Gosplan (Comissão Estadual de Planejamento Econômico) foi incumbida da tarefa de elaborar um Plano Quinquenal. Os trabalhos preliminares foram confiados à seção económico-estatística deste órgão, tendo sido criada na Gosplan uma comissão especial, denominada Comissão Central de Planejamento, para coordenar e dirigir os trabalhos, sob a presidência do Professor - hoje acadêmico - Strumilin. O projeto original, que abrangerá o período 1925/26-1929/30, foi debatido num congresso de planejadores, selecionados de

> diferentes partes do país, em março de 1926. No mesmo mês do ano seguinte, um projeto revisado intitulado: "Perspectivas de Desenvolvimento da Economia da URSS para 1926/27-1930/31", foi submetido para discussão em um segundo congresso de planejadores. Durante os dois anos seguintes, este projeto foi objeto de acesos debates e teve de sofrer novas modificações e sucessivas redações, até que o Plano Quinquenal e a sua forma final vieram à luz. O ano 1926-27 foi designado como o primeiro ano completo do chamado "período de reconstrução", em que foi concluída a tarefa de relançar a produção com base nos ativos produtivos existentes, e a questão da expansão dos ativos de produção industrial, baseado em novas construções, foi colocado em primeiro lugar na agenda de política econômica. Em dezembro do ano anterior, o 14º Congresso do Partido previu a industrialização do país, incluindo o desenvolvimento independente da indústria pesada, como uma base sólida para todas as construções subsequentes. (DOBB, 1972, p. 224)

Podemos ver, portanto, e também conforme já citado, a dificuldade de planejamento que o governo teve nos anos iniciais da URSS. Por diversas vezes foram elaborados planos posteriores ao GOELRO, de Lênin, mas nenhum que tivesse uma abrangência nacional foi possível de ser elaborado. O Primeiro Plano Quinquenal vem bastante atrasado, quanto a intenção manifestada pelo governo em relação ao planejamento econômico, mas ganha vida em 1928 e cobre justamente o período que foi mais crítico para a economia capitalista, a crise de 1929 e o início da depressiva década de 1930.

> Em agosto de 1928, a Gosplan publicou um novo modelo preliminar do plano quinquenal, conhecido como versão de agosto, para o período entre o outono de 1928 e 1933. Esta versão foi elaborada em duas variantes: uma "a inicial" ou "variante mínima", baseada na estimativa prudente de uma série de fatores imprecisos da situação; a segunda, "a ótima", ou "variante máxima", baseada em suposições mais otimistas. Foi esta última que foi finalmente aprovada na primavera de 1929 pelo governo como o Primeiro Plano Quinquenal definitivo. (DOBB, 1972, p. 227-8)

Todos os planos quinquenais soviéticos possuíam uma estimativa prudente, outra razoável e ainda outra otimista. Muitas destas estimativas eram atualizadas ano a ano dentro do plano. Por este motivo, optou-se neste trabalho por não apresentar as tabelas oficiais de metas para os planos, uma vez que se encontram abundantes na literatura, além de aqui se julgar mais importante se mencionar a dimensão da meta e seus resultados, algo mais palpável, no fim da explicação de cada ciclo.

Conforme já mencionado na seção passada, prevaleceu na URSS a visão de construção do socialismo em um só país, condizente com a marginalização soviética do período no campo político e econômico, o que de forma alguma o fez condizente com a realidade política internacional do movimento comunista. Isso fez com que a apreensão com a 2ª Guerra Mundial, que se avizinhava, crescesse constantemente e influísse

sobremaneira nos planos de industrialização. É importante sempre se ressaltar que a União Soviética foi o primeiro Estado Operário constituído e permaneceu assim até o Pós-Guerra. O cerco capitalista e o boicote econômico foram constantes e fizeram com que o processo de industrialização soviético fosse muito diferente da estratégia de industrialização brasileira do Pós-Guerra. A industrialização soviética teve que ocorrer de maneira bastante autárquica, daí a grande preocupação com o setor I, produtor de máquinas e equipamentos, em detrimento do setor II, produtor de bens de consumo.

> A história econômica dos países capitalistas demonstra que, nos países atrasados, só o empréstimo a longo prazo de centenas de milhões de dólares ou de rublos-ouro poderiam ser meios de levantar a indústria pesada. Nós não tivemos esses empréstimos nem obtivemos nada até agora... Sabemos que sem salvar a indústria pesada, sem a restaurar, não poderemos construir qualquer indústria e sem esta pereceremos completamente como país independente... A indústria pesada necessita de subsídios do Estado. Se os não encontrarmos pereceremos como Estado civilizado, para já não dizer como Estado socialista". (FERNANDES, 1991 p. 74)

A grande tarefa era a de se industrializar em tempo recorde para conseguir resistir a uma potencial invasão estrangeira – lembremos que a URSS era ameaçada pela Alemanha Nazista ao oeste e pelo Japão ao leste – e depender o menos possível do auxílio estrangeiro, até mesmo porque este não existia, ou existia em quantidade muito módica. A decisão do regime foi, portanto, a de garantir o desenvolvimento da indústria pesada em detrimento da indústria leve visando destravar os gargalos tecnológicos da industrialização, além de fornecer equipamentos para o setor militar, que tivera sido a pedra angular da situação de penúria do Império Russo quando da 1ª Guerra Mundial.

> A principal característica do Plano foi o elevado nível de investimentos planejados e a grande proporção destes investimentos foi dedicada à indústria pesada. Durante estes cinco anos, o total a ser investido na economia como um todo foi fixado na surpreendente soma de um quarto ou um terço do orçamento nacional (uma proporção duas vezes e meia maior do que a dedicada à Rússia do pré-guerra e aproximadamente o dobro da Grã-Bretanha antes de 1914) e da proporção deste valor que teve de ser investido na indústria (aproximadamente 1/3 do total) três quartos foram atribuídos à indústria pesada. (DOBB, 1972, p. 228)

Analisando este período da economia mundial podemos traçar um novo paralelo entre a industrialização soviética e a dos países do chamado "terceiro mundo", entre eles o Brasil. Enquanto a industrialização soviética caminhava a passos mais largos no período da NEP quando comparada à industrialização brasileira, que a altura se resumia ao complemento dos setores primário-exportadores (Furtado, 2007 [1959]),

ambos os processos foram oriundos do rompimento dos laços com a economia internacional.

A União Soviética sofreu forte boicote, sobretudo financeiro, desde a Revolução, o que lhe obrigou a pensar sua industrialização de maneira autárquica. No Brasil, foi justamente a crise de 1929, rompendo os laços da economia dependente do país com o centro do capitalismo, que proporcionou o desenvolvimento da Industrialização por Substituição de Importações. Tal como afirmava André Gunder Frank, nos dois processos, foi o rompimento das relações internacionais que permitiram o desenvolvimento da industrialização da periferia, neste caso, seja na América Latina, seja na União Soviética.

A crise de 1929 também teve seus efeitos na URSS, mas diferentemente do caso brasileiro, que é analisado no capítulo seguinte, seu maior grau de autarquia e quase completa exclusão do mercado financeiro da época fez com que os efeitos da crise se resumissem mais ao comércio exterior e aquisição de divisas. Conforme Maurice Dobb:

> Entre 1929 e 1931, os preços das matérias-primas nos mercados mundiais caíram entre 20 e 30%, enquanto os dos produtos manufaturados caíram apenas entre 10 e 20%. Entre 1928 e 1931, o trigo e a cevada perderam aproximadamente 60% do seu valor. A posição da URSS no comércio externo poderia ter sido ainda pior se não fosse o fato de uma parte das suas importações em 1931 consistir em metais e matérias-primas cujos preços tinham caído mais do que os dos produtos manufaturados. Nesta situação, os preços das exportações russas no primeiro semestre de 1931 caíram numa magnitude de aproximadamente 30% e os preços das suas importações apenas 20% em comparação com o nível do primeiro semestre do ano anterior. Para não ter que reduzir as suas importações de materiais básicos, cujas necessidades registraram um aumento considerável nesses anos, foi necessário recorrer à redução das importações não prioritárias, incluindo matérias-primas para determinadas indústrias de bens de consumo (como os têxteis, em que a produção total, como consequência, diminuiu durante alguns anos do período de cinco anos; as importações de algodão em rama foram reduzidas em 1931 em um terço em comparação com os números de 1928) e a exportação de certos produtos que não eram muito abundantes no mercado interno (tabaco, fósforos, carnes, doces, linho e lacticínios) em detrimento do consumo nacional. No que respeita às despesas com a defesa, em que as previsões da Gosplan estabeleciam uma redução, ocorreu efetivamente um aumento nos últimos anos do Plano. “Perante o crescente perigo de guerra, a URSS foi forçada a aumentar o seu programa de defesa, a fim de aumentar a capacidade defensiva do país”. (DOBB, 1972, p. 231-2)

É importante se destacar o forte contraste produzido entre o crescimento da URSS e o do mundo capitalista durante a década 1930, período que cobriu os dois primeiros planos quinquenais e o que foi possível do terceiro antes da 2ª Guerra. Este foi um período de forte crença internacional na superioridade do planejamento

econômico quando comparada a anarquia de mercado própria do capitalismo. Cabe lembrar que as experiências fascistas da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal também continham fortes elementos de planejamento e dirigismo estatal, ainda que sob outra ideologia e *modus operandi* político.

Outro ponto importante a se levantar, e bastante crucial para o sucesso do 1º Plano Quinquenal, foi a questão do campo. Conforme visto na seção passada, a maior produtividade da agricultura em virtude da reforma agrária bolchevique rapidamente se esbarrou na baixa produtividade oriunda da pequena produção. Diversos foram os meios, durante a NEP, de se contornar tal situação, como o de se permitir o arrendamento de terras de camponeses mais pobres até a contratação de trabalho assalariado no campo.

Isso gerou o fortalecimento do campesinato médio e *kulak* que, embora não correspondessem a classe latifundiária anterior à Revolução, era um elemento de restauração do capitalismo em virtude da classe camponesa basear-se na propriedade privada da terra. Ainda assim, durante os anos da NEP, essa situação precisou ser tolerada devido à exportação de grãos ser a maior responsável pelas divisas soviéticas necessárias para a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas do exterior, fundamentais para a industrialização do país.

O Primeiro Plano Quinquenal não previu o problema que seria causado no campo quando do enfrentamento, por parte do Estado, a esta fração de classe do campesinato (*kulak* e camponeses médios). Diversos foram os problemas oriundos da coletivização forçada, movimento estatal que visava transformar toda a produção agrícola em fazendas cooperativas ou estatais (*Kolkhozes* e *Sovkhozes*). Uma forte reação, assemelhada a uma segunda guerra-civil nas palavras de Trotsky, tomou o ambiente político e econômico no início dos anos 1930 diminuindo abruptamente a produção agrícola, bem como sacrificando, por meio da sabotagem, diversos animais, o que por sua vez implicou na fertilidade posterior do solo.

O plano de combate a especulação e mais diretamente aos *Kulaks* foi posto em prática, na visão de muitos analistas, de forma abrupta, que lembrava as práticas de confisco do Comunismo de Guerra.

> Em virtude destas medidas, os camponeses devem entregar ao Estado os cereais que detêm e estes ser-lhe-ão pagos a um preço oficial muito baixo. Em caso de recusa manifestada pelos camponeses, as autoridades recorrem às medidas excepcionais, que lhes permitem, em particular, [...] proceder à requisição das disponibilidades camponesas, que são então confiscadas. Estes

> confiscos realizam-se com a ajuda de numerosos funcionários e de "brigadas operárias" vindas das cidades. (BETTELHEIM, 1982 p. 34)

Dessa forma foi dado o combate, de forma bastante autoritária por parte do Estado soviético, e organizada as bases da nova agricultura socialista que passaria a vigorar desde então: a partir das fazendas estatais e coletivas.

> [...] a maioria dos camponeses adere aos *kolkhozes* contra a sua vontade, por temor de sanções administrativas, financeiras e comerciais e, sobretudo, por medo (justificado) de serem assimilados aos *kulaks*, de verem os seus bens confiscados, de serem deportados ou executados. (BETTELHEIM, 1982, p. 42)

Dentro da nova organização, a forma encontrada de disponibilizar máquinas e equipamentos agrícolas para o cultivo do solo em grandes extensões, ou seja, nas novas fazendas ante as pequenas propriedades anteriormente vigentes, foi a da Estação de Máquinas e Tratores (STM), pertencente ao Estado, porém alugada às fazendas cooperativas.

> Segundo a descrição oficial, a agricultura soviética no fim dos anos 30 compreende essencialmente três tipos de unidades de produção socialistas: os *sovkhozes* (ou explorações do Estado), as S.M.T. (estações de máquinas e tratores) e os *kolkhozes* (ou explorações coletivas). Às duas primeiras formas de atividade agrícola é atribuído caráter superior ao dos *kolkhozes*, porque dependem diretamente do Estado. (BETTELHEIM, 1982, p. 55)

As Estações de Máquinas e Tratores foram fundamentais para o aumento da produtividade no campo, pois substituiu uma capacidade produtiva que somente o *Kulak* possuía, ao ser proprietário quase que exclusivamente o maquinário utilizado no campo. A Tabela 5, abaixo, monstra os números resultados do enfrentamento do Regime com a subclasse dos *Kulaks* no campo, em termos de animais sacrificados. Ainda assim, apesar de ter sido um episódio bastante traumático, de acordo com os dados da Tabela 6, a seguir, podemos ver que o governo logrou êxito na transformação da agricultura para moldes socialistas, ainda que com maior peso para as fazendas cooperativas em detrimento das fazendas estatais.

TABELA 5 - Perdas de rebanhos no URSS em milhões de cabeças

Espécie de gado	Camponeses individuais, camponeses das kolkhozes (1928)	Kolkhozes (1933)	Camponeses individuais (1933)	Perdas
		URSS		
Equinos	33,4	10,1	4,8	18,5
Bovinos	70,4	9,2	24,5	36,7
Suínos	25,9	3,0	5,9	17,0
Caprinos e ovinos	145,9	12,2	26,6	104,1
		Cazaquistão		
Equinos	3,8	0,3	0,1	3,4
Bovinos	7,7	0,5	0,4	6,8
Caprinos e ovinos	26,6	0,9	0,3	25,4

Fonte: Villela, 1964, p.65.

TABELA 6 - Superfície de cultivo de cereais por setores (em milhões de hectares)

	1929	1930	1931	1932	1933
Sovkhozes	1,5	2,9	8,1	9,3	10,8
Kolkhozes	3,4	29,7	61,0	69,1	75,0
Camponeses individuais	91,1	69,2	35,3	21,3	15,7
Total da superfície cultivada	96,0	101,8	104,4	99,7	101,5

Fonte: Fernandes, 1991, p. 96.

Apesar do feito, é importante se apontar as dificuldades encontradas pelo Regime para a construção da nova base da agricultura. Com um histórico milenar da classe camponesa em pequenas propriedades individuais ou propriedade comunal – que vigorou durante o Império –, a reforma do campo de transformação do camponês em trabalhador assalariado rural foi uma transformação por cima e enfrentou forte resistência do campesinato que assim se decompunha.

Diversos relatórios das comissões de planejamento, ou de discursos do Partido Comunista, avaliam as debilidades das fazendas estatais por não terem conseguido convencer o camponês médio a nelas se incorporar. Vigorou, portanto, na nova agricultura, as fazendas cooperativas, que passaram a gozar de benesses governamentais e créditos agrícolas para o seu pleno funcionamento. Embora resolvida a questão do campo, esta esfera não deixou de retardar e diminuir as metas estabelecidas pelo Plano seja para o avanço da industrialização, dependente direto da exportação de grãos, seja para o tamanho da colheita e da área cultivada, que somente posteriormente ao 1º Plano pode se recompor ao valor do final da década de 1920.

> A transformação das estruturas agrárias não ocasionou o amplo desenvolvimento das colheitas e da criação de gado que o Partido esperava. Pelo contrário, foi acompanhada, globalmente, por uma crise da produção agrícola. Esta crise – que não termina nos anos 30, mas se prolonga muito para além deles – não afeta igualmente as diferentes produções da agricultura (algumas delas, particularmente favorecidas, até lhe escapam), mas atinge os seus ramos essenciais, em primeiro lugar o mais importante de todos: a produção de cereais. (BETTELHEIM, 1982 p. 58).

No tocante a indústria, é necessário se ter mente que esse Primeiro Plano, julgado posteriormente pelos analistas como bastante rudimentar quanto as formas de planejamento da época e que demorou muito tempo para ser lançado – há vários anos que a GOSPLAN tentava formular um plano nacional de desenvolvimento – foi o que abriu diversas oportunidades de desenvolvimento para a industrialização soviética. O esforço realizado para o aumento do setor I (máquinas e equipamentos) em detrimento do setor II (bens de consumo) se deu tanto pelas dificuldades de importação de maquinário e tecnologia estrangeira, bem como dada as necessidades militares de uma atmosfera belicosa que nunca se dissipava.

> Vimos que durante o período de quatro anos e um trimestre em que foi estabelecido o prazo oficial do Primeiro Plano, a taxa de investimento na indústria pesada aumentou consideravelmente em relação às estimativas originais, principalmente à custa do investimento na indústria ligeira, enquanto o investimento na indústria transformadora em geral e nas explorações agrícolas estatais e coletivas, e nas fábricas de tratores e maquinaria agrícola, aumentou à custa do investimento em outras direções, especialmente na produção industrial em pequena escala e no setor privado da agricultura. Nas indústrias siderúrgicas, nestes anos entraram em funcionamento novas funções que representavam um quarto do número total de fundições em atividade no início deste período e cerca de dois terços da sua capacidade produtiva. Na indústria mecânica, aproximadamente metade das máquinas-ferramentas em uso em 1932 foram instaladas durante o período do Plano Quinquenal e em certos ramos, como a fabricação de automóveis, tratores e máquinas-ferramentas, a proporção de novos equipamentos aumentou para 80% ou mais. Na indústria do carvão, cerca de um quarto da produção total foi extraído de novas minas colocadas em operação durante o Plano Quinquenal; uma proporção que em 1933 deveria aumentar para 35%. Na indústria petrolífera, o número de poços em operação aumentou um quarto desde 1928, enquanto dois terços da planta de refino primário, e praticamente toda a planta de derivados, foram criadas durante os anos do plano. A capacidade total das centrais elétricas mais do que duplicou. A indústria química era fundamentalmente uma indústria nova e constituía uma parte importante da indústria de fabricação de alimentos. Até a indústria do algodão viu surgir um milhão de novos fusos; isto é, um sétimo do conjunto anterior de fusos instalados. Na agricultura, o aumento líquido no estoque de maquinaria agrícola, após dedução da depreciação “normal”, foi estimado em 100%, enquanto na indústria, o coeficiente de força mecânica por homem-hora de trabalho humano foi estimado em 33%, e a da energia elétrica fornecida à indústria em 88%. (DOBB, 1972, p. 248-9)

Conforme podemos ver, várias das principais plantas industriais quanto ao carvão, siderurgia e petróleo, datam do Primeiro Plano. Alguns desses investimentos só puderam ser maturados ao longo do Segundo Plano Quinquenal, dadas as particularidades dos setores, mas no geral, o grosso das máquinas e equipamentos utilizados na URSS após os dois primeiros planos foram oriundas do período. Os anos de 1928 a 1937, anos que englobam os dois primeiros planos quinquenais, são os de formação básica da industrialização soviética e que dispuseram para o comércio exterior, além dos cereais, a produção de madeira e petróleo. Dobb resume sua avaliação do Primeiro Plano da seguinte maneira:

> Visto no seu conjunto, pode-se dizer que o Plano atingiu o seu objetivo primordial, a construção da indústria pesada numa base sólida, com brilhante sucesso, e mesmo alcançando alguns dos seus principais objetivos acima do planejado. As grandes indústrias de bens, que fabricavam meios de produção (classificadas como "Indústrias do Grupo A" [Setor I]), registraram um aumento na sua produção bruta (avaliada a preços de 1926-27) de duas vezes e meia; isto é, um pouco mais do que o valor original do Plano para 1932-33. A produção de máquinas de todos os tipos quadruplicou, ultrapassando consideravelmente o objetivo original. O petróleo superou o Plano, quase duplicando a sua produção, e a produção de energia eléctrica aumentou mais de duas vezes e meia, apesar de ter ficado aquém do ritmo de aumento esperado. O conjunto da produção industrial em grande escala registrou um aumento de 118%, um pouco inferior aos 133% previstos para o último ano do quinquénio. (DOBB, 1972, p. 249)

Outro traço importante a se demarcar ainda quanto ao período do Primeiro Plano foi o da formação da mão-de-obra, que aflorava do campo para a cidade em um processo natural de êxodo do campo para a indústria, setor dinâmico e possibilitador de melhores condições de vida, além da formação acelerada de quadros especializados, que também foi objeto de admiração mundo afora.

> Além dos problemas criados nestes anos pelo rápido aumento da força de trabalho na indústria e pela influência da mão-de-obra não qualificada vinda do campo, desconhecida e ainda inadaptada às condições da vida industrial, havia um enorme problema a resolver para fornecer indústria com numerosos funcionários tecnicamente treinados. Mesmo no início do Primeiro Plano Quinquenal, havia uma grande escassez de pessoal especializado, e quase metade dos cargos de alto nível de responsabilidade eram ocupados por pessoas que não possuíam toda a informação técnica especializada. A proporção de trabalhadores manuais qualificados na indústria era apenas dois terços da indústria alemã. Para colmatar esta lacuna nos primeiros anos foi necessário contar com engenheiros estrangeiros, americanos, alemães e alguns ingleses. Ao mesmo tempo, porém, foi organizada uma campanha para aumentar o número de escolas técnicas superiores de nível universitário e secundário, bem como de escolas industriais para a formação de pessoal especializado. No último ano do Plano, os relatórios davam a cifra de 200 mil alunos em centros técnicos superiores de nível universitário e cerca de 900 mil formandos em escolas técnicas secundárias (*technicums*), enquanto

> existiam instituições e cursos de formação profissional, capazes de formar um milhão trabalhadores por ano. O número de "especialistas" na indústria e em outros ramos da vida econômica que foram formados com uma educação técnica a nível universitário ou secundário aumentou, em média, duas vezes desde 1927-28 de um quarto a meio milhão. O Plano original, com previsões de expansão mais cautelosas do que as estabelecidas posteriormente, estimava 40 mil novos engenheiros de nível universitário apenas para a indústria, cerca de 20 mil engenheiros civis e cerca de 20 mil especialistas agrícolas. Independentemente disso, existia uma procura de investigação científica, por um lado, e de profissionais docentes e médicos, por outro, com prioridade sobre qualquer outra especialidade do ensino superior. Esta grave escassez de pessoal especializado a todos os níveis e o fato de uma tão grande proporção deste pessoal que estava disponível ter sido recentemente formado, em alguns casos de forma inadequada e com pouca experiência, devem ser tidos em conta para avaliar as dificuldades e as deficiências destes anos de grandes mudanças. (DOBB, 1972, p. 251-2)

No período em questão e também ao longo de todo o período anterior a 2ª Guerra, a diferenciação salarial foi usada como estímulo a especialização dos trabalhadores, algo bastante criticado no movimento comunista internacional que fora educado na base da ideia de igualdade salarial e de condições de trabalho em um Estado Operário. Estas e outras críticas relacionadas as diferenças teóricas e práticas do socialismo foram reunidas por Trotsky em seu famoso livro, *A Revolução Traída* (2020), que faz uma avaliação crítica, inclusive nos aspectos jurídico e cultural do período.

Ainda assim, em uma observação de conjunto, se de certo modo, ainda que a URSS possuísse uma industrialização bastante avançada quando comparada a dos países da periferia, é nítido a diferença em seu processo de industrialização oriunda do Primeiro Plano Quinquenal, fazendo com que muitos analistas considerem este plano como o originador da industrialização soviética.

Como uma marca do período, ou da forma de desenvolvimento da industrialização soviética no período de maior autarquia, o investimento do Setor I ocorreu em detrimento do investimento no Setor II e das trocas com o campo. Em outras palavras, ainda que tardiamente, foi a plataforma da Oposição da Esquerda, agora já expulsa do Partido Comunista, de industrialização acelerada e de acumulação "primitiva" a partir das relações com o campo, que passaram a vigorar.

> Em 1937, por exemplo, as receitas da venda de roupas, pão, linguiça etc. somaram 110 bilhões de rublos. O custo de sua produção era 17 bilhões de rublos. Dos 93 bilhões restantes, apenas 17 bilhões foram apropriados pelo campo, e o Estado apropriou-se de 76 bilhões por meio da *turnover tax*. Neste mesmo ano, todas as agências públicas gastaram 118 bilhões de rublos, o que incluía investimentos na magnitude de 56 bilhões de rublos em capital

> fixo e circulante. A *turnover tax* financiou, portanto, a maior parte destes investimentos (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 143).

Feita essa breve avaliação do I Plano Quinquenal, passemos agora para o II.

> O Segundo Plano Quinquenal, que abrange o período de 1933 a 1937, conseguiu aproveitar a experiência do precedente e aprender com os seus erros. Partindo dos *slogans* de "dominar a técnica" e "consolidar os avanços alcançados", deu mais atenção ao desenvolvimento qualitativo, tanto no trabalho das fazendas coletivas como nas fábricas e indústrias recém-criadas, e estabeleceu objetivos mais elevados, e modestos em termos de aumento da produtividade do trabalho e redução dos custos, do que o Primeiro Plano havia feito. Mantiveram-se a elevada percentagem de investimento e a prioridade atribuída à indústria pesada, mas a proporção do investimento, embora tenha aumentado em termos absolutos, foi levemente aligeirada em relação ao rendimento nacional total, sendo atribuído um capítulo muito maior ao desenvolvimento das indústrias leves do que originalmente ocupavam no Primeiro Plano. (DOBB, 1972, p. 262)

Historicamente, e esta é uma marca que acompanhará a industrialização russa até os dias atuais, sempre houve um abandono do Setor II, de bens de consumo, pelo Setor I, de máquinas e equipamentos. Este não foi um problema que passou despercebido aos olhos da administração superior, os planos quinquenais, conforme pudemos ver pela citação anterior, logo passaram a prever o não abandono do Setor I como prioritário, mas sempre um maior investimento previsto para o Setor II, que nunca se materializava em virtude das guerras, corridas armamentistas e guerra fria. Os dados da Tabela 7 a seguir, sobre os dados referentes ao investimento no período nos dois planos, respaldam a afirmação.

TABELA 7 - Proporção do investimento em bens de produção e bens de consumo na URSS (em porcentagem)

	1913	1927-28	1932	1937	1940
Bens de produção	44,3%	32,8%	53,3%	57,8%	61,0%
Bens de consumo	55,7%	67,2%	46,7%	42,2%	39,0%

Fonte: Cliff, 1974, p. 35.

A Tabela 8, a seguir, mostra o crescimento da produção por setor da indústria em números-índice:

TABELA 8 - Volume da produção global dos departamentos I e II da indústria da URSS (1913=100)

Anos	1927-28	1932	1937
Departamento I	89,62	321,24	769,38
Departamento II	146,04	223,86	446,75

Fonte: Almeida Jr.; Germer, 2015, p. 132.

Já a Tabela 9, também logo a seguir, mostra o valor do investimento mais discriminado:

TABELA 9 - Variação percentual das despesas de capital da URSS por setores da indústria

	Comunismo de Guerra e NEP (1918-1928)	I Plano Quinquenal (1928-1932)	II Plano Quinquenal (1933-1937)
1 Departamento I	69,6	84,1	82,6
1.1 Metalurgia Pesada	10,2	15,2	13,0
1.2 Química	5,6	7,9	5,2
1.3 Petróleo e Gás	3,7	7,1	7,5
1.4 Carvão	9,5	7,5	4,8
1.5 Equipamento Elétrico Pesado	15,4	8,7	6,9
1.6 Máquinas Ferramentas	10,1	18,1	29,5
1.7 Material de Construção	4,3	4,7	3,0
1.8 Floresta, Papel e Elaboração de Madeiras	5,2	6,0	4,7
2 Departamento II	30,4	15,9	17,4
2.1 Indústria Leve	9,3	7,6	7,7
2.2 Indústria de Alimentos	20,7	8,1	9,6

Fonte: Villela *apud* Strauss, 2019, p. 147.

Muito posteriormente, apenas após a morte de Stalin e da chegada de Nikita Khrushchov ao poder na década de 1950, é que o país relaxou mais neste aspecto da industrialização autárquica, oriundo da proposta soviética unilateral de coexistência pacífica com o mundo capitalista. Talvez não por acaso, foi justamente logo após essa mudança e da maior cooperação da industrialização socialista com o mundo capitalista, que caminhou-se para o seu retardamento tecnológico e posterior colapso, ainda que as décadas de 1950 e 1960 tenham assistido a importantes pioneirismo soviéticos, tais como o primeiro satélite a orbitar a terra, Sputnik (1957); a primeira vez que o homem esteve no espaço, Yuri Gagarin (1961); e o primeiro avião supersônico da história, Tupolev Tu-144 (1968).

De toda forma, esta afirmação não deixa de necessitar ser relativizada, pois ao contrário da URSS, foi justamente a aproximação da China comunista com o mundo capitalista a partir de 1976, que possibilitou o desenvolvimento tecnológico e produtivo deste país, grande destaque do período atual no século XXI. Voltando ao II Plano Quinquenal soviético:

> A proporção da renda nacional destinada ao investimento caiu de 24%, no último ano do Primeiro Plano, para 19,5%, no último ano do Segundo, e o volume de capital investido nas indústrias de bens de consumo (Grupo B) aumentou proporcionalmente muito mais do que o alocado às indústrias de bens de capital (Grupo A). Os resultados favoráveis anteriormente alcançados no desenvolvimento de uma indústria de construção de máquinas poderiam agora começar a ser utilizados para o fornecimento de equipamentos às indústrias leves; fusos e teares para a indústria têxtil, máquinas sólidas para fabricação de calçados e equipamentos mecânicos para fábricas de papel, refinarias de açúcar e embalagens de alimentos. (DOBB, 1972, p. 262-3)

No período que aqui tratamos, do II Plano, podemos entendê-lo como um complemento do I quanto ao lançamento das bases industriais que possibilitaram o deslanchar da indústria de bens leves e dos demais setores nos anos seguintes.

> Ligados aos objetivos estabelecidos para o ferro e o aço estavam mais dois que afetaram a indústria pesada. A primeira delas consistiu na expansão dos níveis de produção de máquinas-ferramentas, cujas bases foram lançadas durante o Primeiro Plano; a segunda era desenvolver a produção de uma variedade considerável de metais não ferrosos, que anteriormente eram produtos deficitários que tinham de ser importados. Foi estabelecido que "O Segundo Plano Quinquenal prevê o domínio da produção de mais de 200 tipos e tamanhos de máquinas-ferramenta" e esta tarefa foi considerada "o principal elo do plano de produção de máquinas; o elo que garante a produção de máquinas para fabricar máquinas", que deviam ser reforçadas "para que as necessidades de máquinas-ferramenta da economia nacional pudessem ser satisfeitas e para que a União Soviética fosse técnica e economicamente independente também neste sector". (...) Por outras palavras, um objetivo primordial do Segundo Plano neste setor era garantir que a necessidade forçada de importar maquinaria, que tanto aumentara a dependência do Primeiro Plano, fosse ultrapassada como um problema pertencente ao passado. O desenvolvimento destes anos centrou-se particularmente nos tipos mais complexos de máquinas-ferramentas, como britadeiras e retificadoras, bem como máquinas automáticas e semiautomáticas. A produção de máquinas-ferramentas, como um todo, estava planejada para aumentar em quase dois e três quartos o número de unidades fabricadas, já que havia sido dada prioridade aos tipos mais complexos, com valor cinco vezes superior. (DOBB, 1972, p. 265)

Outro aspecto importante a se ressaltar da industrialização acelerada do período, foi o forte aumento da produtividade, oriundo de meados do II Plano Quinquenal, mais precisamente a partir de 31 de agosto de 1935, na figura do movimento stakhanovista. Sempre se buscou na URSS, desde os tempos de Lênin, a

adaptação soviética dos modelos de gerenciamento mais sofisticados do mundo Ocidental, afinal de contas o socialismo vem para superar o capitalismo e era papel de um Estado Operário atrasado buscar acompanhar a última técnica. Há diversos discursos de Lênin falando sobre o Taylorismo e das novas formas de gerenciamento da produção nos EUA. Na URSS, em 1935, como um resultado do desenvolvimento das forças produtivas e a partir de uma iniciativa operária, o "stakhanovismo" ganhou destaque e passou a moldar a forma de trabalho em todos os setores da economia.

> O stakhanovismo tende a transformar o processo de produção, o lugar e o papel dos diferentes agentes da produção, e tudo isto com base na iniciativa operária. Deste ponto de vista, o stakhanovismo reveste caráter revolucionário, embora também seja acompanhado por uma intensificação do trabalho e pela acentuação dos traços capitalistas da produção. (BETTELHEIM, 1982 p. 184)

É importante se ressaltar aqui a definição de forças produtivas no marxismo, esta transformação do processo de trabalho que cria novos produtos, novas culturas e novas formas de produção. O contínuo avanço das forças produtivas é inerente ao capitalismo, este sistema, diferente de vários que a humanidade já conheceu, evolui transformando suas formas de trabalho. No desenvolvimento soviético, de transição ao socialismo, mas que tinha como tarefa histórica ainda desenvolver as formas mais maduras de capitalismo a partir do Estado Operário, não deixou de fazer-se sentir não somente através de stakhanovismo, mas do aumento da escolarização, da experiência de trabalho, da nova cultura operária, enfim, como fruto do processo de industrialização e desenvolvimento como um todo.

O stakhanovismo, na visão de muitos analistas, foi a resposta socialista ao modelo de gestão do taylorismo/fordismo. Ou seja, um crescimento da produtividade a partir de uma melhor divisão do trabalho e gestão de equipes que, no entanto, não partiu da administração média e nem superior, mas do próprio movimento operário de base, daí seu nome, em homenagem ao operário de minas de carvão Alexei Stakhanov, que conseguira (sua equipe) extrair 102 toneladas de carvão em um único dia.

> No decurso do período de 1933-1936, o crescimento da produtividade do trabalho não é unicamente devido ao efeito mecânico de um melhor aprovisionamento em bens alimentares. Apoia-se também, cada vez mais, na progressiva entrada em serviço dos novos equipamentos (produzidos ou importados). Resulta igualmente do domínio progressivo destes equipamentos novos pelos trabalhadores e quadros. Resulta, finalmente, de uma política que acentua fortemente o rendimento do trabalho. (BETTELHEIM, 1982 p. 297)

A este ponto também pode-se acrescentar a situação da classe trabalhadora na URSS. Desde sua constituição até a Segunda Guerra Mundial, não só os salários da classe operária continuaram a aumentar de forma crescente, muitas vezes em velocidade acima da qual o desenvolvimento das forças produtivas permitia, como o operariado da União Soviética gozou da menor jornada de trabalho do mundo, com apenas 7 horas diárias até às vésperas da 2ª Guerra. O salário, medido em rublos, já vislumbrava importantes aumentos, mas foi na socialização e universalização de diversos serviços públicos que se viu crescer a melhora na qualidade de vida do trabalhador soviético.

> O grande problema aqui, contudo, é que nós particularmente consideramos que toda esta discussão está fora de foco. Ocorre que o salário na URSS não tinha o mesmo significado que o salário nos países ocidentais. Lá, parte do salário não era paga sob a forma de remuneração. Atendimento médico, educação, entre outros serviços e bens de consumo que nem sempre são oferecidos gratuitamente nos países capitalistas, eram, na URSS, bancados pelo Estado. É neste sentido que devemos, na verdade, dar mais atenção à evolução do consumo da população soviética, ao invés de nos atermos aos rendimentos auferidos por esta. (ALMEIDA JÚNIOR; GERMER, 2015 p. 139).

Outra marca importante do período do II Plano, foi a questão dos transportes e da localização das instalações fabris pelo território. Tratava-se ainda de um momento de exploração extensiva do território da URSS. Diversas regiões ricas em minérios, ou de solos mais favoráveis para a especialização da agricultura só puderam ser encontrados e explorados com o desenvolvimento industrial da União Soviética e, sobretudo, em seu Segundo Plano, após as bases fixadas pelo primeiro e a maturação de importantes investimentos. Lembremos que a Rússia, até hoje, é o maior país do mundo, sendo que a URSS era maior ainda. Cortar seu território e lhe garantir uma boa malha de transportes sempre foi um grande desafio. Quanto ao período que nos ocupa, Dobb afirma:

> Esta situação de pressão sobre o sistema de transportes - pressão que durante muitos anos tendeu a aumentar, dada a lentidão com que foi feita a reconstrução básica do sistema de transportes - impôs a necessidade de escolha da localização das novas plantas industriais, economizar ao máximo o uso do transporte. No caso das formas de produção "com perda de peso", das quais a indústria metalúrgica é o principal exemplo, esta economia de transportes foi conseguida através da mudança do local de produção para o local de origem das matérias-primas. (...) O Segundo Plano Quinquenal prestou especial atenção à "continuação das mudanças na distribuição geográfica das forças de produção que tomaram forma definitiva como resultado do desenvolvimento no âmbito do Primeiro Plano Quinquenal", tais como "a criação de uma segunda base de carvão e ferro no Leste - a cooperação Ural-Kuznesk - e os grandes avanços alcançados no

> desenvolvimento industrial dos distritos nacionais"; conquistas cuja importância não deve ser subestimada. Foi feita referência à "nova distribuição geográfica das forças produtivas que garantirá uma localização mais equilibrada da indústria na URSS e aproximará a indústria das fontes de matérias-primas e de energia, a especialização dos principais distritos de culturas ou setores agrícolas específicos, a superação do atraso econômico e cultural das repúblicas e regiões nacionais e o grande processo na tarefa de eliminar o contraste entre a cidade e o campo", que constituía um "objetivo principal do plano de construção para o segundo período de cinco anos". (DOBB, 1972, p. 270).

Pela citação acima podemos ver a preocupação do Regime com o equilíbrio regional, algo que o planejamento central soube realizar e promoveu uma dinâmica melhor entre as regiões. Este fato entra em flagrante contraste com a industrialização brasileira, que ficou bastante restrita à região sudeste e, dentro desta, ao estado de São Paulo, provocando enormes discrepâncias nas condições de vida da população que chegou a ser comparada como se o Brasil tivesse a realidade econômica de dois países absolutamente distintos, Bélgica e Índia, conflagrando o termo "Belíndia" para a descrição da realidade econômica nacional por Edmar Bacha na década de 1970.

Ainda que o mencionado autor quisesse fazer referência a desigualdade de renda entre os brasileiros, é notório que a renda depende da ocupação, e esta da estrutura produtiva. Uma estrutura concentrada promove uma renda concentrada e dessa forma há forte discrepância regional no Brasil tanto entre regiões, como dentro mesmo das regiões, a ponto de uma entidade subnacional ser mais rica que qualquer conjunto regional do país.

Voltando ao caso russo, apesar do conteúdo da citação acima, diante de tantos desafios, a ameaça da guerra, agora bem mais próxima do que no I Plano, modificava novamente as expectativas de desenvolvimento da indústria do Setor II, bem como da cada vez mais crescente necessidade de aumento da capacidade de defesa.

> No entanto, um fator disfuncional e em grande parte imprevisto pesou mais fortemente que nos anos anteriores. Este foi o agravamento do panorama internacional, com as intenções agressivas do fascismo alemão e as nuvens negras do rearmamento e da ameaça de guerra. Mais uma vez, os planos originais de desenvolvimento da indústria de bens de consumo tiveram de ser cortados, assim como alguns dos projetos de desenvolvimento ferroviário, especialmente os de eletrificação de linhas suburbanas, em favor da transferência do poder do trabalho e dos materiais para a indústria do armamento e um maior impulso à indústria pesada do que o inicialmente previsto. (DOBB, 1972, p. 272)

A Tabela 10, a seguir, mostra a evolução do gasto governamental no período referente aos dois planos. Podemos ver através dela como é forte o aumento do gasto em defesa oriundo da proximidade da 2ª Guerra.

TABELA 10 - Despesas nacionais brutas soviéticas em bilhões de rublos de 1937

	Consumo das famílias	Gastos do governo sem militares	Gastos militares	Investimento em Capital Fixo	Total
1928	178,4	9,4	1,0	11,3	200,1
1929	188,9	11,2	1,1	14,0	215,3
1930	188,2	14,8	1,4	19,4	223,9
1931	176,4	18,4	1,4	21,6	217,8
1932	165,1	21,7	1,4	22,4	210,7
1933	168,4	23,0	1,4	20,5	213,2
1934	182,9	24,5	4,7	23,5	235,6
1935	202,8	26,7	7,5	29,4	266,4
1936	201,8	29,4	13,2	39,9	284,2
1937	251,3	32,3	14,8	36,6	334,9
1938	245,2	34,9	19,9	38,1	338,1
1939	240,3	37,6	29,1	37,9	344,9
1940	253,2	40,3	40,5	37,8	371,9

Fonte: Allen, 2003, p. 217.

O balanço realizado por Dobb quanto ao II Plano Quinquenal é bastante positivo, envolvendo diversos setores, com destaque para a indústria automobilística, que se multiplicou por oito, a produção de tratores e colheitadeiras, além de diversos outros setores que se situaram em torno da meta estabelecida – ora mais, ora menos – além do fato do país ter se tornado, a altura, o maior produtor de petróleo do mundo. Após o II Plano, a URSS passou a contar em seu comércio exterior, não somente com os grãos exportáveis, mas também com petróleo, madeira e outros itens de importância menor para o fortalecimento de seu balanço de pagamentos.

> Se analisarmos as mudanças produzidas na economia como um todo durante esta década de grande desenvolvimento, ficaremos inevitavelmente impressionados com o nível destas transformações qualitativas e quantitativas. O crescimento quantitativo da indústria pode ser representado pelos seguintes índices: a capacidade produtiva da indústria siderúrgica expandiu-se quatro vezes mais durante a década de 1928-1938; a do carvão, três vezes e meia mais; a do petróleo quase três vezes e a da energia elétrica quase sete vezes, ao mesmo tempo que se estabelecia uma grande variedade de novas indústrias, como a aeronáutica, a alta química, que incluía a produção de plásticos, borracha artificial, alumínio, cobre, níquel e latão. A URSS tornou-se o maior produtor de petróleo, ouro e fosfato. Esta expansão da indústria, avançando, como tinha acontecido, ao ritmo da transformação

> da agricultura, representou uma mudança radical em relação ao "sistema de transição misto" do período da NEP de meados da década de 1920. Não só as "ilhas" da indústria socialista cresceram tanto em termos absolutos como no seu peso específico dentro da economia como um todo, mas as formas coletivistas de produção no final do Segundo Plano predominaram esmagadoramente, enquanto o setor individualista da economia (incluindo formas individuais de comércio retalhista) tornaram-se insignificantes. Em meados da década de 1920, aproximadamente quatro quintos da população empregada eram produtores camponeses ou artesãos individuais, enquanto os comerciantes privados cuidavam da maior parte do comércio retalhista do país e de uma parte substancial do comércio grossista. Em 1938, o número de diaristas e trabalhadores assalariados empregados na indústria e em outros setores da economia e nos serviços governamentais aumentou de um décimo para mais de um terço da população empregada. Mais numerosos do que estes eram os produtores cooperados - membros trabalhadores das explorações coletivas na agricultura ou dos diferentes tipos de cooperativas industriais artesanais ou da pequena indústria local - que em 1938 representavam 55% da população empregada. Os classificados como "trabalhadores por conta própria" constituíam os remanescentes do antigo campesinato individual e dos artesãos individuais do artesanato, que representavam não mais que 6% da população ocupada: uma percentagem curiosamente próxima da categoria semelhante de "trabalhadores por conta própria" no relatório do Censo Britânico. (DOBB, 1972, p. 274-5)

Os dados da Tabela 11 dão um parâmetro desta transformação para os moldes socialistas de produção citados acima. Já a Tabela 12 nos permite acompanhar a velocidade do processo de industrialização soviético do período através dos dados sobre urbanização.

TABELA 11 - Produção global da indústria por setor social (em porcentagem)

	1929	1930	1931	1932	1933
I. Industria socializada	99,40%	99,70%	-	99,93%	99,93%
a) Indústria do Estado	91,10%	90,90%	-	92,52%	92,76%
b) Indústria cooperativa	8,30%	8,80%	-	7,41%	7,17%
II. Indústria privada	0,60%	0,30%	-	0,07%	0,07%

Fonte: Fernandes, 1991, p. 95

TABELA 12 - Transição Urbana 1928-1937 (milhões de pessoas)

	Urbana	Porcentagem	Rural	Porcentagem
1928	28,1	18,7%	121,9	81,3%
1929	29,5	19,3%	123,2	80,7%
1930	31,2	20,2%	123,6	79,8%
1931	34,2	21,8%	122,5	78,2%
1932	38,6	24,4%	119,4	75,6%
1933	41,6	26,3%	116,4	73,7%
1934	42,7	26,9%	116,3	73,1%
1935	45,4	28,4%	114,4	71,6%
1936	48,2	29,9%	112,8	70,1%
1937	50,2	30,8%	112,8	69,2%

Fonte: Allen, 2003, p. 107.

O Terceiro Plano Quinquenal foi iniciado em 1938 e interrompido pela 2ª Guerra. Neste caso a preparação para a guerra já era mais patente, conforme pudemos observar pelos dados presentes nas tabelas anteriores. A mudança de rota do setor de bens de consumo para a indústria pesada e militar foi ainda mais intensa, assim como impressionante é também a história da mudança da estrutura produtiva para o leste do país.

> A história da evacuação da indústria soviética para o Leste, a partir dos ameaçados distritos industriais do Ocidente, ainda está por ser contada, mas sabemos o suficiente sobre a escala e o que foi feito para avaliar que foi a principal contribuição para a recuperação da produção soviética de guerra após o verão de 1942. Antes da guerra já se sabia que a construção de centrais paralelas tinha começado numa série de casos, nas regiões orientais. À medida que a onda germânica avançava, fábricas inteiras ou uma parte substancial delas eram evacuadas (todos os equipamentos que, por exemplo, podiam ser desmontados e transportados e o seu pessoal e as suas famílias) para novos locais do outro lado do Volga, no Urais ou ainda mais a leste, na Sibéria. Nestes novos locais, foram rapidamente erguidas estruturas provisórias, muitas vezes feitas de madeira. A mão-de-obra local foi recrutada para preencher as lacunas no projeto e, num período de tempo notavelmente curto, a produção foi retomada. Em muitos casos, alegaram ter ultrapassado a produção anterior seis meses após a mudança ou até menos. Nestes novos centros a vida era difícil, especialmente no meio dos rigores do clima siberiano, e a necessidade de improvisação era enorme. (DOBB, 1972, p. 290-1)

Há muita controvérsia política sobre esse episódio, controvérsia esta que não é o centro do debate deste trabalho, mas que merece ser ao menos mencionada. Houve um acordo secreto de não agressão assinado entre Hitler e Stalin em meados de 1939, o que não impediu a invasão do país socialista pela Alemanha Nazista em junho de 1941. Muitos analistas discutem o quanto isso repercutiu nos planos de guerra

soviéticos, em uma possível demora no desmonte da indústria e sua transferência para o leste, mas o fato é de que a URSS foi invadida e destroçada, tal como Hitler sempre ameaçou publicamente de fazer. O avanço alemão foi até São Petersburgo e a cercou, levando à penúria a população da cidade. As tropas alemãs estiveram relativamente próximas de Moscou, mas foram detidas antes.

De toda forma, há duas certezas sobre o episódio. A primeira é de que, ainda que tendo ganhado dois anos a mais em virtude do acordo, a URSS não deixou de ser invadida e devastada. A segunda é de que os dois primeiros planos quinquenais, que deram as bases da industrialização soviética e vistos com mais detalhes nesta seção, foram fundamentais para não só barrar a máquina de guerra alemã, bem como expandir o mundo socialista ao leste europeu chegando à parte da Alemanha e da Áustria.

> Mas o *slogan* do tempo de guerra "tudo pela frente" significou uma grande restrição às indústrias de bens de consumo, muitas das quais estavam no Ocidente e não tinham prioridade de evacuação, e um corte acentuado no fornecimento de todos os produtos, exceto os mais essenciais para os consumidores civis. O declínio do consumo civil foi evidentemente muito maior do que qualquer outro registado na Grã-Bretanha ou na América. Quando os alemães se retiraram, a devastação deliberada foi extraordinariamente profunda. Os acessos às minas não foram apenas inundados, mas sistematicamente destruídos, edifícios de ferro, fundições siderúrgicas e fábricas demolidas e vias férreas tão intensamente destruídas por instrumentos especiais que ficaram inutilizáveis até serem reparadas extensivamente. A zona rural, ao longo do caminho da retirada alemã por centenas de quilômetros, ficou árida, desprovida de gado, edifícios e, às vezes, de habitantes. Quase 2.000 cidades, 70.000 aldeias e fábricas com capacidade de emprego para 4 milhões de pessoas, foram parcial ou totalmente destruídas, segundo estimativas oficiais, e 25 milhões de pessoas ficaram desalojadas. Os cálculos soviéticos contemporâneos situam a soma desta terrível devastação em metade da devastação material da Europa. (DOBB, 1972, p. 292-3)

Após a guerra houve um período de reconstrução, que alguns chamam de Plano de Reconstrução da Guerra, entre o Terceiro e o Quarto Plano. O 4º Plano Quinquenal entrou em operação em 1946 até 1950. Na década de 1950 começam mudanças significativas na relação da URSS com o mundo capitalista. Primeiro que o país não estava mais isolado, pois havia uma série de países do Leste europeu que agora participavam do mundo socialista. Além desse fato oriundo da guerra, a China fez sua revolução socialista em 1949, passando a ser uma importante parceira soviética apesar dos altos e baixos da relação ao longo da década de 1950 e do rompimento diplomático em 1960. De toda forma, o mundo socialista não se resumia mais a URSS e nem esta podia ser mais ignorada da mesma forma que antes.

Junto com Stalin, morreu também a tese da construção do socialismo em um só país. Nikita Khrushchov, seu sucessor em 1953, adotou a política unilateral da "coexistência pacífica" com o mundo capitalista, enquanto o imperialismo iniciava a famosa "Guerra Fria". Vejamos, para finalizar esta seção, um pouco dos planos quinquenais seguintes, de reconstrução do pós-guerra, para então estudarmos a URSS de forma mais macro, menos detalhada, mas capaz de esclarecer seu colapso em 1991 e posterior reconstrução.

As décadas imediatas do Pós-Guerra foram de forte desenvolvimento econômico no mundo capitalista central e também na União Soviética, período em que o país ganhou a alcunha de superpotência, sobrepassou em níveis absolutos a produção de vários dos principais países capitalistas combinados, porém, também passou por mudanças políticas e econômicas importantes que lhe puseram cada vez mais próxima do regime capitalista. Quanto ao IV Plano Quinquenal, 1946-1950, de recuperação ainda da 2ª Guerra, temos:

> Os principais objetivos do Plano Quinquenal foram agora alcançados antes do prazo e foi proclamado que o principal objetivo industrial fixado para 1950 tinha sido ultrapassado em 17%. O relatório sobre a implementação do Quarto Plano Quinquenal publicado pela Gosplan e pelo Instituto Central de Estatística em abril de 1951 anunciou que o Plano tinha sido efetivamente executado em quatro anos e um quarto. A produção industrial em 1950, o último ano do Plano, situou-se 73% acima do nível de 1940, com os bens de capital mais do que duplicando, embora os bens de consumo tenham aumentado apenas 23%. Os metais ferrosos ultrapassaram o nível anterior à guerra em 45%, o carvão em 57%, o petróleo em 22% e a eletricidade em 87%, mas os têxteis, vestuário, calçado e outras indústrias leves apenas o fizeram em 17%. A produção de cereais, embora abaixo dos objetivos do Plano, situou-se ligeiramente acima da média dos três anos anteriores à guerra. A informação mais surpreendente foi que "o número total de gado produtivo, drasticamente reduzido durante a guerra, foi restaurado e em 1950 aumentou 4%, em comparação com 1940, em todas as categorias de explorações agrícolas". Contudo, enquanto o gado bovino, ovino e caprino ainda estava acima do nível anterior à guerra, as vacas e porcos ainda estavam abaixo, como pode ser visto na tabela da página 312. Como isto poderia ser destacado no recurso dos anos que se seguiram; a dificuldade dos cereais e da pecuária se recuperarem tão rapidamente como a produção industrial foi um fator limitante crucial no aumento dos padrões de vida durante a década de 1950. (DOBB, 1972, p. 308)

Foi durante a execução deste IV Plano que URSS desenvolveu sua primeira bomba atômica, em 29 de agosto de 1949, como resposta ao lançamento pioneiro estadunidense que marcou, simbolicamente, o fim da 2ª Guerra. Já as diretrizes do Quinto Plano só vieram a público no final do segundo ano de sua aplicação, já demonstrando que o planejamento econômico passava a ser relativizado no interior da

URSS, ainda que os planos quinquenais tenham sido seguidos até o colapso do país em 1991.

Assim ocorreu, mas suas metas foram substituídas cada vez mais por diretrizes e logo após o plano septenal e início da década de 1970 a economia passou a estagnar. É importante lembrar que após as mudanças iniciadas por Khrushchov, tiveram início as rusgas políticas entre a URSS e então recém formada República Popular da China. O cerne dos problemas diplomáticos na década de 1950 foram justamente a mudança na forma com que a economia era planejada e administrada na URSS após a morte de Stalin, além de questões nacionais relativas à fronteira entre os dois países. Em outras palavras, a liderança chinesa da época apontava o afastamento da URSS do ideário socialista seja no tocante a questão das nacionalidades, seja no tocante a política de enfrentamento ao imperialismo.

> Os detalhes do Quinto Plano só foram anunciados publicamente pouco antes do XIX Congresso do Partido, em outubro de 1952. Suas duas principais características foram: 1) Uma taxa de aumento da produção industrial de 72% durante todo o quinquênio, que foi inferior à dos planos anteriores, e até um pouco inferior ao do Terceiro Plano incompleto. 2) A diminuição da divergência entre as taxas de crescimento dos dois principais departamentos ou setores da indústria, produtores de bens de capital e de bens de consumo: a produção do primeiro deveria crescer 80% e a do segundo 65%, enquanto, em contraste, entre 1928 e 1940, o primeiro se desenvolveu a uma taxa duas vezes maior que o segundo. O resultado foi, portanto, uma maior atenção ao aumento do nível de consumo. (DOBB, 1972, p. 308-9)

O Sexto Plano foi morno em seus aspectos econômicos, mas bastante impactante em seu aspecto político. Foi aprovado no XX Congresso do Partido, famoso pelas denúncias de Khrushchov aos crimes de Stalin e que prepararam as mudanças políticas e econômicas mencionadas a pouco, tais como a mudança do "socialismo em um só país" para a "coexistência pacífica com o mundo capitalista". Ainda assim, foi ao longo do Sexto Plano que a URSS foi pioneira na corrida espacial ao lançar em 4 de outubro de 1957 o primeiro satélite artificial a orbitar a terra, chamado Sputnik.

> O Sexto Plano, que abrangeu os anos de 1956 a 1960 e que foi apresentado no histórico XX Congresso do Partido em fevereiro de 1956, não variou muito em relação ao anterior. O crescimento total da produção industrial foi estabelecido em 65%, com um aumento de 70% como meta para os meios de produção e um aumento de 60% para os bens de consumo (contra os percentuais de 72, 80 e 65, respectivamente, dos períodos anteriores do Quinto Plano). O Rendimento Nacional, no seu conjunto, deverá aumentar 60%, com um aumento de 30% "nos salários reais dos trabalhadores das fábricas, dos serviços e de outros trabalhadores durante o período de cinco anos" e um aumento de 40% nos "rendimentos em dinheiro e em espécie provenientes de agricultores coletivos". O "volume de investimentos básicos

> do Estado na economia nacional" seria 67% superior ao Quinto Plano. A meta de aumentar a produtividade do trabalho na indústria voltou a ser estabelecida em 50% (um pouco mais que os 44% alcançados nos cinco anos anteriores). O número total de empregos entre diaristas e assalariados na economia como um todo não deve crescer mais do que 13 ou 14% e apenas na indústria 10%. As Diretrizes do Plano (conforme publicadas pela imprensa de Moscou em 15 de janeiro para apresentação ao Congresso) afirmavam que "O atual nível de produção social permite ao Estado soviético desenvolver rapidamente, não apenas a produção dos meios de produção, que tem sido e continua a ser a base inabalável do conjunto da economia nacional, mas também da produção de bens de consumo, para aumentar consideravelmente a riqueza social e, consequentemente, avançar para a construção de uma sociedade comunista no nosso país". (DOBB, 1972, p. 312-3)

Já o Plano Septenal teve início em 1959, apresentou mudanças estruturais importantes na indústria soviética e foi o responsável pelo lançamento do primeiro humano ao espaço, Yuri Gagarin, em 12 de abril de 1961.

> Em certo sentido, porém, este Sexto Plano nunca foi concluído, tendo sido abandonado e substituído no final de 1958 por um novo plano de sete anos, para o período 1959-1965, que foi devidamente aprovado pelo XXI Congresso do Partido em 5 de fevereiro de 1959. O objetivo principal de substituir o antigo plano pelo novo antes que expirasse o prazo do primeiro era lançar as bases para dar um impulso especial ao desenvolvimento da indústria química para substituir os materiais por produtos plásticos em detrimento dos materiais tradicionais, fibras sintéticas em lugar das naturais na indústria do vestuário, e aumentar a oferta de fertilizantes para a agricultura. Entre as restantes mudanças estruturais planejadas estavam uma substituição mais rápida do carvão por petróleo e gás no setor dos combustíveis; a concentração na indústria da engenharia com vista ao desenvolvimento de instrumentos de automação e um impulso renovado ao desenvolvimento dos recursos das regiões orientais, especialmente na Sibéria Oriental e no Cazaquistão. (DOBB, 1972, p. 314-5)

Para finalizar esta seção é importante falar um pouco mais das mudanças políticas e econômicas oriundas do período Khrushchov. Além da proposição unilateral da Coexistência Pacífica com o Imperialismo, adotada na URSS em lugar da construção do Socialismo em um só país, diversas foram as mudanças internas, sejam elas políticas, sejam elas econômicas.

No tocante a agricultura houve um maior incentivo às cooperativas agrícolas em detrimento das fazendas estatais. É certo que as cooperativas agrícolas sempre se mostraram superiores e mais numerosas, mas com Khrushchov no poder elas ganharam um maior apoio com a diminuição da regulação e das metas, bem como a partir do facilitamento para aquisição própria do maquinário agrícola antes alugado.

> Mencionamos as concessões feitas à agricultura durante a primeira metade da década, melhorando os preços de gestão impostos aos agricultores. Estas foram seguidas por concessões fiscais e uma simplificação dos métodos de

> planejamento na agricultura (anteriormente havia frequentemente 200, ou até mais, objetivos para explorações agrícolas coletivas no plano anual), juntamente com a descentralização da administração provincial na responsabilidade pelo desenvolvimento de planos agrícolas detalhados e maior confiança na gestão agrícola para decidir questões de produção com base em incentivos financeiros apropriados: por exemplo, em 1955, foram abolidos os planos antecipados para as culturas e as disposições relativas à criação de gado. Em 1958 ocorreram duas alterações significativas nos pressupostos da relação entre as cooperativas agrícolas e o Estado: a abolição das quotas obrigatórias de abastecimento que existiam desde os primeiros anos da década de 1930 e a concessão, pela primeira vez, do direito de possuir a sua própria maquinaria, encorajando-as mesmo a fazê-lo. (DOBB, 1972, p. 320)

O mesmo foi feito com relação a indústria. O mote do período era o de simplificar o planejamento e torna-lo menos burocrático, regionalizando a indústria soviética e ampliando os incentivos de mercado, tal como feito na agricultura.

> As mudanças drásticas de 1957 na administração da indústria provocaram a abolição dos trinta Ministérios que anteriormente dirigiam (através dos seus departamentos industriais, ou *Glavki*) os principais ramos da indústria, a partir de um único centro para toda a União, e a subordinação de empresas industriais a mais de uma centena (na altura) de conselhos econômicos regionais (*Sovnarkhoze*). Até certo ponto, a mudança pode talvez ser vista como tendo uma intenção política e econômica, uma vez que estes Ministérios se tornaram estruturas econômicas altamente centralizadas, muitas vezes muito distantes das unidades de produção individuais que geriam, e em certa medida com o caráter de poderosos impérios industriais, com institutos de pesquisa, organizações de fornecimento e vendas e suas próprias empresas de construção. Os novos conselhos regionais eram, por um lado, mais numerosos (e, portanto, cada um tinha menos responsabilidades de gestão) e também estavam em contato mais próximo, pelo menos geograficamente, com as empresas que supervisionavam. (DOBB, 1972, p. 321)

Conforme visto na última citação, pode-se dizer que a administração soviética passou a andar em caminho contrário aos ditames do Capitalismo de Estado feitos por Lênin, ou seja, de uma "trusteficação" da economia, passou-se, na década de 1950, para a sua regionalização. Este fato pode ter impactado em diversas esferas. Uma delas pode ter sido na capacidade de ciência e tecnologia, uma vez que empresas menores e organismos administrativos menores possuem menos verba e menos poder político para o investimento em C&T. Outra delas pode ter sido o separatismo do final dos anos 1990, uma vez que se passou a fomentar ilhas industriais regionais pouco relacionadas. Apesar disso, as mudanças não foram puramente econômico-administrativas, mas também de futuro político.

Intensos foram os de debates que levaram ao fortalecimento maior do Setor II, de bens de consumo, em lugar do Setor I, de máquinas e equipamentos. Não que esta não fosse uma causa antiga que precisasse ser equacionada, mas ela, juntamente com a

mudança administrativa mencionada na citação anterior, diminuiu sobremaneira a capacidade inovativa e de independência da indústria soviética no tocante a C&T no que não fizesse parte de planos nacionais, caso do programa espacial e militar soviético.

O entendimento da Coexistência Pacífica em lugar do Socialismo em um só país, mesmo diante da Guerra Fria por parte do Imperialismo, mudou a visão de mundo da burocracia soviética. Se por um lado já seria anticientífico, nos termos do marxismo, a construção do socialismo em um único país – dado que o capitalismo é um sistema mundial, jamais seu sucessor poderia regredir à esfera nacional –, pior ainda foi fazer de seu inimigo histórico comprovado – inúmeras foram as guerras e ameaças de guerra que a URSS sofreu com o intuito de mudar o seu regime – um hipotético aliado, sobretudo na complementaridade industrial.

Além dos pontos já citados, a própria Lei do Valor, exposta por Marx em O Capital, deixou de ser um mero instrumento do período de transição ao socialismo, mas que deve ser superada em uma sociedade verdadeiramente comunista, para coexistir com esta sociedade na visão da nova burocracia. Não surpreende, portanto, que a União Soviética tenha estagnado após o período de desenvolvimento extensivo, que foi até meados da década de 1970 e tenha estagnado posteriormente até seu colapso em 1991, assunto da próxima seção.

2.3 – O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PÓS-GUERRA

Os anos dos pós-guerra, já inicialmente analisados na seção anterior, foram de forte desenvolvimento político e econômico em todo o mundo. O mundo ocidental, desenvolvido, alcançou taxas de crescimento volumosas que configuraram, na literatura especializada, os "anos dourados" ou "gloriosos" do capitalismo. Na URSS não foi diferente. Até meados da década de 1970 seu crescimento também foi espetacular, com média de 4,4% de expansão do PIB ao ano entre 1950 e 1978 (Maddison, 2001), período correspondente ao desenvolvimento extensivo de sua economia e em que ganhou o *status* de superportência junto aos Estados Unidos, mas posteriormente caiu em estagnação até sua dissolução. Nos dados da Tabela 13 podemos acompanhar os indicadores *per capta* de aumento do PIB para períodos selecionados.

TABELA 13 - Taxa de crescimento médio do PIB per capta da URSS (1950-1991)

Período	Taxa de crescimento média do PIB per capita (%)
Crescimento econômico elevado (1950-1973)	3,6
Estagnação (1974-1984)	0,93
Perestroika (1985-1991)	-1,3

Fonte: Maddison (2006, p. 478-479).

Muitas mudanças ocorreram no período, mudanças estas que fazem perder o sentido de se acompanhar os planos quinquenais, conforme vistos na seção passada, para passarmos a ter uma visão mais macro, não tão específica, que ajuda a entender as mudanças políticas e econômicas que desembocaram no trágico período, com o colapso da União Soviética em quinze novas repúblicas e a principal delas, a Federação Russa, ainda com sérios problemas internos de separatismo.

Conforme já mencionado, de país com forte vocação para a exportação cerealífera e de madeira, a industrialização soviética lhe permitiu expandir sua pauta exportadora para diversos produtos industriais, em geral comercializados com os Estados-satélites do Leste Europeu a partir do pós-guerra, mas sobretudo a exportação de petróleo e gás para o mundo capitalista. Essa produção já vinha ascendente antes da Segunda Guerra Mundial, tornou-se bastante importante no imediato pós-guerra, mas ganhou a primazia na estrutura produtiva soviética a partir dos dois choques do petróleo de 1973 e 1979. De um ponto de vista econômico-estrutural essa foi a principal mudança na estratégia de inserção internacional do país, mas não foi uma questão isolada.

> Frente aos problemas de abastecimento em produtos alimentares e às necessidades não satisfeitas em bens de consumo, tecnologia e bens de capital, a União Soviética resolveu mudar sua inserção comercial e exportar grandes volumes de petróleo a partir do início dos anos 70, quando o preço do petróleo conhece uma alta sem precedente. Os campos petrolíferos da Sibéria, descobertos no final dos anos 60 começaram a ser explorados. Os dirigentes russos decidiram uma reorientação da política energética do país, na direção de uma substituição parcial do petróleo pelo gás na indústria, nas centrais térmicas e na calefação, para reservar mais petróleo para aumentar suas exportações na direção dos países ocidentais. Era uma inserção externa parecida com os países em desenvolvimento, baseada na exportação de *commodities* e na importação de certas tecnologias (máquinas e informática especialmente). Desta forma, houve o abandono de uma política de exportação de bens a alto conteúdo tecnológico (tirando as armas), apesar do alto potencial cientifico soviético. Criou-se uma vulnerabilidade externa que

> permanece na Rússia de hoje (Gaidar, 2007). Essa escolha foi, então, muito problemática do ponto de vista geopolítico porque ela viabilizou uma dependência cada vez maior do país em relação às importações de produtos agrícolas, de bens de consumo e de componentes tecnológicos. Ora, na sua posição de superpotência antagônica aos Estados Unidos, o abandono da soberania na área tecnológica e alimentar era certamente um grande erro. Além disso, as exportações de petróleo são sujeitas à volatilidade dos preços internacionais, o que foi confirmado nos anos 80, quando eles caíram dramaticamente, participando de uma degradação maior ainda da economia soviética. (MAZAT, 2013, p. 53-4)

Para a exportação industrial, o principal meio foi a construção do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM), criado logo após o Pós-guerra, que dava destino em boa proporção aos bens industriais soviéticos exportáveis, com exceção do setor militar, que não se restringia ao CAEM. Ou seja, a URSS acabou criando um mercado cativo para seus produtos industriais em torno dos novos países agora socialistas do leste europeu. Em termos de competitividade internacional, a produção soviética, embora significativa em termos industriais pondo-a a frente de importantes países do Ocidente, ainda assim pecada quanto a qualidade e competitividade externa. Com o mundo exterior ao CAEM, a URSS permanecia exportadora de matérias-primas e energéticas.

> A União Soviética não se beneficiou do Plano Marshall e garantiu que seus satélites da Europa Central e Oriental declinassem a proposta americana (Nove, 1992, p. 321-323). A criação do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM) em 1949 foi a resposta soviética ao Plano Marshall. O comércio dentro do CAEM era realizado através de arranjos específicos, incluindo acordos de compensação, com o objetivo de desenvolver os países da esfera soviética e especialmente de aprofundar sua dependência em relação à URSS. Portanto, o CAEM era um instrumento para promover a integração econômica do Bloco Socialista, a URSS sendo o membro dominante. Neste sentido, o Comecon foi desenhado para criar uma 'divisão internacional socialista do trabalho' (Lavigne, 1979, p. 346). (MAZAT, 2013, p. 103)

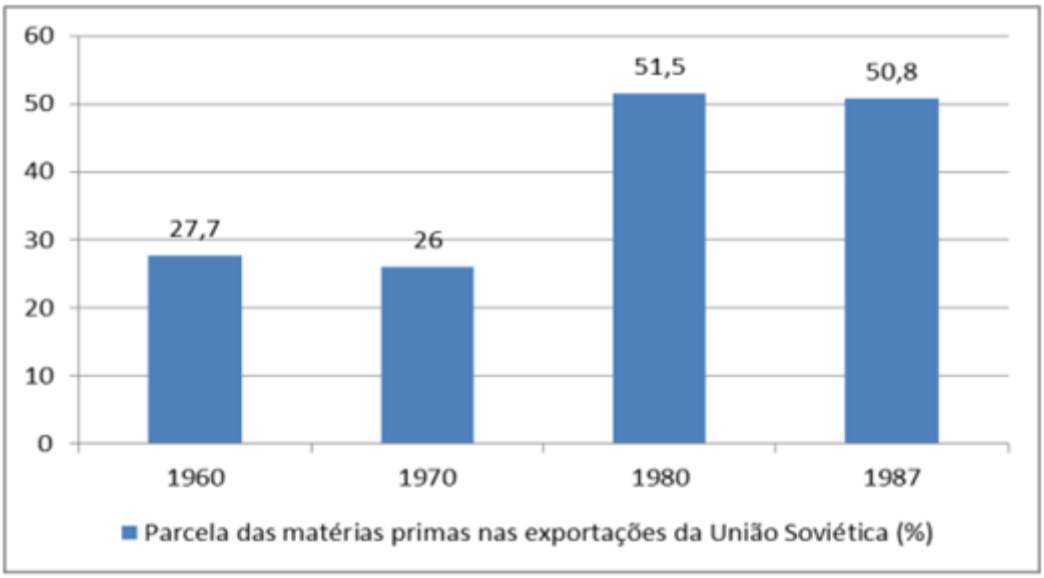
Ainda assim, conforme visto na primeira seção deste capítulo, Dobb nos alertou que o modo de produção socialista não conta com a exportação de capitais como forma de acumulação extra de capital e contra-tendência à queda da taxa de lucro, portanto:

> Os termos de troca eram em geral muito desfavoráveis para a União Soviética dentro do CAEM. A URSS tinha que exportar matérias-primas, maquinaria e armas para seus satélites enquanto ela importava dos seus aliados bens manufaturados e produtos tropicais. As matérias-primas soviéticas eram em geral vendidas a preços bem abaixo dos níveis mundiais para os países satélites. Créditos abundantes, virtualmente sem juros, subsídios e ajuda externa eram, também, outorgados pela União Soviética a esses países (Nove, 1992, p. 322-323; Lavigne, 1979). Assim, durante as décadas de 1960 e de

> 1970, o comércio exterior da URSS era limitado e principalmente focado nos países membros do CAEM, por razões geopolíticas. (MAZAT, 2013, p. 104)

O Gráfico 1, abaixo, apresenta um pouco da mudança de composição na pauta exportadora soviética para alguns anos selecionados. Conforme mencionado na última citação, é visível a reprimarização da pauta exportadora, sobretudo após a década de 1970 indicando também uma maior abertura econômica com o ocidente a partir dessa forma de inserção.

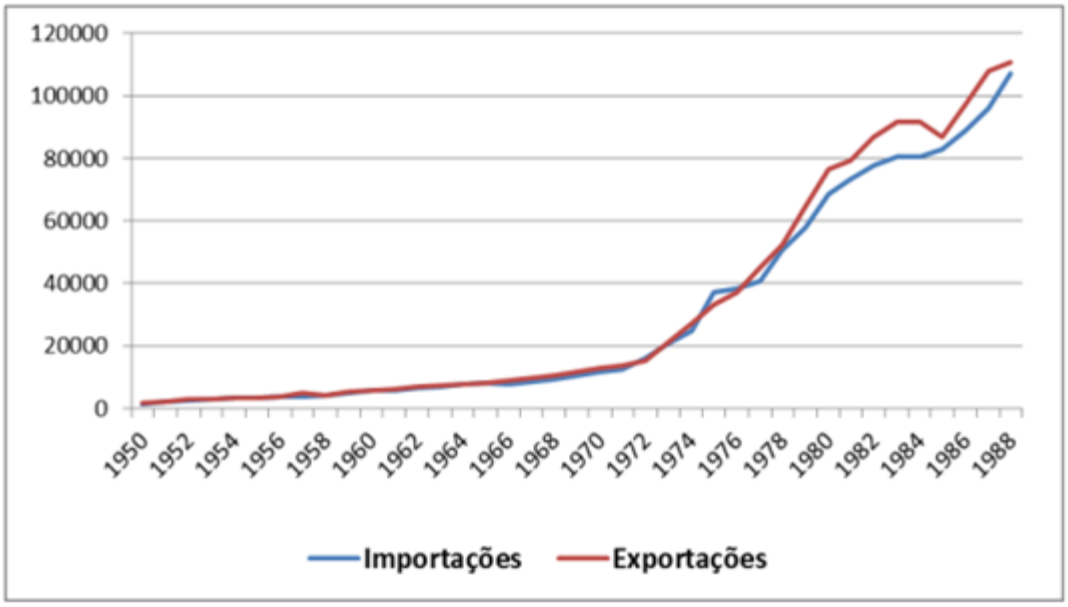
GRÁFICO 1 - Evolução da parcela das matérias-primas nas exportações nominais da União Soviética (1960-1987)



Fonte: Serviço Federal de Estatísticas da Rússia

No Gráfico 2, a seguir, podemos acompanhar a abertura comercial por biênio desde 1950. Note-se o paulatino aumento do volume de comércio exterior para uma explosão numérica após o primeiro choque do petróleo em 1973, apontando não somente o bom momento que se iniciara com a produção e exportação de petróleo, bem como a integração cada vez mais efetiva da economia soviética na economia mundial.

GRÁFICO 2 - Evolução do comércio exterior soviético entre 1950 e 1998



Fonte: Smith, UN & International Statistic Yearbook, em Fernandes, 1992.

Nas palavras de Mazat:

> Houve, então, uma verdadeira explosão do comércio exterior soviético após a crise petrolífera de 1973, puxada pelas exportações de petróleo e de gás, cujos preços atingiam níveis extremamente elevados. O volume de petróleo exportado pela União Soviética aumentou consideravelmente graças à substituição do petróleo pelo gás na matriz energética interna da URSS, como já vimos (Sagers, M. J. & Tretyakova, 1986). A construção de gasodutos, principalmente financiada por investimentos estrangeiros, era, também, uma forma de exportar gás e obter mais divisas dos países da Europa Ocidental. (MAZAT, 2013, p. 118)

Conforme já mencionado, a URSS, a partir da liderança de Nikita Khrushchov, passava de um período de "autarquia produtiva" para a tentativa de "coexistência pacífica" com o mundo capitalista. Se de um ponto de vista mais amplo isso não impediu os EUA de iniciarem a Guerra-fria com o novo Bloco Socialista (URSS mais os países satélites do Leste Europeu e posteriormente a China), não quer dizer que não tenha havido algum grau de interligação econômica, mais intensa que no período anterior, com o mundo capitalista. Foi nesse contexto em que houve o já mencionado relaxamento do investimento do setor I, com exceção do setor de petróleo e gás e do complexo industrial-militar soviético, para uma maior atenção à indústria de bens de consumo. Com o passar dos anos, apesar da formação da aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em abril de 1949, isso não impediu

uma aproximação econômica cada vez mais intensa com os países capitalistas do Ocidente.

> Isso não impediu a Alemanha Ocidental de se aproximar da URSS no início dos anos a partir de 1969, com a *Ostpolitik*. A *Ostpolitik* corresponde a uma ruptura com a estratégia tradicional de afastamento da República Democrática Alemã e da URSS promovida pela CDU entre 1949 e 1969. A *Ostpolitik* é associada à figura de Willy Brandt, líder do SPD e chanceler da República Federal da Alemanha entre 1969 e 1974, que era favorável a uma normalização das relações do seu país com o bloco socialista. A legitimidade da Alemanha Oriental foi reconhecida e uma série de acordos diplomáticos foi concluída com a União Soviética (Pittman, 1992). Ademais, houve um acordo decisivo entre a Alemanha Ocidental e a União Soviética, assinado em 1970 e que abriu verdadeiramente o caminho para a atual dependência energética europeia. Em troca de um empréstimo e da entrega de tubos para a construção do gasoduto por parte da Alemanha Ocidental, a URSS se comprometia a entregar gás para seus parceiros alemães. A Alemanha se tornou assim financiadora da União Soviética, o que ela permanece com a Rússia atual. Os gasodutos viraram, então, um elemento pacificador do continente europeu na medida em que os países da Europa Oriental ficaram cada vez mais dependentes em relação ao gás soviético. (MAZAT, 2013, p. 52-3)

A burocracia soviética desejava cada vez mais se integrar ao mundo capitalista, assunto bastante polêmico dentro do movimento comunista no período, e dava passos cada vez mais significativos na tentativa de aproximar a sua economia de transição ao socialismo para o capitalismo. É daí que vem todo o processo de descentralização política e econômica experimentado no período, a renascente crença na nos auspícios da Lei do Valor como mediadora das relações econômicas, das mudanças no campo que favoreceram as cooperativas em detrimento das fazendas estatais e do regime de produção anterior, medidas estas citadas no final da seção passada.

Se inicialmente, no começo do século XIX, parecia ser um grande trunfo a inserção externa da economia soviética a partir da exportação de grãos, com o advento da URSS em um dos maiores produtores mundiais de petróleo e gás, tendo chegado a ser o maior em meados da década de 1980, pareceu, aos olhos da burocracia no poder, que o mundo capitalista não só lhes respeitaria como vencedores da 2ª Guerra e lhes toleraria dada sua importância econômica e militar, como também lhes veneraria em virtude da necessidade energética que a URSS estava disposta a suprir em um mundo em pleno desenvolvimento e ávido por novas fontes de energia, vide os episódios de choque do petróleo.

Não tardou para que tudo isso se configurasse em fatal engano. E se por um momento a burocracia dirigente da URSS acreditou que o mundo lhe era dependente dada a questão energética, logo o oposto ocorreu, foi a URSS quem se tornou

completamente dependente tecnológica e financeiramente do mundo capitalista e foi vítima de um estrangulamento econômico, enquanto tentava enviar sinais claros de abandono de sua posição socialista e de seu poder geopolítico.

Há ainda uma questão de maior destaque. Embora o poder soviético do pós-guerra tenha promovido uma abertura econômica e uma colaboração maior com o ocidente capitalista, isso não quer dizer que a questão militar foi posta de lado. Muito do desenvolvimento científico e tecnológico da URSS ficou estagnado a partir da década de 1970, tendo suas necessidades supridas pelo comércio exterior, mas não foi o caso do complexo industrial-militar. Este, nas palavras de Numa Mazat, concentrou a inovação tecnológica dentro da URSS, sendo responsáveis pelos principais inventos.

> A economia soviética foi, então, reorganizada para garantir essa capacidade de produzir em grande escala para o esforço de guerra, caso fosse necessário. O VPK, a Comissão Militar-Industrial Soviética, era encarregado de garantir uma capacidade de mobilização rápida de toda a economia para alimentar o exército em armas, equipamentos e suprimentos no caso de uma ameaça contra a seguridade da URSS. O VPK controlava assim a produção inteira dos setores-chave da indústria soviética. (MAZAT, 2013, p. 92)

Daí surgiu uma nova problemática, nas palavras de Mazat (2013, p. 111), do não transbordamento tecnológico da área militar para a área civil, conforme ocorrera nos EUA e nos países da Europa Ocidental. Dessa forma, o VPK trabalhou na forma de um confisco das inovações, o que contribuiu para o atraso tecnológico relativo da URSS face ao ocidente.

> Não existia, então, na União Soviética o *spillover* que pode ser observado nos Estados Unidos entre as indústrias militares e civis (Medeiros, 2004). A maior parte da pesquisa avançada era realizada em institutos científicos e não nas universidades. As descobertas científicas e tecnológicas com potenciais aplicações militares eram imediatamente consideradas confidenciais e de uso limitado ao complexo militar-industrial. Isso ajuda entender porque a tecnologia soviética no setor civil estava atrasada em relação à tecnologia civil dos países ocidentais e porque esse atraso tecnológico só foi aumentando ao longo do período (Amann & Cooper, 1982). (MAZAT, 2013, p. 111-2)

Um caso de destaque, na época, de abandono do investimento em ciência e tecnologia civil para concentrar-se apenas em alguns setores específicos, em geral componentes do complexo-industrial militar, foi a do desenvolvimento do setor de informática, paradigmático no período.

> A ênfase na inserção no comercio mundial foi tão importante que moldou a política de desenvolvimento da informática na URSS. O progressivo

> abandono do desenvolvimento dos computadores de concepção totalmente soviética a partir do final dos anos 60 foi uma decisão muito controversa na medida em que, apesar de uma qualidade de fabricação baixa, os computadores soviéticos apresentavam uma arquitetura mais avançada que os computadores americanos. O engenheiro soviético Lebedev era, por exemplo, considerado o maior cientista mundial em computação (Ernst et al., 2001). (MAZAT, 2013, p. 117)

Ainda segundo Pomerantz, o abandono da política científica soviética não ficou restrita a URSS, tendo impactado também os Estados-satélites do leste europeu. Dessa forma, o abandono do esforço técnico-científico da URSS lançou todo o bloco socialista na dependência direta, ou indireta, do desenvolvimento científico do centro, o que não tardou em se configurar também em dependência financeira com o passar dos anos através do atraso tecnológico relativo e da necessidade crescente de importação de tecnologia.

> O governo soviético resolveu adotar o modelo IBM 360 como padrão para o sistema unificado de computação do COMECOM – Conselho Mútuo de Coordenação Econômica dos países do bloco oriental, com isto adotando a transferência aberta ou velada de tecnologia do Ocidente, ao invés de desenvolver tecnologia própria. O que [...] levou necessariamente ao atraso tecnológico, devido a que a defasagem entre o momento em que um novo computador chegava ao mercado mundial e a época em que as fábricas soviéticas estavam aptas a produzi-lo tornou-se cada vez maior em relação aos produtos fabricados com tecnologia de ponta, em especial após a aceleração da corrida tecnológica do final dos anos 1970. O mesmo aconteceu com os programas de *software*. Aparentemente os líderes soviéticos optaram por uma abordagem conservadora e livre de riscos, que resultou, paradoxalmente, em tornar a União Soviética dependente dos EUA, na área fundamental da tecnologia da informação. (POMERANTZ *apud* MAZAT, 2013, p. 118)

No entanto, cabe ainda adentrarmos um pouco mais na questão do esgotamento do desenvolvimento extensivo da URSS. Conforme já mencionado, os anos do imediato Pós-Guerra até meados da década de 1970 foram conhecidos na União Soviética, como também em boa parte do mundo periférico, como um período de acumulação extensiva. Isso quer dizer que novas terras eram incorporadas a área produtiva da agricultura, que a indústria crescia mais em quantidade do que em qualidade em virtude da disponibilidade de força de trabalho e matérias-primas e os dados sobre crescimento e desenvolvimento se davam mais pela quantidade do que pela qualidade e capacidade tecnológica. Por exemplo, não é incomum que, no período, o desenvolvimento da URSS fosse contabilizado a partir da maior quantidade de toneladas de aço produzida, de cereais, de uma maior produção de petróleo, maior quantidade de fusos para a indústria têxtil, conforme vimos nas citações de Dobb, na

seção passada, que acompanhou os discursos sobre o aumento da capacidade produtiva proferidos pela burocracia.

Isso não quer dizer que não tenha havido um grande esforço em Ciência e Tecnologia para o aprimoramento da produção e ruptura da dependência tecnológica que caracteriza qualquer industrialização retardatária, inclusive a soviética, conforme citamos os casos de esforço para o desenvolvimento do Setor I na seção passada deste capítulo. De acordo com Mazat (2013, p. 115), *as imensas dificuldades para mudar as prioridades do sistema soviético levaram as autoridades soviéticas a achar uma solução através de um aumento considerável da abertura da economia soviética*. No entanto, casos semelhantes de esgotamento do modelo de desenvolvimento extensivo podem ser encontrados no mundo subdesenvolvido.

As plantações de café no Brasil, de trigo na Argentina, de prata no México, entre outros exemplos, foram crescendo extensivamente, ou seja, incorporando novas terras ou abandonando áreas exaustas por novas, até o que o limite geográfico e político dos países permitia. A diferença é que esse processo ocorreu na América Latina antes do advento de sua industrialização. Continuar seu processo de crescimento, a partir de então, vislumbrava adentrar na produção industrial que, conforme visto nas palavras de Prebisch no Capítulo 1, é responsável por novos produtos e ramos de produtos. Isso se dá não somente em termos de mais-valia, ou seja, de viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas em virtude do lucro, mas de um modo geral. Quanto mais a URSS, por exemplo, desenvolvesse novas formas de produção, que poupasse mão de obra, utilizasse melhor as matérias-primas, criasse novas comodidades para a vida dos trabalhadores, maior seria seu desenvolvimento material. No entanto, houve por toda parte, ao longo da década de 1970, uma exaustão desse modelo extensivo.

Nos países primário-exportadores se acentuou o problema do crescimento extensivo da pauta primária e a indústria leve, geralmente fruto do processo de substituição de importações, também dava sinais claros de limitação, sobretudo nos países capitalistas dependentes que tiveram mais dificuldade em formar um amplo mercado consumidor, diferente dos países centrais e da URSS. O que dirigentes dos países dependentes capitalistas apontaram como resposta, por exemplo, era o aprofundamento da industrialização para o setor de bens de produção, tal como foi feito no Brasil com os Planos de Desenvolvimento I e II da Ditadura Militar na década de 1970.

No entanto, os países centrais também apresentavam sinais de estagnação após um logo período de reconstrução do Pós-Guerra. Operava a lei de Marx de contínua concentração e centralização dos capitais em virtude da concorrência e já não havia tanto espaço para o crescimento industrial extensivo conforme vinha sendo feito em toda parte. Intensificava-se a disputa tecnológica, o desenvolvimento de novos paradigmas produtivos e novos produtos. No mundo capitalista central, a principal resposta a esta queda da acumulação, ou seja, a este efeito da Tendência Decrescente da Taxa de Lucro (Marx, 2017, Seção III), foi o desenvolvimento do capital fictício que passou a reger a economia mundial desde meados da década de 1970 no mundo desenvolvido e desde a década de 1990 por toda a parte.

É neste contexto que, conforme Mazat (2013), os soviéticos experimentam novos modelos de acumulação intensiva que, em geral, fracassaram quando não se trataram do complexo industrial-militar e decidiram por uma inserção internacional baseada em uma reprimarização da pauta exportadora, sobretudo em virtude da exportação de petróleo e gás. Houve uma integração da economia da URSS parecida com a que experimentaram os países primário exportadores no final do século XIX, exportação de produtos-primários, ainda que energéticos, em troca de alimentos e máquinas e equipamentos.

> A URSS tinha, também, que recorrer à importações em proveniência das economias capitalistas para tecnologia e bens de capital nos setores da informática, da eletrônica, da química fina. Ademais, comprar bens ocidentais era considerado útil para resolver gargalos na produção soviética e eliminar a penúria de certos produtos específicos (Hanson, 1981, p.135). As transferências tecnológicas tinham como escopo a criação de novas indústrias, a modernização daquelas já existentes e o aumento da produtividade. Além disso, essas transferências tecnológicas eram tentativas para resolver o problema do atraso na incorporação do progresso técnico na indústria civil já analisado neste texto. O resultado desta estratégia era uma dependência cada vez mais profunda do sistema econômico e de inovação soviético em relação às importações de bens de capitais provenientes dos países capitalistas ocidentais, para limitar o hiato tecnológico. (MAZAT, 2013, p. 116-7)

Esta escolha já seria bastante problemática caso se tratasse de países com o mesmo regime político-econômico, ou seja, entre países capitalistas. As teorizações da CEPAL e da TMD estão aí para provar que não há desenvolvimento virtuoso entre países do centro e da periferia dentro do modo de produção capitalista. Isso ganha contornos mais dramáticos quando se trata do primeiro país a inaugurar um modo de produção, que veio suplantar o capitalismo, na tentativa de se integrar de forma

subordinada a um mundo regido pelo imperialismo. Trata-se, portanto, de um agravamento da visão de mundo da burocracia soviética quando comparada com os tempos já problemáticos de Stalin. Antes, ainda que se acreditasse na possiblidade do desenvolvimento do socialismo em um só país, ao menos a estrutura produtiva da URSS era forjada de modo a competir com o mundo capitalista, garantindo-lhe assim sua soberania.

Há uma observação importante a ser feita sobre este fato quanto a vitória política da tese do "socialismo em um só país" por Stalin, ainda na década de 1920. A Oposição de esquerda dentro do partido já vislumbrava que os anos iniciais de industrialização seriam mais fáceis devido ao forte atraso russo no período, mas que quanto mais restasse isolada economicamente em meio a um cerco hostil, mais difícil seria aprofundá-la. O isolamento soviético não era, na visão de Trotsky e da Oposição de Esquerda, uma opção entre tantas a ser seguida, mas simplesmente de que o socialismo na URSS estaria ameaçado quanto mais tempo este país restasse isolado no globo. O fim do período de acumulação extensiva, mesmo no maior país do mundo, só corrobora para a tese da oposição. Era necessário correr contra o tempo e nem sempre as melhores estratégias foram adotadas ao longo das oportunidades que houveram.

Diante do fim do período de acumulação extensiva e da contenção das revoluções socialistas em boa parte do mundo[8], a burocracia acreditou que poderia se integrar ao mundo capitalista de maneira pacífica – "coexistência pacífica" – abstraindo-se não só das disputas entre centro e periferia próprias do capitalismo – de modo geral, da concorrência intercapitalista –, como principalmente e sobretudo, da disputa entre dois modos de produção inconciliáveis: capitalismo e socialismo. Passou-se então, cada vez mais, à integração subordinada da URSS ao comércio internacional, ao passo que se caminhava de forma cada vez mais firme para a restauração do capitalismo na URSS, conseguida por Mikhail Gorbatchov ao longo da segunda metade da década de 1980.

> O resultado desta nova inserção externa soviética foi um aumento muito forte da abertura comercial da URSS, seu comércio exterior (exportações + importações) representando mais de 20% do PIB em 1980. Isso significava que a União Soviética, que era uma economia ainda quase autárquica em

[8] Mazat (2013, Capítulo I) cita o exemplo do abandono soviético da causa espanhola e grega nos tempos de Stalin. É de pleno conhecimento também a partilha do mundo em zonas de influência socialistas e capitalistas realizadas ainda por Stalin, no fim da Segunda Guerra, materializadas nas conferências de Teerã, Potsdam e Yalta, momento de auge tático da estratégia de construção do socialismo em um só país.

> 1950, tinha atingido um nível de abertura comercial comparável àquele dos Estados Unidos trinta anos depois. (MAZAT, 2013, p. 120)

A integração econômica subordinada da URSS não se iniciou apenas na década de 1970. Ao longo do período a exaustão do solo, a diminuição quantitativa da força de trabalho em virtude da queda de natalidade, além das dificuldades próprias da continuidade da industrialização fizeram com que a burocracia passasse a ter uma visão menos estratégica, do ponto de vista socialista, em relação a economia. Não tardou para que as importações no comércio exterior fossem incrementadas, inicialmente com gêneros alimentícios e posteriormente para uma gama maior de produtos.

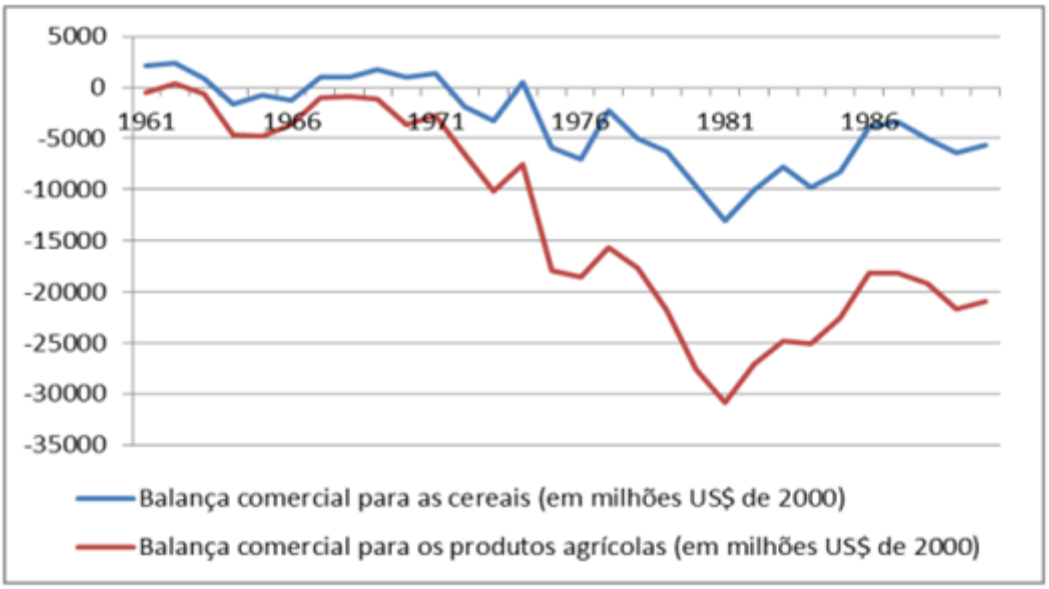
> A agricultura soviética sendo incapaz de garantir o abastecimento completo em alimentos da população do país, a única solução para a URSS era importar parte dos produtos agrícolas que ela necessitava. Isso levou a URSS a se tornar o maior importador de cereais a nível mundial nos anos 1970, para compensar a insuficiência da oferta interna de alimentos (Gaidar, 2003). Em decorrência desta situação, o balanço comercial soviético para os grãos e outros produtos agrícolas piorou muito a partir do início da década de 1970. (MAZAT, 2013, p. 115)

E ainda:

> O governo soviético queria, também, mais bens de consumo e bens de consumo duráveis de melhor qualidade. Mas, devido à Guerra Fria, o gasto no setor militar-industrial permanecia prioritário. Neste estágio, as tentativas para reordenar as prioridades e reformar o sistema de planejamento a fim de aumentar a oferta de bens de consumo e sua qualidade fracassaram, então. Como a produção local era incapaz de satisfazer inteiramente a demanda soviética, as importações dessas categorias de bens eram necessárias. Os países satélites enfrentando as mesmas dificuldades que a União Soviética, a única solução era importar esses bens do Ocidente. (MAZAT, 2013, p. 116)

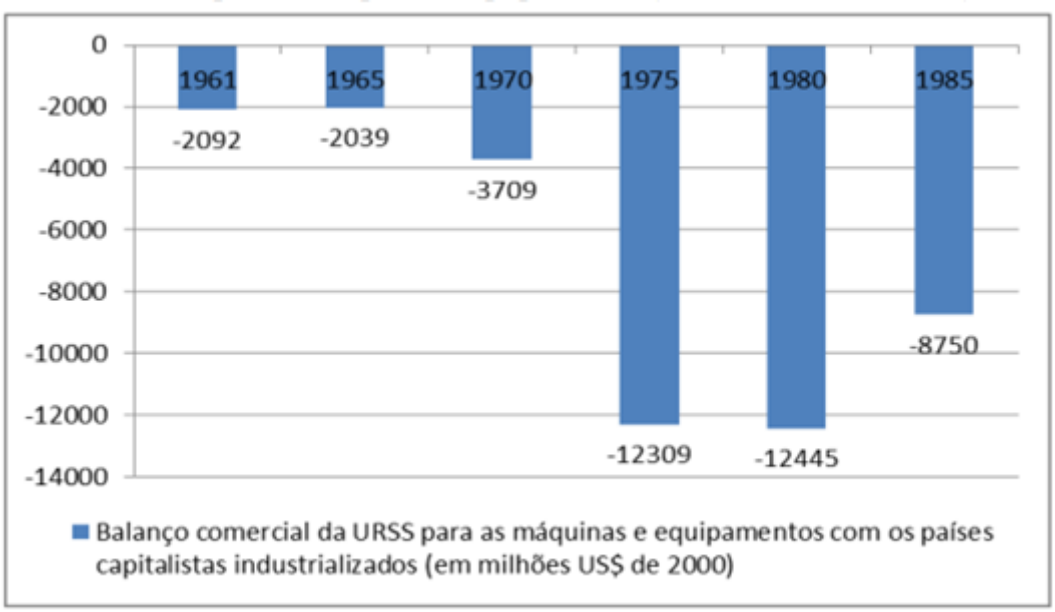
Estes fatos podem ser melhor observados a partir dos gráficos 3 e 4 a seguir. De fato, o fim do desenvolvimento extensivo da economia requereu uma maior abertura econômica como forma de sobrevivência material, como consequência da política de isolamento político da URSS a partir da construção do socialismo em um só país.

GRÁFICO 3 - Evolução da balança comercial soviética dos cereais e dos produtos agrícolas (1961-1990)



Fonte: FAO (2012) & Cook (1992, p. 196)

GRÁFICO 4 - Evolução da Balança comercial da URSS com os países capitalistas industrializados para máquinas e equipamentos (em milhões de dólares de 2000)



Fonte: GAIDAR, 2007, p. 99.

Diferentemente do período de autarquia produtiva da URSS, as relações com o Ocidente capitalista não se davam agora só por meio do comércio exterior, mas também pela via financeira, com bancos alemães financiando parte do investimento soviético e os seus *déficits* no balanço de pagamentos.

> Uma consequência deste processo foi a mudança do perfil dos parceiros comercial da União Soviética. A participação dos países membros da OCDE no comércio exterior da URSS passou de menos de 20% do total nos anos 1960 para mais de 30% na década seguinte (Joint Economic Committee, 1979, p. 52). As exportações nominais em dólar soviéticas para os países ocidentais cresceram a uma taxa anual média de 26% entre 1970 e 1980 (Smith, 1993). As importações nominais em dólar soviéticas provenientes dos países ocidentais aumentaram a um ritmo acelerado na década de 1970, maior do que as exportações de matérias-primas em divisas. Consequentemente, a URSS enfrentou *déficits* da balança das transações correntes e do balanço de pagamentos cada vez maiores. Esses *déficits* foram facilmente financiados através de empréstimos internacionais graças ao contexto de abundância de divisas (petrodólares) característico dos anos 1970. (MAZAT, 2013, p. 120)

Obviamente que essas mudanças externas não caminhavam sozinhas. Os organismos internacionais oriundos do Pós-guerra, tais como FMI e Banco Mundial, são conhecidos, por exemplo, por condicionar sua ajuda financeira a mudanças estruturais nas economias que lhes recorrem ajuda. A URSS estava vetada de conseguir empréstimos com este tipo de organismos, mas o financiamento a qual passou a ter acesso, ainda que privado, também tinha condicionantes para a estrutura da economia soviética e esta foi mudada fundamentalmente na segunda metade dos anos 1980 a partir da Glasnost e da Perestroika instituídas por Mikhail Gorbatchov, que assumiu a liderança da URSS em 11 de março de 1985.

Durante a liderança de Gorbatchov foram inseridas uma série de medidas que ampliavam as medidas feitas por Nikita Khrushchov em alguns casos, como o fato de aumentar a autonomia das empresas quanto às metas de produção e aos planos de desenvolvimento, quando não provocaram uma mudança disruptiva no modelo de transição ao socialismo, tornando-o mesmo capitalista.

> A Lei sobre a Atividade Individual, adotada em 1986, foi o primeiro passo na direção da criação de um setor privado na URSS, mesmo se seu escopo era extremamente limitado. Neste sentido, a Lei sobre as Cooperativas, adotada em 1988, teve um alcance bem maior e representou o verdadeiro nascimento do setor privado na União Soviética. Segundo esta lei, as cooperativas podiam funcionar como empresas privadas e não tinham que obedecer ao plano. Era permitido que uma mesma pessoa fosse membro de várias cooperativas, o que significava a possibilidade da emergência de uma nova classe, os homens de negócios, com atividades em múltiplos setores da economia soviética. As cooperativas tinham o direito de desenvolver atividades de crédito, ou seja, elas podiam constituir o embrião de um sistema de instituições financeiras privadas, o que elas acabaram fazendo. As cooperativas tinham acesso ao comércio exterior e podiam reter uma parte dos seus ganhos de exportação fora da União Soviética, supostamente para financiar eventuais necessidades de importações. Elas eram, também, autorizadas a participar de *joint ventures* com empresas estrangeiras. (MAZAT, 2013, p. 126-7)

Não tardou para que essa nova classe, esta sim diretamente um embrião da burguesia, encontrasse meios não só de se fortalecer político e economicamente, como também de mudar de uma vez por todas os rumos da URSS, sobretudo a partir do fim do monopólio do comércio exterior nas mãos do Estado.

> Essa acumulação de riqueza nas mãos dos gerentes estatais aumentou drasticamente graças à descentralização do comércio exterior, estabelecida pelo "Decreto sobre a Atividade de Comércio Exterior do Estado, da Cooperativa e outras Empresas" adotado em dezembro de 1988. Esse decreto acabava com os controles estatais estritos sobre o comércio exterior. Assim, muitas cooperativas compravam bens (especialmente matérias-primas, metais, gasolina,...) aos preços domésticos tabelados e vendiam-nos no exterior, em divisas, a preços bem maiores (Gustafson, 1999, p. 27). Esse esquema de arbitragem era muito lucrativo e alguns gerentes conseguiram enriquecer consideravelmente, formando um grupo de ricos capitalistas pelas quais "prosseguir para o capitalismo era essencial para a sobrevivência de seus novos negócios" (Kotz, 2007, p. 90). Essa nova classe de capitalistas desempenhou um papel central no colapso da URSS, através do financiamento e do apoio político dado à coalisão pró-capitalista que tinha se formado no país e através do aprofundamento dos desiquilíbrios da economia soviética. (MAZAT, 2013, p. 128)

O estrangulamento econômico externo veio quando, após o segundo choque do petróleo, primeiro houve a absorção da liquidez externa através do aumento da taxa de juros dos EUA em 1979, que causou uma verdadeira escassez mundial de capital após anos de alta liquidez; e posteriormente, ao longo da década, os países da OPEP entraram em uma ação coordenada junto aos EUA de maior produção de petróleo com vistas a derrubar o preço internacional da matéria-prima e aprofundar o desfalque do balanço de pagamentos soviético.

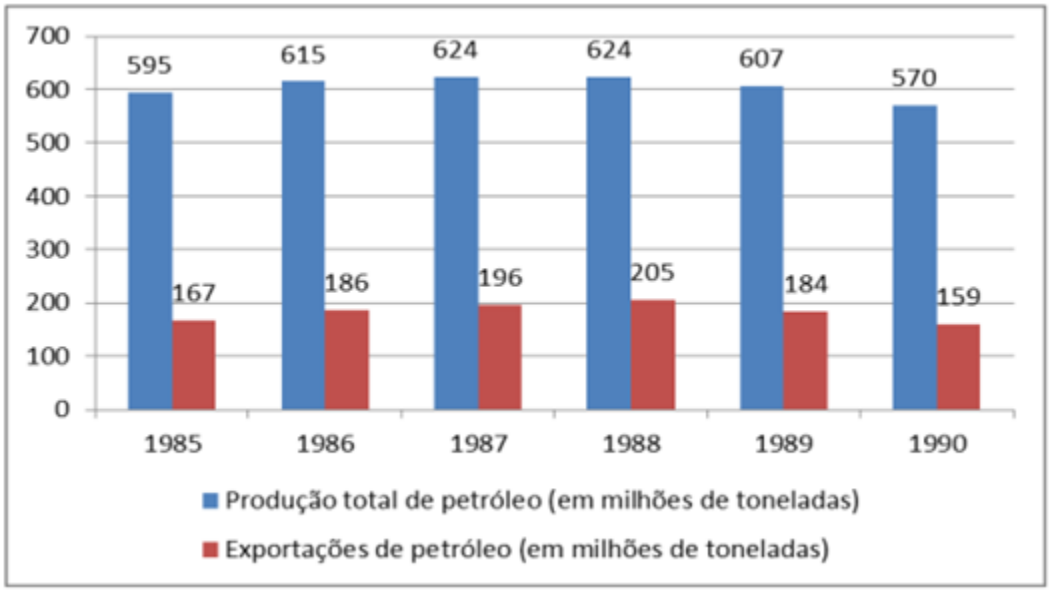
> Os Estados Unidos exerceram, também, uma forte pressão sobre seus aliados membros da OPEP (em particular a Arábia Saudita) para aumentar a produção e a exportação de petróleo a fim de provocar uma queda dos preços internacionais. Essa estratégia funcionou e os preços internacionais do petróleo começaram a cair a partir de 1985. Essa situação foi logicamente acompanhada de uma queda forte do valor das exportações soviéticas para os países da OCDE, o que explica por parte a desaceleração do crescimento do consumo e o aprofundamento dos problemas econômicos constatado nesse período, o que fragilizou ainda mais a estabilidade da URSS. (MAZAT, 2013, p. 56)

Por outro lado, os bancos ocidentais foram orientados a não emprestar dinheiro à União Soviética (Ellman & Kontorovich, 1992; Gaidar, 2007; *apud* Mazat, 2013, p. 131), que chegou à bancarrota econômica dada sua dependência de importações de todos os gêneros: de alimentos, bens de consumo e de máquinas e equipamentos.

> A ameaça para o sistema soviético representada por esse modelo de inserção externa foi confirmada, depois do pico de 1979, quando os preços internacionais do petróleo começaram cair, levando a uma queda das exportações nominais em dólar da URSS. Da mesma forma, depois do aumento da taxa de juros da Reserva Federal Americana decidido por Paul Volker em 1979, a abundância de liquidez internacional acabou, limitando as possibilidades para obter empréstimos internacionais. Assim, as importações soviéticas provenientes dos países capitalistas tiveram que ser diminuídas, o que aprofundou a penúria de alimentos e de bens de consumo no mercado interno soviético. (MAZAT, 2013, p. 121-2)

Segundo Alec Nove (1992, p. 413), houve uma queda de 50% nas exportações de petróleo entre os anos de 1989 e 1991.

GRÁFICO 5 - Produção total soviética de petróleo e volume das exportações entre 1985 e 1990



Fonte: Smith, 1993, p. 141.

Dessa forma, em virtude da nova inserção externa da URSS, dependente e subordinada, e das mudanças internas que desarranjaram a economia de transição ao socialismo transformando o modo de operação das empresas estatais e cooperativas de socialista para capitalista, houve um desarranjo global da economia, com crescente aumento nos seu *déficit* no balanço de pagamentos, dificuldades na obtenção de financiamento e penúria generalizada da população.

> Uma consequência da deterioração do balanço de pagamentos da URSS e das dificuldades econômicas internas do país foi a rápida degradação das

> condições de financiamento externo. Assim, os termos dos empréstimos outorgados pelos bancos ocidentais à União Soviética pioraram, com taxas de juros mais elevadas e prazos reduzidos. A dívida externa soviética cresceu de forma acelerada e passou, então, de 14,9 bilhões US$ em 1985 para 45,4 bilhões US$ em 1989. A URSS tinha que usar suas reservas de ouro e de divisas para cumprir suas obrigações, mas, elas eram insuficientes para financiar o *déficit* estrutural do balanço de pagamentos. (MAZAT, 2013, p. 131)

Assim se encerrou o mais importante capítulo da história russa, seu período soviético, e um dos mais importantes da história da humanidade, com direito a ideólogos do capitalismo afirmarem mesmo o "fim da história", o capitalismo vencera. Na seção seguinte, sobre o momento atual russo, teceremos algumas breves observações, uma vez que não houve mudança qualitativa em seu processo industrial, forma de obtenção do progresso técnico e nem de seu desenvolvimento material de conjunto. Houve, no entanto, um importante período de recuperação que posicionou a Rússia atual entre as principais potências capitalistas, ainda que com poder político, econômico e militar bem inferior ao que gozara a antiga União Soviética.

2.4 – BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A RÚSSIA ATUAL

A Federação Russa tornou-se o grande Estado herdeiro da URSS, como haveria de ser naturalmente. No entanto, se formos comparar as dimensões, sejam elas territoriais, sejam populacionais, ou mesmo produtivas, entre a URSS e a atual Rússia, há diferenças marcantes. O território encolheu em quase um quarto, mais especificamente a Rússia de hoje possui 76,22% da área territorial da antiga URSS. No tocante a população a questão torna-se ainda mais dramática, pois a altura de seu colapso a União Soviética tinha mais de 293 milhões de habitantes e a atual Rússia, 33 anos depois do colapso, possui algo em torno de 144 milhões, ou seja, um pouco menos da metade da população.

Perdeu também suas terras agrícolas mais produtivas que pertencem a atual Ucrânia, além das fontes minerais mais importantes desde o Império representadas no Donbass, juntamente com sua respectiva indústria[9]. Na região da Ásia Central, em que se deram as maiores perdas territoriais, dentre outras tão importantes ou mais que no leste europeu, perdeu também importantes regiões agrícolas no Cazaquistão, mas sobretudo fontes volumosas de petróleo e gás, sem falar, é claro, do número

[9] Atualmente está em curso uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia em que esta última retomou os territórios do antigo Donbass, do sul ucraniano e da Criméia.

populacional. Ainda assim conseguiu concentrar todo o arsenal nuclear da antiga URSS e disputa a influência geopolítica na região de seu antigo território com os EUA, a União Europeia e, de certo modo, até mesmo com a China.

Não houve grandes mudanças na trajetória industrial, ou nos termos deste trabalho, em seu desenvolvimento. Passou por uma complicadíssima década de 1990, em que o PIB caiu pela metade entre 1991 e 1998, uma crise financeira em 1998 que lhe obrigou a decretar moratória por três anos e uma recuperação nacionalista a partir dos anos 2000 com a saída de Boris Iéltsin em 1999 e a chegada de Vladimir Putin em 2000, presidente até os dias atuais. A Rússia atual está cada vez mais dependente de seu setor energético, mas diversificou sua parceria tecnológica com o advento da China como uma nova grande potência na área; voltou a investir no seu complexo industrial-militar após a conturbada década de 1990 e utiliza melhor suas fontes energéticas seja para a organização econômica interna, seja para a sua geopolítica.

Esta seção detalha um pouco a situação atual da Rússia, embora não seja o foco do trabalho, pois os dados atuais tratam muito mais de acompanhamento macroeconômico do que mudanças estruturais, e funciona como uma pequena conclusão do capítulo, revisando rapidamente a trajetória no tocante as formas de obtenção/desenvolvimento do progresso técnico.

O capitalismo foi completamente restaurado na Rússia atual, bem como em todas as demais repúblicas oriundas da antiga URSS.

> Segundo o Banco Europeu pela Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), a participação do setor privado no PIB passou de menos de 10% em 1991 a quase 50% em 1994 para chegar a mais de 70% em 1997. O setor privado, que representava apenas 10% da produção industrial em 1991, passou a ser responsável por 78,5% da produção industrial no final de 1994. (MAZAT, 2013, p. 153)

Uma política econômica, reconhecida na literatura como "terapia de choque", foi aplicada. Significou uma passagem acelerada da economia de transição ao socialismo para o capitalismo, com a privatização de quase todas as empresas públicas, bancos públicos, medidas de corte de gastos públicos, sejam eles de investimento ou apenas de manutenção do aparelho estatal, abertura financeira e política econômica ortodoxa.

> No campo da economia, Boris Ieltsin introduziu depois de 1991 a chamada "terapia de choque" para estabelecer rapidamente uma plena economia capitalista no país. Esta estratégia foi elaborada em conjunto com assessores

> econômicos estrangeiros que eram diretamente pagos pelo governo dos Estados Unidos. Tal "terapia de choque" não foi bem-sucedida, sendo que o produto interno bruto (PIB) da Rússia teve queda pela metade entre 1991 e 1998. Mas o que interessa enfatizar neste estudo é que os dirigentes russos esperavam obter, em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, vultosas ajudas externas americana e europeia que lhes permitiriam atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição. No caso americano, esta ajuda nunca veio; no caso europeu e de organismos internacionais como o FMI, foi extremamente limitada. Em primeiro lugar, como condicionalidade para obter novos créditos, a Rússia foi forçada a assumir a dívida externa acumulada de todas as outras antigas repúblicas soviéticas. Além disso, o montante de novos empréstimos e a ajuda externa foram tão limitados em relação ao serviço da dívida externa que, na década de 1990 como um todo, a Rússia pagou em termos líquidos mais dólares do que recebeu a estes credores oficiais (Treisman, 2011). (MAZAT, 2013, p. 204)

O país como um todo mergulhou em uma dramática depressão e situação de penúria. A produção industrial caiu drasticamente, a escassez de crédito e até mesmo de dinheiro em circulação foi severa. Um ponto central para o mal desempenho da indústria durante a década foi a apreciação cambial. Foram retirados diversos subsídios estatais com o intuito de deixar os preços livres, o que gerou uma fortíssima inflação. A principal forma de combater essa inflação, semelhante ao mundo periférico como um todo, foi a tentativa de paridade cambial com o dólar e cortes no gasto público, o que apreciou o câmbio e diminuiu a competitividade da indústria interna. Tudo isso aliado a abertura econômica do período fez com que caísse a produção nacional russa e esta acumulasse enormes reservas de capacidade ociosa.

> A indústria russa foi duramente atingida pelas políticas econômicas implementadas durante o período da Transição. A produção industrial da Rússia em 1998 caiu para 48% do seu nível de 1991. Essa situação era o resultado do colapso da demanda efetiva. Mas, a combinação entre liberalização comercial e abertura financeira teve, também, um grande papel. Ela levou a uma perda de competitividade dos produtos russos, que não estavam prontos a enfrentar a concorrência internacional. Os bens de consumo russos eram em geral obsoletos e tinham sérios [problemas] de qualidade e de [con]fiabilidade. Além disso, a forte valorização do câmbio real que ocorreu durante o período não favoreceu a competitividade dos produtos russos em relação a seus concorrentes estrangeiros. Ademais, os tradicionais mercados dos antigos países do Pacto de Varsóvia se fecharam às exportações russas. Ademais, com o fim da União Soviética houve um declínio dramático do comercio entre ex-repúblicas da URSS porque elas, também, passaram a importar mais bens provenientes dos países exteriores à ex-área soviética e estavam enfrentando uma dura crise econômica. Assim, entre 1990 e 1992, as exportações nominais dentro das fronteiras da ex-União Soviética caíram de 320 bilhões de dólares para 20 bilhões (Linn, 2004). (MAZAT, 2013, p. 155-6)

É também interessante acompanhar a nova mudança na agricultura, que nunca chegou a ser prioritariamente socialistas, mesmo nos tempos da União Soviética,

e desde a década de 1950 retornava para os moldes capitalistas de produção vagarosamente.

> As fazendas coletivas (*Kolkozes*) e estatais (*Sovkozes*), que eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola durante o período soviético foram privatizadas. Com mais de 20% da população russa morando em zona rural e uma área cultivada de cerca de 220 milhões de hectares, a evolução da propriedade das terras agrícolas era um assunto potencialmente muito perigoso do ponto de vista político. Além disso, todas as fazendas, sejam cooperativas ou estatais, eram dificilmente divisíveis por causa do seu modo de exploração e das contestações que provocariam qualquer forma de distribuição do capital e das terras. A solução escolhida foi de transformar os *Kolkozes* e *Sovkozes* em sociedade por ações, dotadas de um capital (as máquinas e outros equipamentos) e de um direito de uso das terras (Benaroya, 2006). A repartição das ações foi feita de forma igualitária entre os membros dos *Kolkozes* e dos *Sovkozes*. (MAZAT, 2013, p. 159)

O desempenho econômico da década de 1990 foi execrável, com uma taxa de expansão do PIB de -6,7% entre 1991 e 1998. A crise financeira de 1998 marcou uma espécie de fim da penúria, pois desde então as políticas macroeconômicas e a reorganização estatal favoreceram o retorno ao crescimento econômico, sobretudo acompanhando a alta do valor das exportações de matérias-primas iniciadas em meados dos anos 2000.

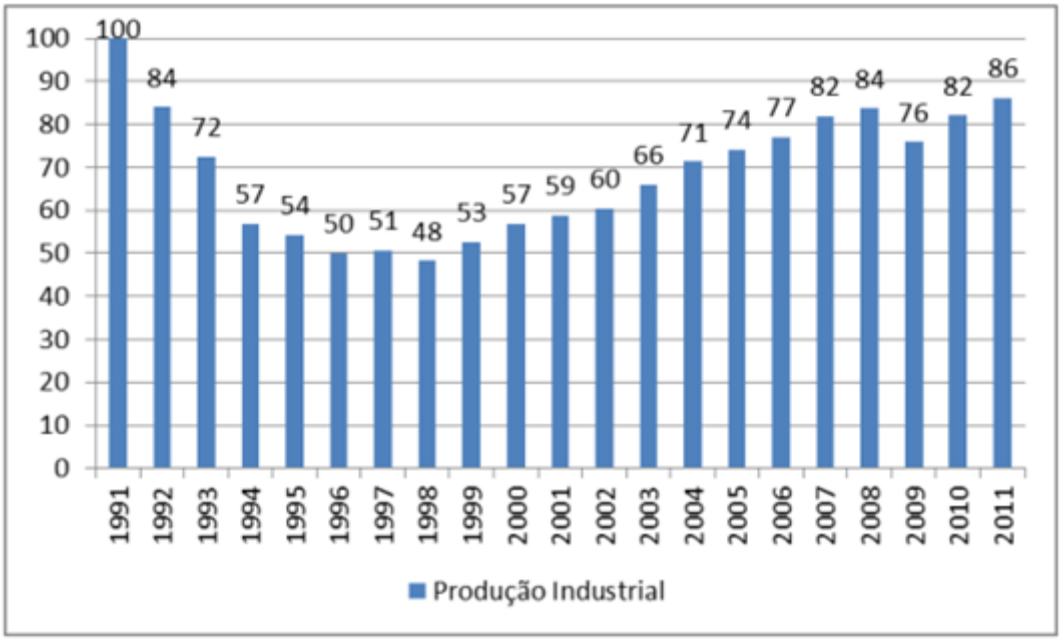
> A recuperação da economia russa depois da crise se manifestou por um crescimento do PIB de 6,4% em 1999, depois de uma década de taxas negativas (tirando 1997, com 1,4%). Iam seguir mais de dez anos de crescimento ininterrupto até 2008 e a recente crise financeira mundial, com uma taxa média de crescimento do PIB de 6,9% entre 1999 e 2008. Assim como a profunda depressão econômica da transição foi em boa parte causada pela contração do gasto público e pela desestruturação do Estado, a recuperação da economia da Rússia se deveu a recuperação da atuação e dos gastos do Estado russo, auxiliados pela melhoria da situação fiscal advinda da moratória e da reorganização operacional do estado e, posteriormente, do forte aumento dos preços do petróleo. (MAZAT, 2013, p. 165)

A indústria russa voltou a se recuperar desde então, devido a grande quantidade de capacidade ociosa oriunda da enxurrada de produtos importados que tiveram espaço na Rússia com a abertura comercial e financeira da década de 1990. Esta recuperação se deu, sobretudo, nos setores de bens de consumo devido a um processo natural de substituição de importações oriunda da nova regra cambial. Com a chegada de Vladimir Putin ao poder, a reorganização do Estado, além da volta do investimento e do gasto público, fez com que a Rússia iniciasse sua recuperação após a crise financeira de 1998, que, entre outras medidas, além da moratória, deixou o Rublo em câmbio flexível e não mais fixo como estivera por toda a década.

> Vladimir Putin acionou, assim, a justiça para obter a condenação de alguns dos oligarcas que tinham se beneficiado ilegalmente das privatizações nos setores estratégicos da economia russa. Ele aproveitou essa oportunidade para expropriar os oligarcas ou obrigá-los a vender suas participações em algumas empresas russas de grande porte. Assim, várias grandes empresas russas, pertencendo a setores estratégicos voltaram a ser estatais. Os exemplos de Gazprom (primeiro produtor de gás natural no mundo) e de Yukos (petróleo), através da fusão com Gazprom em 2006, são os mais famosos. Da mesma forma, o setor bancário russo é dominado pelos bancos estatais. (MAZAT, 2013, p. 175)

O Gráfico 6, abaixo, mostra a recuperação em números-índice da capacidade produtiva industrial russa para as décadas de 1990 e 2000.

GRÁFICO 6 - Produção industrial física da Federação Russa entre 1991 e 2011 (ano base e 1991)



Fonte: UNECE.

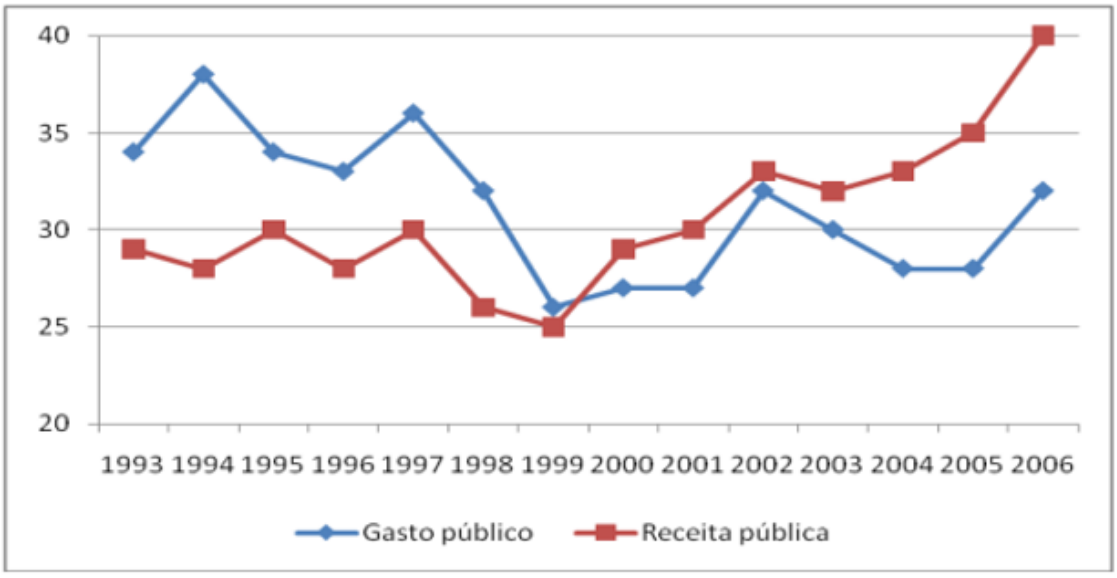
A reorganização do Estado realizada por Vladimir Putin atingiu todas as esferas, desde o retorno de uma maior arrecadação, até a forma dessa arrecadação, que estava dissolvida entre as entidades subnacionais. A recomposição do orçamento do Estado foi de fundamental importância para a volta do gasto e do investimento público.

> Putin continuou e intensificou o movimento de recuperação das receitas fiscais e a remonetização iniciado por Primakov. A arrecadação fiscal depois do período de transição estava extremamente baixa. Desta forma, em 2000, somente 3 milhões de russos pagavam imposto de renda, enquanto esse

> número deveria ser de 70 milhões no caso de um sistema tributário funcionando normalmente (Goldman, 2008). Assim a disciplina na arrecadação fiscal imposta por Putin, junto com o aumento do preço do petróleo e do gás, permitiu ao Estado russo aumentar consideravelmente sua receita. (MAZAT, 2013, p. 176)

O Gráfico 7, a seguir, nos permite ver com nitidez o momento em que a reorganização das finanças públicas e da economia no governo Putin, favoreceram a mudança de *déficit* para superávit nas contas públicas:

GRÁFICO 7 - Gastos e receita públicos em porcentagem do PIB (1993-2006)



Fonte: Popov *apud* Mazat, 2013, p. 144.

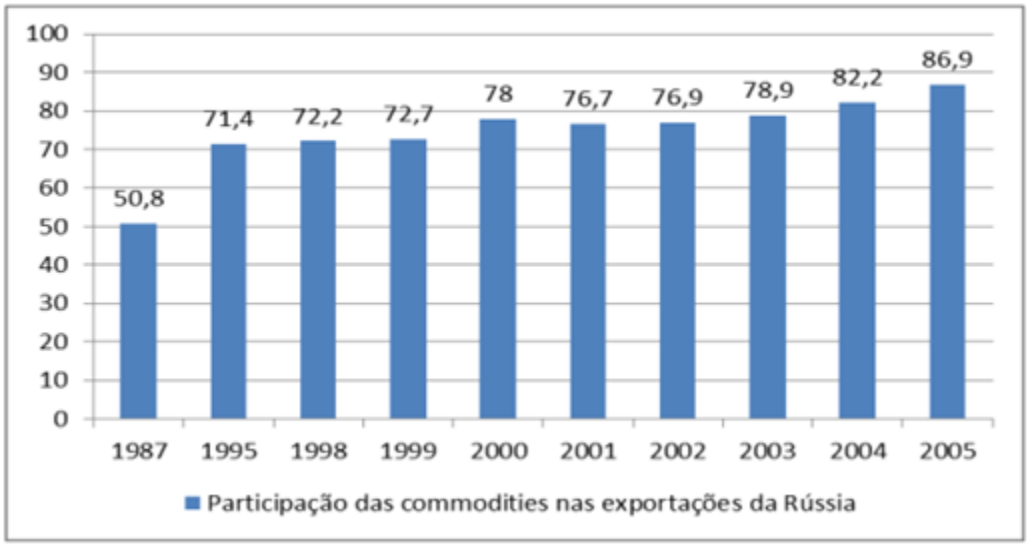
Ainda assim, se analisarmos a economia de forma estrutural, as mudanças da década de 1970 da URSS se acentuaram na Rússia, tornando esta cada vez mais dependente do setor energético. Da mesma forma de antes, produtos primários continuam sendo trocados por alimentos, além de máquinas e equipamentos. Neste sentido ocorreu um processo de reprimarização relativa da estrutura econômica russa semelhante à dos países periféricos no mesmo período, tais como o Brasil. A Rússia, portanto, vem se assemelhando cada vez mais à realidade periférica do capitalismo quando comparada ao auge do processo de industrialização soviético, embora ainda conte com importante herança do período passado.

> Do lado das importações, a pauta russa é essencialmente constituída por alimentos e produtos agrícolas de um lado e por bens manufaturados do outro. A tendência foi de uma queda da parcela dos alimentos e matérias primas entre 2000 e 2011, resultado do aumento da produção agrícola e

> agroalimentar registrado na Rússia durante o período. A participação das importações de máquinas e equipamentos nas importações totais aumenta, também, se estabelecendo num patamar de 50% a partir de 2007. O aumento da parcela das importações de alimentos e a queda forte das importações de máquinas e equipamentos em 2009 é ligada à recessão econômica que enfrentou a Rússia neste ano. De fato, os alimentos e produtos agrícolas são bens básicos, cuja importação é muito mais difícil cortar do que as compras de bens de capital estrangeiros, ligadas ao nível da atividade. (MAZAT, 2013, p. 191)

O Gráfico 8, abaixo, mostra o aumento da dependência do setor de matérias-primas para o comércio exterior e forma de inserção internacional russa no final do século XX e início do novo milênio.

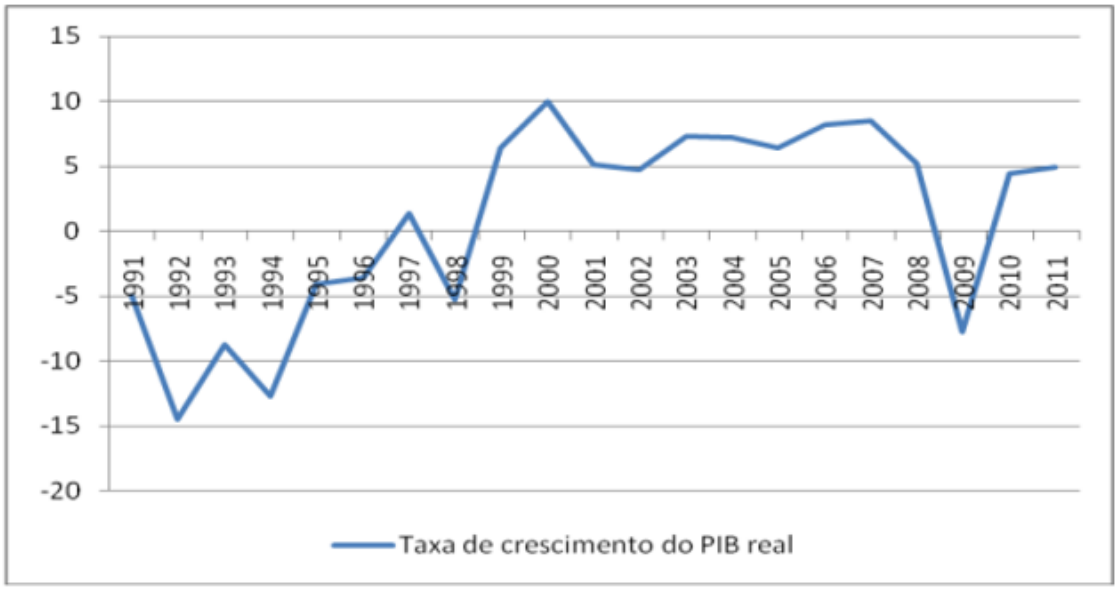
GRÁFICO 8 - Evolução da participação das matérias-primas no total das exportações russas entre 1987 e 2005



Fonte: Serviço Federal de Estatística da Rússia.

Ainda assim, essa recuperação via nova inserção externa, aliada a reestruturação do Estado permitiu a volta do crescimento do PIB na Rússia (Gráfico 9) e a recuperação do investimento (Gráfico 10).

GRÁFICO 9 - Taxa de crescimento do PIB real da Rússia (1991-2011)



Fonte: UNECE (2012)

GRÁFICO 10 - Evolução do investimento real russo entre 1990 e 2008

Fonte: Kotz e Bofit *apud* Mazat, 2013, p. 142.

Para finalizar esta seção, cabe ainda uma última observação sobre a burocracia, agora burguesia, no período. O colapso e fragmentação do país em 15 novos, além do estrangulamento econômico, não foram suficientes para que a burocracia no poder, junto da nova burguesia, abandonasse sua estratégia de colaboração com o imperialismo que remonta aos tempos de Stalin. Conforme já mencionado, acreditou-se na Rússia, que a simples volta do capitalismo ao país faria com que a burguesia mundial lhes recebesse de braços abertos.

Conforme também já mencionado, mais uma vez abdicou-se da análise das disputas interburguesas, que se manifestam em disputas interestatais. Desse modo, não interessava ao Ocidente, apenas o retorno do capitalismo na URSS, mas sua destruição como superpotência e mesmo como aspirante a potência econômica e militar. Foi necessária toda a década de 1990, com o governo Ieltsin seguindo à risca todas as recomendações do FMI, para que só então, com Putin, nos anos 2000, a nova classe dominante russa entendesse que é endêmico ao capitalismo a disputa dentro da própria burguesia e entre as distintas frações de classe.

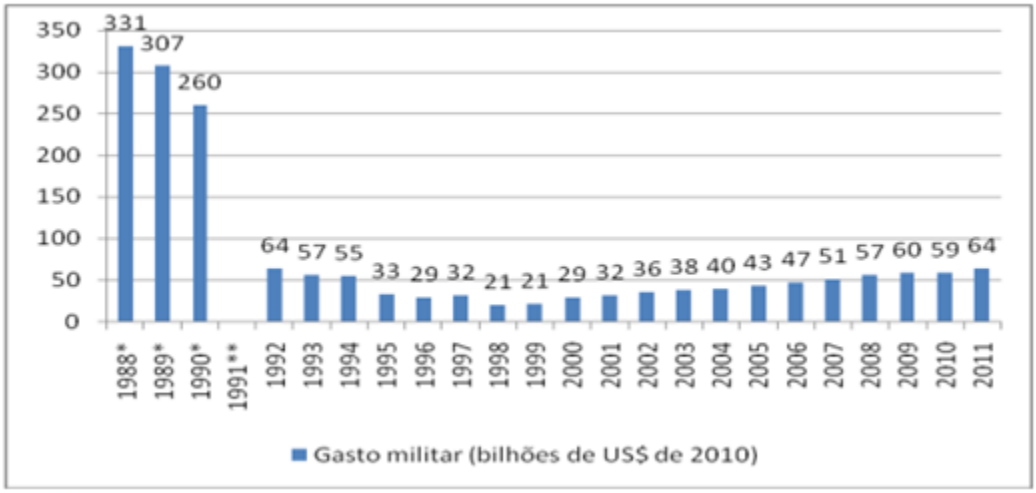
> Neste sentido, a chegada de Vladimir Putin ao poder representou uma profunda ruptura na inserção geopolítica russa, graças à recuperação econômica que se seguiu, ao abandono da estratégia de 'colaboração', a uma tentativa de recuperação do poder do Estado russo e à consolidação do papel de potência regional da Rússia ao longo dos anos 2000. Naturalmente, esta mudança de estratégia foi acompanhada pela volta das tensões nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos, que mantêm suas tentativas de enfraquecimento do poder russo. Entretanto, houve uma transformação das relações com os países europeus, mas de forma mais complexa, devido à interdependência econômica crescente entre a Europa e a Rússia, principalmente – mas não apenas – no setor energético, apesar do forte conflito de interesses que opõe a Federação Russa de um lado e a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) do outro, instituições subordinadas diretamente à estratégia geopolítica americana. (MAZAT, 2013, p. 197-8)

É de se admirar a disposição que teve a burocracia, junto à sua nascente burguesia, a colaborar com o imperialismo mesmo após o fundo do poço em que se chegou a URSS. Ainda segundo Mazat (2013, p. 202) *Aproveitando essa nova situação russa, os Estados Unidos perseguiram, ao longo dos anos 1990, política de enfraquecimento sistemático da Rússia. Esse país foi ajudado pela atitude pró-ocidental de Boris Ieltsin, que, até seu abandono do poder em 1999, defendeu a ideia de "integração virtuosa" da Rússia no mundo ocidental.* Somente com Putin, após a reorganização interna da Rússia, foi que se abriu os olhos para uma atitude mais defensiva por parte do novo regime, configurando no retorno do investimento no complexo industrial-militar russo.

> A proteção e o desenvolvimento do complexo militar-industrial, no centro da estratégia de potência da URSS, voltaram a ser elementos prioritários na política russa de desafio às pretensões norte-americanas. Como indica Medeiros (2011, p. 31), "os principais esforços russos de modernização tecnológica têm sido catalisados para as indústrias relacionadas com o complexo industrial-militar por meio das *holdings* estatais". (MAZAT, 2013, p. 219)

Os Gráfico 11, abaixo, mostra a recomposição do orçamento para o setor industrial-militar, mais coerente com orçamento geral do novo Estado russo, porém muito inferior ao investimento da antiga URSS.

GRÁFICO 11 - Gasto militar da URSS e da Federação Russa (1988-2011)

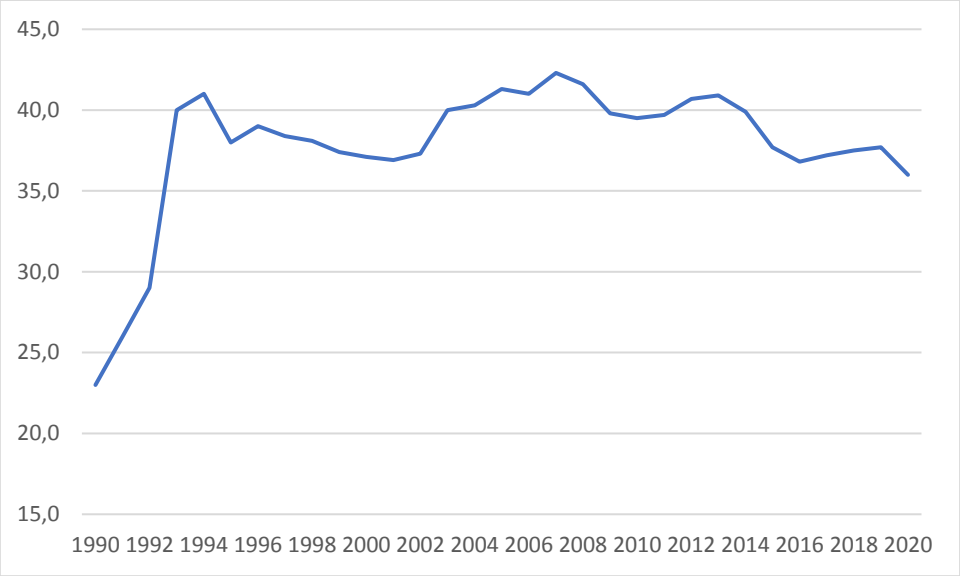


Fonte: SIPRI *apud* Mazat, 2013, p. 142.

Acompanhamos, portanto, o desenvolvimento de um país que foi o primeiro Estado Operário que a humanidade conheceu, mas que retornou ao capitalismo de forma dramática. Ao longo de seu desenvolvimento, um período inicial de autarquia produtiva lhe fez preocupar-se com o desenvolvimento interno do progresso técnico, ainda que não tenha aberto mão de seu comércio exterior como forma de obtenção de máquinas e equipamentos, utilizados inclusive no processo de imitação nacional da técnica estrangeira. Da década de 1970 em diante a classe dirigente optou por se integrar de forma subordinada ao comércio mundial aceitando sua vocação para a exportação de matérias-primas, sobretudo do setor energético, e retorno da obtenção da tecnologia através da simples compra e venda de maquinário estrangeiro.

A URSS esteve de pé por 74 anos, inspirando os povos de todo o mundo na luta pelo desenvolvimento nacional e o socialismo mundial. Dos 74 anos de cerco imperialista, restou a volta e a adaptação paulatina da economia de transição ao socialismo para a economia de mercado. O Gráfico 12, abaixo, último desta seção, mostra a forte concentração de renda ocorrida na Rússia ao longo do seu período de transição ao capitalismo, onde de um dos países mais igualitários do mundo, passou para um dos mais desiguais.

GRÁFICO 12 - Evolução do índice de Gini russo entre 1990 e 2008



Fonte: Bracho & Lopez (2005) e Banco Mundial.

Estudemos então, agora, a experiência brasileira, que foi bastante diferente do processo russo ao engendrar o Estado Desenvolvimentista em lugar do Estado Operário, mas que também alcançou significativa mudança estrutural e social no país.

CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O Brasil é fruto de uma expansão colonialista europeia *sui generis*, que passou do *status* de Colônia à Metrópole na iminência de sua independência. A palavra *sui generis* aqui vem no sentido de caracterizar melhor a experiência portuguesa na América. Apesar de ser uma das nações do despontar do capitalismo comercial europeu, Portugal sempre foi um país pequeno para os ditames da Europa, marginal geograficamente e, portanto, vulnerável. Se em nossa comparação temos um Império russo que cresceu por todo o leste europeu e norte da Ásia contiguamente, a Portugal não houve escolha se não a de buscar construir seu império no ultramar.

Essa fragilidade continental contrastante com sua fortaleza marítima fez com que Portugal fosse capaz de construir um grande império colonial na América, na África e na Ásia/Oceania, que foi regredindo de tamanho em virtude da regressão de seu poder econômico e político, face as novas potências que foram surgindo na Europa, com destaque para a Inglaterra, Holanda e França. Sua colônia de maior importância sempre foi o Brasil e não foi fácil segurar seu quinhão americano ao longo dos anos. Na iminência da perda da soberania sobre o Brasil, a mudança da família real de Lisboa para o Rio de Janeiro, então capital do país, foi um fato único na história mundial e modificou sobremaneira a evolução dos fatos no país receptor, permitindo o desenvolvimento da monarquia. O Brasil, portanto, foi o único país americano a abrigar uma família real europeia e a constituir, posteriormente, um Império próprio que perdurou por quase todo o século XIX.

O principal contraponto da experiência brasileira com a experiência russa foi o fato do Brasil ter aprofundado a sua experiência capitalista ao invés de ter incorrido em uma revolução socialista. Em termos mais precisos, lançou mão do Estado Desenvolvimentista em contraponto ao Estado Operário soviético, isso guarda em si um potencial de análise comparativa enriquecedor. O Brasil também era uma nação inserida no capitalismo internacional, sobretudo no capitalismo comercial, mas de um modo parecido com a Rússia Czarista, na passagem do século XIX para o século XX, ainda estava consolidando o modo de produção capitalista internamente. Neste sentido, se o ano de 1861 significou o fim a servidão na Rússia, em 1888 o Brasil dava fim ao seu regime escravagista.

Desde então o capitalismo, enquanto modo de produção interno, visando suplantar o escravismo e demais modos de produção semi-servis, ganhou novo impulso.

No entanto, enquanto a Rússia Czarista tentava desenvolver o capitalismo por cima, sem dissolver sua monarquia, fato que fragilizou sobremaneira sua classe burguesa, no Brasil a própria burguesia pôs um fim à experiência monárquica do país em 1891 e ingressou no século XX já na forma de uma república. Ainda assim, embora capitalista desde sempre e republicano desde o final do século XIX, a história brasileira não deixou de registrar grandes marcos, tais como a Revolução de 1930, responsável pela organização e aprofundamento institucional do capitalismo brasileiro, bem como o início de seu Estado desenvolvimentista; o golpe de 1964, que mergulhou o país em uma ditadura, mas que foi o responsável por grandes planos econômicos que respondem pela modernidade do Brasil atual; e a Nova República, de 1988, que redemocratizou o país, mas que vem deixando a desejar quanto ao seu desenvolvimento econômico e social.

3.1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O período que corrobora para a formação econômica brasileira no começo do século XX é aquele denominado na literatura de primário-exportador. Esse período vai de aproximadamente 1870 até 1930, correspondendo à *Belle Epoque* e indo até a crise de 1929. O Brasil, por se tratar justamente de uma economia dependente, neste sentido até mais do que a economia russa dado o seu passado colonial, se incorporou ao comércio exterior através de produtos primários, tais como açúcar, algodão, cacau, borracha, erva-mate e com o seu maior destaque, o café. O Brasil era o país que detinha o monopólio da produção mundial de café, correspondendo em torno de 60 a 70% da oferta mundial do produto.

Nesse período a economia brasileira era sustentada basicamente: pela produção cafeeira, que oscilava entre 50% a 70% do valor das exportações totais do país, tendo chegado a superar essa proporção em alguns momentos; a produção de açúcar, que embora fosse responsável por uma média de 10% das exportações no período, tendo caído a proporções muito inferiores a esta em alguns anos, correspondia à reprodução material de grande parte da população brasileira, sobretudo no nordeste do país; e às produções menores de algodão, tabaco, cacau, erva mate e borracha, tendo esta última alcançado quase 40% das exportações nacionais no período de auge do seu ciclo (CARONE, 1975, p. 52; PRADO JR., 2012, p. 239).

Conforme podemos ver pela Tabela 14 a seguir, paulatinamente o açúcar foi perdendo espaço, ao longo do século XIX para o café, sendo esta última cultura a responsável pela consolidação política do Império do Brasil, sobretudo de quando seu eixo dinâmico se dava no estado do Rio de Janeiro.

TABELA 14 – Proporção das exportações brasileiras em períodos selecionados.

	1821/1830	1831/1840	1841/1850
Café	18%	44%	48%
Açúcar	32%	24%	26%
Algodão	20%	11%	7%
Couros e Peles	14%	8%	8%
Outros	16%	13%	11%

Fonte: Magalhães Filho, 1986, p. 256.

Com as divisas adquiridas, sobretudo da exportação de café, comprava-se todos os gêneros de necessidade do país, não havia no Brasil de então o mesmo porte industrial russo, que por si, era tímido e atrasado para os padrões europeus. A título de comparação, a inserção russa no período se dava a partir de cereais, como o trigo, sendo esta uma inserção bem mais vantajosa em termos de volume de comércio, algo que fica mais claro quando vislumbramos que esta também era a forma de inserção externa da Argentina no período, um país bem mais integrado ao comércio mundial do que o Brasil a altura.

Desse modo, a indústria brasileira do começo do século XX era bastante insipiente, relacionada excessivamente com as atividades exportadoras e boa parte do capital forâneo aqui empregado visava constituir linhas férreas que deveriam escoar a produção do país, em contraste com os investimentos diretamente industriais, sobretudo da indústria têxtil e metalúrgica na Rússia Czarista. O Brasil só vai entrar na era da metalurgia do decorrer da Segunda Guerra mundial, já o petróleo brasileiro só foi descoberto e explorado na passagem das décadas de 1940 e 1950.

Uma vez que o Brasil foi durante a maior parte da sua história uma colônia de exploração, o comércio exterior sempre teve grande peso para a economia. Ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX, o país foi constituído por ilhas de desenvolvimento que se relacionavam diretamente com o comércio externo e guardavam pouca relação interna. Foi necessária uma verdadeira reconstrução do país,

após 1930, para que, de fato, passássemos a ter um mercado interno integrado comercialmente e estruturalmente.

Com a abolição da escravatura em 1888, tal como ocorreu na Rússia em 1861 com a servidão, o desenvolvimento do capitalismo interno ganhou grande vulto. Não no sentido de que o sistema econômico brasileiro fosse outro, embora, de fato, formalmente tenha sido uma monarquia até 1891. A questão é de que, enquanto a Rússia Czarista caminhava para o paulatino surgimento e fortalecimento de sua burguesia, a burguesia brasileira já era tão antiga quanto o início da colonização portuguesa no continente. Desde que divido em capitanias hereditárias, foi uma "empresa agrícola", nas palavras de Celso Furtado, o que se gestou no Brasil e possibilitou a sua ocupação e colonização.

> Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, a produção de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto. (FURTADO, 2007, p. 31)

A classe dominante do capitalismo comercial português deu vida a sua congênere brasileira a partir do que é conhecido na literatura como oligarquia agrário-exportadora. No Brasil, o comércio exterior não era usado como forma de manter a monarquia, baseada na nobreza, de pé, ao passo que a burguesia brasileira apenas subsistiria nos interstícios daquela sociedade, como no caso russo. A própria monarquia brasileira tinha assentado seu poder político na burguesia agrária, produtora dos gêneros exportáveis, seus títulos nobiliárquicos correspondiam ao desempenho econômico dos seus possuidores e não de sua capacidade bélica, como na Europa Medieval.[10] O desenvolvimento das relações capitalistas com o exterior fortalecia essa classe diretamente e ajudou, após a abolição da escravatura, no desenvolvimento do modo de produção capitalista no país.

[10] Esse caso pode ser atestado em Manuel Correia de Andrade (1981, p. 18-19), em que afirma a posição especial que ocupavam os senhores de engenho de açúcar, "semi-fidalga", uma vez que precisavam de autorização régia para a constituição dos engenhos, por mais que houvesse capital e escravos para a sua implantação.

> Os modos de produção associados a este processo metropolitano e mundial de acumulação de capital diferiam de um conjunto de colônias para outro, de acordo com suas respectivas funções e posições neste estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mercantil em escala mundial. O participante colonial mais importante, o Novo Mundo, experimentou a transformação mais profunda e abrangente de seus modos de produção e o maior desenvolvimento de subdesenvolvimento. A África ocupou uma posição intermediária tanto no grau da sua incorporação neste estágio do processo histórico como no grau de transformação do seu modo de produção; e a Ásia, de modo geral, foi a que menos participou e se transformou. (FRANK, 1980, p. 39)

Tal qual como no caso russo, desde sempre o investimento estrangeiro chegou fragmentado e intermitente, provocando heterogeneidades estruturais pelo país. A região de ocupação mais antiga, o nordeste brasileiro, possuía equipamentos e uma infraestrutura datadas de seu apogeu econômico do século XVII, de quando o restante do país não era nada economicamente. Com o decorrer de cada ciclo de desenvolvimento, novas regiões econômicas foram surgindo em detrimento das anteriores, caso do ouro de Minas Gerais, e do café no Sudeste.

A agricultura sempre foi rudimentar, pelo menos quanto aos gêneros alimentícios consumidos internamente e o país nunca passou por uma reforma agrária, nem mesmo parecida com aquela promulgada pelo Império russo. Não tendo um passado feudal e muito menos nobreza, não havia servos da gleba e a classe camponesa não tinha o mesmo nível de organização e desenvolvimento político da sua congênere russa. O mais próximo que se chegou a uma reforma agrária no Brasil foi já durante a Ditadura Militar de 1964, que preconizava situações muito tímidas em que se poderia realizar tal reforma.

O Brasil também nunca foi fortemente centralizado político e economicamente. Inicialmente as capitanias hereditárias deixaram claro a autonomia econômica em virtude do parcelamento da terra. Apenas posteriormente, após o donatário responsável pela Bahia de Todos os Santos ser morto junto com sua família em confronto com os gentios, foi que a coroa portuguesa pegou para si o encargo direto da administração daquela localidade e organizou dali o primeiro governo geral do Brasil, a partir de Salvador. De modo semelhante ocorreu com a ocupação do Rio de Janeiro enquanto território também pertencente à Coroa portuguesa, após esta ter que se enfrentar diretamente – sem a ajuda do correspondente donatário – com um assentamento francês e expulsá-lo. Ainda assim, embora organizado o governo central,

as capitanias gozavam de forte autonomia econômica e considerável autonomia quanto à sua política interna.

Até a vinda da família real e a constituição do Império brasileiro, o país seguia descentralizado economicamente, apenas com uma simbólica unidade política colonial interna e com Portugal. O período do Império do Brasil foi o mais centralizador, copiado em raras ocasiões, como durante o Estado Novo nesse aspecto, mas o que vigorou no país sempre foi a descentralidade política e econômica quanto a organização interna. O auge da descentralização foi no momento exato da Proclamação da República e início da chamada República velha – Primeira República – que copiou pormenorizadamente a forma de organização política dos Estados Unidos da América até no nome oficial do país.

No entanto, diferente do caso russo, essa descentralização nunca ameaçou de forma vigorosa a unidade política nacional, uma vez que toda a população comungou desde meados do período colonial da mesma língua, mesma religião e cultura muito parecida. Não existe no Brasil, tal como existe na Rússia até hoje, em número considerável, minorias étnicas historicamente oprimidas, uma vez que o gentil no Brasil foi quase que completamente exterminado e o amálgama de povos restantes constituíram a sociedade civil, ainda que em graus de hierarquia distintos.

Dito isso, e dado o panorama geral do país no início do século XX, vejamos as transformações nacionais e internacionais que possibilitaram, no período posterior, a industrialização do país. Internacionalmente três importantes acontecimentos exigiram uma reconfiguração da economia brasileira e marcaram a mudança do eixo de acumulação da agricultura para a indústria, a saber: a I Guerra Mundial, a Crise Financeira Internacional de 1929 e a II Guerra Mundial.

Os efeitos da I Guerra foram bastante peculiares para a economia nacional. Enquanto desorganizou a produção e prejudicou o transporte dos concorrentes estrangeiros tanto do mercado do café como no do açúcar (DELFIN NETO, 1981, p. 63-92 e SZMRECSÁNYI, 1979, p. 163-77), a demanda por essas mercadorias aos produtores nacionais cresceu, aumentando tanto o volume como o valor das exportações. No caso específico do café alguns problemas climáticos, como as geadas do Oeste Paulista, provocaram uma redução das safras nos anos finais de guerra, provocando uma valorização dos preços internacionais. No entanto, apesar dessa melhora relativa nos preços do café e do açúcar, estes nunca chegaram aos preços de mercado conferidos no final do século XIX. Já no caso da borracha, além de uma peste

agrícola ter destruído a produção nacional, os concorrentes internacionais suplantaram a produção brasileira de tal forma que esta nunca voltou a ter a importância econômica que teve antes da Primeira Guerra (PRADO JR., 2012, p. 236-40).

O comércio internacional não foi completamente desestabilizado, embora tenha sofrido significativa redução por causa dos submarinos de guerra alemães que vieram a se tornar obstáculo ao transporte marítimo no final da I Guerra (DELFIN NETTO, 1981, p.96-7). No entanto, a diminuição do comércio devido ao esforço de guerra impulsionou a industrialização brasileira dando condições ao que, na década de 1930, será o processo de Substituição de Importações (FURTADO, 1970, p. 135-41). Ao longo dos anos da I Guerra Mundial e logo após esta, a indústria brasileira ampliou sua capacidade produtiva, sobretudo com a importação de maquinário adquirido com as divisas acumuladas ao longo dos anos de guerra e que não puderam ser prontamente consumidas durante o conflito (FURTADO, 1970).

A crise financeira de 1929 teve outro papel. A produção cafeeira encontrava-se em continuidade de duas grandes safras atípicas, além de ter aumentado a capacidade produtiva consideravelmente após a I Guerra. Desde 1924 que novos planos de intervenção econômica, agora de caráter permanente, buscavam reequilibrar a oferta nacional de café.

> Quando, no segundo semestre de 1926, as floradas dos cafezais mostraram que a safra de 1927/28 deveria ser bastante volumosa, começaram a surgir dúvidas sobre a capacidade de o Instituto [Paulista do Café] resistir, e os importadores se retraíram. Os preços do Santos 4, no disponível, em Nova York, passaram de 22,8 cents/libra-peso, em julho de 1926, para 16,9 cents/libra-peso em junho de 1927. De fato, a safra 1927/28 apresentou-se com 26,1 milhões de sacas (quase duas vezes superior à média das últimas três), e ainda existiam no interior mais de 3 milhões de sacas. Quando, entretanto, o comércio cafeeiro compreendeu que o Instituto tinha disposição e recursos (o Instituto conseguira um empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas, por um ano, de Lazard Brothers) para reter, de fato, os excessos, a procura se precipitou e, em novembro de 1927, os preços se encontravam, de novo, a 22,1 cents/libra-peso. As exportações do Brasil, que haviam sido de 13,2 e 13,5 milhões de sacas, respectivamente, em 1925 e 1926, atingiram 15, 1 milhões em 1927. (DELFIM NETTO, 1981, p. 132-3)

A produção doméstica de café anual superava em muito a demanda mundial pelo produto. Desde o início do século XX que importantes políticas de manutenção de preços foram implementadas para segurar artificialmente o preço do café e evitar a derrocada da produção nacional. Toda essa operação contava com bancos estrangeiros enquanto financiadores, associações de produtores locais que discutiam cotas de produção, além da intervenção direta do Governo Federal e dos estados produtores para

manutenção dos preços do café. No entanto, os planos, junto com o Instituto Paulista do Café[11], fracassaram após a crise de 1929 porque esta, além de provocar a suspensão do crédito internacional, deteriorou de forma até então nunca vista o poder aquisitivo das classes trabalhadoras das economias centrais, afetando profundamente a demanda mundial.

> O sistema de defesa dos preços do café, cuidadosamente armado pelo Estado de São Paulo, ruiu sob a pressão de vários fatores. Externamente, a crise iniciada em 1929 manifestou-se por uma rápida generalização do desemprego e uma violenta queda do nível de rendimento, o que deslocou para baixo a curva de procura do café. Em virtude mesmo das dificuldades à expansão das linhas de crédito, que precederam à crise nos Estados Unidos e a inversão das expectativas dos empresários, a queda dos preços não podia estimular uma ampliação das compras. Esses fatores pressionavam, portanto, para a baixa, com força até então desconhecida, os preços do café. Internamente, os desentendimentos originados em questões políticas entre o presidente do Banco do Brasil e o presidente do Instituto do Café, que culminaram com a diminuição da base de financiamento, de 60$000 para 40$000 por saca, deram margem a que a desconfiança tomasse conta do mercado. (DELFIM NETTO, 1981, p. 135)

A produção cafeeira entrou em abrupta crise de superprodução e vivenciou a incapacidade de financiar, via crédito internacional, a compra, por parte do Estado, dos excedentes de produção. Efeitos similares ocorreram em todos os setores exportadores da economia nacional, tais como o açúcar e o algodão. Impossibilitados de importar os produtos industrializados dos países centrais dada a escassez de divisas, a crise financeira marcou o forte crescimento da indústria brasileira e o início do que ficou conhecido como processo de Substituição de Importações.

> O processo de industrialização que se havia iniciado em alguns países latino-americanos foi profundamente afetado pela crise de 1929. Não que a crise constituísse um claro divisor de águas entre um período de prosperidade e outro de depressão. Na verdade, com respeito a alguns países, já se multiplicavam na fase anterior os sintomas de debilitamento do setor exportador. No Brasil, por exemplo, as crises de superprodução de café se vinham repetindo desde antes do primeiro conflito mundial e a perda da posição privilegiada no comércio da borracha ocorrera no segundo decênio anterior. No Chile, a crise do salitre, em face à concorrência dos nitratos sintéticos, pesava na economia do país havia mais de um decênio. Contudo, à exceção do Brasil, em todos os países da região de maior expressão econômica, no período de 1925-29 o *quantum* das exportações era de cinquenta a cem por cento mais elevado que no primeiro decênio do século. É com respeito à natureza do processo de industrialização que a crise de 1929 constitui um marco de grande significação. Até então, o desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões

[11] Apesar do referido auxílio de diversas frentes, muito do apoio aos preços do café vieram de iniciativas do próprio estado de São Paulo, que se tornou o maior produtor nacional ainda na década de 1870.

> estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador. A exceção a esta regra está representada pelos países que conheceram uma fase de forte crescimento de suas exportações em período subsequente, tais como a Venezuela, o Peru e os da América Central. (FURTADO, 1970, p. 131)

A Crise de 1929 marcou a mudança do eixo dinâmico da economia da agricultura para a indústria. Na impossibilidade de auferir lucros nos setores tradicionais, os investimentos foram em grande parte direcionados para a produção industrial. Foi esta nova realidade que impulsionou o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, suprimindo paulatinamente os demais modos de produção, ainda que todos estes estivessem ligados ao capitalismo mundial desde a Colônia através do capital mercantil. Refere-se ao modo de produção especificamente capitalista o processo de trabalho que visa a produção direta de valores-de-troca, ou seja, de mercadorias destinadas ao comércio, baseadas na exploração da força de trabalho, ou seja, do trabalho assalariado.

De acordo com o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, a grande indústria, que na Europa "possibilitou a burguesia jogar para segundo plano todas as classes oriundas da Idade Média", no Brasil permitiu que a burguesia industrial jogasse para segundo plano as frações de classe da burguesia comercial e agrícola e, junto com elas, os modos de produção, não necessariamente capitalistas, em que se baseavam.

> Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado. O preço baixo de suas mercadorias é a artilharia pesada com que ela põe abaixo toda e qualquer muralha da China, a arma mediante a qual ela força à capitulação a mais renitente xenofobia dos bárbaros. Obriga, pois, todas as nações a se apropriarem do modo de produção burguês, caso não desejem perecer; força-as a abraçar a assim chamada civilização, ou seja, a se tornarem burguesas. Em resumo, cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX & ENGELS, 2012, p. 48)

A década de 1930 foi de depressão econômica para todo o globo, exceto, como vimos, na União Soviética, que estava imune à crise em virtude de seu isolamento político e econômico. No Brasil foi o período em que se iniciou a compra e posterior queima dos excedentes de café por parte do Governo brasileiro[12]. A economia só veio a

[12] As queimas de excedente de café tornaram-se corriqueiras ao longo da década. O governo brasileiro comprou e destruiu café de 1931 a 1944. Cabe destacar que esta não foi uma peculiaridade da economia brasileira, pois no mundo afogavam-se animais de criação, destruíam-se cereais entre outras coisas do tipo (DELFIN NETO, 1981, p. 147).

melhorar diante dos preparativos para a II Guerra Mundial no final da década, que incentivou a demanda global de mercadorias, e diante da própria guerra em si.

No entanto, ao contrário da I Guerra, o segundo conflito provocou outras marcas na economia nacional, dado o impedimento do transporte marítimo pelos submarinos de guerra. Tanto a exportação como o transporte nacional de cabotagem[13] foram afetados, o que marcou, por exemplo, a transição do eixo econômico da produção açucareira e algodoeira dos estados do nordeste para os estados do sudeste e impulsionou sobremaneira a substituição de importações.

> A demanda insatisfeita nos principais centros consumidores do País acabou determinando a expansão do parque açucareiro e da lavoura canavieira em áreas que antes da II Guerra Mundial importavam a maior parte do açúcar que consumiam. A consequência principal e mais duradoura desse processo foi a transferência do eixo da agroindústria canavieira do Brasil, da região Nordeste para o Centro-Sul. Essa transferência, que só seria completada no início da década de 1950, já se tornou visível antes do término das hostilidades (GUEDES *apud* SZMRECSÁNYI, 1979, p. 204-5)

A Tabela 15, abaixo, mostra a produção de açúcar no país e a mudança de seu eixo produtor dos estados do nordeste para o sudeste. É importante se observar como oscilou os preços e a importância da produção açucareira, sendo objeto de disputa regional em pleno século XX e de contínuo crescimento da industrialização. É que além do açúcar em si, a cana-de-açúcar também se tornou matéria-prima para o álcool etílico utilizado em motores a combustão, pioneirismo científico e tecnológico do Brasil.

Após a Revolução de 1930 e a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) por parte do Estado Novo de Getúlio Vargas, tanto o IAA tentou impedir a mudança de eixo produtivo entre as regiões do país através de cotas estaduais de produção, como atuou na promoção do etanol combustível para aliviar o Balanço de Pagamentos brasileiro em virtude do alto valor gasto com a importação de petróleo, assunto que será melhor abordado mais a frente.

[13] Transporte marítimo entre portos relativamente próximos cujas embarcações não necessitam afastar-se muito da costa, além de poderem ter dimensões reduzidas. Durante a maior parte da história econômica brasileira este foi o principal meio de transporte de mercadorias entre as regiões do país.

TABELA 15 – Crescimento da produção de açúcar no Brasil no período de 1930-1970.

Safra	Brasil	Produção (sacas de 60 kg) Norte e Nordeste	Centro-Sul
1929-30	10.804.000	7.431.000	3.373.000
1934-35	11.136.000	7.155.000	3.981.000
1939-40	14.406.000	9.133.000	5.273.000
1944-45	14.897.000	8.195.000	6.712.000
1949-50	21.140.000	10.083.000	11.057.000
1954-55	35.568.000	15.193.000	20.375.000
1959-60	50.864.000	20.133.000	30.731.000
1964-65	59.422.000	21.042.000	38.380.000
1969-70	72.216.000	26.761.000	45.455.000

Fonte: Tamás Szmrecsányi – O planejamento da indústria canavieira no Brasil (1930-1970), p. 498.

Com as consequências da II Guerra, ou seja, a economia brasileira isolada dos mercados internacionais e restringida no transporte marítimo mesmo entre suas regiões internas pelo transporte de cabotagem, a acumulação de capital não teve alternativa a não ser a da industrialização e realização dos valores de troca no mercado interno. Estava então a todo vapor a industrialização brasileira que substituirá a produção agrícola, em percentual do Produto Interno Bruto, já na década de 1950.

Ao longo desse processo surgiram as demandas por mão de obra especializada, mudanças institucionais e redirecionamento do apoio econômico do Estado. São esses fatores, provocados pela nova conjuntura, que deram nascimento tanto ao pensamento crítico brasileiro, bem como às numerosas instituições que deram fomento à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Obviamente que este processo foi marcado por continuidades e rupturas. O maior exemplo de rupturas do período foi a Revolução de 1930[14] e o Estado Novo proclamado por Getúlio Vargas em 1937. O maior exemplo de continuidade foi o aprofundamento das políticas de defesa econômica dos produtos primários, contando, inclusive, com a destruição da produção de café e exportação de açúcar a preços abaixo dos custos bancados pelo Governo Federal (SZMRECSÁNYI, 1979).

[14] Golpe de Estado dado por uma junta militar liderada por Getúlio Vargas que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. O evento marcou o fim da República Velha e representou a chegada ao poder de outras frações da classe burguesa, pró-industrialistas, em lugar da antiga burguesia comercial agrário-exportadora (BRESSER-PEREIRA, 2011).

3.2 – O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO

No contexto do início do século XX, em que a fase de capitalismo concorrencial mundialmente se encerrava e dava início à fase do capitalismo monopolista, ou seja, a fase do imperialismo, a ocorrência das duas grandes guerras mundiais e da grande depressão de 1929 permitiram a industrialização latino-americana no marco do capitalismo, dado que antes disso, tanto a acumulação de capital insuficiente como a concorrência e a pressão estrangeira impediram o desenvolvimento industrial dos países periféricos tais como o Brasil (MARINI, 2013, p. 54-5).

Conforme já mencionado, a industrialização na América Latina iniciara já no século XIX como uma atividade complementar à exportação agro-mineradora no tocante aos transportes e à fabricação de equipamentos usados nas atividades em questão. O consumo das massas se dava pelo artesanato local, ao passo que o da classe dominante se dava pela importação de mercadorias manufaturadas dos Estados Unidos e da Europa.

Com o advento das guerras e da grande depressão, momentos em que o comércio internacional foi duramente restringido, a industrialização da América Latina tomou a forma da substituição de importações, ou seja, passou-se a produzir internamente as mercadorias que só tinham acesso através do comércio internacional. Neste período em que o processo de industrialização regional não foi constrangido nem pela concorrência e nem pelo poder bélico estrangeiro, as burguesias locais, antes somente mercantis e agrárias, desenvolveram internamente o modo de produção capitalista, sobretudo na indústria, que foi tornando-se cada vez mais preponderante na acumulação de capital e tornando mais complexa a base econômica dos países da região.

A entrada do capitalismo mundial na fase monopolista ou imperialista, teve a manifestação de sua forma real no período entre as duas guerras mundiais e na crise de 1929. Esse foi o período de contestação, a nível internacional, do *laissez-faire*, período da descrença de que o livre mercado levaria as sociedades humanas ao pleno desenvolvimento econômico. Isso, somado à vitoriosa revolução russa de 1917, fez com que os Estados passassem a intervir e até mesmo planejar a economia.

> Assim, em meados da década de 1930 o *laissez-faire* estava morto, mesmo como ideal, a não ser para os jornalistas econômicos, porta-vozes das pequenas empresas e economistas. E até mesmo os economistas combatiam

> na retaguarda. J. M. Keynes, o típico autor "insensato" da década de 1920, tornou-se o arauto de uma nova ortodoxia econômica graças à *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* (1936), que não dizia muito que não houvesse sido pressagiado antes, mas o dizia para seus leitores que viviam à sombra da crise de 1931. Assim, duas políticas econômicas se defrontavam, ambas igualmente originárias de John Stuart Mill. De um lado havia o socialismo, baseado essencialmente nas aspirações do movimento da classe trabalhadora, mas muitíssimo fortalecido pela experiência da U.R.R.S., que impressionava até mesmo os observadores não-socialistas com sua aparente imunidade à grande recessão. Pouco oferecia no tocante a uma política precisa, distribuição e troca e o *slogan* de "planejamento", que os planos quinquenais soviéticos colocaram na moda. De outro lado havia aqueles que desejavam salvar os pontos essenciais de um sistema capitalista – principalmente economistas vindos do liberalismo, como J. A. Hobson, ou que ainda continuavam liberais (como Keynes e Beveridge) – mas que compreendiam que agora isso só podia ser feito dentro do quadro de um Estado forte e sistematicamente intervencionista; ou mesmo através de uma "economia mista". Na prática, as vezes era difícil discernir a diferença entre essas duas tendências, principalmente quando alguns keynesianos abandonaram o liberalismo e seu mentor, em favor do socialismo, e quando o Partido Trabalhista tendeu a adotar algumas das políticas keynesianas como suas próprias, de preferência aos *slogans* socialistas mais tradicionais. Entretanto, de maneira geral, os socialistas defendiam suas propostas por desejarem a igualdade e a justiça social, enquanto os não-socialistas lutavam pelas suas por serem a favor de maior eficiência da indústria britânica e contra a desagregação da sociedade. Todos admitiam que só a ação estatal sistemática podia eliminar e evitar as recessões e o desemprego em massa. (HOBSBAWM, 2003, p. 227-8)[15]

Além do medo da perda de influência do capitalismo nos países ocidentais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sustentava níveis de crescimento econômico invejáveis. A partir do planejamento estatal de seus planos quinquenais, a economia soviética contrastava fortemente com o desempenho das economias capitalistas em crise. Esses dois fenômenos, a perda da confiança no livre mercado e o sucesso do planejamento estatal soviético, fizeram com que os governos abertamente interviessem na economia com o intuito de desenvolver economicamente as nações e sair das crises, mas principalmente para salvar o capitalismo da "ameaça comunista".

Em virtude dos surtos constantes de superprodução, vividos principalmente nos setores que sustentavam as economias periféricas, ou seja, os produtos primários, a intervenção do Estado na produção de determinados bens se tornou patente. No Brasil foram criados institutos de defesa econômica para os seus principais bens de exportação, para o café, para o açúcar, e até para outras mercadorias de menor peso, como a erva mate. Apesar disso, dentre os efeitos já citados e conforme visto em

[15] Há muitas questões políticas enevoadas na citação de Hobsbawm. Apesar dessas imprecisões – que marcam o ponto de vista do autor em sua análise da sociedade inglesa do período em questão – a importância da citação objetiva apenas em demonstrar como a mentalidade das classes dominantes mundiais mudou em virtude das guerras e da grande depressão, além de como a Revolução Russa e o advento da União Soviética também implicaram no debate.

Furtado, o ano de 1929 marcou o apogeu do processo de industrialização por substituição de importações e os processos de valorização do capital, que se realizavam no exterior, passaram a se realizar no mercado interno, fomentando a industrialização.

A Revolução de 1930 marcou no Brasil a ascensão das burguesias ligadas ao mercado interno e da incipiente industrialização. Esse período foi bastante rico para a historiografia brasileira porque desenvolveu uma industrialização autóctone e autônoma em relação aos ditames do centro do capitalismo. Em outras palavras quer dizer que a crise de 1929 afrouxou os laços do comércio internacional e pôs a grande maioria dos países em rotas autônomas de desenvolvimento. Essa foi a realidade até o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que a situação anterior voltou a se colocar, porém em novas bases.

Mas a chegada de Getúlio Vargas ao poder não teve um significado somente econômico. Data do primeiro governo Vargas a organização do Estado capitalista brasileiro, sobretudo na forma do Estado Desenvolvimentista, que a foi a resposta política encontrada no mundo capitalista ao sucesso econômico do planejamento socialista.

> (...) tem-se elementos suficientes para a seguinte formulação: entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2015, p.40)

No entanto, é importante se fazer algumas ressalvas ou complementos a citação. O primeiro deles diz respeito a análise materialista dialética. A literatura de economia e ciências sociais costuma apresentar o período em questão como fruto de um ideal de desenvolvimento originário dos países da periferia que buscaram maior simetria econômica e política com o centro do capitalismo em virtude do fim da 2ª Guerra, o que não deixa de ser verdade. Mas é importante se tocar aqui que foi justamente a mudança material, em outras palavras, estrutural, de parte das economias periféricas, entre elas o Brasil, que permitiu essa mudança de postura política.

A industrialização já vinha se gestando desde o final do século XIX (SUZIGAN, 2000), se fez mais forte em meados da década de 1920 e sobretudo no pós-1929. O primeiro governo Vargas, nada mais fez do que dar vazão as aspirações políticas dessa nova classe – ou de parte da antiga burguesia agrária e industrial que

realizavam seus lucros internamente – uma vez que já eram uma realidade concreta. Entre outras palavras, o que se quer dizer aqui é que não foi o Governo Vargas, ou a revolução de 1930 que deu nascimento a industrialização substitutiva de importações no Brasil, mas a concretude da industrialização já em curso que deu vazão política a esse movimento. No mais, é sempre necessário se considerar a influência da URRS que na altura, dos anos de 1930, já havia restaurado a sua economia em relação aos anos do pré-Revolução Russa e andava já no seu terceiro plano quinquenal de desenvolvimento, mostrando ao mundo como construir uma nação a partir do dirigismo estatal.

Ainda assim é importante se refletir um pouco sobre o significado da chamada "Revolução de 1930". Não se tratou de uma revolução burguesa em sentido clássico, como no caso da Revolução Francesa de 1789, uma vez que não se tratou da derrubada de uma classe antes dominante – a nobreza – por outra revolucionária – a burguesia. No Brasil, não havia classes em disputa, mas frações destas, a fração agrária e mercantil de um lado, que fora hegemônica durante toda a I República, e a fração agrária não exportadora junto da nova fração industrial. Não sendo uma revolução burguesa nos moldes europeus, também não quer dizer que não tenha sido uma revolução burguesa, porém à brasileira. Conta-se de 1930 a construção do Estado Moderno brasileiro, que vinha apenas se esboçando no Império e na I República.

Ainda assim, sendo uma Revolução Burguesa *sui generis* atrasada, não deixou esta de ser influenciada pela Revolução Socialista russa, conforme depreende-se da luta interna por maior centralidade política e econômica a partir de então, por parte do Estado, bem como suas tentativas de planejar e executar diretamente as ações necessárias ao desenvolvimento econômico tal como vinha fazendo a URSS. Falar de uma incipiente burguesia industrial no apoio ao movimento de 1930 é verdade, no entanto, toda essa nova fração foi posteriormente quase que inventada e sustentada pelo Estado, uma vez não existia em um mundo de industrialização internacional já monopolizada. O Estado Desenvolvimentista brasileiro de certa forma criou sua indústria na tentativa de imitar o caminho traçado pela União Soviética, porém mantendo o domínio político burguês.

Apesar da indústria no Brasil ter mostrado taxas de lucro mais promissoras que a agricultura de exportação, a atividade tradicional voltou a recuperar-se após 1945. A industrialização do país ocorria de modo particular e distinto do desenvolvimento industrial dos países do centro do capitalismo. Uma vez que não nos coube a descoberta tecnológica dos processos industriais vigentes, a importação de maquinário, contratação

de serviços de auxílio técnico, além de especialização inicial na produção de bens de consumo fizeram com que a indústria brasileira tivesse um caráter substitutivo de importações, ou seja, se desenvolvesse produzindo mercadorias antes importadas (TAVARES, 1983).

Normalmente começou-se pelas mercadorias mais simples de se produzir internamente. Quanto mais se desenvolvia a indústria mais aumentava a complexidade produtiva no país, no entanto, este processo marcou certa debilidade do setor, o que não permitiu a burguesia industrial suplantar totalmente a burguesia agrário-exportadora do Estado. Sabia-se do caráter incipiente da indústria brasileira e substitutivo de importações, ou seja, havia vários entraves ao desenvolvimento industrial do país que, nas palavras de Maria da Conceição Tavares (1998) e João Manuel Cardoso de Mello (1987), lhe restringia. Por esse motivo voltou a disputa pela direção do Estado brasileiro pelas duas frações de classe, a burguesia industrial e a comercial agro-exportadora. Se por um lado exigia-se do governo medidas protecionistas, restrição às importações e indução do desenvolvimento, estas mesmas medidas implicavam nos ganhos do setor agro-exportador, bem como em seu consumo, dado que estas medidas restringiam o consumo desta fração de classe para promover a produção nacional.

Intervencionistas, planejadores, keynesianos ou desenvolvimentistas, foram várias as alcunhas dadas aos defensores da industrialização do país em contraste com os liberais, ortodoxos, oligárquicos ou tradicionalistas, alcunhas dadas aos defensores da agricultura de exportação. A questão é que se o desenvolvimento industrial havia sido uma resposta natural aos problemas econômicos da realidade esboçada no início do século XX, agora não somente ele tornara-se apenas uma "alternativa", como tanto a indústria como a agricultura eram incapazes de manterem, cada qual sozinha, a acumulação de capital no país, sem falar da interdependência entre os dois setores.

> A interdependência entre o novo setor industrial e a velha estrutura colonial-exportadora é caracterizada, pois, por dois fenômenos: 1) a demanda dos produtos industriais procedeu fundamentalmente do setor exportador; 2) os insumos da industrialização têm sido comprados no exterior pela renda obtida na exportação. A industrialização assumiu assim um caráter específico em nossos países sob a forma de substituição de importações, e daí o caráter pouco revolucionário e pouco radical deste processo nestas nações.
>
> A contradição tomou assim a forma de uma luta pelo controle das divisas em que o Estado seguiu como instrumento do capital industrial e ao mesmo tempo com sua mesma base ao criar, como no caso do Brasil, o monopólio do câmbio e o confisco cambiário (pagamento em moeda nacional aos exportadores de café). (DOS SANTOS, 1972, p. 200-1)

Embora recuperando-se aos poucos, sendo sustentada objetivamente por políticas de Estado de proteção à produção, tanto a produção de café, como a de açúcar, como a de outros produtos primários, continuaram com seus conhecidos problemas de mercado, tais como superprodução, perda de competitividade e fatia de mercado. Já a industrialização nascente, se não contasse também com o apoio do Estado para garantir reserva de mercado, investimentos-chave em infraestrutura, apoio para que as indústrias passassem a produzir além de bens de consumo, tanto bens intermediários, como bens de capital, não suportaria a concorrência externa. Mais do que nunca a intervenção tornara-se uma necessidade por mais que a teoria econômica clássica a rejeitasse.

Furtado, ao analisar os distintos processos de substituição de importações dos países latinos americanos, afirma que quanto mais exigente é a necessidade de seguir com a industrialização substitutiva diante dos estrangulamentos estruturais, mais surgem novos estrangulamentos.

> A importância dos fatores indicados varia de país para país e, também, em um mesmo país, de uma época para outra. Somente ali onde houve o propósito deliberado de intensificar o desenvolvimento, as tensões estruturais se manifestaram em sua plenitude. Assim, nos anos trinta, ao reduzir-se a capacidade para importar e expandir-se a renda monetária, a reorientação dos investimentos para o setor industrial fez-se com o mínimo de tensões na Argentina e máximo no Chile. No primeiro desses países os excedentes de exportação encontraram na expansão do emprego urbano um mercado alternativo. No Chile, não somente inexistia possibilidade de absorver internamente a produção exportável, mas ainda a oferta interna de produtos agrícolas demonstrou grande rigidez. Contudo, a agricultura argentina, em fase subsequente, também seria um foco de tensões estruturais. Esgotada a sua fase de expansão extensiva, no que respeita à região produtora de cereais e pecuária, e devendo competir com os demais setores produtivos em um mercado de mão-de-obra de oferta relativamente pouco elástica, a elevação do nível técnico e a maior capitalização dessa agricultura fizeram-se indispensáveis, a fim de que as estruturas econômicas conservassem a plasticidade que haviam conhecido nos períodos anteriores. Na ausência desse desenvolvimento em profundidade no setor agrícola, a oferta de produtos agropecuários tendeu a perder elasticidade, passando o mercado interno a competir com as exportações, agravando-se o problema fundamental da insuficiência da capacidade para importar. (FURTADO, 1970, p. 151-2)

Nesta citação de Furtado fica claro o problema que foi e é para os países latino-americanos periféricos, dentre eles o Brasil, a manutenção do regime de propriedade capitalista no campo. Todos os países centrais do capitalismo passaram por reformas agrárias que possibilitaram o maior uso do solo, a melhor distribuição do excedente e o aumento da produção. A União Soviética foi mais além, pois passou do

melhor parcelamento do solo – fim do latifúndio – à coletivização da produção agrícola, que aumentou sobremaneira a produção no campo e possibilitou o maior desenvolvimento da indústria, tendo esta, na década de 1930, que enfrentar as pressões oriundas da forte produtividade do campo.

Apesar de Furtado ter se referido nesse momento às economias argentina e chilena, o caso brasileiro não seria tão diferente. Das experiências políticas de governos positivistas com claro viés desenvolvimentista, cujos principais expoentes foram Vargas no Brasil, Perón na Argentina e Cárdenas no México, Vargas foi o que mais tempo esteve no poder. Quinze anos contínuos em seu primeiro governo – Governo Provisório, II República e Estado Novo – e mais quatro anos durante o regime democrático da IV República.

Seu desejo desenvolvimentista, aliado à sua ideologia positivista, resultou em forte esforço industrializante por parte do Estado, esforço este nem sempre bem visto, por ambas as frações burguesas – industrial e agrário-exportadora –, diante do tamanho dos gargalos que se erguiam a cada nova fase do processo.

> Também não é de surpreender que a conjuntura da Segunda Guerra Mundial aguçasse a consciência industrializante e exigisse maior refinamento nos meios de intervenção. A reconversão dos países centrais para a economia de guerra e os limites ao comércio exterior provocaram desabastecimento de insumos estratégicos, limitaram o crescimento urbano e induziram significativa aceleração da inflação. A necessidade de administrar recursos escassos e priorizar linhas de produção e investimento, por sua vez, aumentou o controle do Estado sobre atividades econômicas, por exemplo, por meio da Coordenação de Mobilização Econômica (CME). Um pouco antes da guerra, o esforço de racionalização dos investimentos públicos contou com a criação do Plano Especial de Obras Públicas e de Aparelhamento da Defesa Nacional (Peopadn), substituído em 1943 pelo Plano de Obras e Equipamentos (POE) para os cinco anos seguintes. Além disso, a experiência de guerra sedimentou o caminho que poderia ser seguido para resolver estrangulamentos: criar fundos fiscais vinculados a necessidades específicas de infraestrutura e insumos básicos e complementar o esforço local com fundos externos barganhados diplomaticamente, transferidos para instituições públicas. Nos ramos básicos, empresas privadas que resistiam a se arriscar poderiam ser substituídas por estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, criadas no período. (ZAHLUTH BASTOS, 2011, p. 366)

Não somente o governo interveio na economia por conta própria, mas utilizou-se de vários mecanismos fiscais para induzir – ou forçar – os empresários a cooperar com o esforço de desenvolvimento nacional.

> O governo não apenas procurou evitar que as reservas cambiais acumuladas fossem gastas com finalidades "supérfluas", mas buscou forçar empresários a utilizá-las para investimentos novos que substituíssem importações, e que para isso adiassem mesmo decisões de consumo corrente de "produtos suntuários" em moeda local. A política tributária foi usada para isto, pouco depois da renegociação da dívida externa (23 de novembro de 1943). Dois decretos simultâneos (n. 6224 e 6225, de 24/1/1944) criavam o Imposto sobre Lucros Extraordinários (que taxava excedentes eventualmente alocados para consumo corrente) e permitiam canalizar os impostos devidos para a compra de Certificados de Equipamentos: em vez de pagar o imposto, os empresários poderiam adquirir certificados no valor correspondente ao dobro do imposto devido, os quais renderiam 3% ao ano e seriam passíveis de resgate em moeda internacional, exclusivamente para importação de bens de capital segundo prioridades definidas pelo Estado. Praticamente um ano depois (22 de janeiro de 1945), a citada PI-7 normatizou as prioridades de importações. Com isso, a administração impunha um fundo compulsório que forçava a canalização da acumulação interna de lucros (estimulada pelo contexto inflacionário) para financiar futuramente a reposição de capital fixo desgastado e novos investimentos do setor privado, assim que as dificuldades de fornecimento fossem normalizadas com a reconversão das economias de guerra. Isso era uma intervenção desenvolvimentista sem precedentes sobre as decisões de investimento e consumo, afetando diretamente as rendas dos empresários mais ricos do país. Cabe lembrar que a taxa de câmbio foi fixada nominalmente em 1939, tendo efeito de subsidiar as importações necessárias pelos investimentos por causa da inflação interna (que por sua vez facilitava a acumulação "extraordinária" de lucros industriais). Desse modo, criava-se um mecanismo de financiamento dos investimentos adequados ao estágio de diferenciação da estrutura industrial que ainda mantinha os investimentos parcialmente dependentes da capacidade de importar bens de capital. É claro que, como já vinha sendo feito, os fundos privados podiam ser complementados por créditos públicos, oriundos particularmente da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Assim, embora "o plano de industrialização progressiva do país no imediato pós-guerra" de que falara Vargas não fosse formalizado, um conjunto de mecanismos cambiais, tributários e creditícios seria mobilizado para induzir investimentos nas prioridades desenvolvimentistas do governo, complementando os investimentos estatais nos ramos básicos. (ZAHLUTH BASTOS, 2011, p. 368-9)

A Estado Novo de Getúlio Vargas foi derrubado em 1945 dando início à IV República brasileira[16], que durou até o Golpe Militar de 1964. Entre os principais anseios estava o incômodo com a intervenção estatal na economia que pressionava por investimentos em novos setores, controlava com rigor as importações, o câmbio e influenciava na formação dos preços, ou seja, embora não tanto quanto a experiência soviética, acabava por dirigir a economia.

Durante os preparativos para a guerra e a guerra em si, ou seja, de 1937 a 1945, o Brasil esteve sob a sua III República, o Estado Novo, conhecido pela

[16] O primeiro governo Vargas, de 1930 a 1945, é entendido na historiografia brasileira como constituído por dois períodos republicanos distintos. O primeiro é o que vai de 1934 a 1937, ou seja, após o governo provisório instituído em 1930 e antes do Estado Novo. O segundo é o Estado Novo, de 1937 a 1945, conhecido pela constituição "polaca" – baseada na constituição polonesa contemporânea –, tida como letra morta pelo regime, ainda que legalizasse o autoritarismo. O primeiro período ficou conhecido como II República, já o segundo como III República.

Constituição polaca. Enquanto fez parte de um esforço de guerra e que a burguesia nacional como um todo se encontrava aflita em virtude dos problemas econômicos, a intervenção foi tolerada, tendo sido muitas vezes até requerida. No entanto, no momento em que a saúde dos negócios melhorou e que o governo interviera no direito à propriedade privada, esta não foi mais tolerada. O governo caiu por excesso de intervenção.

> Não é possível saber se esse conjunto integrado de políticas teria algum sucesso para superar a industrialização restringida – ele não foi sequer colocado em prática. As resistências empresariais ao controle estatal sobre decisões privadas aumentaram à medida que Vargas "inventava" o trabalhismo no final do Estado Novo, ou seja, legitimava a ação estatal pelo interesse público identificado não só ao desenvolvimentismo, mas também ao distributivismo trabalhista. As dificuldades políticas ao planejamento tornaram-se insuperáveis. Nos últimos anos do Estado Novo, a oposição, que formaria a União Democrática Nacional (UDN) em 1945, aproveitou o relaxamento da censura para divulgar argumentos liberais, por meio de articulistas como Eugênio Gudin e José Pires do Rio, que associavam a inflação não ao desabastecimento provocado pela guerra, mas ao autoritarismo político e à intervenção econômica (protecionismo comercial e *déficit* público), apelando aos temores de camadas médias e populares urbanas. Vargas não podia aceitar a identidade entre excesso de governo ("dirigismo") e inflação, quando a preservação da popularidade junto às massas urbanas era essencial para conduzir pelo alto a transição política. A reação veio com o decreto-lei apelidado pelos opositores de "Lei Malaia" (n. 7666, a 22/6/1945), transferindo a responsabilidade pela inflação aos "trustes e cartéis" formados para cometer "atos contrários à economia nacional", explorando a miséria e a impotência do povo. A reação de Vargas, porém, empurrou setores industriais, já afetados pelo Imposto sobre Lucros Extraordinários, para reforçar a campanha liberal, unificando comércio, indústria e agricultura no repúdio à intervenção estatal e polarizando o cenário político, à medida que o ex-presidente aproximava-se de sindicatos e movimentos sociais urbanos. O bloco de apoio popular ao estadista, além da bandeira dos direitos sociais, unificou-se em torno da bandeira do "queremismo", ou seja, a defesa do direito de Vargas disputar a eleição presidencial, criando o pretexto do golpe militar contra as pretensões presumidamente continuístas do presidente. Ainda no governo provisório de José Linhares, o ministro da Fazenda José Pires do Rio (diretor do *Jornal do Brasil*) cumpriria o programa liberal ao pé da letra: (a) revogou a Portaria Interministerial n. 7, o Imposto sobre Lucros Extraordinários e a Lei Malaia; (b) limitou as operações da Carteira de Redesconto (Cared); e (c) transferiu atribuições da Caixa de Mobilização Bancária do BB (Camob) para a recém-criada Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) dirigida por um discípulo de Eugênio Gudin, o jovem economista Octávio Gouvêa de Bulhões. (ZAHLUTH BASTOS, 2011, p. 369-70)

No entanto, como já mencionado, se o excesso de intervenção incomodava isso não significava o retorno do *laissez-faire.* No mundo inteiro a economia estava sendo mais ou menos planificada ou dirigida. Se no bloco dos países socialistas a intervenção chegava a ser absoluta, o bloco capitalista também não confiava deixar a economia à própria sorte, ou seja, ao livre mercado.

Esta situação corrobora com a tese de Lênin, de 1917, em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (2010), em que afirma que desde o domínio do mercado por grupos monopolista/oligopolistas, que deu vazão ao imperialismo, o capitalismo deixara de ser progressivo para a humanidade, ou seja, tornara-se incapaz de, por si só, aumentar as forças produtivas mundiais e desenvolver a humanidade como havia feito ao longo do século XIX.

> Como vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. Exemplo: nos Estados Unidos, um certo Owens inventou uma máquina que provocava uma revolução na fabricação de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou-lhe as patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação. Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se. (LÊNIN, 2010, p. 99-100)

No Brasil sentiu-se a necessidade constante de planejamento quando, uma vez deposto Vargas e reaplicado o programa liberal, as dificuldades logo foram sentidas, o que abriu espaço para o retorno do estadista, desta vez eleito democraticamente – ou como se gostava de dizer na época, nos braços do povo – para seu segundo momento a frente da Presidência da República.

> No governo Dutra, a liberação indiscriminada de importações subsidiadas pelo câmbio sobrevalorizado trouxe o efeito previsível de desacelerar a inflação, mas, ao contrário do previsto, a custo de um esgotamento rápido das reservas cambiais acumuladas. As exportações agrícolas e o financiamento externo não foram suficientes para sustentar o volume de importações e as remessas de lucro, provocando uma crise cambial que forçou o governo a voltar atrás na abertura comercial. Ao fazê-lo, Dutra restaurou, no final de 1947, o esquema de licenciamento seletivo de importações tão criticado antes, e evitou uma desvalorização cambial de efeitos previsíveis sobre a inflação (considerando, como Gudin, que nossas exportações eram preço-inelásticas). (ZAHLUTH BASTOS, 2011, p. (371-2)

Continuando:

> De todo modo, o governo, é forçado a uma reversão, não conseguia agradar nem gregos nem troianos. Velhos aliados liberais exasperavam-se porque a estratégia inicial de incentivo às importações começava a ser substituída pelo elogio do planejamento e da substituição de importações. O debate entre matrizes ideológicas sobre o modelo de desenvolvimento econômico mal se iniciara na controvérsia de Simonsen e Gudin: assim como membros destacados do Congresso Nacional e da imprensa, Gudin agora denunciava o Plano Salte como um retrocesso, escrevendo críticas virulentas (cf. Bielschowsky, 1985). Mas a reviravolta do governo foi capitalizada, sobretudo, por Vargas, cujas agressivas críticas parlamentares (reunidas em *A política trabalhista no Brasil*, 1950) apontavam para o caráter "liberal", "anacrônico" e "omisso" da administração que intermediaria seus dois mandatos presidenciais. Não surpreende que Vargas, preparando-se para um retorno triunfal, elaborasse nos discursos parlamentares, na campanha presidencial e em memorandos trocados com assessores, um programa que combinava planos setoriais de investimentos e políticas macroeconômicas (no terreno cambial, monetário e fiscal) semelhantes ao final do Estado Novo, adaptando-os ao novo contexto e evitando as resistências ideológicas ao anúncio de um plano formal. Surpreende, sim, que, à luz dos escritos e discursos de Vargas, seu novo programa de governo, naquele contexto rico de debates, possa ser caracterizado como meramente "reativo", ou até no limite "ortodoxo". (ZAHLUTH BASTOS, 2011, p. 373-4)

Este foi o contexto após a II Guerra Mundial, momento que assistiu a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e posteriormente ao surgimento da Teoria da Dependência, esta tendo surgido como crítica ao desenvolvimentismo cepalino. Mas ainda nesta seção é interessante se fazer a análise comparativa com a Rússia soviética.

Conforme visto, o Estado Novo de Vargas caiu por excesso de dirigismo estatal, visto posteriormente como necessário em muitas medidas durante o Governo Dutra. O retorno de Vargas foi de continuidade desse dirigismo, período em que foram fundadas as principais companhias estatais brasileiras, tais como a Petrobrás, além de importantes instituições direcionadas a formação da mão de obra técnica e especializada necessária à continuidade do desenvolvimento nacional, tal como a CAPES e o CNPQ.

Eis aqui, portanto, um grande diferencial com a experiência russa. Não sendo proprietário direto dos meios de produção, seja da indústria, seja do campo, não restou a Vargas senão a opção de criar também setores estatais complementares ao setor privado, sempre mal visto como tentativa de dirigismo e planificação da economia. Vargas não contou assim com um governo proprietário da quase totalidade do setor industrial, com direito a reutilização de seus lucros para a continuidade do investimento e desenvolvimento nacional.

Também permaneceu no campo a mesma situação de penúria e de baixa produtividade uma vez que classe latifundiária permaneceu presente no Brasil. Os

aumentos de produtividade tiveram ainda que esperar muitos anos até que a revolução tecnológica e utilização de adubos e maquinários pudesse entrar em operação e minimizar a restrição ao consumo interno que a agricultura de baixo rendimento ocasionava. O problema soviético com o *kulak* aparece, portanto, como um problema pequeno à frente dos desafios brasileiros diante da ausência de uma reforma agrária, embora concretamente não tenha sido um "problema pequeno" para a realidade russa.

Além da questão agrária, que segurou, conforme visto, o desabrochar da fração industrial da burguesia em virtude da necessidade de exportação dos produtos primários, o processo de industrialização por substituição de importações muito vagarosamente caminhou, tendo, por muito tempo, a indústria brasileira ficado estagnada na produção de bens leves, uma vez que adquiria bens intermediários, de capital e matérias-primas industriais específicas a partir do comércio exterior com o mundo capitalista central.

A Companhia Siderúrgica Nacional, só foi implementada em 1941 e, ainda assim, conseguida a muito custo em virtude das disputas de influência entre Alemanha e Estados Unidos sobre o Brasil, que fez o país se beneficiar da disputa com a construção da CSN com base no apoio técnico e financeiro dos EUA. O desenvolvimento da indústria pesada no Brasil é um fenômeno do pós-Segunda Guerra, enquanto já era realidade na Rússia desde o final dos anos 1920.

Nesse sentido é importante se ressaltar também que ao não romper com o sistema econômico vigente, o país foi poupado de ameaças internas e externas que poderiam por em risco sua estrutura produtiva prévia, ainda que tenha assistido a pequenos episódios do tipo quando da Revolução Constitucionalista de 1932 no estado de São Paulo. Isso faz uma grande diferença no processo de desenvolvimento, pois o Brasil pôde dispor mais rapidamente dos frutos de sua indústria leve ao não ter que se preocupar com a formação da indústria pesada e bélica da forma imperiosa como ocorreu no caso russo, embora nunca tenha alcançado o grau de autonomia daquele país.

3.2.1 – A conquista da CEPAL e a Teoria da Dependência

A mudança de estrutura econômica na América Latina, que por sua vez refletiu a mudança na superestrutura vista na seção acima, também gerou iniciativas multilaterais, ou seja, dos países da região em conjunto. A II Guerra Mundial trouxe mudanças mais significativas para a geopolítica internacional do que o primeiro

conflito. Enquanto a I Guerra debilitou o poder inglês, a II Guerra debilitou o poder de toda a Europa frente à emergência das duas "superpotências" EUA e URSS (HOBSBAWM, 2003). Coube aos Estados Unidos o papel de reorganizar o capitalismo mundial e defendê-lo dos ideais comunistas que tomaram concretude na União Soviética, no Leste Europeu e em parte da Europa Central.

O ano de 1944 é marcado por diversos acordos internacionais entre os países capitalistas e também entre estes e a União Soviética. Datam de julho de 1944 os acordos de Bretton Woods que visaram reorganizar financeiramente a economia capitalista, ao passo que de 1943 a 1946 ocorreram as polêmicas negociações sobre as consequências da II Guerra – Conferências de Yalta, Potsdam e Teerã –, sendo a Conferência de Potsdam, entre julho e agosto de 1945, que dividiu a Alemanha e a Áustria em zonas de influência estadunidense, inglesa, francesa e soviética (BESSEL, 2009, p.325-6). Foi entre agosto e outubro de 1944 que se realizou a Conferência de Dumbarton Oaks que deu origem, no ano seguinte, à Organização das Nações Unidas (ONU)[17]. A nova organização foi estabilizada e legitimada ao longo das décadas de 1940 e 1950.

Este período de reorganização geopolítica mundial abriu espaço para que as novas frações de classe latino-americanas, as burguesias industriais, conseguissem barganhar maior espaço na economia mundial. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi fundada em 1948 em Santiago, no Chile, no contexto da criação de outras comissões econômicas para outras partes do mundo, como a Comissão Econômica para a Europa criada em 1947[18]. Além de grandes discussões polêmicas travadas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, a conquista da comissão com reconhecimento da ONU foi um marco para a autonomia almejada pelos países latino-americanos frente aos interesses de hegemonia dos EUA (FURTADO, 2013, p. 85).

É deste contexto que nasce a CEPAL, como um interesse partilhado pelas burguesias industriais latino-americanas de melhorar seu posicionamento na divisão internacional do trabalho e assim dar cabo da crise social e de acumulação instalada nos

[17] Para mais informações acerca da conferência de Dumbarton Oaks e a fundação da ONU, ver trabalho "A Era Vargas – 1º tempo – dos anos 20 a 1945" do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro (CPDOC/FGV, 1997).

[18] Atualmente, além destas duas comissões a ONU mantém outras três: Comissão Econômica para a África, Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico e Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental. Todas as cinco comissões são subordinadas ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

países no começo do século XX. De acordo com Celso Furtado no tópico "Uma Conquista Latino-Americana" do texto "A Comissão Econômica para América Latina", afirma:

> A oposição à criação da nova comissão [a CEPAL] era de dois tipos. Os países da *Commonwealth* e da Europa temiam pelo desvio das atenções do problema de solução urgente da "reconstrução". Esse temor tinha fundamento, pois logo se comprovaria que os instrumentos criados pelo sistema das Nações Unidas (Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) eram amplamente insuficientes para enfrentar esse problema [reconstrução do mundo no pós-guerra], o qual exigiu a audácia de um Plano Marshall para ser adequadamente abordado. O segundo tipo de oposição vinha dos Estados Unidos, que se esforçavam por preservar a América Latina como área de influência própria no quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA). A criação de uma comissão das Nações Unidas, dedicada exclusivamente ao estudo dos problemas da região, duplicaria o Conselho Econômico e Social da OEA, afirmavam, sendo na melhor das hipóteses um desperdício de recursos escassos. A oposição aberta do governo dos Estados Unidos contribuiu para unir as fileiras dos latino-americanos, que viam na nova comissão a possibilidade de ganhar espaço de manobra em uma ordem internacional que se reestruturava**.** (FURTADO apud ROSA FREIRE, 2013, p. 85)

A CEPAL foi uma conquista dessa nova fração de classe no seio da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), conquista difícil dado que os países centrais, com o intuito de garantir e aprofundar seu grau de monopólio e capacidade imperialista, contrapuseram-se aos anseios burgueses latinos.

Enquanto principal instituição de promoção da nova ideologia burguesa a partir da periferia – o desenvolvimentismo –, a CEPAL foi uma conquista política, utilizada posteriormente como importante instrumento ideológico nos ditames da acumulação latino-americana. Essa conquista só foi possível, tal qual a industrialização, dada a fragilidade em que se encontravam os países centrais em virtude das guerras, das crises econômicas e da baixa solidez da própria ONU, dado que esta havia sido recém-criada e os interesses econômicos e políticos dos países centrais ainda não estavam bem alinhados no pós-guerra.

Faz-se necessário apontar novamente que, embora os acontecimentos tenham assim se desdobrado, como frutos da mudança do modo de produção na América Latina, não quer dizer que tenham assim sido percebidos. Se formos olhar a história da CEPAL sob a ótica de seus fundadores, estes a descreverão como fruto de um processo crítico-social genuíno, advindo do campo das ideias e que foi necessário o convencimento do coletivo social, por parte desta recém-formada intelectualidade

crítica latino-americana, para o sucesso tanto da CEPAL enquanto instituição, como das políticas econômicas implementadas nos países até o final da década de 1960.

Este modo de ver e contar sua própria história não é equivocado, apenas possui sua causa e efeito invertidos. Não foi o pensamento crítico latino-americano que gestou a mudança na estrutura econômica da região, mas a mudança de estrutura econômica que gestou o pensamento crítico latino-americano. De acordo com Marx e Engels na obra *A ideologia alemã* (2009), uma vez que a infraestrutura fornece bases sólidas para a superestrutura, uma passa a alimentar a outra dentro de um processo dialético. Segundo os referidos autores:

> A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam produzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são, coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2009, p. 11)

Imaginar o oposto é o efeito causado pela ideologia nos termos de Marx e Engels, ou seja, como falsa consciência, que põe as análises de ponta-cabeça e fazem os fatos advirem das ideias e não as ideias dos fatos[19].

É somente a partir do momento em que as relações materiais das sociedades latino-americanas mudam, em que sua infraestrutura, ou seja, os ditames específicos de seus processos internos de trabalho mudam, é que é possível o desenvolvimento de uma nova mentalidade, o ideário da burguesia industrial em contraposição à burguesia comercial agrário-exportadora; tanto é que a CEPAL só vem à tona em 1948 e não no começo do século XX, ou seja, gestou-se junto com a industrialização na região.

Embora a CEPAL seja um órgão da ONU e esta, por sua vez, só tenha sido criada após a II Guerra Mundial, as ideias da burguesia industrial ainda se gestavam nas décadas anteriores, não tendo nenhuma instituição de pesquisa cumprido o papel da CEPAL antes do surgimento desta[20]. A CEPAL é a resultante, a nível internacional, do controle político e econômico das burguesias industriais na América Latina. A nova

[19] Para saber mais sobre o conceito de ideologia sob a ótica de Marx, ver *O que é ideologia* de Marilena Chaui (1988) ou o artigo *A ideologia e sua determinação ontológica* (2010) de Esther Vaisman.

[20] Apesar da criação dos institutos de defesa econômica e das primeiras universidades, nenhuma dessas instituições chegou a teorizar um projeto de desenvolvimento nacional integrado como a CEPAL fez.

fração de classe teve um papel progressista, no sentido de avanço das forças produtivas e do pensamento crítico na região, tal qual foi progressivo o papel da burguesia europeia no enfrentamento à nobreza no final do século XVIII e início do século XIX.

A particularidade que se estabelece na América Latina é que, enquanto a burguesia europeia lutou pelo poder do Estado contra outra classe oriunda da Idade Média, ainda que em decomposição, a burguesia industrial latino-americana lutou contra uma fração de sua mesma classe, a burguesia comercial agrário-exportadora, sendo que já nasceu dependente desta última fração de classe, como visto na citação de Theotônio dos Santos da seção anterior. A disputa que se deu pelo poder do Estado nos países da América Latina não foi pelo reconhecimento de poder político em consonância com o poder econômico da nova fração de classe, mas apenas pela utilização do aparato do Estado para promoção da indústria ante a agricultura de exportação.

Nesse sentido, apesar de privilégios nobiliárquicos que restavam do Império Brasileiro, a ruptura ocorrida em 1930 não foi a de uma classe que derrubou outra do poder, mas de uma nova fração de classe que conseguiu impor seus interesses às demais frações a partir do poder do Estado. Tal situação continua a ocorrer no Brasil e em qualquer Estado do mundo capitalista, ou seja, disputas políticas constantes para a utilização do aparato estatal em favor de uma ou outra fração ou grupo burguês. A diferença ocorrida em 1930 é que a fração burguesa que conseguiu se impor, a industrial, desenvolveu um setor antes inexistente na economia nacional e consolidou o modo de produção capitalista no país.

> O desenvolvimento do capitalismo industrial dependente não implicou, portanto, o desenvolvimento de um processo revolucionário, no sentido da tomada do poder por novas classes e da transformação radical das relações de produção nas quais se assentavam as velhas classes, como o fez a burguesia europeia. Essa diferença se explica, conforme descrevemos, porque as relações de produção tipicamente capitalistas se desenvolvem no continente inicialmente no setor exportador – o que já é uma característica especial e distintiva do capitalismo dependente – e é ainda sob sua dependência que se geram as condições, não apenas para o surgimento, mas também para a evolução do capitalismo industrial. E, durante um longo período, até que a dinâmica inexorável da indústria se afirmasse definitivamente sobre o conjunto da sociedade, o que definiu o caráter dessas sociedades na América Latina foi a coexistência de vários modos de produção. (BAMBIRRA, 2015, p.79)

A agência da ONU dominou a produção de conhecimento dentro do pensamento crítico latino-americano durante algum tempo, mais especificamente ao

longo da década de 1950, mas logo seus esforços geraram frutos e uma legião de intelectuais passou a atuar influenciados pelas ideias pioneiras da CEPAL, como foi o caso dos intelectuais reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e de uma miríade de escolas, faculdades e universidades recém-criadas no país. Todos pensavam o desenvolvimento social e econômico como um projeto de nação, algo que fizesse o Brasil sair da sua condição de país atrasado para figurar entre os países centrais de bases econômicas industriais avançadas e que pudesse oferecer qualidade de vida a seus habitantes.

É importante apontar a influência exercida pela revolução de outubro de 1917 da Rússia em todo o mundo. À medida que a União Soviética dava passos significativos em seu processo de industrialização e contestava o nível de vida das massas proletárias do Ocidente em contraposição ao seu pioneiro sistema político e modo de produção, as massas proletárias em todo o mundo reivindicavam melhores condições de vida.

Lutar pelo desenvolvimento econômico nos moldes do capitalismo era uma questão de vida ou morte para as incipientes burguesias industriais da América Latina e mesmo para as antigas burguesias comerciais agrário-exportadoras ou mineradora-extrativas. Com o espelho da União Soviética tanto no campo econômico como no campo político, desenvolver as forças produtivas no Brasil era questão fundamental para manter o regime de acumulação capitalista no país.

Os desdobramentos acerca da deterioração dos termos de troca, da condição periférica e da necessidade da industrialização, além da relação desta com o investimento externo, aprofundaram os estudos do desenvolvimento para entender não somente a relação entre países centrais e periféricos, mas também a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e posteriormente dependentes. Desses estudos pioneiros da CEPAL surgiu uma miríade de escolas de pensamento, com destaque para a Teoria da Dependência que será construída na década de 1960.

Após um período de domínio relativo das ideias da CEPAL no pensamento e nas instituições latino-americanas, sobretudo ao longo da década de 1950, já na década de 1960 apareceram seus primeiros críticos.

> O pensamento da CEPAL de tal forma se difundiu e penetrou na América Latina, tanto na academia como nos círculos decisórios, que já não seria possível, a partir da segunda metade dos anos 1950, estabelecer seus limites. Aqueles que não o seguiam o combatiam e, dessa forma, o diálogo em torno de suas teses fundamentais envolveu todos. Cabe falar de uma escola de

> pensamento, quiçá a única que tenha surgido na América Latina, a qual comporta vertentes diversas, nem sempre conciliáveis em todos os seus aspectos. Casos houve em que um núcleo de ideias se desprendeu do tronco principal, dando lugar a um movimento autônomo, como foi o caso, nos anos 1960, da escola da "dependência", que se irradiou por todo o mundo, envolvendo sociólogos e cientistas políticos, além dos economistas. O mesmo se pode dizer do "estruturalismo" cepalino, enfoque metodológico que serviu de embasamento para reformas sociais e políticas econômicas de enorme alcance. (FURTADO apud ROSA FREIRE, 2013, p. 99)

É necessário apontar que não eram somente os latino-americanos que teorizavam sobre eles mesmos. Pelo contrário, antes da CEPAL, intelectuais dos países centrais já teorizavam sobre o desenvolvimento econômico da América Latina; a própria CEPAL, vale lembrar, é uma comissão subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas que já foi presidido pelo também alemão e teórico do desenvolvimentismo Albert Otto Hirschman.

André Gunder Frank foi um dos pioneiros na crítica ao pensamento cepalino e na construção do que ficou conhecido posteriormente como Teoria da Dependência. O autor ficou conhecido mundialmente e, portanto, também na América Latina, pela sua tese do *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (FRANK, 1969). Aprofundava a crítica da CEPAL afirmando que não se tratava apenas de uma deterioração dos termos troca a ser superada pela industrialização dos países periféricos. Tratava-se do condicionamento dos países periféricos a uma situação de dependência econômica aos países centrais desde que a região foi integrada ao sistema econômico capitalista mundial durante a colonização europeia.

> Resumindo a discussão que segue, o excesso secular das exportações dos países subdesenvolvidos sobre suas importações, através de todo este período[21], significou uma contribuição fundamental para a acumulação de capital, o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico dos países agora desenvolvidos; e a geração deste excedente de exportação dos países agora subdesenvolvidos desenvolveu então o modo de produção que subdesenvolveu a Ásia, África e América Latina. (FRANK, 1980, p. 210-1)

O papel dos países centrais ao chegarem e se relacionarem com as regiões periféricas era desenvolver as forças produtivas das ditas regiões de acordo com os interesses das metrópoles. Frank concordava com a crítica cepalina à teoria ricardiana das vantagens comparativas, mas discordava que o esforço de substituição de

[21] Ao longo de suas obras Frank constrói uma periodização da história do capitalismo mundial que corresponde às três fases já debatidas em outros autores. Frank as denomina de: capitalismo comercial, fase inicial do capitalismo; capitalismo industrial, fase de maturação do sistema enquanto modo de produção; e imperialismo, última fase registrada por Frank.

importações fosse suficiente para retirar os países latino-americanos da situação de dependência econômica dos países centrais.

Uma vez que a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) requeria uma parceria com o capital estrangeiro, falava que era justamente este contato que direcionava, restringia e subdesenvolvia os países periféricos em vantagem para os países centrais. Segundo Carlos Eduardo Martins (2011), Nildo Ouriques (2013) e Ruy Mauro Marini (1992), outra importante contribuição de Frank ao pensamento crítico latino-americano foi sua tese de que a América Latina não possuía traços feudais, mas que estava diretamente ligada ao capitalismo desde o período colonial, ainda que a partir de modos de produção mistos.

Esta tese contestava diretamente as elaborações da III Internacional Comunista, liderada por Josef Stalin, que falava sobre campos progressivos, ou blocos de frente única com vista a uma revolução burguesa primeiro, como etapa anterior à tomada de poder pelo proletariado. Essas frentes deveriam ser construídas pelos Partidos Comunistas (PCs) conjuntamente com as burguesias nacionais de países que ainda não tivessem realizado sua revolução democrático-burguesa[22].

Essa deliberação política da Terceira Internacional[23] advinha do fato dos teóricos estalinistas acreditarem que vigorava na periferia do sistema capitalista – América Latina, Ásia e África – modos de produção feudais que precisavam ser superados pelas burguesias nacionais locais. Compunham, portanto, uma visão etapista do desenvolvimento político e econômico das sociedades humanas.

Segundo a *Comintern*, os comunistas deveriam estar juntos das burguesias nacionais contra o imperialismo das burguesias dos países centrais que impedia o desenvolvimento dos países da periferia do sistema. Ao mesmo tempo, deveriam lutar contra a classe social dominante pré-burguesa que, em parceria com as burguesias imperialistas, ajudavam a travar o desenvolvimento econômico de seus países fazendo com que as condições para uma revolução socialista, nos moldes da ocorrida na URSS, estivessem sempre imaturas.

Na América Latina, além da centralização da *Comintern*, os PCs se embebiam nas teorias do desenvolvimentismo da CEPAL para dizer que as burguesias

[22] Revoluções democrático-burguesas são movimentos insurrecionais que marcam a derrocada do poder político de antigas classes sociais, nobreza no caso da Europa, e marcam a chegada do domínio político da burguesia. Embora seja um tema bastante polêmico, em geral os teóricos socialistas tratam como uma antessala da revolução socialista.

[23] A Terceira Internacional, ou Internacional Comunista, também era conhecida por *Comintern*.

latinas tinham ainda um papel progressivo histórico a cumprir na região: desenvolver as forças produtivas e liquidar os traços arcaicos e/ou feudais do modo de produção até então desenvolvido[24].

Obviamente que as discordâncias só cresceram com o passar dos anos. Com autores que defendiam que os países da América Latina tiveram um passado feudal em contraste com os que defendiam que a região já fora englobada à economia capitalista mundial sem feudalismo; com as divergências referentes ao papel do IDE na região, como também referente às possíveis alianças de classe que possibilitassem o real desenvolvimento social e econômico latino-americano; diversos intelectuais, embebidos nas teses cepalinas, porém, críticos destas, deram forma a diversas escolas dentro do pensamento crítico latino-americano nos anos seguintes.

A década de 1960 marcou uma nova virada na estrutura econômica e na superestrutura política brasileira. O desenvolvimento industrial, inicialmente autônomo, dado suas fragilidades já mencionadas e seu caráter de substituição de importações, foi paulatinamente integrando-se à expansão das grandes empresas monopolistas multinacionais. Ao mesmo tempo, tanto a recuperação da agricultura de exportação, como o caráter dependente da relação entre a fração de classe burguesa industrial e a agroexportadora provocaram uma nova mudança no equilíbrio entre as frações da classe dominante. Aos poucos a burguesia industrial nacional, relativamente hegemônica politicamente, foi perdendo espaço para uma nova fração, a da burguesia nacional integrada, ou sócia menor, do imperialismo.

Se a década de 1950 foi marcada no campo teórico pela consolidação da CEPAL e a difusão das ideias da comissão, sobretudo pelos textos de Prebisch, a década de 1960 marcou o aprofundamento das discussões cepalinas e dois enfoques tomaram corpo: o estruturalismo e a inicialmente chamada escola da dependência. A CEPAL havia feito estudos históricos sobre a formação econômica dos países da América Latina. Quem deu grande passo nessa formulação, seja para o Brasil, seja para a região como um todo, foi Celso Furtado, com suas obras *Formação econômica do Brasil* (2007) e *A economia latino-americana* (1978). Obviamente que outros autores contribuíram para esses estudos também, sendo Furtado um caso de maior destaque.

Parte dos autores vinculados à CEPAL passou a dar mais atenção às estruturas pré e pós-industrialização. Suas principais contribuições foram no sentido de

[24] Um pouco mais sobre os debates internos do PCB pode ser encontrado em Canale (2013).

reforçar as mudanças na estrutura econômica interna dos países que possibilitariam o desenvolvimento industrial. Isso passava por enfrentar paulatinamente forças tidas como “retrógradas”, identificadas na chamada oligarquia agrário-exportadora.

Que o Estado detivesse o monopólio das divisas de exportação e assim pudesse financiar a importação do maquinário para a indústria ao invés do consumo suntuário da classe dominante tradicional, que criasse reserva de mercado para a indústria nacional a partir de tarifas alfandegárias, que realizasse obras de infraestrutura e realizasse uma mudança institucional que fomentasse a industrialização, essas eram algumas das ideias dos chamados estruturalistas para que a economia brasileira se maturasse enquanto economia capitalista, relegando ao passado as estruturas econômicas e sociais arcaicas.

Por outro lado, outros autores, críticos da CEPAL, aprofundaram a interpretação histórica inicial e detectaram mecanismos que historicamente deram forma às estruturas econômicas e sociais na América Latina, seja no período colonial, seja após a independência dos países, seja no período recente de industrialização. André Gunder Frank, como já mencionado, foi um dos pioneiros neste aspecto.

Segundo o autor (FRANK, 1968), as potencias centrais, ao chegarem e se relacionarem com os povos de outras sociedades e submetê-los à acumulação colonial de acordo com os interesses de seus respectivos países, davam nova forma à base econômica dessas regiões periféricas, que obviamente se refletiam em mudanças sociais. Estas sociedades da periferia do sistema capitalista eram modificadas de modo a tornarem-se complementares às economias centrais.

Como o fim último dessa nova conformação econômica era apenas a espoliação das sociedades periféricas em virtude do desenvolvimento econômico e social do centro, o resultado é que pouco ou nada do excedente produtivo permanecia nas regiões periféricas produtoras, sendo os novos investimentos aplicados apenas nos setores de interesse das economias centrais que ampliavam a relação de dependência e complementaridade em relação às economias centrais e ao comércio internacional. Sempre que se chegava ao fim do ciclo comercial de determinada mercadoria que balizava toda uma sociedade da periferia, esta sucumbia, muitas vezes até a subsistência, sem que tivesse meios de mudar ou contrabalancear seu destino.

Assim avaliava a riqueza colonial que fora Potosí, na Bolívia, no auge da produção de prata, e a importância comercial que teve o porto de Lima, no Peru, por onde era escoada a produção de Potosí, por exemplo, em contraste com suas economias

do início do século XX. Do mesmo modo via a importância que teve o nordeste brasileiro durante o período açucareiro e as regiões mineiras do México em contraste com a nova situação do período em que estudava. Quanto mais integrada fora uma região com o comércio mundial europeu, mais subdesenvolvida se tornara a região em período posterior ao ciclo comercial de interesse das metrópoles.

O que havia mudado após as duas guerras mundiais e a crise de 1929 foi que, uma vez restringido o comércio internacional e os laços econômicos de dependência, as sociedades periféricas, sobretudo as da América Latina, puderam experimentar um período de desenvolvimento autônomo em que dispunham de seu excedente econômico para investimento interno. Os períodos de restrições ao comércio internacional foram em que as economias latino-americanas mais se desenvolveram. Ainda que esse desenvolvimento não possa ser medido em crescimento extraordinário do produto, foram nesses períodos em que mais se observou mudanças estruturais – na base econômica – que permitiram o crescimento do produto posteriormente, comportamento já observado pelos autores cepalinos.

Após essa tese inicial de Frank, outros autores juntaram-se a este na interpretação da formação histórica da América Latina, foi o caso dos brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Marini identificou os mecanismos econômicos que reproduziam a dependência latino-americana, sendo responsável pela formulação de dois novos conceitos, a *superexploração da força de trabalho* e o *subimperialismo*. Afirmava que, ao contrário do que se pensava, o subjugo das economias periféricas às economias centrais não se dava somente pela força causando sua debilidade. Pelo contrário, é justamente por serem débeis que as economias periféricas eram passíveis de serem subjugadas pela força e demais meios extra-econômicos de exploração e coerção.

Se o período colonial da América permitiu a acumulação de capital primitiva da Europa ocidental, ou seja, a acumulação de capital que deu origem à burguesia europeia, quanto mais se consolidava o novo sistema econômico – capitalismo comercial – e posteriormente o novo modo de produção no velho mundo – capitalismo industrial – mais os meios extra-econômicos tornavam-se obsoletos fortalecendo-se apenas os laços econômicos que reproduziam a dependência.

Dos Santos e Bambirra desenvolveram este argumento ao aplicarem a teoria abstrata aos casos concretos. Daí surgiu obras que analisaram o caso cubano, o brasileiro, o chileno, sendo suas principais obras *O capitalismo dependente latino-*

americano (2015)[25] de Bambirra e *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano* (1972)[26] de Dos Santos. No entanto é difícil apontar a contribuição individual de cada qual dos quatro autores. Baseando-se em seus estudos e realizando pesquisas em grupo, estes ficaram internacionalmente conhecidos como teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), pois além das questões já mencionadas, suas analises partiam do arcabouço teórico marxista e do método de análise materialista histórico-dialético.

Para estes, o que havia com a deterioração dos termos de troca não era apenas transferência de renda, mas transferência de valor, nos termos de Marx. Entender a desigualdade de comércio internacional em termos de transferência de mais-valia abre espaço para a análise de como se dá a produção dessa mais-valia, foi o que possibilitou Marini identificar a superexploração do trabalho. Do mesmo modo, o entendimento sobre a dependência econômica histórica dos países latino-americanos advinha das consequências do imperialismo, analisado de forma mais eminente por Lênin, como forma dos países centrais combaterem a *tendência decrescente da taxa de lucro* em seus territórios.

Portanto, baseada na crítica à teoria da CEPAL e na dicotomia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, a teoria da dependência buscou aprofundar o entendimento do por que a América Latina era subdesenvolvida e identificou outros mecanismos, além da deterioração dos termos de troca e das estruturas econômicas do período colonial, responsáveis pela realidade de então. Porém, como afirmado anteriormente, os estudos da dependência não foram monopólio desses referidos autores (Marini, Frank, Bambirra e dos Santos). O aprofundamento em si dos estudos da CEPAL levavam inevitavelmente a se diagnosticar a dependência econômica e buscar entendê-la, por isso outros autores juntaram-se ao assunto, tais como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Florestan Fernandes, o próprio cepalino Celso Furtado, entre outros ao longo dos anos.

Defende-se aqui que não foi a proeminência de um ou outro intelectual que por si só decidiu estudar a dependência, mas as relações materiais de produção, ou seja, a realidade material, que revelou, como principal problema, a questão da dependência. Sobre um mesmo problema, autores distintos, partindo de bases metodológicas também distintas, elaboraram teoricamente sobre o assunto.

---

[25] A primeira versão do livro, publicada em espanhol, data de 1966.
[26] Obra que reúne dois textos anteriores do autor que também datam de 1966.

Cardoso foi o intelectual que conseguiu aglutinar um número considerável de pesquisadores acerca de suas ideias em relação à dependência. Os textos de maior destaque desse autor referente à dependência, mas que não esgotam seu ponto de vista sobre o assunto são: *Desenvolvimento e dependência na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1975)[27], escrito em co-autoria com o chileno Enzo Faletto, e *Desventuras da dialética da dependência* (1978), escrito em co-autoria com José Serra, texto em que esclarece melhor seu ponto de vista e as divergências com os autores da Teoria Marxista da Dependência.

Surgiram assim duas formas de tratar a questão da dependência. Se por um lado autores mais próximos a Ruy Mauro Marini rejeitavam o ecletismo metodológico afirmando que o mesmo deturpava a pesquisa e as conclusões, por outro, autores mais próximos a Fernando Henrique Cardoso utilizavam do ecletismo e chegavam a conclusões opostas às do primeiro grupo.

3.2.2 – A interpretação dependentista sobre 1930 a 1964

O golpe de 1964 foi um divisor de águas em muito sentidos na história brasileira. Se por um lado as contradições que desembocaram neste vinham se gestando desde a década de 1950, a tomada de poder deixou mais clara as mudanças estruturais e as novas formas que assumia a dependência econômica brasileira desde o pós-guerra. A análise de classes de muitos autores, sobretudo de Dos Santos e Marini, foi capaz de prever a possibilidade do desfecho de 1964, dado que este havia sido retardado em uma década devido ao suicídio de Vargas. Apesar disso, para muitas correntes políticas e teóricas o golpe foi um choque e marcou o fracasso de muitas interpretações, destruindo tanto a aliança de classes que dava forma ao "populismo", como colapsando as ideias desenvolvimentistas propostas pela CEPAL à altura.

Apesar disso, os anos de 1968 a 1973 marcam um grande crescimento do produto nacional brasileiro, período que ficou conhecido na literatura como "milagre econômico". Isso trouxe novas alterações nos modos de ver e pensar das distintas correntes políticas e teóricas, abrindo espaço para reformulações e retomada das ideias desenvolvimentistas.

[27] Primeira publicação data de 1966.

> Exóticos caminhos que seguem os empiristas nas ciências sociais, vão transformando conjunturas históricas em sistemas perenes, em tendências insuperáveis. Quando se produziu a crise a partir de 1963-64, não faltaram cientistas para falar da estagnação do capitalismo dependente e da submissão total da estratégia brasileira à norte-americana. Agora que se produziu a recuperação e traz anos de crescimento razoavelmente alto (porém bastante insuficiente quando se considera a necessidade de se recuperar quatro anos de depressão e as necessidades não satisfeitas do país), não faltam teóricos para demonstrar a "viabilidade" do capitalismo dependente. Se é verdade que esses movimentos cíclicos se produziram em quase toda a América Latina, foi no Brasil, no entanto, que tanto a etapa de depressão como a de recuperação se apresentaram em formas mais extremas, mostrando mais uma vez seu caráter de modelo de desenvolvimento capitalista dependente. (DOS SANTOS, 1972, p.13)

A teoria da dependência, que já tinha caráter crítico, seja em sua versão marxista, seja em sua versão eclética, passou a ganhar o centro das discussões teóricas e a intensificar sua crítica aos modelos antigos de desenvolvimento.

> Todavia mais grosseira é a imagem dos interesses externos. Se os imagina vinculados de forma exclusiva à economia agrário-exportadora e oposta à industrialização. Ainda mais, apresentam a luta pela industrialização como uma luta anti-imperialista e revolucionária. Apesar de que em alguns países essa imagem possa ter algum sentido, para os países que alcançaram um maior grau de industrialização a partir dos anos de 1930, ela é completamente anacrônica. Nesses países, a industrialização e o capital estrangeiro se combinam e se tornam progressivamente uma só realidade. Nos países de menor desenvolvimento industrial as coisas não são, no entanto, muito diferentes. As forças mais dinâmicas, na maioria deles, se ligam ao investimento industrial, sobretudo a partir da década de 1950, e aí, mais que em outras partes, o capital internacional controla esses investimentos. (DOS SANTOS, 1972, p. 17-8)

Para os autores da Teoria Marxista da Dependência não cabia mais falar de esforço das classes populares, principalmente da classe trabalhadora, de apoio à burguesia industrial ante a burguesia agrário-exportadora. Não que não houvesse disputas entre as frações da classe dominante, mas não só cada fração dependia da outra para a estabilidade do sistema e de suas acumulações específicas, como mesmo o capital estrangeiro já penetrara, desde o pós-guerra, paulatinamente, nos setores mais dinâmicos da industrialização do país. Não se tratava mais de uma luta da burguesia comercial contra a agrária e nem de uma luta da burguesia nacional contra a estrangeira imperialista.

> São as condições específicas da economia mundial em que se realiza o processo de industrialização em nosso continente – e talvez nos países em desenvolvimento em geral – as que mudam essencialmente o sentido deste processo. A industrialização nestes países se está realizando dentro do marco do processo de integração capitalista mundial, baixo o domínio do capital monopólico. Para compreendê-la temos principalmente que analisar as

> características essenciais desta etapa da economia capitalista internacional. Neste caso, como no passado colonial e pós-independência política, se faz necessário estudar nossa economia e nossa sociedade no contexto do desenvolvimento do capitalismo internacional, em cujo sistema eles [os países latino-americanos] tem ocupado até hoje a posição de dependentes. (DOS SANTOS, 1972, p. 18)

Entender o capitalismo brasileiro imerso na economia mundial era um grande passo, iniciado por Frank, que mudava por completo a análise do Brasil e da América Latina, representando uma diferença considerável em relação às elaborações da CEPAL. Àquela altura, sobretudo antes de 1964, a CEPAL acreditava que com as políticas econômicas certas o Brasil conseguiria atingir o patamar dos países centrais. Não vislumbravam uma dependência como a discutida após o golpe, enxergavam uma situação passada ou em vias de ser superada à medida que o capitalismo avançava no território brasileiro.

Ainda em acordo com a tese inicial de Frank, a que afirma que quanto mais se integram as regiões às economias centrais europeias, mais estas regiões desenvolvem seu subdesenvolvimento, vimos que o Brasil esteve dentro do conjunto de países que conseguiu desenvolver sua industrialização de maneira relativamente autônoma durante o período entre as guerras mundiais e a Grande Depressão. Estes acontecimentos estiveram cheios de significados não somente para os países latino-americanos, mas também para os países centrais.

As guerras foram resultado das práticas imperialistas, práticas estas necessárias como forma de combater tanto o decrescimento da taxa de lucro, como a necessidade de expansão dos mercados. Uma vez que as forças bélicas imperialistas foram medidas, abriram espaço, ao longo de suas batalhas, para o crescimento da consciência da classe trabalhadora mundial. A Primeira Guerra Mundial foi decisiva para a conquista do primeiro Estado-Operário da história, a União Soviética, ao passo que a Segunda Guerra Mundial permitiu a expansão do socialismo para um terço do planeta (MESZAROS, 2007).

As burguesias dos países centrais, com intuito de mitigar a concorrência e evitar novos conflitos, intensificaram seus acordos de cooperação monopólica/oligopólica dando maior concretude e maturidade para a tendência observada por Lênin de uma fase de domínio dos monopólios ante a concorrência na economia. Sendo assim buscou-se formas de integração internacional, ou na verdade se intensificou essa integração, dado que a mesma já se esboçava desde o final do século XIX tendo sido base, inclusive, para a teoria do *ultra-imperialismo* de Karl Kautsky. É

justamente essa "ordem mundial que se reestruturava" que Furtado se referia em seu texto *A Comissão Econômica para a América Latina*.

A integração, que seguiu as diretrizes acordadas em Bretton Woods, pôde ser sentida na América Latina da seguinte maneira, na visão de Theotônio:

> A indústria moderna se divide em um setor de bens de consumo leves e duráveis e em um setor de indústrias de base composta essencialmente dos insumos fundamentais da produção, aos quais se agrega um setor da indústria pesada composta de máquinas para fazer máquinas. Este último setor, ligado às novas aplicações da eletrônica e da automação de processos mecânicos pesados, é hoje monopólio dos países mais adiantados, particularmente dos EUA. (DOS SANTOS, 1972, p.27)

Continuando:

> Podemos resumir as hipóteses fundamentais de nosso trabalho quando consideramos que as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopólico, conduzem os países dominados às seguintes situações: a) o predomínio da grande empresa; b) a concentração econômica sob o domínio da indústria, sobretudo internacional; c) o domínio monopólico do mercado; d) o surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; f) seu controle da vida política e do Estado mediante a adaptação aos seus interesses. (DOS SANTOS, 1972, p.77)

Para Dos Santos, o período que vai do pós-guerra ao golpe de 1964 foi o momento em que o imperialismo adentrava na economia nacional e disputava a hegemonia com a burguesia nacional oriunda de 1930 que aos poucos se desconfigurava associando-se paulatinamente ao imperialismo mediante suas dificuldades de continuar sua expansão imersa no capitalismo dependente.

> Qual a origem desta capitulação burguesa? [o fato da burguesia nacional ter aceitado a condição de sócia menor do imperialismo] O grau de desenvolvimento que alcança a tecnologia moderna não permite a um país atrasado desenvolver-se suficientemente sem contar, ao menos por certo momento, com a ajuda de elementos técnicos e científicos dos países adiantados. No plano capitalista, e devido ao monopólio mundial dos capitais, mercados e patentes, é impossível a um capitalismo atrasado encaminhar-se pelo caminho do desenvolvimento sem o apoio desses capitais. Ao mesmo tempo, o imperialismo, que vem realizando um processo de integração mundial, penetrou profundamente nos setores mais lucrativos da economia destes países, em aliança com poderosas forças internas. (DOS SANTOS, 1972, p. 121)

É importante observar que a integração do capitalismo com parte da burguesia nacional criou uma nova divisão ou uma nova força/fração dentro da classe dominante. Se é certo que a grande burguesia nacional se associava ao imperialismo, isso ocorreu de modo diferente para a pequena e média burguesia, que cada vez mais se

tornara a base das ideias desenvolvimentistas por seu caráter eminentemente nacional. No entanto, o equilíbrio que se construiu ao longo do pós-guerra até 1964 tinha suas próprias contradições.

> As condições da economia mundial acima descritas se refletem no Brasil e na América Latina, em geral, através de uma crise global do setor de exportação – seja de bens e serviços ou de capitais. Tal crise está determinada basicamente pela dificuldade do setor agrícola exportador e pelo caráter comprometido do desenvolvimento capitalista brasileiro com respeito ao capital internacional. Seu reflexo é a balança de pagamentos que acolhe todos os itens de relações econômicas e financeiras com o exterior. Os constantes e sucessivos *déficits* apresentados por nossa balança de pagamentos tem sua origem em quatro fatores correlacionados: a baixa dos preços dos produtos de exportação, a remessa de lucros, os transportes e serviços e, como consequência desses *déficits*, as dívidas externas, que passam a constituir um peso específico na balança de pagamentos. Pela análise de cada um desses fatores poderemos compreender o limite que tal estrutura de relações internacionais representa para o desenvolvimento econômico. (DOS SANTOS, 1972, p. 123)

Do mesmo modo, no tocante às relações entre a burguesia agrária e a burguesia industrial, Theotônio afirma:

> A sobrevivência do latifúndio no Brasil teve suas raízes em profundas condições estruturais. Uma industrialização baseada na substituição de importações submeteu os interesses da indústria à sobrevivência da estrutura latifundiária exportadora porque o desenvolvimento industrial dependia da exportação agrária. Tal configuração histórica levou a uma conciliação dentro do Estado brasileiro entre os interesses do capitalismo industrial nascente e a velha estrutura latifundiária exportadora, o que permitiu a penetração progressiva do moderno capitalismo no campo sem uma destruição definitiva das velhas relações semi-servis. O resultado deste processo foi que o capitalismo se revestiu de formas atrasadas de produção e o latifúndio se adaptou aos ideais capitalistas, aumentando a exploração interna do campesinato sem destruir totalmente as antigas relações de produção. A manutenção da grande propriedade estimula a agricultura através do aproveitamento de novos sócios; a grande propriedade, impedindo o acesso à terra de milhões de camponeses, estimula o aproveitamento da mão de obra a preços baixos, em detrimento da utilização de métodos modernos de produção. Por outro lado, o nível tecnológico do moderno capitalismo industrial, baseado na baixa utilização de mão de obra e na alta utilização de maquinário, não é capaz de absorver a mão de obra liberada do campo. Isso diminui seu impulso revolucionário e sua necessidade de levar a tecnologia moderna à agricultura, que só agravaria o crescimento da população marginal cada vez mais explosiva. (DOS SANTOS, 1972, p.141-2)

Esta era a condição dependente do capitalismo brasileiro. Se pelo setor externo se via constrangido pelas relações comerciais internacionais com o imperialismo, internamente perdia força ao ficar cada vez mais subjugado ao controle estrangeiro dos setores industriais mais dinâmicos, ao passo que não podia desenvolver toda a sua potencialidade dada a estrutura agrária da qual também dependia. Desse

modo, o desenvolvimento industrial capitalista, que aparecia sob determinada forma no centro, aparecia de outra forma na periferia.

> Estamos dentro da contradição fundamental dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo em que a expansão do mercado exige uma reformulação da estrutura pré-capitalista, esta reformulação implica na utilização de técnicas que diminuem a necessidade de mão de obra. Em consequência, a solução de um problema cria outros, muitas vezes socialmente mais graves: um aumento em escala crescente da população desempregada e marginal. Ao situá-lo dentro do contexto geral do sistema de subdesenvolvimento temos um agravamento do problema. O mesmo fenômeno da utilização decrescente de mão de obra ocorre no setor capitalista industrial. A contradição se volta mais violenta se constatamos que a existência de um mercado reduzido não permite a plena utilização dos recursos instalados e temos assim enormes recursos ociosos. O problema se agrava, todavia, se levamos em conta a explosão demográfica e a integração no sistema de novas gerações de trabalhadores em quantidades cada vez mais elevadas. (DOS SANTOS, 1972, p. 143)

Assim foi descrito, na visão de Dos Santos, as diferentes formas sob as quais o sistema capitalista se desenvolveu nas diferentes regiões, ou seja, no centro do sistema, onde surgiu originalmente, e na periferia, para onde se expandiu já devido às suas próprias contradições e processos de acumulação primitiva.

3.2.3 – O planejamento econômico no Brasil

Conforme adiantado nas seções passadas, o movimento político principal que deu início ao interesse de Estado na industrialização brasileira veio com a chamada Revolução de 1930. Ela funcionou, institucionalmente, como a Revolução Socialista de 1917 para a Rússia na formação do Estado moderno brasileiro. Apontar seus feitos, bem como suas intenções, é de importância crucial para entendermos o caráter do Estado Desenvolvimentista instituído no Brasil, suas possibilidades e suas limitações. No entanto, uma primeira diferenciação se faz necessária. Enquanto a Revolução Russa marcou a tomada do poder por uma nova classe, ou aliança de classe, classe trabalhadora e camponesa, a Revolução Brasileira nada mais fez que mudar a correlação de forças entre as frações que burguesia no poder.

> Sem dúvida, existe um certo consenso quanto a caracterização do tipo de Estado que emergiu da luta contra o regime oligárquico da Primeira República. Representando um esforço de ajustamento entre os setores tradicionais, grupos oligárquicos dissidentes e os setores emergentes, como os grupos empresariais e a classe média urbana, teríamos a formação de um Estado de compromisso, alternativa encontrada para a reformulação da

> estrutura de poder dada a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto assumir a hegemonia do processo político. (DINIZ, 1978, p. 47-8)

Ainda assim:

> Entretanto, parece-nos, as transformações ocorridas, a despeito de seu caráter não radical, não podem ser minimizadas. Sem dúvida, é correta a conclusão de que a Revolução de 30 não afetou de forma substancial a estrutura de dominação, como também não atingiu certas prerrogativas básicas das elites tradicionais. Porém esta constatação não nos autoriza a considerar conservador o saldo do processo revolucionário, descaracterizando o real significado das inovações postas em prática pela coalizão dominante, através da qual se expressaria este Estado de compromisso. (DINIZ, 1978, p.49)

Em termos comparativos, a Revolução de 1930 promoveu uma modernização do Estado nacional nunca antes vista no país e bastante superior ao que vinha sendo esboçado no Império e na I República. Em termos institucionais, pode-se dizer que o movimento de 1930 foi de fato o organizador do Estado capitalista no Brasil, embora suas ações de intervenção na economia extrapolem as dos estados semelhantes da Europa Ocidental e dos EUA, mas não chegue a ser o que se concretizou na URSS. Incialmente, por tanto, é necessário se discutir o conjunto de forças políticas que lideraram esse Estado e seus distintos projetos para o país. Apenas a partir dessa análise conseguiremos entender as idas e vindas institucionais, bem como o modelo final de industrialização que se consolidou nacionalmente.

Conforme já mencionado, a fração hegemônica da burguesia era a agrário-exportadora, em associação íntima com o capital internacional, que deu a dinâmica econômica do país nos anos até 1930. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, vem consigo a burguesia agrária que realizava sua mais-valia no mercado doméstico, a exemplo da gaúcha e de grande parte da nordestina, e a incipiente burguesia industrial que se gestava por todo o país, com destaque para os mercados urbanos das maiores cidades de então, Rio de Janeiro, ainda capital federal, e São Paulo.

Além dessas duas forças em disputa, havia um terceiro setor, marginal quanto ao poder político, constituído pelas classes médias, militares (tenentistas) e movimentos sociais (operários e campesinos) que começavam a esboçar seu interesse em participar da política nacional, conforme já ocorria na Europa e nos Estados Unidos com seus congêneres. De acordo com os autores da Teoria da Dependência, com destaque nesse caso, para Theotônio dos Santos, a Revolução de 1930 não pôde eliminar o poder político e econômico da antiga fração de classe hegemônica agro-exportadora, dado que necessitava do mercado interno alimentado pelas atividades de

exportação, bem como de suas divisas para o desenvolvimento da industrialização. O Estado que nasce em 1930 e que vai tomando forma ao longo dos anos é de colaboração e conflito entre as duas primeiras forças citadas e apoio social da terceira força, que não chegou a participar da tomada do poder, tal como ocorreu na Rússia.

Ambas as frações burguesas em disputa temiam a perda de controle sobre o Estado e, por isso buscava-lhe freios à intervenção econômica e ao dirigismo estatal. A única das forças citadas interessada no desenvolvimento nacional seja como fosse era a terceira força, bastante inspirada nos acontecimentos do Leste Europeu. A fração agro-exportadora, vinculada ao capital estrangeiro, tinha interesse em uma industrialização mais lenta, que mantivesse seus privilégios de fração hegemônica e que apenas trouxesse as plantas industriais do exterior para o território nacional (industrialização via capital externo), não alterando assim a correlação de forças vigente no país. Foram vários os episódios de encontros e congressos desta fração de classe para pressionar o governo contra o projeto industrializante que este almejava.

A altura, de acordo com Draibe (1985, p. 120), o governo financiava-se grosso modo pela atividade exportadora, 41,2% da receita nacional em 1929, contra 11,5% em 1945. Em virtude do poder da fração agro-exportadora em colaboração com o Imperialismo, as receitas do Estado sempre cresceram menos que o produto nacional, de modo que, se por um lado o novo Estado centralizado modificava a realidade institucional e econômica do país, por outro era travado dentro de sua própria estrutura em virtude das frações em disputa.

A fração industrial, que também temia a perda de controle sobre o Estado, embora caminhasse para ser hegemônica nesse período, buscava dividir o futuro tecido industrial em uma parte nacional e outra estrangeira, equilibrando melhor as forças em disputa. Para além dessas considerações, o fato da industrialização brasileira ocorrer em pleno século XX, de monopólio econômico e tecnológico internacional da indústria, requisitava ao Estado o apoio definitivo para que a industrialização de fato "arrancasse". Era necessário a construção das indústrias de base (siderúrgica, cimenteira, de energia e material elétrico, de transportes, química, etc.) para que os capitais privados pudessem se apoiar na existência material destas e complementar com a produção de bens finais.

Nesse sentido, não fosse a plena intervenção do Estado na Economia, diretamente, através de comissões setoriais e posteriormente através das empresas estatais, não seria possível se desenvolver no Brasil a indústria, dada a necessidade de vultosas somas de capitais para esses empreendimentos não condizente com a

acumulação de capital orgânica da burguesia interna. Toda a história do planejamento estatal brasileiro, conforme será vista nesta seção, se deu na forma de maior ou menor avanço do Estado na economia para auxiliar a burguesia na consolidação da industrialização.

Diferentemente do capítulo anterior, em que acompanhamos o processo de industrialização no tempo a partir dos planos quinquenais soviéticos, esta forma não se torna adequada para o Brasil pela ausência sequencial dos planos e seus seguimentos. Dividiremos o processo brasileiro, portanto, em períodos históricos correspondentes aos seus principais governantes. Desta forma, analisaremos o planejamento econômico do: i) Estado Novo, ii) Governo Dutra, iii) Segundo Governo Vargas, iv) Governo Juscelino Kubitschek e v) Ditadura Militar de 1964. Essa sequência de períodos encobre todo o tempo em que vigorou, no Brasil, o Estado Desenvolvimentista (de 1930 até meados da década de 1980). Da mesma forma que no capítulo anterior, os períodos serão vistos de forma desigual. Comecemos então pelo Estado Novo.

Existe uma discussão na literatura se é possível se falar de uma revolução burguesa no Brasil a partir de 1930. Autores mais ligados a interpretação da Revolução Francesa, entendem o acontecimento brasileiro da mesma forma. Já autores como Sônia Draibe e Florestan Fernandes, entendem que 1930 foi apenas o início de um movimento que foi se consolidando com o passar dos anos, se concluindo após o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.

Apesar das ressalvas já feitas neste trabalho, de entendermos a Revolução de 1930 como uma revolução *sui generis*, visto que não se tratou da derrubada política de uma classe por outra, entendemos que o movimento brasileiro foi sim a Revolução Burguesa brasileira porque, apesar de suas idas e vindas, por um lado deu fomento ao processo de trabalho especificamente capitalista que apenas de desenhava em anos anteriores e já tinha, desde o seu nascimento, todos os interesses levados a cabo ao longo dos anos que se seguiram, que apenas foram mais ou menos retardados e tiveram seus cursos mudados em virtude de uma maior integração com o imperialismo.

> A Revolução de 30 inaugurou a etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro. A quebra das "autonomias" estaduais que amparavam os "pólos oligárquicos" resultou numa crescente centralização do poder: concentraram-se progressivamente no Executivo federal os comandos sobre as políticas econômica e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos. O Estado seguirá federativo na sua forma, mas os núcleos de poder local e regional serão subordinados cada vez mais ao centro onde se gestam as decisões cruciais. Esse movimento de centralização e

> concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês. (DRAIBE, 1985, p. 60)

Foi a partir da Revolução de 1930, que, para efeito de análise, chamaremos todo o período que vai de 1930 a 1945 de Estado Novo, que o Estado brasileiro ganhou suas feições modernas, naquele período, com um cunho nacionalista bem mais forte que o que vigorou com JK após o suicídio de Vargas. Datam de 1930 a criação do Ministério da Saúde Pública e Educação, de 1931 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as primeiras discussões sobre a constituição de uma aposentadoria urbana e construção da seguridade social no Brasil, a reestruturação da educação básica e superior, com a transformação da Universidade do Rio de Janeiro, primeira universidade federal do país, de 1920, em Universidade do Brasil em 1937 e espelho para a expansão universitária que passou a se dar por todo o país. Todos os grandes feitos de organização do Estado foram iniciados em 1930, era como se fosse feita uma refundação do Brasil. Nesse caso, é impossível não se comparar com movimento que se iniciara uma década antes da União Soviética, dado inclusive o atraso político e econômico das formações sociais de ambos os países.

> Na área dos recursos naturais, estruturou-se primeiro o Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM (1934) e, depois, vários Conselhos, como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), todos eles encarregados de conceber, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos. (...)
>
> Quanto à área industrial, foram criadas comissões para responder a problemas correntes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial. No Estado Novo, quando as intenções industrializantes atingiam o maior nível de articulação, foram criadas as seguintes comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão de Indústrias de Material Elétrico (1944), etc. (DRAIBE, 1985, p. 89-90)

É na Constituição de 1934, por exemplo, que se abole os impostos interesdaduais e intermunicipais vigentes até então e que se dá os primeiros passos na construção de um mercado interno comum. No entanto, a organização do Estado no período teve um caráter mais amplo.

> O novo aparelho econômico centralizado oferecerá, através dos seus órgãos máximos, suporte para a regulação estatal sobre o câmbio, a moeda, o crédito, os juros e os salários; no seu interior foram criados os organismos de

> planificação setorial e embriões de coordenação geral. E, finalmente, ele se diferenciará ao mais alto grau com a constituição das empresas públicas. (DRAIBE, 1985, p. 78)

Em 1933, o Banco do Brasil foi reorganizado e criado nele diversas carteiras de crédito para os segmentos da economia, de forma a fomentar, via expansão do crédito, diversos setores. Nesse período o banco se torna peça chave para o desenvolvimento nacional acumulando diversas funções e gerando discussões internas quanto a pertinência dessa forma de funcionamento. É importante se destacar, no período, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1937, que solvia a demanda dos empresários do setor por mais crédito para a manutenção e expansão de suas atividades; e a CEXIM (Carteira de exportação e importação do Banco do Brasil) em 1941, que dava ao governo o instrumento de confisco cambial necessário para o investimento na expansão da indústria.

> Em outras palavras, o Banco do Brasil passa a operar, na prática, como um Banco Central, como um banco de fomento e como um agente fiscal; a fusão dessas funções no mesmo organismo torna-se, desde então, um problema para os divisão conservadora que almejavam implantar no Brasil o esquema clássico de política econômica, através de entidades separadas. (DRAIBE, 1985, p. 87)

É nesse sentido que se criou em 1945 a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), como embrião de um Banco Central independente, que operava a política monetária, agora sob sua administração, através da estrutura do Banco do Brasil. Mas o maior destaque do período foi a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) em 1936, responsável direto não só por organizar a entrada no funcionalismo público, bem como a organização das próprias carreiras do funcionalismo, além de, na época, elaborar o orçamento anual do governo e os investimentos.

Ainda assim, algo que o governo buscou durante todo o período do Estado desenvolvimentista, mas que nunca logrou êxito em virtude das forças políticas em disputa, foi a instituição de um organismo central de planejamento, não necessariamente igual ao GOSPLAN soviético, mas que satisfizesse a necessidade de coordenação da maneira que aquele órgão supria na URSS. Por esse motivo diversos órgãos do Estado, em períodos diferentes, tentaram suprir essa deficiência organizativa, tendo sido o primeiro deles a ser assim utilizado, o DASP, que criou o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional em 1939.

> Para fazer frente as atividades econômicas do Estado, de modo coerente e flexível, e ordenar as prioridades do gasto público, o DASP elaborou, em 1939, o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Ao preparar o orçamento daquele ano, propôs uma nova fórmula – a distinção entre o orçamento ordinário, para os gastos de custeio, e o orçamento especial, para os investimentos públicos. A vinculação entre a elaboração orçamentária e o planejamento econômico começou assim a ser concebida e justificada através da tese de que "o orçamento é o plano traduzido em dinheiro". (DRAIBE, 1985, p. 104)

O Plano, o primeiro do Estado desenvolvimentista brasileiro, se organizou da seguinte forma:

> Tratava-se de um plano quinquenal – criado pelo decreto-lei número 1.059, de 19 de janeiro de 1939 – em que se despenderam aproximadamente 10% da despesa orçamentária federal, em cinco anos. O Plano Especial contemplava investimentos em infraestrutura, indústrias de base e, principalmente, no reaparelhamento das Forças Armadas. Dos gastos totais efetuados para a sua implementação, cerca de 45% foram destinados aos Ministérios da Guerra e Marinha, e outro tanto para o investimento em transportes, siderurgia, petróleo, Fábrica Nacional de Motores e geração de energia elétrica, nessa ordem de importância. A base financeira do plano era constituída principalmente por taxas sobre operações cambiais, lucros sobre operações bancárias e vendas de Obrigação do Tesouro Nacional. (DRAIBE, 1985, 104-5)

O Plano Especial, que tinha estimativas de investimento em torno de 10% da renda nacional por ano, foi modificado no Governo Dutra e efetivamente abandonado em 1946. Diversos outros órgãos foram utilizados para este mesmo fim – para a coordenação e o planejamento econômico – após o DASP, com destaque para o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF). Ambos, assim como o DASP, eram impedidos legalmente de funcionar como um órgão central de planejamento em virtude de limitações jurídicas e hierárquicas, uma vez que não tinham o comando sobre as comissões e conselhos dos ministérios, sendo incapacitados, portanto, de fazer um trabalho de acompanhamento de execução dos planos elaborados.

> A tentativa de estruturar um órgão geral, destinado a coordenar o conjunto das atividades econômicas, orientando tanto a ação estatal quanto a privada e regulando as relações de trabalho, não esteve ausente desse movimento de organização hierarquicamente centralizada da máquina econômica do Estado. A carta de 1937 previa a constituição de um Conselho da Economia Nacional, destinado a ser o órgão corporativo o máximo, voltado para as funções gerais de coordenação e regulação. Tal entidade, a que se conferiam amplos poderes, além de suas funções de organizador corporativista por excelência, opinaria sobre todos os projetos de interesse econômico. Deveria elaborar estudos e inquéritos com o objetivo de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional, podendo finalmente legislar, mediante plebiscito, sobre as matérias de sua competência. (DRAIBE, 1985, p. 92)

Outro aspecto, que vai ser muito comum no período, é o de que os planos em geral eram sabotados internamente, na luta política entre as frações de classe ou tinha seus rumos alterados de modo que quase nunca o que fora previsto se concretizava, ou no máximo se concretizava em partes, com diferença nesse quesito ao Plano de Metas, feito em acordo com o Imperialismo a partir das elaborações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos do segundo governo Vargas. No final do Estado Novo, derrubado por um Golpe de Estado liderado pelo General Eurico Gaspar Dutra, é ainda importante se destacar a luta do governo varguista contra as aspirações imperialistas estrangeiras na figura da Lei sobre Lucros Extraordinários.

> Em janeiro de 1944, através do Decreto-lei nº 6.224, instituiu-se o Imposto Sobre Lucros Extraordinários, que consistia em porcentagem de 25 a 50% sobre o valor que excedesse em 100% ou mais a média dos lucros obtidos em dois anos, entre 1936 e 1940, à escolha do contribuinte. Sua arrecadação poderia ser feita sobre a modalidade de pagamento direto ao Estado, ou através da compra de "Certificados de Equipamentos" e "Depósitos de Garantia", por meio dos quais se permitir a aquisição de maquinaria industrial no exterior, se fosse satisfatória a balança comercial. (DRAIBE, 1985, p. 121)

Havia um interesse muito grande, ao menos na concepção varguista de Estado desenvolvimentista, que os lucros das grandes empresas, fossem elas nacionais ou estrangeiras, fosse reinvestido no fomento da industrialização e do desenvolvimento do país. No caso específico das empresas estrangeiras o governo lutava contra a repatriação excessiva dos lucros. Ainda assim, para entendermos melhor o contexto político da época, a discussão se travava entre frações da classe burguesa, em apoio ou enfrentamento com o capital estrangeiro, nunca fora dessa classe, conforme podemos observar pelo depoimento Jesus Soares Pereira, um dos dirigentes do CFCE:

> "...restrições políticas enormes beiravam o absurdo. Por mais de uma vez, por exemplo, recebi recomendações expressas de meus superiores administrativos para não usar a palavra plano porque tinham uma conotação socialista incompatível com o Estado Novo. Éramos compelidos a usar eufemismos, como o programa plurianual. Plano, jamais. Plano Quinquenal então, de forma alguma, nem mesmo programação quinquenal. O certo era programação quadrienal. Daí passava-se para sexquintenal". (PEREIRA *apud* DRAIBE, 1985, p. 117)

Datam ainda do Estado Novo as primeiras tentativas de criação de um banco de investimento, público ou não, como mais tarde se concretizou com o BNDE, atual BNDES. O Banco do Brasil funcionava para o capital de giro imediato, mas era notória

a ausência de um banco emprestador a longo prazo, para o financiamento dos grandes empreendimentos industriais do período. Esse banco só não foi concretizado ainda no Estado Novo em virtude da resistência de setores da burguesia ao processo de industrialização acelerada e ao temor de uma estatização completa do setor bancário. Tal como no caso russo, por se tratar do desenvolvimento industrial do capitalismo tardiamente, faltava à burguesia brasileira a atuação em diversos ramos, nesse caso específico, além da indústria, também no setor bancário.

> A instalação do setor de bens de produção por parte do Estado era, entretanto, do ponto de vista da burguesia industrial, mais um problema do que uma ótima alternativa: dadas as altas taxas de lucro que as linhas de menor resistência lhe ofereciam, como poderia empenhar-se, ou apoiar projetos que, em última instância, conduziriam à subida de preços de bens que importava e absorveriam divisas necessárias ao seu próprio movimento de acumulação? A literatura tem enfatizado as posições "industrializantes" que o empresariado industrial estaria progressivamente assumindo, antes e sobretudo no início da década de 40. Indicativo disso seriam as propostas que foram ganhando corpo no 1º Congresso Brasileiro de Economia, em 1943; no Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944; e principalmente no Congresso das Classes Produtoras de Teresópolis, em 1945. O empresariado foi gradativamente marcando posição frente às questões da industrialização, em particular a do financiamento, a do planejamento e aquela que dizia a respeito à ação do Estado; mas suas limitações não deixaram de manifestar de forma sempre indefinível de conceber a "ação supletiva" que haveria de assumir o Estado. (DRAIBE, 1985, p. 126-7)

Segundo a mesma autora, agora sobre a fração agro-exportadora:

> Por seu lado, a burguesia mercantil-exportadora só poderia levantar armas contra um processo de industrialização pesada que, no limite, varreria qualquer possibilidade de seu predomínio, ou que talvez fosse ser levado a cabo às suas custas, percorrendo um caminho à japonesa. Se não tinha força suficiente para inibir a ação estatal, tinha, assim, para evitar a segunda alternativa. (DRAIBE, 1985, p. 127)

Dessa forma pode-se notar um interesse de Estado na busca por uma industrialização rápida, sobretudo em seu setor de bens de produção, que só encontra semelhança no caso soviético, dos Estados fascistas contemporâneos a ele e no caso dos países auxiliados pelo Imperialismo na luta contra o comunismo – Japão, Coreia do Sul, Taiwan, etc. –, porém sem lançar mão de uma revolução socialista, ou seja, com a burguesa no controle do poder político. Nesse sentido, e diante das necessidades concretas do desenvolvimento, a ausência de mecanismo geral de coordenação estatal foi substituído pela criação de empresas estatais ou de economia mista. Estas, enquanto organismos separados do aparelho institucional direto de Estado, tinham competência

para estudar seus setores, executar seus planos e acompanhar a evolução dos mesmos, sendo a opção adotada não somente no Estado Novo, mas durante todo o período desenvolvimentista pelo qual passou o Brasil.

> Em meio às discussões, a fórmula empresa pública já se concretizava, revelando mais uma vez a autonomia da ação estatal no período. Os setores do ferro e do aço, de energia elétrica, de química pesada e de produção de motores foram progressivamente equacionados de forma que a empresa pública ou de economia mista nucleasse os investimentos iniciais básicos. Assim, em 1941 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional; em 1942, a companhia é Vale do Rio Doce; em 1943, a Companhia Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores; em 1945, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. (DRAIBE, 1985, p. 125)

Desse modo o Estado Novo ganhou impulso e sucumbiu ao longo dos quinze anos em que vigorou, como resultado das classes sociais e suas frações em disputa dando feição a um organismo que poderia ser mais eficiente em sua atuação, mas cujas disputas políticas lhe atrapalharam.

> As características desse intervencionismo de dupla face, profundo e abrangente, de um lado, e limitado, de outro, derivam de razões da mesma natureza daquelas que também restringiam as possibilidades de avanço rápido do processo de industrialização. E eram, sem dúvida, de ordem política, tanto externas quanto internas. A forte presença, na conjugação de forças políticas, das forças que combatiam a industrialização acelerada, a autonomização nacional e, em decorrência, a centralização e o intervencionismo econômico do Estado, se revela na própria feição e âmbito de atuação do aparelho econômico, deixando assim impressa, na forma estatal, a marca dos seus interesses – que, afinal, não poderiam ser reduzidos aos da burguesia exportadora. Esses eram clara e notoriamente contrários à industrialização e ao intervencionismo, enquanto o intervencionismo moderado foi também uma bandeira efetiva da burguesia industrial, temerosa de ter interrompido seu caminho mais longo, por um Estado sobre o qual não tinha pleno controle. Finalmente, eram frágeis e heterogêneas as forças que impulsionavam simultaneamente pela rapidez da industrialização, pela autonomia nacional e pelo progresso social, numa equação que se concretizasse pela trilha democrática. A assimetria entre elas fica clara ao longo do período que vai de 1930 ao final dos anos 50. Ainda assim, como foram essas as forças em embate, a forma estatal não pôde ultrapassar certos limites e mostrou, no seu próprio perfil, a natureza social do Estado. (DRAIBE, 1985, p. 136-7)

Não é difícil perceber, portanto, que o interesse na constituição de uma industrialização pesada não era um delírio soviético, mas marcava um interesse geral dos países ainda não industrializados na busca pelo desenvolvimento. A industrialização pesada, no capitalismo tardio brasileiro, ou no Estado Operário soviético, só poderia advir de uma convicta atuação estatal, uma vez que os recursos necessários para tal operação faltava às incipientes burguesias. No caso russo a incipiente burguesia em

formação, no caso brasileiro, a uma burguesia já consolidada ao longo de 400 anos, porém de modo dependente da burguesia externa e ainda inexperiente na produção sob o modo capitalista estrito. Dessa ação estatal no Brasil e também, sobretudo, como resultado econômico da dinâmica do comércio internacional em virtude dos grandes eventos já citados que ocorreram no período, temos na Tabela 16 os seguintes dados sobre mudanças estruturais no Brasil de então.

Tabela 16 – Indicadores de Modificações Estruturais na Economia Brasileira

a) Estrutura do Produto Físico (a preços correntes)			
	1907	**1919**	**1939**
Agricultura	79%	79%	57%
Indústria	21%	21%	43%
Total	100%	100%	100%
b) Taxas Anuais de Crescimento			
	Agricultura	**Indústria**	**Total**
1920/1929	4,10%	2,80%	3,90%
1933/1939	1,70%	11,20%	4,90%
1939/1945	1,70%	5,40%	3,20%

Fonte: Baer e Villela *apud* Diniz, 1978, p. 67.

Podemos perceber, em acordo com a teorização de André Gunder Frank, como o rompimento ou enfraquecimento dos laços econômicos internacionais entre o centro e a periferia do capitalismo permitiu o desenvolvimento autônomo, ou semi-autônomo, da industrialização no Brasil. No entanto, no final de 1946 Vargas sofre um Golpe de Estado e o Brasil retorna a uma democracia que irá durar até 1964 e será bastante instável politicamente.

É interessante notar ainda outro ponto. Muito das disputas regionais que se dava contra a centralização do Estado, se dava em virtude do centro dinâmico da economia nacional ter mudado no último quartel do século XIX, cambiando do estado do Rio de Janeiro para o estado de São Paulo. Tinha-se, portanto, no Rio de Janeiro, uma capital federal que representava o principal centro urbano do país, na política e na economia, porém que não era sua região mais dinâmica. Não é de se estranhar que o projeto de industrialização acelerada só decole de fato a partir do governo JK, com a construção de Brasília enquanto nova capital e com a volta da hegemonia do setor agro-exportador, sobretudo do café, e do capital estrangeiro, no controle da industrialização,

fazendo do estado de São Paulo o cerne do desenvolvimento industrial no Brasil, no entanto, ainda assim, dependente do exterior.

Esse é outro fator que marcou o processo de industrialização brasileiro, sua concentração regional. Oriundo de uma disputa regional ferrenha pelo comando do país, a burguesia hegemônica do café em São Paulo fez o que pôde para que todo projeto de industrialização partisse daquele estado, dando-lhe, posteriormente, grotesca diferenciação populacional e econômica em relação ao conjunto do país. A industrialização que vai tomando feição no Brasil tem o estado de São Paulo como centro dinâmico e as demais regiões industrializadas como complementares (ANDRADE, 1981). Ainda assim, isso não quer dizer que esse problema da concentração espacial tenha passado despercebido, data ainda da Constituição de 1946 os seguintes instrumentos.

> A Constituição de 1946 reservou 3% da renda tributária da União – durante vinte anos consecutivos – para a execução do plano de valorização econômica da Amazônia (art. 199). E reservou também 3% da renda tributária da União, sem delimitação de tempo, para a execução do plano de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste (art. 198). Além disso, uma emenda constitucional reservou recursos da receita federal para a execução do plano de valorização do Vale do São Francisco. (IANNI, 1986, p. 104)

No entanto, o Governo Dutra, a partir de 1946, representou a completa liquidação dos interesses populares nacionalistas, bem como de grande parte da burguesia industrial. O país, neste período, caminhou pela via do modelo de industrialização proposto pela burguesia agrário-exportadora em conjunto com o capital externo. Além de extinguir o Plano Especial elaborado pelo DASP, e extirpar da administração os elementos getulistas, nacionalistas e em última instância, socialistas, aplicou o Plano Salte, muito aquém do necessário para o desenvolvimento industrial brasileiro e amplamente focado na questão da infraestrutura, sem abrir novos ramos de investimento para a industrialização, seja estatal, seja privada.

> O Plano SALTE foi uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, tomando por base projeções relativas a um período de cinco anos. Era principalmente uma soma de sugestões apresentadas pelos diferentes ministérios do Governo Federal, e coordenadas – em termos administrativos e contábeis – pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Além disso, a despeito de ter sido incorporado à proposta orçamentária de 1949, não se aplicou senão em parte. Em 1952, o Plano foi praticamente abandonado. (IANNI, 1986, p. 101)

Sobre o Plano em si:

> O Plano Salte foi elaborado pelos técnicos do DASP, ao qual cabia, ainda uma vez, o papel de substituto de um mecanismo central de planificação e a iniciativa de conferir caráter coordenado aos investimentos estatais – embora sofresse restrições legais e fosse, na época, objeto de fortíssima pressão por sua extinção. Em meio a uma estratégia de autopreservação institucional, os técnicos a ele vinculados iniciaram os estudos preparatórios do Plano em 1947, utilizando trabalhos e projetos herdados do Estado Novo, tais como o Plano Ferroviário Nacional, o Plano Nacional de Viação, o Rodoviário e o Plano Nacional de Eletrificação. A dotação global do Plano Salte prevista para um período de cinco anos, que seria da ordem de 21 bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, equivalente a aproximadamente 3% da renda nacional estimada para todo o período. Segundo um dos técnicos elaboradores do Plano, não se conhecia "...exatamente o montante e a composição da renda nacional. As estimativas mais prudentes vão apenas até 100 bilhões e as mais otimistas, até 150 bilhões de cruzeiros por ano, sendo a média entre estes dois algarismos considerada como a mais provável". desse total 57% foram destinados aos transportes, 16% à energia, 14% à alimentação e 13% à saúde, como se indica no anexo I deste capítulo. (DRAIBE, 1985, p. 149)

O Salte, ainda assim, foi considerado um desastre. Não tinha um organismo de coordenação geral, seus investimentos não obedeciam a ordens de prioridade previamente previstas, iam ao sabor das pressões políticas regionais. A lei de sua implantação previa um cargo de administrador geral diretamente vinculado à Presidência da República que não conseguiu, sequer, fazer um balanço do que foi executado no Plano, dado que não dispunha do menor controle sobre as comissões dos ministérios responsáveis pela aplicação direta dos investimentos. Ainda assim, contou o Plano com forte oposição liberal:

> Setores liberais conservadores e, particularmente, segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e o próprio conteúdo do Plano, considerado "dirigista" e contrário aos anseios da lavoura. Os fazendeiros do café, de São Paulo, articularam uma reação e o governador convocou um Congresso Rural, em fevereiro de 1948, para examinar o plano do governo. (DRAIBE, 1985, p. 157)

Nesse ínterim, ainda foram aprovadas as primeiras comissões mistas de planejamento com os EUA, com destaque para a Missão Abbink, de forte viés monetarista e ortodoxo, que polarizou os economistas deste setor e aqueles influenciados pela CEPAL, ainda em estágio de formação, os economistas estruturalistas. Em oposição aos resultados dessa comissão, parte expressiva da burguesia industrial se reuniu na Conferência das Classes Produtoras de Araxá, conhecido como CONCLAP II, para definir o seguinte:

> Agrupando mais de mil delegados, o CONCLAP apresentou um leque de sugestões de política econômica que cobria praticamente todas as áreas de produção, circulação, regime fiscal, crédito etc. Entre suas recomendações,

> destacam-se a insistência na participação das classes produtoras na direção das autarquias e órgãos econômicos do Estado; a participação do Estado na economia de forma preferencialmente indireta, e, quando necessário, em favor de empresas de capital misto, com participação equitativa dos capitais privados. Defendia-se a criação das indústrias de base e produtoras de matérias-primas essenciais, visando um desenvolvimento industrial mais rápido, com prioridades a serem dadas à produção siderúrgica e a fabricação de maquinário nacional. Finalmente, sugeriria ao governo o estabelecimento de uma política clara de atração do capital privado estrangeiro e da fixação de tratados de investimentos com outros países, através de empréstimos de governo a governo. (DRAIBE, 1985, p. 161)

Ainda assim é importante se apontar as diferenciações que cresciam dentro da própria fração industrial da burguesia, segundo Ianni:

> Note-se, ainda, que a burguesia industrial, a classe média e o proletariado eram as classes sociais com maior interesse e sensibilidade para o debate sobre o desenvolvimento econômico, industrialização, nacionalismo, emancipação econômica e alguns outros temas correlatos. Considere-se, contudo, que a burguesia industrial já se diferenciara internamente, configurando-se em três grupos econômica e politicamente distintos, ainda que não necessariamente divergentes. A pequena burguesia industrial, por exemplo, caracterizava-se por ser vinculada à produção de bens de consumo tradicionais. A grande burguesia industrial também estava ligada à produção de bens de consumo, mas com base em empresas de grande vulto, para a economia brasileira de então. Além disso, esta classe tinha relações com o setor agropecuário, o grande comércio de exportação-importação e o capital financeiro; ou, já começava a vincular-se ao setor de produção de bens de produção. O terceiro grupo corresponde à grande burguesia industrial internacional, surgida com os investimentos de capital estrangeiro e as primeiras associações de capitais. É claro que esses três grupos da burguesia industrial adotavam posições distintas, quando se tratava da atuação do poder público na economia, Pode-se mesmo dizer que cada um estava interessado num padrão particular de relacionamento do Estado com as atividades econômicas. (IANNI, 1986, p. 120)

Por fim, em relação ao Governo Dutra, data de 1948 a primeira tentativa tímida de reforma agrária, com o intuito de redistribuir a terra com vista a consolidação de um mercado consumidor mais amplo, fortemente rejeitada pela burguesia rural. Durante todo o período, desde o Estado Novo, a burguesia rural, seja ela exportadora ou não, contou com incentivos creditícios do Banco do Brasil, e também tecnológicos, para a ampliação da oferta de alimentos, o que acabou de fato ocorrendo anos mais tarde, porém sem a redistribuição do excedente que uma reforma agrária proporcionaria para o fortalecimento do mercado consumidor.

Em 1951, Getúlio Vargas volta ao poder democraticamente, como se diziam na época, nos braços no povo. Para parte significativa da literatura este é o grande marco do Estado Desenvolvimentista no Brasil, uma vez que se avançou consideravelmente em diversos planos setoriais e se contornou a ausência de um órgão

central de planejamento com as comissões interministeriais criadas no momento. Na interpretação adotada neste trabalho o Estado Desenvolvimentista no Brasil começou em 1930, sendo 1951 apenas seu aprofundamento, tal como a década de 1970 também o foi com a Ditadura Militar.

Diversos planos postos em prática na década de 1950 haviam sido pensados desde o Estado Novo e a correlação de forças entre as frações burguesas e o imperialismo em disputa não foi solucionada ao longo do governo Vargas, resultando em seu suicídio em 1954. Apesar de mais efetivo, também o segundo governo Vargas contou com forte oposição e boicote interno que atrasou sobremaneira a execução dos planos.

O período chamado de Vargas II não teve um plano de desenvolvimento global, tal como foi tentado ao longo do Estado Novo e do Governo Dutra, mas em sua mensagem de posse, foi anunciado as diretrizes gerais de por onde caminharia o governo, bem como foi citado diversos planos setoriais a serem introduzidos. No entanto, ainda sobre esta questão, data de 1951 a constituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, responsável por elaborar 42 projetos, sobretudo nas áreas de energia e transporte, que foram de fato adotados no Plano de Metas, diferente da Missão Abbink que havia gerado tamanha repercussão negativa.

A década de 1950 foi dividida em três governos, Vargas II, Café Filho e JK, sendo o governo Café Filho apenas um interregno entre Vargas e JK em virtude do suicídio do primeiro. Ainda assim, é do governo Café Filho a marca da Instrução 113 da Sumoc que permitiu a importação de materiais e equipamentos intrafirmas (filiais e matrizes) que possibilitaram a industrialização realizada no Plano de Metas do governo JK. Os dois governos, Vargas e JK, possuem essa distinção clara, a do posicionamento quanto ao capital estrangeiro. Enquanto o primeiro representava uma alternativa de desenvolvimento burguesa mais autônoma, o segundo representou uma alterativa na qual a grande empresa multinacional passa a ser o núcleo do processo de industrialização e acumulação dos novos setores em substituição à empresa pública nacional. Isso não quer dizer que a estratégia das empresas públicas tenha sido abandonada, mas que os novos ramos industriais passaram a ser nucleados pela empresa multinacional.

Uma marca maior do período Vargas II, no entanto, foi de ter logrado a monopolização nacional do petróleo, objeto de forte disputa no período, e a criação da Petrobrás. Em dezembro de 1951 o Executivo enviou ao Congresso o Programa do

Petróleo Nacional, propondo também a criação da Petrobrás. A questão da nacionalização do petróleo e da atuação direta do Estado teve também um componente político maior, segundo Ianni:

> Em síntese, a criação da Petrobras exprimiu a convergência de vários componentes essenciais do sistema político e econômico brasileiro daquela época: defesa nacional, nacionalismo econômico, emancipação do País, ideologia desenvolvimentista, crescimento da função econômica do Estado etc. Além disso, a criação da Petrobras exprimiu a preocupação dos governantes e de alguns setores políticos, econômicos e militares do Brasil com relação ao planejamento. Não se tratava apenas de eliminar um ponto de estrangulamento da economia brasileira. Para esses setores (principalmente nacionalistas e esquerdistas) tratava-se, também, de fortalecer o controle estatal dos instrumentos de política econômica. Mais que isso, para eles tratava-se de nacionalizar centros de decisão relativos à política económica do País. Em consequência, reforçou-se cada vez mais, naqueles setores políticos e econômicos, bem como no governo, a ideia de coordenar, disciplinar e planificar o modo pelo qual as forças produtivas deveriam composta de dinamicamente. (IANNI, 1986, p. 138-9)

Outros projetos importantes, tais como o Plano Nacional de Eletrificação, tiveram que esperar até a Ditadura Militar de 1964 para ser posto em prática, embora tenha iniciado já com Vargas e JK.

> O Plano Nacional de Eletrificação foi além. Enviado ao Congresso em 1954, visava, num prazo de 10 anos, a elevação do potencial gerador de 2 para 4 milhões de quilowatts, a unificação das correntes, padronização das tensões de transmissão e equipamentos e, finalmente, a criação da indústria pesada de material elétrico no país. Na sua implementação, previa-se a organização de dois grupos de sistemas, o das áreas das grandes centrais elétricas, no Centro-Sul, e o das usinas isoladas não interconectáveis. Os objetivos genéricos da Mensagem [presidencial de posse] ampliados e concretizados no Plano, não foram aprovados durante a gestão de Vargas; resgatados em partes pelo Plano de Metas do governo Kubitschek, só foram implementados após 1964. (DRAIBE, 1985, p. 185)

Aqui se faz necessário fazer um contraponto ao que foi dito anteriormente quanto a concentração regional da indústria. Diversos mecanismos foram criados no governo Vargas visando o apoio da industrialização de outras regiões, no caso a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), os bancos regionais de desenvolvimento (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e a própria prospecção de petróleo (durante muito tempo concentrada na Bahia e em Sergipe).

A CHESF havia sido autorizada enquanto lei em 1945, mas sua primeira usina, a de Paulo Afonso, só entrou em operação em 1954 no governo Café Filho. O BNB e o BASA foram criados na esteira do BNDE em 1952, com fundos estatais próprios para seus funcionamentos. Já quanto ao petróleo, as usinas de extração se

davam no sul nordestino, mas seu refino no sudeste do país, maior mercado consumidor e que também refinava o petróleo importado, mais abundante que o nacional durante longo período até a descoberta do Pré-Sal brasileiro já nos anos 2000. De toda forma, como se verá mais à frente, essas iniciativas, juntas à criação da SUDENE no final do governo JK, não foram suficientes para equacionar o desequilíbrio regional brasileiro, embora tenha tido efeitos concretos consideráveis.

Em seu segundo mandato, Vargas tentou retomar muitos dos projetos do Estado Novo que ficaram paralisados, mudando apenas sua estratégia de organização buscando alternativas à criação de um organismo central de planejamento, tão mal visto pela burguesia brasileira e o Imperialismo. Conforme já mencionado, nem por isso esteve ileso o governo das pressões regionais, que não advinham somente de São Paulo, tal como pode-se constatar quanto ao Plano do Carvão Nacional.

> O Plano do Carvão Nacional, enviado à apreciação do Congresso em agosto de 1951, previa investimentos da ordem de 735 milhões de cruzeiros para a mecanização das minas, lavagem e beneficiamento do minério, aparelhamento de portos e ramais ferroviários, instalação de parques carvoeiros, compra de navios, criação de novas indústrias, incrementos de pesquisa e assistência social. (...) Esse plano, que envolvia sólidos interesses regionais e acentuadas disputas entre os três estados dos produtores (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), tramitou por dois anos no Congresso e foi aprovado em agosto de 1953, com várias alterações, as principais expressando interesses regionais exclusivistas, que iam de encontro a todos os pareceres de ordem técnica. (DRAIBE, 1985, p. 187)

De um modo geral, apesar das iniciativas do Estado Novo, muito se estava por fazer quanto a industrialização em si, sobretudo a industrialização básica, que daria fomento aos setores complementares encampados pelo setor privado. Em 1951, na Mensagem inaugural do Presidente, já ficou claro que setores deveriam ser priorizados, tais como o do ferro e do aço; da indústria química pesada, indústria de equipamento e material ferroviário; indústria elétrica pesada; equipamentos e material para serviços de comunicações; indústria automobilística e indústria de construção naval. A indústria química chamou maior atenção por ser um setor completamente novo a ser implementado e carente da intervenção direta do Estado na produção de componentes básicos, tais como o ácido sulfúrico, o enxofre e os álcalis – barrilha, soda cáustica e carbonato de sódio.

> A grande indústria do transporte – abrangendo a automobilística, a fabricação de locomotivas e equipamento ferroviário, a constituição naval e, em escala mais modesta, a produção de material e equipamento para o transporte aéreo

> – fomentada pelo governo ou sob sua promoção direta, consistiria em outro setor básico a ser criado, para garantir relativa autonomia do país e sustentar o projeto de desenvolvimento do grande sistema nacional de transportes. (DRAIBE, 1985, p. 192)

Nesse caso específico dos transportes se esboçou a fórmula que vigoraria na industrialização brasileira, tripartite entre empresa estatal, privada nacional e estrangeira. A Fábrica Nacional de Motores (FNM), apesar de forte oposição, logrou a fabricação de caminhões pesados e tratores agrícolas, enquanto os demais setores (caminhões leves, carros de passeio e setor de autopeças) ficou sob outorga das empresas privadas. Nesse período houve o forte abandono do modelo de transporte ferroviário e aquaviário em virtude do rodoviarista, ainda que não fosse a intenção do governo. Este organizava sozinho o transporte ferroviário e aquaviário que não atraía o interesse do setor privado.

Além desses acordos de repartição setorial, impunha o governo uma complexa e atuante política industrial e de comércio exterior visando não apenas o confisco do câmbio para a importação de equipamentos para a indústria, mas também a proteção aduaneira – tarifária e cotas de importação – para a nascente indústria brasileira. No bojo dos acontecimentos, conforme já citado, foi vencida a resistência a criação de um banco de desenvolvimento, que àquela altura só poderia ser estatal, o BNDE em 1952. Este passou a funcionar como agência de governo para a execução dos planos e como agente do Tesouro para operações financeiras, inclusive para a garantia de empréstimos feitos junto ao exterior. Neste caso fica mais visível a influência externa no processo de industrialização brasileiro a partir do financiamento externo. Este, naturalmente, só viria a partir do espaço dado à empresa estrangeira no processo de industrialização.

> O "projeto" de industrialização pesada suscitava, naturalmente, problemas cruciais de financiamento externo e interno. O esforço de mobilização e concentração de capitais impunha o alargamento das bases fiscais e financeiras do Estado. E requeria uma solução à questão do financiamento externo, que condicionava e, ao mesmo tempo, dependia da definição do modo de articulação entre a empresa nacional privada, a pública e a estrangeira. (DRAIBE, 1985, p. 199)

O BNDE, enquanto agência estatal, passou também a suprir a carência de um organismo central de controle.

> Em primeiro lugar, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se estabeleceu como provedor de recursos a longo prazo – função essencial para

> o avanço da industrialização, dada conhecida "atrofia" do sistema bancário privado, incapaz de sobrepujar os estreitos dos limites do crédito comercial. Em segundo lugar, fixou-se como órgão centralizador de recursos públicos exigidos pelos novos investimentos em infraestrutura e indústrias de base. Finalmente desdobrou-se, a partir dessa sua atuação, na função de articulador do investimento global da economia, atrelando o investimento privado interno e externo às metas prioritárias definidas pelo Estado. Essa inflexão que se introduzia nas relações entre o Estado e a economia, dirigindo o fluxo global de investimento, ganhou maior efetividade no decorrer da estruturação do banco e, principalmente, no período do Plano de Metas. (DRAIBE, 1985, p. 211-2)

Há ainda que se ressaltar que nunca houve, na história brasileira, tal organismo capaz de suprir por completo a ausência dessa articulação, sendo a figura direta do presidente elemento central para a tomada de decisão no Brasil. Ainda assim, esse fato não seria completamente estranho no mundo, pois cabia também à direção do Partido Comunista da URSS a tomada de decisão, sobretudo no período stalinista.

> O outro mecanismo foi uma efetiva divisão de tarefas – "de fato" e não de jure – no interior do circuito estabelecido entre a Assessoria e Econômica da Presidência, o BNDE, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, os órgãos de planejamento setorial (como a CDI ou a CNPA), os da administração direta, subordinados aos distintos ministérios (Sumoc Cexim Cacex, etc.) e, finalmente, as empresas públicas e a autarquias, circuito que partia do presidente da República e nele se fechava. (DRAIBE, 1985, p. 231)

Isso não quer dizer, de forma alguma, no caso brasileiro, que a burguesia se abstinha do processo político e mesmo da participação direta nos conselhos e comissões de Estado. Desde os anos 1930, organizava-se em sindicatos, federações e confederações, tais como a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio e, extra oficialmente, a Sociedade Rural Brasileira, pois só posteriormente foi criada a Confederação Nacional da Agricultura. Posteriormente, quanto mais avançava a industrialização e novos ramos eram criados, essa representação também se especializava, ainda que respeitando a hierarquia oficial, reconhecida pelo Estado nas confederações.

> O exemplo mais significativo foi a vinculação que se estabeleceu entre técnicos da Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, da Comissão de Desenvolvimento Industrial, empresários do setor nacional de autopeças, comerciantes importadores de peças de reposição e executivos das montadoras estrangeiras de veículos. Aquela que seria a fórmula juscelinista por excelência – os "grupos executivos" ou os "grupos de trabalho" – foi prenunciada no início dos anos 50 como fórmula possível de conjugação de esforços e a atração do setor privado para os projetos de iniciativa estatal. Que esse não era um caso o singular, indicam a composição e a forma de atuação das outras subcomissões da CDI, ou do BNDE encarregada de estudos para a implantação da indústria naval (participação dos empresários

> dos estaleiros) ou mesmo a participação privada funcionalmente específica na Comissão Executiva do Carvão Nacional. (DRAIBE, 1985, p. 224)

Aliada a pressão sempre exercida pela burguesia nacional, esteve a pressão exercida pelo Imperialismo, com destaque para as discussões entre a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e a Assessoria da presidência. No entanto, conforme já mencionado, essa disputa entre o capital nacional por mais autonomia ante ao capital estrangeiro ganha fim com o governo Vargas, quando a nova divisão internacional do trabalho começa a traçar novos contornos e a estratégia das empresas multinacionais a ficar mais nítida, com a construção de filiais em mercados internos chave, como o caso brasileiro. Dessa forma:

> O Plano de Metas recobre o momento final da industrialização brasileira – a etapa em que, com a instalação do setor de bens de reprodução, se constituíram de modo pleno as forças produtivas especificamente capitalistas. Por outro lado, foi o momento crucial de concretização da forma particular da industrialização brasileira: uma estrutura monopolista específica, articulando num modo próprio a grande empresa estrangeira, a empresa privada nacional e a empresa pública. (DRAIBE, 1985, p. 241)

Esse fato trazia duas faces. De um lado trazia uma maior internacionalização da economia com a preponderância da empresa multinacional como núcleo dinâmico, por outro, afastava o medo da burguesia nacional de uma industrialização dirigida pelo Estado. A partir de então, com JK, o governo passa adotar uma nova postura para com o capital externo. Negocia ao máximo sua entrada visando resguardar setores ao capital nacional e mesmo a construção interna de capacidade produtiva, ainda que de propriedade estrangeira. Na nova divisão internacional do trabalho cabia ao Brasil ser uma plataforma montadora que abasteceria tanto o mercado interno quanto os mercados próximos da América do Sul, a partir do controle externo das multinacionais. A industrialização nacional não seria então obstacularizada, mas construída de forma dependente material, financeira e tecnologicamente do exterior.

> O que é essencial, para compreensão desse governo e da sua política econômica, é que esse adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento o que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; ou associado, segundo a perspectiva do governo da época. Assim, o que distinguiriam as políticas econômicas do governo Getúlio Vargas (1951-54) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) seria o seguinte: teria havido uma transição (casual ou deliberada, conforme o nível em que se desenvolve a análise) de uma política destinada a cria um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associado. Isto é, durante o Governo Kubitschek predomina uma das tendências do movimento pendular que caracteriza a história econômica do Brasil. (IANNI, 1986, p. 159)

Essa nova articulação só foi possível graças ao esforço do Estado em estabelecer a indústria de base e pressionar pela nacionalização do setor de bens de produção, conforme a correlação de forças internacional e o medo da ameaça comunista. Neste sentido, o excedente das estatais criadas não serviu como reinvestimento direto ou investimento social, mas foi usado para o barateamento dos custos das empresas privadas, com grande destaque para o custo da energia e do aço subsidiado por suas respectivas estatais.

Após 1964 houve ainda mudanças importantes no intuito do aprimoramento do Estado desenvolvimentista, tais como a criação de um Banco Central separado do Banco do Brasil e com finalidade única de regulação monetária, criação de novas estatais para setores cujo capital privado não tinha interesse em desenvolver, sobretudo na década de 1970 e o famoso II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974 que visou consolidar a indústria pesada e de bens de produção no Brasil.

Regionalmente, programas como o Pro-Álcool visava a ocupar parte do excesso da indústria canavieira brasileira com a utilidade energética, ou seja, com o intuito de aliviar o balanço de pagamentos brasileiro em virtude da forte importação de petróleo e das crises deste produto assistidas na década de 1970. No mesmo sentido foi que a SUDENE, criada em 1959, instituiu o Sistema 34/18, em que o governo abria mão de 50% do imposto de renda no caso de investimento industrial no Nordeste, o que acabou expandindo a indústria de base também para aquela região, ainda que sob comando do capital sudestino e estrangeiro e de forma concentrada nas capitais nordestinas e nos três estados de maior influência da região – Bahia, Pernambuco e Ceará.

Percebemos, portanto, que apesar do título desta seção tratar sobre o planejamento econômico no Brasil, este não adveio à maneira soviética. Não foram planos essencialmente de governo, muito menos centralizados. No meio do caminho ainda houve a inversão do processo de autonomia burguesa que vinha se desenhado e a forte presença estrangeira que passou a desenhar a expansão industrial brasileira e ocupar os setores mais estratégicos a partir de meados da década de 1950. Mesmo na última tentativa de planejamento industrial brasileiro, no final da Ditadura Militar de 1964, ainda assim as mesmas forças de sempre estiveram presentes atuando contra a industrialização promovida pelo Estado e o fortalecimento do capital privado, com destaque para o internacional e concentrado regionalmente.

3.3 – O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NO PÓS-GUERRA

Uma vez vista as transformações pelas quais o Brasil passou ao longo da primeira metade do século XX, podemos agora fazer uma análise de padrões de desenvolvimento, tal como foi feito no capítulo sobre a Rússia.

Conforme visto, o Brasil não passou por uma revolução socialista, pelo contrário, sua "revolução" em 1930 se deu no sentido de aprofundar a experiência capitalista no país, desenvolvendo o modo de produção correspondente a partir da industrialização. Isso fez com que, apesar das tentativas prévias de industrialização e planejamento do país, o processo tenha se dado de maneira mais orgânica, de acordo com as leis de mercado e respeitando as diversas frações da burguesia em disputa, diferente do caso de uma economia de comando centralizado como foi o caso soviético.

Ao não instituir um Estado Operário e em seu lugar, pôr o Estado desenvolvimentista, o governo brasileiro, desde Getúlio Vargas, se limitou, conforme visto, a orientar e auxiliar no processo de industrialização criando instituições reguladoras da produção, promovendo a capacitação de mão de obra, auxiliando na concessão de crédito e, em alguns casos, sobretudo nos referentes as indústrias de base – siderurgia, petróleo, eletricidade, química, etc. – com a criação de empresas estatais.

Essa característica fez com que em toda a historiografia brasileira as análises sobre a classe dominante e suas frações tenha se feito necessárias, uma vez que surge daí o comando do país. Em outras palavras, dado o contexto internacional, foi a proeminência de uma fração da classe dominante sobre as demais que garantiu as diretrizes econômicas do país nos períodos que serão nesta seção estudados. Inicialmente, até os anos 1930, já sabemos que a fração dominante foi a burguesia agrário-exportadora. Desde então e até o ano de 1980, assistiu-se no Brasil ao domínio da fração industrial, porém dependente da primeira e do capital externo. Posteriormente, de 1980 até os dias atuais, assiste-se ao domínio da fração financeira que, em conjunto com a fração agrária, passou a dar os ditames da política econômica avançando sobre o domínio da fração industrial até os dias atuais.

Temos, portanto, uma divisão clara de padrões de desenvolvimento no Brasil em pelo menos três, embora a literatura de economia brasileira apresente em geral mais padrões. O primeiro padrão, já visto, foi o que ocorreu de meados do século XIX até 1930, sendo este conhecido como o padrão agrário-exportador. O segundo, que

passamos a análise nesta seção é o do Estado Desenvolvimentista, que vigorou no país de 1930 – de maneira ainda natural e difusa até 1950 – até 1980. O terceiro padrão surgiu a partir de 1980, com a contínua fragilização da fração industrial a partir de um estrangulamento macroeconômico externo até a metade da década de 1990 e a instauração da chamada "convenção da estabilidade" desde então, que pôs em primeiro plano a fração financeira que segue dominante até hoje.

A industrialização brasileira, portanto, ocorreu, grosso modo, no período que vai de 1930 a 1980. Não que não tenha havido avanços industriais antes e depois disso, mas foi neste período que o país assistiu a sua maior transformação estrutural econômica e que gozou de indicadores mais condizentes com a melhoria das condições de vida da população.

> O PIB e o investimento brasileiros eram, em 1980, mais de oito vezes e mais de nove vezes superiores a 1950, respectivamente, mas em 2007 eram apenas cerca de duas vezes superiores a 1980. O PIB *per capta* era três vezes e meia maior em 1980 do que em 1950, e a produtividade do trabalho era três vezes maior; mas, em meados dos anos 2000, eram praticamente os mesmos que em 1980. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 142)

Podemos acompanhar melhor a comparação entre os períodos a partir dos dados da Tabela 17 a seguir.

TABELA 17 - Taxa de crescimento médio anual do PIB, PIB per capta e Investimento do Brasil (1950-2020)

	1950-1980	1981-2000	2001-2020
PIB	7,39	2,09	2,01
Investimento	7,7	0	2,15
PIB per capta	4,49	0,46	1,25

Fonte: IBGE e BCB

No modelo de industrialização brasileira, ao contrário do soviético, o capital estrangeiro esteve sempre presente e deu os ditames da acumulação de capital no país. Conforme visto na análise de Dos Santos, uma nova sub-fração da fração industrial da burguesia foi se gestando no período do pós guerra, sendo esta sub-fração responsável

pelo desenvolvimento industrial no período com junto com as empresas multinacionais presentes.

No Brasil, portanto, as indústrias dos setores mais dinâmicos não pertenciam ao Estado e nem este tinha poder na determinação do reinvestimento dos lucros dessas empresas. Em geral se instalaram no Brasil toda a sorte de filiais de grandes empresas estrangeiras multinacionais que produziam aqui dentro para suprir tanto o mercado interno, quanto parte do mercado externo sul-americano, fatia esta responsável pelas exportações industriais do país.

> Foi intensa a participação de empresas multinacionais na industrialização de ramos produtivos de maior expansão e densidade tecnológica, como automobilística, produtos eletrônicos e medicamentos (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1995). Elas foram importantes também na formação da indústria de bens de capital e de alguns ramos de alimentos, por vezes de forma predominante, em outros casos apenas secundando empresas nacionais. Estas últimas predominaram nos setores industriais "leves" e em todos os demais setores da economia brasileira: mineração, agropecuária, construção civil e serviços (bancos, comércio, etc.). (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 176)

O governo limitou-se, portanto, a gerar as melhores condições de operação dessas empresas garantindo a infraestrutura necessária, o acesso às matérias-primas e energia a baixos valores, a mão de obra, o crédito etc., criando o famoso tripé enunciado por Tavares (1972): empresa multinacional, empresa estatal, empresa privada nacional. Desse processo, ressente-se até hoje o país de planos globais de desenvolvimento que contribuíssem de forma mais intensiva para a construção da Nação, integrando-a de modo mais completo como visto em outras experiências nacionais do centro do capitalismo ou dos Estados socialistas.

> Ao mesmo tempo, houve um movimento de atração de empresas estrangeiras à indústria brasileira. Foi durante o governo Vargas que, apesar de certa retórica nacionalista em discursos do início do mandato, em 1951, promulgou-se a Lei 1.807. Abria-se ao capital estrangeiro uma liberdade de movimento com poucos similares na região latino-americana, inclusive a de fazer remessas de rendas ao exterior por conta capital formada com reinvestimentos de lucros – então um pomo de discórdia entre investidores estrangeiros e governos nacionais. Em 1955, foi promulgada a Instrução 113, pela Sumoc, que conferia ao capital estrangeiro a possibilidade de internalizar no país máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, permitindo eliminar perdas que o país teria se vendesse divisas pelo mercado livre e as recomprasse no mercado de câmbio múltiplo a preços consideravelmente superiores. ((BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 190)

Com a referida instrução da Sumoc veio o grande apoio institucional, no caso em questão, que favoreceu sobremaneira a liderança externa nos setores mais dinâmicos da industrialização brasileira. Ao permitir a aquisição de máquinas e equipamentos das matrizes para suas filiais, muitas vezes maquinário já defasado em relação à descoberta científica de ponta, as empresas instaladas no Brasil, filiais ou de parceria com as multinacionais, apresentaram ganhos fundamentais de produtividade e de qualidade que as puseram na liderança do mercado, causando, como efeito colateral, forte concentração de mercado e tendência precoce ao monopólio, algo típico das experiências de industrialização tardia da América Latina.

Dessa liderança externa na industrialização brasileira, da não disposição completa dos lucros gerados e dos compromissos feitos com o exterior, vem a ausência de infraestrutura adequada ao desenvolvimento nacional, a opção pelo modelo rodoviarista de integração logística, o completo abandono do plano ferroviário e a deficiência estrutural nas áreas mais remotas do interior do país. Nesse sentido, seria difícil atender até mesmo a passagem da indústria de bens leves para a indústria pesada, se não fosse o fato do Estado entrar diretamente na montagem desse segundo setor, uma vez que, conforme já mencionado, as estratégias das empresas multinacionais aqui instaladas não necessariamente coadunavam com o desenvolvimento econômico do país.

> A difusão parcial e limitada da industrialização no pós-guerra (e, em particular, das indústrias e das atividades mais próximas às atividades inovadoras, como o setor de bens de capital) foi uma decorrência de estratégias nacionais lideradas por Estados desenvolvimentistas, voltadas especificamente para reproduzir, em condições de atraso (e, em muitos casos, a partir de uma posição periférica), a indústria moderna e a sua infraestrutura como principal máquina de desenvolvimento econômico. (MEDEIROS, 2013, p. 80)

Uma vez que o processo de industrialização para um conjunto um pouco mais amplo de países no pós-guerra se deu, sobretudo, pela implantação de tecidos industriais, grosso modo de bens de consumo, ou seja, reservando os setores estratégicos de bens de produção e de maior capacidade inovativa para os países centrais, coube ao Estado quase que unicamente o fomento a este setor mais nobre da indústria. Foi em contraposição a esta situação da periferia do capitalismo que se optou, na União Soviética, pelo rápido desenvolvimento da indústria pesada, de maciços investimentos desde o primeiro plano quinquenal, era a independência do aparelho produtivo soviético em relação ao aparelho produtivo ocidental que se buscava.

> A difusão de tecnologia nessas circunstâncias se deu essencialmente por meio de transplante de setores produtivos e da compra e produção local de bens de capital. Desse modo, a taxa de investimento em máquinas e equipamentos assumiu papel decisivo para o sucesso das estratégias de desenvolvimento. (MEDEIROS, 2013. p. 88)

O ponto chave responsável por esse resultado foi algo comum a todo o mundo do pós-guerra, o planejamento econômico. Influenciados direta ou indiretamente pelo sucesso industrial da URSS, os países de todo o globo, mesmo os que estiveram sob influência capitalista de sua respectiva potência hegemônica, os Estados Unidos, adotaram em algum grau o planejamento econômico. No Brasil, dentre os variados planos adotados, destacam-se o Plano de Metas, do final da década de 1950 e o II PND, da década de 1970.

> Com o início do governo Juscelino Kubitschek, os projetos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, acima mencionados – em sua maioria de infraestrutura –, foram incorporados ao Plano de Metas. Mas este foi além, ampliando consideravelmente o espaço para a expansão da indústria, especialmente por meio de empreendimentos nos setores de bens de capital e bens intermediários – os últimos com participação predominante de empresas estatais, especialmente nos setores siderúrgico e químico. Ao lado do PND II, implementado nos anos 1970, o Plano de Metas pode ser considerado o programa de investimento de maior efetividade e alcance da história da industrialização brasileira. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 191)

Conforme mencionado, embora a industrialização brasileira tenha ganhado corpo desde 1930, é a partir dos anos 1950, com o marco político do segundo governo de Getúlio Vargas – 1951 a 1954 – que se aponta na literatura a construção definitiva e consciente do Estado desenvolvimentista no Brasil. Ainda assim, é importante se ressaltar os grandes feitos ainda da década de 1930, como a reforma universitária de 1937, a Consolidação das Legislação Trabalhista e a instituição do salário mínimo em 1943, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1934, entra tantas outras reformas institucionais fundamentais ao desenvolvimento do país. Juntamente a essa iniciativa, no início da década de 1950 foram criados diversos fundos públicos de investimento, se aumentou consideravelmente a carga tributária, que antes vigorava em torno de insignificantes 15% do produto, e foram estabelecidos os setores prioritários de acumulação.

> Um primeiro movimento de ampliação do investimento público deu-se nos anos 1950, graças ao reforço que chegou de diferentes inovações tributárias, como a criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico (1951), do Fundo de Eletrificação (1954) e do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (1954). Passou a haver, então, significativa participação direta do Estado nos investimentos totais, especialmente na formação da

> infraestrutura e de alguns segmentos industriais de insumos básicos. Um segundo movimento originou-se no aumento da carga tributária e na atualização das tarifas públicas após 1964. Não por acaso, mais da metade das 251 empresas estatais federais existentes no país em 1980 foram criadas no período 1970-75. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 173)

Na Tabela 18, a seguir, podemos ver a proporção do investimento público na comparação dos períodos. Na década de 1970, considerado o auge do desenvolvimentismo brasileiro e que assistiu a implantação do II PND, o Estado financiava a expansão da produção com quase metade da Formação Bruta de Capital Fixo, 44,2%, ante menos de um terço, 27,8% na década de 1990. Se se tem em conta que o investimento estatal vinha junto de iniciativas estruturantes sanadora dos gargalos produtivos e de infraestrutura ao processo de desenvolvimento do país, pode-se ter uma maior noção da perda que foi para o processo industrial o fato do Estado abster-se do processo de desenvolvimento a partir dos anos 1980.

TABELA 18 - Investimento público e privado como proporção do PIB e da FBCF (1970-2000) a preços constantes de 1980

		1971-1980		1981-1989		1990-2000	
		% do PIB	% da FBCF	% do PIB	% da FBCF	% do PIB	% da FBCF
Investimento Público (estatais e governos)	Governos (exceto infraestrutura de transporte)	3,00	12,8	1,43	7,9	1,66	10,5
	Infraestrutura (energia, exceto petróleo, transporte, telecomunicações, saneamento) **a/**	5,42	23,1	3,62	20,1	2,29	14,5
	Petróleo **b/**	0,95	4,0	0,88	4,9	0,39	2,5
	Indústria de transformação e extrativa mineral **c/**	1,0	4,3	0,66	3,7	0,05	0,3
	Total público	10,4	44,2	6,6	36,6	4,4	27,8
Investimento privado **d/**	Total privado	13,1	55,8	11,4	63,4	11,4	72,2
Total		23,5	100	18,0	100	15,8	100

Fonte: BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 174.

Apesar do processo de industrialização brasileiro não contar com a presença massiva de empresas próprias, nem nacionais e muitos menos de propriedade do Estado ao logo do período mais forte de desenvolvimento industrial, não quer dizer que o país não tenha alcançado significativa melhora no nível de vida quando comparado à sua situação anterior. Por exemplo, a taxa de urbanização crescente pode ser acompanhada pela ocupação da mão de obra por setor da economia. Tal como em qualquer país em

processo de industrialização, a diminuição da taxa de ocupação na agricultura em virtude do emprego industrial e dos serviços é uma boa medida da urbanização do país.

TABELA 19 - Composição setorial da ocupação no Brasil

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Agricultura	59,9	54	44,7	30,1	25,2	22,3	15,8	12,7
Indústria	17,6	17,6	22	28,5	23,4	19,5	20,8	18,7
Indústria de Tranformação	12,3	12,6	18,3	13,5	15,5	12	11,8	10,6
Serviços	22,5	28,4	33,3	41,4	51,2	58,2	63,4	68,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE

Ainda assim diversos apontamentos são necessários sobre este fenômeno. A ausência de reforma agrária intensificou sobremaneira o processo de urbanização, em taxas superiores ao caso russo e a de todos os demais países socialistas. No caso, a agricultura de baixa produtividade e baixo rendimento não dava a população rural outra escapatória do que a de migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida, fenômeno conhecido no Brasil como êxodo rural. Os números referentes a ocupação setorial e mesmo à urbanização, não diz respeito a qualidade de vida auferida nas cidades, pois um fenômeno próprio da periferia do capital e desconhecido do centro do capitalismo e dos países socialistas, foi a formação de favelas em todas as grandes metrópoles, de norte a sul do país. A Tabela 20, abaixo, apresenta números para o crescimento da produtividade do trabalho por setores.

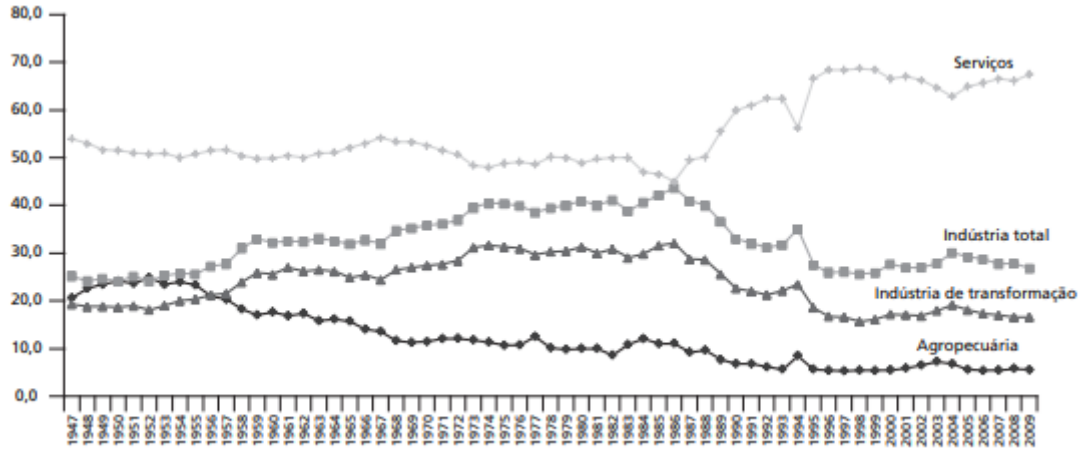
TABELA 20 - Evolução da produtividade do trabalho total e por setores (ano base em 1950)

	1950	1980	1991	2000	2008
Agricultura	26	75	98	146	216
Indústria	181	511	500	567	549
Serviços	233	422	314	316	331
Serviços: telecomunicações, transporte, finanças e governo	111	309	478	564	-
Serviços: comércio e outros serviços	324	507	246	230	-
Total	100	344	310	341	356

Fonte: BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 149.

Já o Gráfico 13, a seguir, mostra o percentual do valor agregado por setor produtivo nacional.

GRÁFICO 13 - Composição do valor adicionado no Brasil (1947-2009)



Fonte: SQUEFF, 2012, p. 21.

Ao não promover a reforma agrária, conforme ocorreu nos países centrais e nos países socialistas, isso afetou não somente a distribuição de renda e a consolidação do mercado interno, como também limitou a expansão da indústria, uma vez que diminuiu o potencial de crescimento de seu mercado consumidor. Na passagem da década de 1950 para 1960 sobre este fenômeno ocorreu grande debate acadêmico, pois Celso Furtado, representado o pensamento da CEPAL a altura, advogava o fim do processo de industrialização brasileiro por insuficiência de demanda, o que acabou não ocorrendo.

> Houve um período, no Brasil – anos 1950 e primeira metade dos anos 1960 –, em que, à luz das preocupações da Cepal com a inelasticidade da oferta agrícola em alguns países da América Latina e de aumentos de preços de alimentos mais que proporcionais à inflação, se disseminou no país a percepção de que havia insuficiente capacidade de resposta da agricultura à expansão da demanda e de que isso poderia representar séria barreira estrutural ao crescimento e à industrialização. Rangel (1960), Rui Miller Paiva (1964), Delfim Netto (1968) e outros autores contestaram de forma convincente essa percepção, e a velocidade da expansão agrícola e pecuária desde então confirmou plenamente a refutação da tese. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 149)

Tavares, na década de 1970, apontou que foi justamente o processo de concentração de renda que favoreceu a indústria nacional, embora esse processo não

seja bem visto a partir de um ponto de vista social. O caso foi de que, embora não tenha desenvolvido todo o seu potencial de crescimento, o mercado consumidor brasileiro, por advir de um país de dimensões continentais, inclusive sua população, foi capaz de gerar um mercado que se igualava em tamanho e importância ao dos países industriais europeus, possibilitando uma expansão da indústria ao longo do tempo, ou seja, embora não tenha envolvido toda a população potencial, o percentual que foi absorvido pelo setor industrial foi capaz de gerar um mercado consumidor significativo. Ainda assim, quanto ao aumento da produtividade:

> O aumento da produtividade agrícola levou, nas últimas décadas, a uma rápida e contínua queda nos preços dos alimentos no mercado interno e a um consequente aumento das vendas internas – em circunstâncias, a partir de 1980, de baixo crescimento do PIB e da massa salarial. Concomitantemente, contribuiu para uma rápida expansão nas exportações. O país se tornou um dos dois maiores fornecedores do comércio mundial em variada gama de produtos, como soja, suco de laranja, açúcar, frango, café, tabaco e carne bovina: em todos eles, segundo cifras de 2003, participa com mais de 20% do comércio mundial (BARROS &BARROS, 2005). (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 149-50)

De fato, a produtividade cresceu bastante ao longo ainda do período de industrialização acelerada. Conforme ocorrido no caso russo, uma vez feita a reforma agrária, o parcelamento excessivo da terra não correspondia às novas técnicas agrícolas que permitiam fortes ganhos de escala. No caso russo foi o momento em que houve criação de cooperativas formadas pela junção das parcelas menores individuais da terra. No caso brasileiro, que não assistiu à reforma alguma, a nova técnica encontrou no latifúndio um tamanho que, embora excessivo, correspondeu a amplitude necessária pela técnica, possibilitando que o país figure entre os maiores produtores de gêneros alimentícios aos dias atuais.

No entanto, não é somente a faceta da produtividade que importa no caso da agricultura. Embora a oferta de bens agrícola tenha se expandido com o passar dos anos a ponto do país se tornar exportador de gêneros variados, a reforma ausente também influiria na distribuição do excedente, ampliando o mercado interno e fomentando a demanda da indústria. Desse modo, neste trabalho não há desacordo completo com o pensamento de Furtado e da Cepal na passagem da década de 1950 para 1960, pois o problema foi resolvido apenas pelo lado da oferta e não pela esfera distributiva, ou seja, pela demanda.

Isso gerou consequências para o processo de industrialização brasileiro que o tornou muito distinto do processo soviético. Conforme visto no Capítulo 1, teórico, o

atrofiamento do mercado consumidor brasileiro causado pela inexistência de uma reforma agrária, possibilitou que apenas uma parcela "privilegiada" da população tivesse acesso aos bens industriais. A consequência desse processo foi o estabelecimento de um aparelho produtivo dual, um que respondia aos anseios de consumo de uma classe média possibilitada pelo processo de industrialização, e outro que correspondeu ao consumo das massas trabalhadoras, artesanal, de baixa produtividade e baixa diversificação.

Outra consequência desse processo foi que justamente essa repartição do consumo, alheia a experiência do centro e dos países socialistas, foi o que possibilitou a expansão da indústria em virtude do valor dos salários ficar sempre muito baixo, correspondente a cesta de consumo abastecida pelo setor tradicional e artesanal da economia. É nesse sentido que os autores da Teoria da Dependência, em especial Ruy Mauro Marini, falam da consolidação de um regime capitalista com superexploração da força de trabalho, uma vez que a classe trabalhadora não tem renda para acompanhar o novo padrão de vida instituído pela industrialização e, consequentemente, não consegue acompanhar o padrão médio de vida da sociedade, sendo remunerado abaixo do seu valor. A Tabela 21, abaixo, mostra a distribuição de renda no país por decil da população.

TABELA 21 - Distribuição da renda familiar segundo quintis e segundo participação na faixa dos 10% e 5% de maiores rendimentos

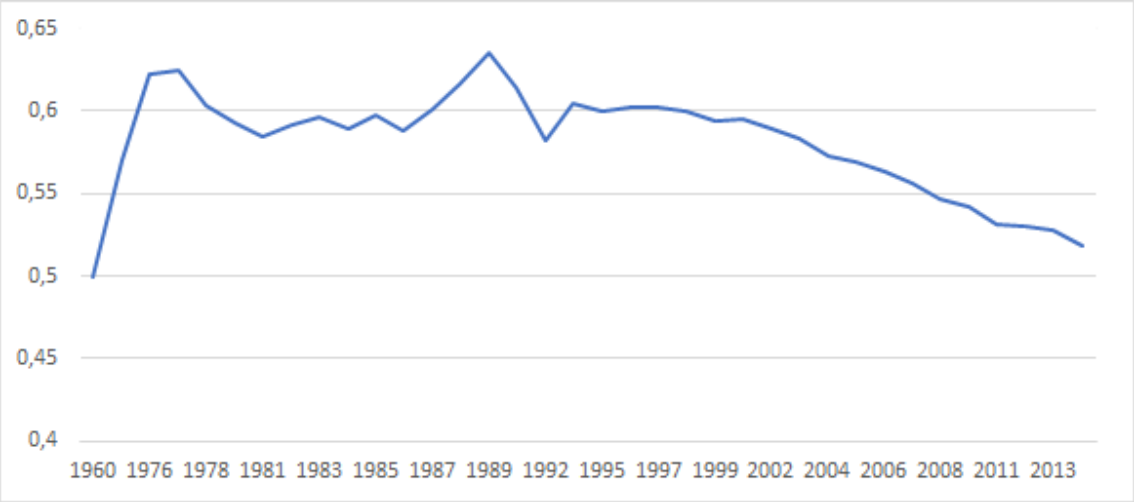
	1960	1970	1983	1989	2002	2006	2008
5% de maiores rendimentos	27,69	34,86	33,85	38,45	30,85	29,1	28
10% de maiores rendimentos	39,66	47,79	47,53	52,23	43,8	41,9	40,6
Quintil superior	54,15	62,24	63,94	68,02	60,3	58	56,8
2º Quintil	20,26	16,94	17,57	16,12	18,7	19,1	19,5
3º Quintil	13,81	10,81	9,74	8,61	10,9	11,7	12,1
4º Quintil	8,07	6,85	6,09	5,02	6,8	7,5	7,7
5º Quintil	3,49	3,16	2,65	2,23	3,3	3,7	3,9

Fonte: IBGE.

Perceba a forte concentração de renda no quintil superior da população que foi quem, de fato, se beneficiou dos processo de industrialização brasileiro e que demostra também, a amplitude do processo industrial no sentido da geração de empregos com altos salários. Esta remuneração da indústria, que no Brasil significou

consumo suntuário, era consumo de massa tanto na experiência do processo industrial do centro do capitalismo, como na experiência dos países socialistas. O Gráfico 14, abaixo, nos permite captar a desigualdade de renda através da série histórica do índice Gini, bastante superior ao valor russo, que mesmo após a restauração do capitalismo atingiu o máximo de 0,42 em 2008 e encontra-se atualmente em 0,36.

GRÁFICO 14 - Coeficiente de Gini no Brasil



Fonte: IBGE.

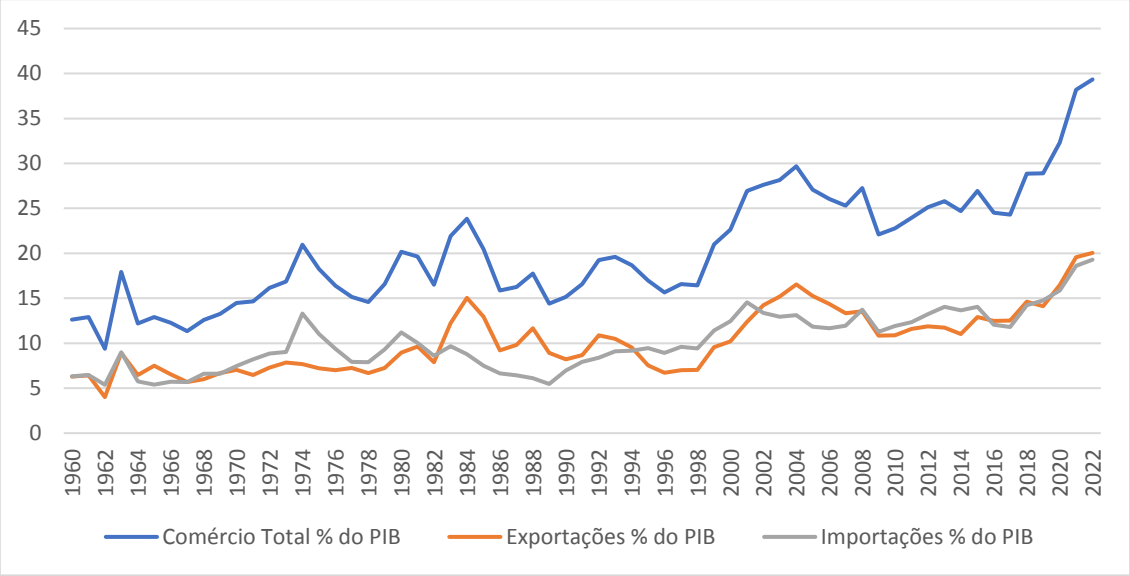
É notável, portanto, que a concentração de renda se fez presente por todo o período de industrialização brasileiro, sendo inclusive funcional a este, dadas suas características próprias e regime de acumulação nacional. Esta é outra marcante diferença com o caso russo, que só veio conhecer forte concentração de renda com o retorno do país ao regime capitalista de produção.

O rápido esgotamento da expansão do mercado consumidor em virtude da distribuição de renda também fez com que, precocemente, a indústria brasileira precisasse buscar mercados no exterior, sendo daí as diversas iniciativas, ao longo da Ditadura Militar, de promoção das exportações, mesmo muito antes da indústria nacional ser capaz de mudar a realidade de consumo do conjunto da população. Nesse sentido o comércio exterior, que havia se tornado secundário desde 1930 quanto à realização da produção nacional, servindo mais no sentido de adquirir divisas para o fomento do processo de substituição de importações, passa a ter um peso cada vez maior como destino da produção brasileira.

O Gráfico 15, abaixo, mostra a evolução histórica do comércio exterior brasileiro durante o período analisado. Perceba que nas décadas iniciais do processo de industrialização, o índice tende a cair bastante, mostrando o novo momento do padrão de desenvolvimento industrial brasileiro em que a produção de mercadorias se realiza no mercado interno, e não nos mercados estrangeiros como ocorria com o padrão de desenvolvimento anterior. O volume em torno de 15% do PIB ao longo das décadas de 1950 e 1960 correspondem mais a necessidade de importação de máquinas e equipamentos para o processo de ISI possibilitado pela exportação agropecuária.

Já o crescimento do volume de comércio como proporção do PIB ao longo da década de 1970 e 1980 representam outro momento. Na primeira década, o aumento remete às iniciativas de promoção das exportações citadas, em virtude da expansão insuficiente do mercado interno nacional, conforme já mencionado na seção sobre o diagnóstico dos dependentistas sobre o período. Na década seguinte o processo remete ao esforço de compensação do balanço de pagamentos em virtude da crise da dívida externa que perdurou durante todo os anos 1980.

GRÁFICO 15 - Comércio exterior como percentual do PIB no Brasil



Fonte: Banco Mundial.

A Tabela 22 apresenta a composição das exportações por setor de produção.

TABELA 22 - Composição das exportações: bens baseados em recursos naturais e demais bens

	1980-1989 (média)	1990-1999 (média)	2000-2006 (média)	2006
Bens baseados em recursos naturais	**53,4**	**51,9**	**52,6**	**54,3**
Produtos primários	29,8	26,2	29,5	30,7
Industrializados, baseados em recursos naturais	23,6	25,7	23,1	23,6
Bens industrializados (outros que não os baseados em recursos naturais)	**45,8**	**46,2**	**45,0**	**43,3**
De baixa tecnologia	15,2	14,3	10,4	9,2
De média tecnologia	26,5	27,1	25,8	26,4
De alta tecnologia	4,1	4,8	8,8	7,7
Outras transações	**0,9**	**1,9**	**2,4**	**2,5**
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total, taxas de crescimento anuais (médias dos períodos)	9,6%	3,7%	16,6%	-

Fonte: BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 155.

De acordo com a Tabela 22 podemos perceber o grau que alcançou o setor industrial na pauta exportadora. Podemos constatar que o processo de industrialização brasileiro não foi capaz de sustentar de maneira permanente as exportações industriais sobre as exportações de matérias-primas ou produtos semielaborados. Ainda assim pudemos ver no Capítulo 2 que um processo similar ocorreu na União Soviética. O país apenas trocou a ênfase na matriz primária para a matriz energética, com as exportações de petróleo e gás, o que pode nos fazer concluir que a dotação de recursos naturais do país pode ter um peso maior em seu comércio exterior do que o seu processo de industrialização pode nos levar a pensar. Ainda em paralelo com o processo soviético, também contou o caso brasileiro com um mercado cativo para seus produtos industriais, a URSS com o COMECON e o Brasil com a América do Sul e, mais recentemente, partes da África.

A Tabela 23, abaixo, nos apresenta um resumo sintético das principais metidas tomadas ao longo dos anos do pós-guerra, para os dois padrões de desenvolvimento aqui considerados no pós-guerra – industrial, que vai até 1980; e financeiro, que começa desde então.

TABELA 23 - Sinopse da evolução da institucionalidade, das políticas e do planejamento

	Institucionalidade e políticas para o financiamento e o agenciamento dos investimentos	Planejamento
1950-62	Criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico e do BNDES Criação do Fundo de Eletrificação Ampliação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes e criação da Petrobras Sistemas de câmbio múltiplos Instrução 113, de importação por empresas estrangeiras sem cobertura cambial Criação da Sudene	42 projetos da Comissão Mista Brasil-USA Plano de Metas Programa de desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
1963-67	Sistema de câmbio unificado Lei do capital estrangeiro Fórmula de correção salarial (1966) e demais mecanismos de indexação Reforma tributária (e inflação corretiva das tarifas) Criação dos fundos FGTS, PIS e Pasep Criação do sistema financeiro e do BNH Multiplicação de empresas estatais	Plano Trienal (1963-65) PAEG (1964-66) Plano Decenal (1966-1976)
1968-80	Generalização de incentivos fiscais aos investimentos e às exportações Multiplicação de empresas estatais	Metas e bases PED PND I (1971-73) PND II (1974-78)
1981-93	Controles rigorosos dos investimentos estatais pela SEST, Constituição de 1988, abertura comercial abertura financeira, privatizações, desregulações (1988/93)	PND III, Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor
1994-2003	Abertura financeira, privatizações	Plano Real (1994)
2004-2008	Crédito consignado, mecanismos de transferência de renda	Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

Fonte: BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 172.

O padrão de 1950 a 1980 esteve então assim estabelecido. Forte participação de empresas estrangeiras nos setores industriais chave da economia, maior presença do capital nacional na indústria de bens leves e nos demais setores e participação direta do Estado, via empresas públicas, tanto na infraestrutura, como nos setores estratégicos os quais o capital estrangeiro se negava a investir. As instituições como um todo caminhavam para o fomento de um padrão industrializante seja no tocante aos tributos, seja no tocante ao crédito, ao controle da inflação, a preocupação com a manutenção da demanda efetiva, etc. Segundo Erber:

> Apesar das limitações, entre as quais se destaca um protecionismo desordenado e casuístico, estabelecido produto a produto, sem dar a devida atenção aos vínculos interindustriais e às condições de aprendizagem futura, o padrão de industrialização que tendia a estabelecer-se no fim dos anos 70 era um padrão moderno – ao mesmo tempo em que se completava verticalmente a estrutura industrial tradicional, constituindo os setores supridores de bens de produção, lançavam-se as bases para os setores motores e para a capacidade de inovação, que permitiriam dinamizar o sistema e dar-lhe competitividade internacional. (ERBER, 1992, p.23)

No entanto, uma nova faceta da conhecida vulnerabilidade externa nacional fez-se sentir ao longo da década de 1970. Conforme mencionado anteriormente nessa seção, o processo de industrialização brasileiro substitutivo de importações foi baseado em uma técnica já estabelecida nos países centrais que foi transferida ou negociada para o território nacional. De um lado esta situação permitiu que o processo de industrialização nacional fosse bastante veloz, por não precisar desenvolver toda a técnica em uso, mas por outro isso atrofiou o sistema educacional e inovativo brasileiro e deixou o balanço de pagamentos sob constante pressão para importação de bens intermediários e máquinas e equipamentos necessários à continuidade do processo de acumulação.

Ao longo da década de 1970, além dos dois choques do petróleo, base energética principal da indústria, e da nova orientação dos juros nos Estados Unidos em 1979, o país esbarrou novamente na falta de crédito internacional e no abalo, pelo sistema financeiro, do padrão de desenvolvimento nacional vigente.

> Entretanto a crise dos anos 80, que veio a frear bruscamente o desenvolvimento da industrialização, não se origina da inadequação da norma de consumo às de produção e acumulação, por mais desigual e iníqua que sejam as distribuições de renda e riqueza no País. Tampouco é uma crise oriunda do esgotamento do conjunto de inovações primárias e da perda de dinamismo das relações intersetoriais, como ocorre nos países centrais. Diferentemente desses países, no Brasil o padrão de desenvolvimento industrial prefigurado na segunda metade dos anos 70 não chega a amadurecer, e o corte vem do lado financeiro. (ERBER, 1992, p.23-4)

Em outras palavras, se os acontecimentos internacionais permitiram o desenvolvimento industrial do país a partir de 1930, em 1980 eles mudaram novamente impondo um fim a experiência brasileira em virtude do grau de dependência nacional com o aparelho produtivo externo e seu setor financeiro. Em virtude disso o país entra no longo período de adaptação, administração de crise e reestruturação compreendido entre os anos de 1980 e 2003. A questão da atração de capital especulativo como principal fonte de estabilização da moeda na segunda metade dos anos 1990 foi o golpe de morte do padrão então vigorante.

Três fatores foram centrais para a desestabilização do padrão de desenvolvimento vigente entre 1950 e 1980. A década de 1970 foi o auge e o declínio desse padrão, pois se por um lado foi nesta década em que se implementou o II PND, que veio a florescer na década seguinte, tanto este plano, como o financiamento do país como um todo, entrou em colapso primeiro com os dois choques do petróleo – 1973 e

1978 – e, posteriormente, com a mudança da política de juros do Banco Central dos Estados Unidos.

> O crescimento ocorreu em condições relativamente estáveis – ancorados, no entorno de 20% ao ano, pelo mecanismo da correção monetária – até meados dos anos 1970, quando passou a ocorrer crescente instabilidade. O golpe inicial veio do primeiro choque do petróleo, em 1973, cujos efeitos foram contornados por crescente endividamento externo, viabilizado por excepcional liquidez internacional. O segundo, e definitivo, ocorreu com o novo choque do petróleo, em 1978, e com os impactos da decisão norte-americana de elevar os juros, em 1979. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 194)

Mesmo diante de toda essa incerteza da década de 1970, o país lançou mão de seu plano de desenvolvimento mais ousado, o II PND. Bastante polêmico desde sua concepção diante da instabilidade internacional, o plano revelou-se crucial para a completude do parque industrial de então e para a compensação requerida da balança de pagamentos na década seguinte.

> O processo de industrialização acelerada que ocorreu no período [1968-1980] foi orientado e incentivado por três planos de governo – Plano Estratégico de Desenvolvimento, PND I e PND II (CHAMI BATISTA, 1987; MUSSI, 2007; REZENDE, 2008). Entre todos os planos, o mais polêmico e, provavelmente, o de maior eficácia foi o PND II, desenhado em meio às incertezas geradas pelo primeiro choque do petróleo e à correspondente alteração de comportamento da economia mundial e implementado em meio a uma forte instabilidade macroeconômica nacional e mundial. Conforme assinalam os economistas que cunharam a expressão "marcha forçada" para caracterizar o comportamento dos investimentos nesse período (CASTRO & SOUZA, 1984), o plano foi crucial para consolidar o processo de industrialização e contribuiu para a melhoria da balança comercial do setor industrial, como se constataria a partir de 1983. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 193)

Dado que a industrialização brasileira foi inicialmente um processo de reação natural ao declínio do comércio mundial através da substituição de importações, mesmo quando o Estado desenvolvimentista foi desenhado e entrou plenamente em vigor, essa marca de nascença nunca foi superada. Se em 1930 a situação internacional abriu espaço para a industrialização brasileira, em 1980 ela fechou. O país, bastante deficitário devido ao funcionamento próprio do processo de desenvolvimento por substituição de importações, se viu repentinamente desassistido do crédito internacional, fundamental para as divisas utilizadas na importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas. A moratória mexicana de 1982 veio coroar esse processo e, ao longo de toda a década de 1980, se assistiu no Brasil a um descontrole inflacionário contínuo e

ascendente, sendo necessário um grande esforço de exportação para manter a balança comercial superavitária para o pagamento da dívida externa do país.

> Nos anos 80, a crise da norma de financiamento estende-se ao resto do sistema. Os desequilíbrios já existentes na norma de consumo e na sua articulação com as demais normas agravam-se pela deterioração dos serviços básicos e pelo achatamento salarial. Convergentemente, as demais normas passam a funcionar de modo perverso – a acumulação privada torna-se predominantemente financeira, e os investimentos públicos são drasticamente cortados em nome do equilíbrio financeiro. O desenvolvimento da norma de inovação é abortado pela brusca redução de fundos públicos e pelo desestímulo à inovação privada, tendendo a norma de produção a estagnar o seu processo técnico. Finalmente, a face regulatória do Estado entra em conflito com seus lados de bem-estar e desenvolvimentista, impondo sua lógica contracionista, que, à exceção do esforço exportador e do breve período do Plano Cruzado, se torna hegemônica. (ERBER, 1992, p.25)

A crise dos anos 1980 desestabilizou por completo o padrão anterior que ainda contou com os frutos do II PDN capaz de ainda lhe amenizar um pouco. Esta década assistiu a forte espiral inflacionária no Brasil que beirou à hiperinflação, momento em que a sociedade perde por completo a crença no valor da moeda nacional. A inflação, no entanto, é um fator natural de todo processo de desenvolvimento, sobretudo dos que são mais planejados e retardatários, ou seja, que não foram fruto do processo natural das leis de mercado. O processo de desenvolvimento continuamente esbarra em novos bloqueios e gargalos produtivos ou estruturais e essa tensão nos custos tende a ser repassada para os preços. A explicação sobre a relação entre inflação e processo de desenvolvimento industrial encontra-se na citação a seguir:

> As relações entre processos de industrialização e inflação são complexas. Em períodos de rápida transformação da estrutura industrial, tendem a ocorrer bruscas mudanças de preços relativos nos mercados de produtos e fatores. Ao mesmo tempo em que geram pressões inflacionárias, provocando movimentos defensivos em outros mercados, essas mudanças constituem um dos mecanismos clássicos de financiamento da industrialização, especialmente em contextos onde o sistema financeiro carece de instrumentos e agilidade para cumprir essa função. Em consequência, um processo de rápida industrialização frequentemente está associado a um processo de inflação, que lhe é funcional.
>
> No entanto essa relação não é linear – em altos níveis, a inflação perde o seu caráter funcional para a industrialização, tornando-se, ao contrário, "patológica" para esse processo. Encurtando drasticamente todos os horizontes operacionais das empresas e tornando o investimento financeiro o mais rentável, a alta inflação acaba por tornar-se essencialmente anti-industrial. (ERBER, 1992, p.27)

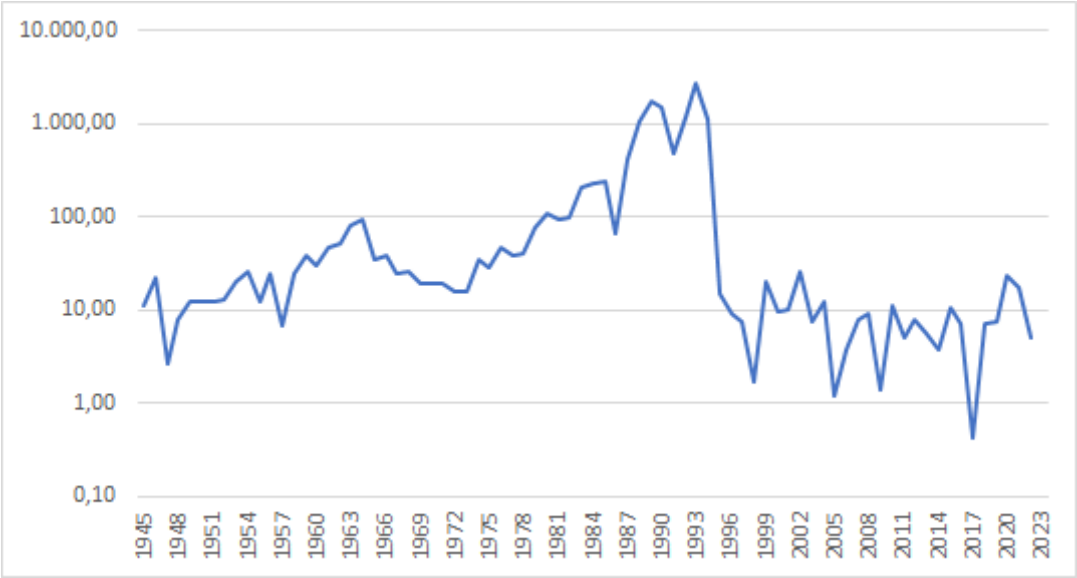
A situação internacional provocou a crise no padrão anterior, mas não demorou para que a própria orientação do Estado mudasse diante dos acontecimentos externos. Na década de 1980 o Brasil se redemocratizou por eleições indiretas em 1985

e promulgou uma nova constituição em 1988. Apesar desse progresso, em termos de estrutura econômica, toda a década de 1980 foi de simples administração da crise da dívida.

> Com a crise da dívida, ocorreu a progressiva fragilização da "convenção do crescimento" (CASTRO, 1993). Isso se deu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, quando os problemas externos se traduziram em inflação em aceleração, até 1986, e em aproximação à hiperinflação, daí até 1994. O quadro macroeconômico tornou-se profundamente inibidor do processo de investimento, e nem mesmo o contexto oxigenador do debate sobre a "ordem econômica" promovido pela Constituição de 1988 incentivaria a discussão sobre eventuais novas estratégias nacionais de desenvolvimento – por exemplo, sobre o que fazer com uma indústria pertencente à era da metalomecânica e de economia relativamente fechada, dada a emergência da era da eletrônica e da economia aberta. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 144)

Ao nível das firmas, o descontrole inflacionário da década de 1980 inibia o investimento diante do crescimento da incerteza quanto ao tamanho do mercado interno. Com crédito externo exíguo e uma política creditícia interna que visava enxugar as contas do Estado em vez de promover a expansão do tecido industrial, o investimento privado destinou-se a uma simples estratégia de sobrevivência, ao passo que o investimento público foi abruptamente cortado. O Gráfico 16, abaixo, mostra a série histórica da inflação brasileira. Perceba o desarranjo causado pela inflação da segunda metade dos anos 1980 até a primeira metade de 1990. Foi nesse período que houve a desestabilização das políticas industriais que prepararam o desmonte institucional do Estado Desenvolvimentista nos anos seguintes.

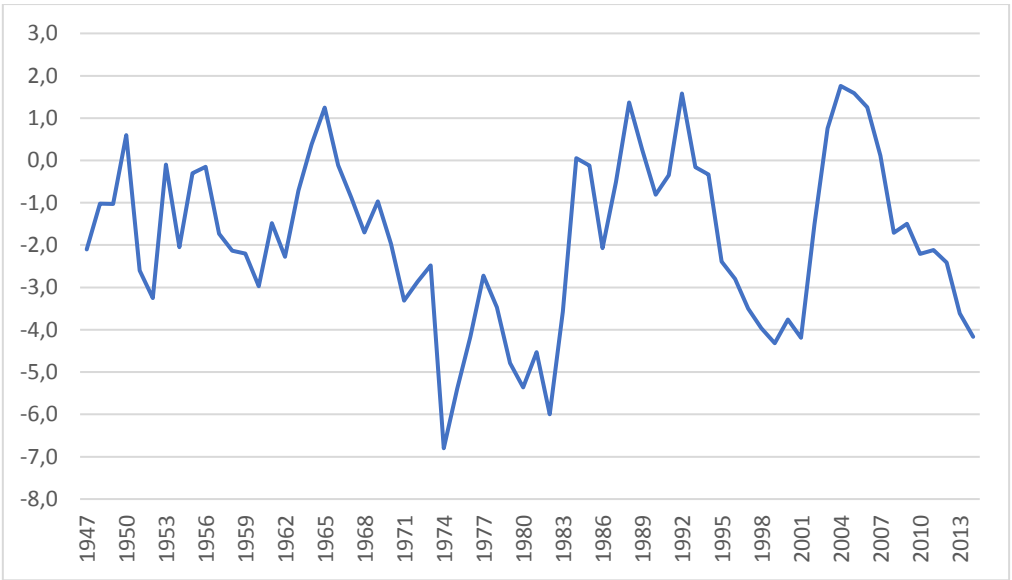
GRÁFICO 16 - Taxa de inflação no Brasil: 1950-2023.



Fonte: IGP-DI/FGV.

O Gráfico 17 apresenta a série histórica do Balanço de Pagamentos. Apesar de deficitário na maior parte da série, o que corrobora com o processo de industrialização por substituição de importações, a década de 1970 apresenta o maior desfalque, já implicando o fim das condições internacionais para a ampliação do parque industrial que resultou, na década seguinte, na crise da dívida.

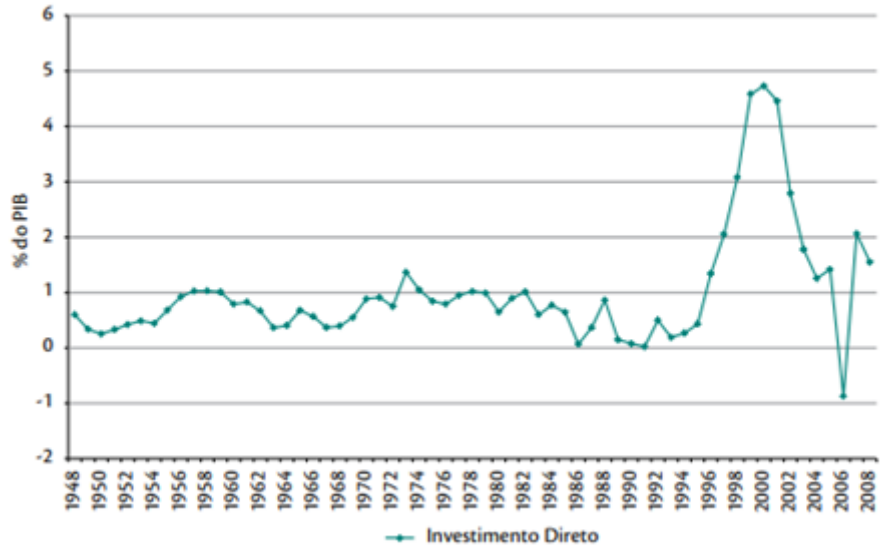
GRÁFICO 17 - Saldo em conta corrente como percentual do PIB.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Já o Gráfico 18, a seguir, mostra a série histórica do volume do investimento estrangeiro direto no país. Embora este tenha sido fundamental para o processo de industrialização brasileiro, conforme visto, pode-se constatar que este raramente esteve em patamar acima de 1% do PIB. O período de maior percentual registrado trata justamente do desmonte do Estado Desenvolvimentista nos anos finais da década de 1990 em que o investimento supracitado veio como aquisição do capital nacional disponível para privatizações, bem como para a compra de empresas privadas nacionais que sucumbiram ao processo de abertura comercial do período, ou seja, não representou ampliação do tecido produtivo.

GRÁFICO 18 - Investimento estrangeiro direto no Brasil como proporção do PIB.



Fonte: BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 176.

O sistema financeiro no Brasil, criado na década de 1960, mas que nunca chegou a se maturar como nos países centrais, de um lado possibilitou a continuidade da expansão da acumulação ao longo do padrão de industrialização, mas de outro contribuiu para o processo de desigualdade social e de renda patológico do país.

> A altíssima concentração do consumo daí decorrente se acirrou pelo fato de que as famílias que se encontravam nas faixas de renda correspondentes aos dois a três primeiros decis de distribuição foram as que tiveram acesso ao crédito e ao consumo oferecido pelo novo sistema financeiro implantado em fins dos anos 1960. O resultado de tamanha disparidade distributiva foi o de orientar os empresários no sentido de destinar sua produção para o mercado de rendas mais elevadas. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 168)

Essa tendência, já mencionada, de concentrar a estrutura industrial do país para as faixas de consumo de mais alta renda se tornou ainda mais forte ao longo do segundo período de análise, das décadas de 1980 e 1990. Ao longo deste, a produtividade do campo cresceu bastante baseada no melhoramento da técnica, mas não se modificou no tocante a concentração da propriedade. Este fato, aliado à situação de crise internacional e nacional dos anos 1980, reforçou essa orientação excludente do consumo industrial.

> Ou seja, os padrões de crescimento e de estagnação foram perversos, já que a busca de mercado interno pelas empresas atuantes no país dirigiu-se primordialmente aos consumidores dos decis de renda mais elevada. Esse padrão comportamental perdurou até pelo menos meados dos anos 2000, quando parece ter sido inaugurado um modelo de consumo de massa – a ser confirmado nos próximos anos, bem entendido. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 169)

Conforme afirmam Bielschowsky e Mussi, uma mudança no padrão de consumo das famílias brasileiras pôde ser sentida a partir de 2004, sobretudo diante do incentivo dado à economia nacional em virtude da forte expansão do PIB asiático, principalmente o chinês, e sua forte demanda por produtos primários. Permanecendo ainda na análise do padrão, ou melhor dizendo, da "situação" econômica brasileira dos anos 1981 a 2003, podemos analisar ainda as mudanças institucionais do período, de quando a orientação do Estado no tocante à indústria deixou de ser a expansão do tecido industrial para focar na competitividade.

> Ao longo das décadas anteriores, a responsabilidade pela administração dos instrumentos que compunham a política industrial esteve dividida entre diversos ministérios. Assim, cabia ao Ministério da Indústria e Comércio a responsabilidade formal pela elaboração da política industrial e a administração da política de incentivos e das políticas setoriais (exercida por meio do CDI, Comissão BEFIEX e SIDERBRÁS), bem como a política de transferência de tecnologia e transformação (INPI e INMETRO); o Ministério da Fazenda administrava a política de comércio exterior (CPA e CACEX) e os mecanismos de controle de preços (CIP); o Ministério da Ciência e Tecnologia, a partir de 1985, passou a gerir a política tecnológica e de informática (FINEP, CONIN e SEI); o Ministério do Interior administrava os incentivos ao desenvolvimento regional (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA e CNZPE); por fim, o BNDES inseria-se na Secretaria do Planejamento da Presidência da República. (GUIMARÃES, 1996, p. 14)

Foi o Governo Collor (1990-1992) que representou o início da virada da orientação do Estado de desenvolvimentista para o Estado neoliberal. Se até então se administrava a crise sem horizonte certo, a década de 1990, com Collor, Itamar Franco e

Fernando Henrique, delinearam as instituições que conformariam o novo Estado, em substituição ao Estado desenvolvimentista.

> A criação do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no início do governo Collor implicou a extinção da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Indústria e Comércio (na verdade, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, como passara a se chamar após uma fracassada tentativa de fusão com o Ministério da Ciência e Tecnologia no início de 1989). Dessa forma, o novo Ministério da Economia passou a englobar as responsabilidades pela formulação e execução da política industrial e da política de comércio exterior. (GUIMARÃES, 1996, p. 14)

Ou seja, a administração pública de Estado começou a ser enxugada. Se isso por ventura não tenha refletido no tamanho da máquina estatal quanto ao número de servidores, refletiu no tocante às funções exercidas, seja pelos cargos de indicação política, seja pelas carreiras de Estado. Quanto à política industrial em si:

> Considere-se agora a segunda linha de ação contemplada pela política industrial no início dos anos 90 – a política de competitividade. Três documentos, divulgados em 1990, estavam associados a essa política – o Programa de Competitividade Industrial (PCI), o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI). O PCI se propunha a explicitar as diretrizes gerais e os instrumentos da política de competitividade e a indicar iniciativas e ações a serem empreendidas pelo governo. Os dois outros documentos – o PBQP e o PACTI – anunciavam linhas de atuação específicas e bem definidas. (GUIMARÃES, 1996, p. 21-2)

Foi na década de 1990 que o País assistiu ao desmonte mais severo do seu Estado desenvolvimentista, em consonância com o que já vinha acontecendo ao redor do mundo influenciados pelo colapso da URSS e fim político do "desenvolvimentismo" associado a esta. Nos países centrais houve um intenso processo de liberalização e desregulação financeira, iniciados pela coalização Reagan-Tatcher (CHESNAIS, 1996). Estava iniciada a era da financeirização, momento em que os grandes bancos e demais empresas ligadas ao mercado financeiro (corretoras, seguradoras, fundos de pensão e de cobertura, etc.) passaram a ditar os rumos da economia mundial em todas as esferas: produção, investimento, financiamento, localização de plantas, produção agrícola, coordenação regional/supranacional, mercado de trabalho, legislação trabalhista.

> O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi o período em que se deram as aberturas comercial e financeira, bem como a eliminação ou forte redução de uma série de outras formas de intervenção do Estado, como subsídios e incentivos fiscais e financeiros. Foram iniciativas acompanhadas de relativamente pouca retórica liberal por parte das autoridades de governo, mas que representaram mudanças radicais no marco regulatório da economia. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 200)

A abertura financeira inaugurou uma nova lógica de atuação do Estado. O controle inflacionário via manipulação cambial e o investimento público, deram lugar ao regime de câmbio fixo – ou regime de bandas, como acabou vigorando na maioria dos países, porém com a necessidade de manter uma taxa real de câmbio próxima a um valor fixo com o dólar – e a política monetária do país restringiu-se a juros altos como forma de atração de capital especulativo e de controle da inflação via restrição da demanda.

> A abertura financeira teve grande importância para a crise e descontinuidade das estratégias nacionais de desenvolvimento (tanto em países industrializados quanto, e principalmente, naqueles semi-industrializados) na medida em [que] expunha as economias [à] fluxos externos especulativos e dissolvia o papel do crédito doméstico como mecanismo de coordenação dos investimentos. Foi na esteira das crises cambiais que as reformas estruturais foram introduzidas de forma concentrada. (MEDEIROS, 2013, p. 96)

É interessante se observar que do mesmo modo que a Revolução Russa inaugurou um novo momento político e econômico influenciando todo o mundo a partir do planejamento, ao que parece, a dissolução da União Soviética também contribuiu para o fim desse processo. Dissolução da URSS e fim dos Estados desenvolvimentistas na periferia do capitalismo ocorreram concomitantemente. Claro que isso é apenas um ponto de vista do referido processo, pois o capitalismo tem sua forma própria de organização e funcionamento, trata-se, por exemplo, da década de 1970, em que aconteceram as primeiras crises de acumulação no mundo desenvolvido que desembocaram no processo de financeirização agora estudado, ou seja, a crise dos anos 1970 não tiveram relação com a economia soviética que ainda crescia a passos largos. Quanto as mudanças no Brasil, estas não se restringiram a regulação macro do Estado. Este também se desfez de boa parte de suas alavancas diretas de intervenção e promoção do desenvolvimento: as empresas estatais.

> Também ocorreu nesses mesmos anos alguma privatização de empresas, sobretudo em setores industriais. Mas a onda privatizante mais importante deu-se no período 1995-1998, quando foram desestatizados os setores de telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração de ferro e transporte ferroviário, além de terminar-se o monopólio estatal sobre a exploração de petróleo e de abrirem-se concessões a empresas privadas para a exploração de rodovias. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 200)

Quem explica a nova lógica de acumulação das empresas sob o Estado neoliberal é Medeiros:

> A afirmação do neoliberalismo como doutrina, isto é, a hegemonia das visões predominantes no "complexo *Washington-Wall Street*", a despeito de sua retórica sobre o Estado mínimo e sobre a eficiência do mercado, traduziu uma nova estratégia de acumulação impulsionada pelo Estado (neoliberal) e uma nova coalizão socioeconômica a favor de uma maior autonomia das grandes empresas em seu processo de internacionalização e de um maior poder ao capital financeiro. A desregulação financeira e o maior peso das finanças diretas sobre as estratégias de investimento e sobre a formação de preços tornaram o processo competitivo das firmas fortemente dependente do acesso ao financiamento e operação em escala internacional, levando à intensa centralização do capital. Por outro lado, a abertura financeira retirou a autonomia na gestão de política cambial dos Estados com impactos nacionais diferenciados conforme o grau de abertura externa das economias e da competitividade dos seus setores exportadores. Ao contrário do período keynesiano [de industrialização fomentada], a dimensão do salário como renda passou a ser subordinada, e o salário passou a ser considerado essencialmente como um custo para as empresas. (MEDEIROS, 2013, p. 95-6)

As palavras de ordem da década de 1990 por todo o mundo foram competitividade e internacionalização. As estruturas econômicas deixaram de ser pensadas ao nível da Nação para serem, ou regionais (menores que o território nacional) ou supranacionais. Se antes indústrias-chave ou setores destas eram responsáveis pelo encadeamento de toda a estrutura fabril, passou a vigorar então a produção como parte de cadeias produtivas internacionais.

> Tal mudança, que se afirmou, sobretudo, em âmbito regional, deslocou o lócus essencial de coordenação industrial, antes centrado no setor produtivo nacionalmente integrado, para a empresa e suas novas redes de fornecedores e ampliou a importância da inovação tecnológica na competição entre as firmas. O impacto dessa transformação sobre os sistemas nacionais produtivos se deu diretamente sobre o grau de nacionalização de suas estruturas e indiretamente sobre o seu grau de industrialização. (MEDEIROS, 2013, p. 96)

Com uma paridade entre moedas relativamente fixa, exerceu-se o completo domínio do dólar enquanto moeda internacional, mesmo quando a indústria estadunidense migrou para outros países em busca de custos menores de força de trabalho. Com a abolição das fronteiras econômicas nacionais em virtude da desregulação financeira e da paridade das moedas com o dólar, perdeu-se o espaço nacional cativo do mercado interno reservado às empresas nacionais. Mesmo as empresas estrangeiras que operavam no Brasil desde o padrão de desenvolvimento industrialista foram estimuladas a fechar plantas ou terceirizar serviços que se não chegaram a implicar na desindustrialização do país de forma absoluta, decompôs, ou fragmentou, a estrutura produtiva interna criada no padrão anterior.

> Nas novas condições criadas pelas transformações dos anos 1990, a assimetria da divisão do trabalho passou a se dar pelo maior ou menor controle sobre as cadeias produtivas, e o domínio sobre as tecnologias-chaves passou a definir a posição dos países centrais. A estratégia da empresa não mais se confundia com a dos sistemas nacionais e a sua internacionalização, isto é, a sua inserção na cadeia produtiva é que se afirmou como sua principal estratégia de acumulação. Do ponto de vista da empresa, a dimensão financeira dessa estratégia foi a maior dependência da alavancagem junto ao sistema financeiro internacional. Do ponto de vista macroeconômico, a internacionalização financeira levou à crescente descolamento das finanças (globalizadas) em relação às atividades industriais (territorializadas), sobretudo pela perda de controle dos Estados sobre a taxa real de câmbio. (MEDEIROS, 2013, p. 98-9)

Se faz necessário relembrar os dados da Tabela 16, quanto às taxas de crescimento do produto e investimento ao longo dos dois períodos – I) 1950-1980 e II) 1981-2003 – para concluirmos, de acordo com os dados, que em todo esse longo período posterior ao do Estado desenvolvimentista, de pouco mais de duas décadas, testemunhou-se uma estagnação dos indicadores econômicos e, talvez, até mesmo uma regressão estrutural, uma vez que houve avanços na infraestrutura, porém diversos retrocessos na estrutura e no investimento do país como um todo.

> Nesse contexto, as pressões liberalizantes e o discurso doutrinário neoliberal em torno do que se convencionou no Consenso de Washington passaram a articular o interesse dos bancos credores, do Tesouro Americano, das grandes empresas multinacionais com negócios na região [na América Latina] e dos grupos econômicos dominantes. A rebelião desses grupos contra o Estado desenvolvimentista traduzia (sob uma retórica liberalizante e democratizante) uma ampliação do poder e da influência dos exportadores tradicionais, dos bancos e dos grupos industriais em associação ao capital estrangeiro. (MEDEIROS, 2013, p. 101)

Essa mudança no grupo hegemônico no Brasil vigorou sem interrupções até 2003, quando a demanda chinesa por produtos primários serviu de novo incentivo ao desenvolvimento nacional e a crise financeira de 2008 abalou as finanças, revelando, desde então, uma crescente instabilidade política que reverberou em instabilidade econômica até o período em que nos encontramos hoje.

3.4 – BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE O BRASIL ATUAL

De certa forma é polêmico, ou talvez impreciso, se afirmar que a partir de 2004 o país ingressou em um novo ciclo, ou padrão, de acumulação. Se este vinha se desenhando até meados da década de 2010, é muito claro para todos os analistas que houve uma inflexão a partir de 2014 e uma crise política severa no país que levou ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff em 2016. Nenhumas das reformas aplicadas

nas décadas anteriores, de 1980 e 1990, foram revertidas e o poder das finanças cresceu de forma monumental, ao ponto de, mesmo no Brasil, o mercado de capitais ter cumprido papel relevante para o investimento e captação de recursos ao nível da firma no início do novo milênio. (BIELSCHOWSKY e MUSSI, 2013, p. 178).

No entanto, houve algumas alterações significativas no contexto mundial, que reverberaram internamente, que nos permitem perceber algumas alterações econômicas e políticas que marcam uma distinção, ou pelo menos possível mudança de rota, em relação ao período anterior. O papel do Estado, ao menos como regulador e, em alguns casos, como indutor do investimento, muitas vezes em parceria com empresas privadas, foi percebido.

O poder das finanças cresceu de forma contínua e exacerbada, quase que de forma autônoma em relação à chamada "economia real". O processo de liberalização e desregulação financeira a nível mundial, além das mudanças semelhantes no comércio internacional, aprofundaram sobremaneira o poder mundial do dólar e permitiu a constituição das cadeias produtivas internacionais. Conforme já mencionado na seção passada, a estrutura produtiva deixou de estar integrada nacionalmente a partir de indústrias motrizes e passou a integrar-se em cadeias produtivas internacionais sob o comando de uma empresa líder.

> As grandes ETNs são as principais propulsoras de um novo padrão de produção global caracterizado pela dispersão mundial de produção com integração funcional de atividades econômicas (DICKEY, 2003). A lógica principal na formação e organização do que alguns passaram a denominar "cadeias globais de valor" é a diminuição de custos associados à mão de obra com a terceirização da produção num primeiro momento e, em seguida, até nas atividades de engenharia e de inovação. Tais mudanças na organização da produção e das atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico são extremamente complexas e têm diversas dimensões. Porém, só podem ser maiormente explicadas, como argumentado por Sauviat e Chesnais (2005) como uma reação por parte das grandes ETNs ao poder do trabalho e à participação da massa salarial no produto nas principais economias capitalistas. (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 53-4)

É importante se ter em mente aqui a discussão sobre a Lei Tendencial de Queda da Taxa de Lucro. François Chesnais, conforme citado acima, é um dos autores que considera que a mudança no padrão global de acumulação anterior se deu pela queda da taxa de lucro e uma enorme necessidade, por parte da burguesia mundial hegemônica, de se contrapor a essa tendência.

> A estrutura analítica essencial é o circuito do capital: D-M-P-M′-D′. Tem uma validade analítica inclusiva. Em todos os cinco pontos existem características comuns, notadamente no fato de que a participação de

> qualquer empresa na distribuição da mais-valia dependerá do quão barato ela compra a força de trabalho e do quão eficientemente ela explora a força de trabalho. Mas, de outra forma, essa participação dependerá dos relacionamentos intercorporativos moldados pelo estado de oferta e demanda (seja o mercado de um vendedor ou o mercado de um comprador) e pelo tamanho. Graus de monopólio e de monopsônio, mesmo os muito relativos, determinam o "poder de barganha" das empresas. Tudo o que se sabe sobre subcontratação ou terceirização deixa isso perfeitamente claro. É disso que tratam as "cadeias de valor". (CHESNAIS, 2016, p. 114)

Está aí a importância das grandes Empresas Transnacionais (ETNs) de deslocalizarem suas plantas industriais dos países de origem, ou de onde a força de trabalho tiver um valor considerado elevado, para a periferia do capital. A busca por uma força de trabalho produtiva, porém desprotegida por legislação trabalhista e remunerada com baixos salários relativos, foi a principal fonte de contratendência da queda da taxa de lucro global. No nível institucional essas empresas, nessa nova lógica de acumulação, requereram novas posturas de seus Estados nacionais.

> No caso da Europa, o crescimento das empresas transnacionais e a formação da UE justificam a discussão dos dados disponíveis e dos achados acadêmicos nesta área. No contexto da rivalidade oligopolística global, ligeiramente temperada a nível nacional por grandes empresas em determinados setores em momentos de crise aguda, a relação da empresa com o Estado é aquela em que cada segmento "nacional" do capital financeiro procurará e obterá o apoio de seu próprio governo. Conforme colocado por Serfati, a situação é aquela em que "a ancoragem das relações capitalistas em um 'país de origem' é uma necessidade econômica e política" e onde diferentes governos buscarão, na medida do possível, desenvolver políticas comuns no interesse do capital financeiro como um todo. Ele vê a formação de uma "classe capitalista transnacional" ainda muito distante. Isso é confirmado por dados sobre conselhos de administração interligados coletados por William Carroll cobrindo o período até 2007. Ele descobriu que apenas 29% das 500 maiores corporações do mundo tinham um ou mais diretores transnacionais interligados, sendo a grande maioria dos envolvidos em interligamento transnacional sediados nos Estados Unidos e Canadá e na Europa. (CHESNAIS, 2016, p. 106-7)

Incentivados por organismos multilaterais, tais como o FMI, Banco Mundial e OCDE, o novo objetivo da maioria dos países foi o de se inserirem nas cadeias produtivas globais e galgarem novas posições hierárquicas dentro das mesmas. Conforme já mencionado, a posição de gerenciamento das cadeias ficou restrita às firmas líderes, em geral oriundas dos países centrais e que, normalmente, asseguram para si o setor de inovação tecnológica e disruptivo da cadeia.

Esse é um fator fundamental que afeta o processo de industrialização no Brasil mais recentemente. A nova organização ao nível da firma de grandes empresas transacionais significou uma mudança radical na forma de inserção dessas empresas nos países periféricos, sobretudo os de industrialização tardia fomentados pelo Estado

desenvolvimentista. Ainda que mão de obra no Brasil tenha um custo bastante inferior à sua congênere norte-americana e europeia, o poder de atração do sudeste asiático como nova fábrica do mundo foi avassalador, fazendo com que muitas empresas terceirizassem parte de sua produção para formação em cadeia produtiva.

Em outras palavras, o tecido industrial brasileiro passou a complementar, e a ser complementado, pela estrutura produtiva internacional, com aportes cada vez maiores do sudeste asiático, ainda que sob comando das empresas norte-americanas e europeias. É desse sentido que se fala em regressão do tecido produtivo nacional, embora em números absolutos as pesquisas mais recentes não apontem um processo de decrescimento da indústria.

O sistema financeiro, por sua vez, passou a integrar-se para além das fronteiras nacionais e uma série de novos mecanismos, em geral vinculados a seguros de contratos, fez com que a riqueza financeira crescesse a níveis impressionantes. Com a total liberdade de movimento desse capital pelo globo, além do monopólio do dólar enquanto moeda mundial, o sistema financeiro e o acesso ao crédito através das grandes firmas globais deste, formaram uma pedra angular nessa nova estrutura produtiva em cadeia inter-nações.

> Baseada nessa lógica política e na lógica econômica de minimização de custos e maximização de lucros de curto prazo, a nova relação entre as finanças e a indústria manufatureira passa a modelar o padrão de investimento (incluindo-se os voltados à inovação) das grandes corporações (CHESNAIS; SAUVIAT, 2003). Com base na total liberdade de entrada e saída no capital de sociedades oferecidas pela "liquidez" do mercado de ações e com a ajuda de refinadas rotinas financeiras do novo estilo de "governança corporativa", as instituições financeiras adquiriram um poder sem precedentes e ganharam o controle de fato sobre as ETNs não financeiras. (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 54)

O setor primário mundial também voltou a ser uma peça chave, oferecendo os recursos básicos para a indústria, desde matérias-primas até energia, e alimentos, seja como insumo produtivo, seja para consumo final. O controle sobre fontes de recursos primários tornou-se central, além de pedra angular da especulação financeira quanto às safras e insumos para a indústria.

Porém, apesar de toda essa construção, gestada mundialmente nas décadas de 1970 e 1980 – mas que só chegou ao Brasil no final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990 –, que se maturou na década dos anos 2000, parece ter conhecido um ponto de inflexão a partir da crise financeira de 2008. Esta não foi a primeira crise do setor financeiro a eclodir, diversas outras menores, com destaque para a crise das

empresas “pontocom” da NASDAQ de 2001, ocorreram como prenúncio. No entanto, foi a crise de maior envergadura que requereu um grande esforço e coordenação internacional, sobretudo por parte dos diversos bancos centrais dos países para a minimização de seus efeitos e tentativa de superação.

> A agudização da crise econômica e social após 2007-2008, o aprofundamento da financeirização e o aumento da desigualdade, trazem impacto significativo, também, no processo de globalização. A partir de então, a economia global tem sido marcada, entre outras coisas, por baixo crescimento real do produto interno bruto (PIB) e do comércio global, queda no investimento em atividades produtivas associados a uma estagnação da demanda e existência de capacidade ociosa global em importantes atividades. Esse quadro se vincula a um aumento significativo nas desigualdades sociais e no endividamento de famílias, empresas e governos, num mundo onde a financeirização e os investimentos (uma boa parte de caráter especulativo) em ativos financeiros continuam crescendo muito acima da produção real e do comércio global. (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 59-60)

Desde a crise de 2008 o mundo entrou em marcha lenta tanto no tocante a expansão do produto, quanto no tocante ao desenvolvimento econômico e social. Diversas outras crises se encadearam nessa, tais como a crise da Zona do Euro de 2011 e outras mais localizadas em outras partes do mundo (CHESNAIS, 2016). Com um Ocidente em declínio e baixo nível de dinamização, o motor econômico do mundo parece mudar para a Ásia, com destaque para a China.

> É neste contexto que evolui a política industrial e de inovação do período, que, por um lado, segue com a timidez do período anterior, mas, por outro, apresenta novas características. De fato, a estagnação do comércio global se associa, do ponto de vista da política industrial, a um significativo aumento do protecionismo já a partir de 2009 e que se intensifica a partir da crise do euro de 2011. Com o aprofundamento da crise, os governos da maior parte dos países, em especial do G-20, têm aumentado significativamente a utilização de barreiras (tarifárias e não tarifárias) para minimizar o seu impacto nas suas estruturas produtivas. Ele aumenta em praticamente todos os países e tem sido de especial importância nos três principais: EUA, China e Alemanha. (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 63)

A China veio ganhando forte destaque ao longo das duas décadas do novo milênio. Se formos entrar na linha de raciocínio do Capital Financeiro de Hilferding, talvez a China se comporte hoje da mesma forma que os Estados Unidos se comportaram no final do século XIX e início do século XX. O capital europeu já estava demasiadamente maturado, basicamente vivendo de exportação de capital, tanto para a América quanto para a Rússia, e o resultado foi que os Estados Unidos, ao receber a maior parte desse capital exportado, se tornaram a nova fábrica do mundo à altura,

sobretudo no pós-guerra, dinamizando toda a economia mundial de conjunto, ao passo que rivalizavam com a União Soviética.

Hoje, tanto a América do Norte quanto a Europa Ocidental, parecem encontrar-se maturadas quanto à sua estrutura produtiva e a fábrica do mundo passou a situar-se no sudeste asiático, com destaque para a China. Inicialmente a China funcionou enquanto plataforma de exportação para o mundo a partir de uma força de trabalho barata, porém educada, disciplinada e fortemente vigiada/reprimida. Com o passar dos anos o mercado interno chinês começou a ganhar maior envergadura e todo o país passou a entrar em um ciclo virtuoso de acelerada mudança estrutural e desenvolvimento social e econômico.

> De fato, como resultado da crise de 2007/2008 nas economias ocidentais, a China promoveu uma rápida mudança de foco na sua estratégia nacional, que passou a se centrar na integração de seu enorme mercado interno e no crescimento impulsionado pelo que os chineses denominam "circulação interna". Nesse caso, buscou-se progressivamente aumentar o valor adicionado interno tanto nas exportações quanto na produção industrial voltada ao mercado interno (CASSIOLATO *et al*., 2013). Tais esforços ganharam novo ímpeto nos últimos anos como resultado da escalada das fricções comerciais com os EUA, e um reconhecimento de que a expansão econômica contínua da China requer a superação de desequilíbrios estruturais. (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 63-4)

Não tardou para que a conhecida "demanda chinesa" modificasse toda a estrutura produtiva mundial. Dá África à América Latina, da Europa à América do Norte e, sobretudo, dentro do continente asiático, a demanda chinesa deu forte impulso à economia mundial e foi responsável por importantes alterações na correlação de forças geopolíticas e internas a cada país.

No Brasil, inicialmente, na década de 2000, todos os setores econômicos do país vinham em expansão, seja o setor financeiro (dentro do setor mais amplo dos serviços), agropecuário e mesmo a indústria. No caso deste último setor, apesar do câmbio apreciado ao longo de toda a década, a coordenação nacional do Estado veio impulsionando a indústria de transformação através de incentivos fiscais e creditícios, como no caso da indústria automobilística, linha branca e alguns outros setores de bens de consumo.

No caso da indústria pesada e de bens de produção, as empresas estatais, ou de relativo controle estatal, tais como Petrobrás e Vale, foram responsáveis por grandes avanços produtivos, estruturais e tecnológicos. Funcionaram, ao longo de alguns anos,

de forma similar ao padrão que vigorou de 1950 a 1980 no país, sendo eixos dinâmicos de fortes encadeamentos industriais, com destaque para a indústria naval.

Já no caso da infraestrutura, o Estado deu forte apoio, até 2014, a importantes empresas privadas de construção civil e de produtos primários, como foi o caso da Odebrecht e JBS Friboi. Desse modo é possível constatar que o país, de fato, ingressava em um novo padrão de desenvolvimento ancorado na forte demanda chinesa. Mesmo no caso da indústria de transformação, que salvo a intervenção estatal teria ruído por completo, o país soube, ao menos até 2014, aproveitar os benefícios da nova parceria econômica mundial.

Esse forte impulso de então permitiu também importantes políticas de transferência de renda, tais como, mas não somente, o Programa Bolsa família. Esses programas, aliados à expansão do crédito, nos permitiu chegar a algo próximo de um consumo de massas, ainda que mais recentemente esta situação tenha mudado.

De toda forma, a crise de 2008 não significou o debacle do poder das finanças e nem mesmo significou uma interrupção da acumulação financeira, embora a instabilidade econômica e política mundial tenha se feito sentir desde então. Há indícios fortes de que o abalo na acumulação financeira por ter sido a causa da crise política brasileira. Desde 2014 o país mergulhou em uma forte crise política que afetou em cheio a economia nacional. Entre desnacionalizações na produção, escândalos de corrupção, tragédias ambientais e novas coalizões de poder muito tênues, o Brasil chega às vésperas da pandemia de COVID-19 baseando sua economia, sobretudo, no setor primário.

Há, porém, dois movimentos importantes em marcha em que é difícil se prever o desfecho. O primeiro deles é que a economia financeirizada permanece em declínio, conforme podemos ver na citação a seguir:

> Outra característica importante é, segundo dados da Unctad (2018), o forte declínio de novos projetos de investimento por parte das ETNs, acentuado a partir de 2016, em paralelo à desaceleração nas fusões e aquisições de tais empresas. Finalmente, deve-se lembrar que a década de 2010 termina com a economia global caminhando rapidamente para uma nova crise. Em 2019, as taxas de crescimento da economia global foram as mais baixas registradas desde a crise de 2007-2008 (FMI, 2020b). (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 69)

Conforme explica François Chesnais:

> O cenário da crise em curso é do pleno "estabelecimento do mercado mundial" na configuração específica do final do século XX. A globalização

> dos fluxos financeiros, investimento direto estrangeiro e comércio; a plena reconquista da URSS e de seus estados satélites pelo capital; a incorporação da China na OMC em 2001; e o rápido avanço da liberalização na Índia; tudo isso faz da crise "globalmente única", até certo ponto desconhecida das crises anteriores. É por essa razão que a crise é verdadeiramente uma crise global de superacumulação de capital na dupla forma de capacidade produtiva que leva à superprodução e de uma "pletora de capital" na forma de capital fictício e aspirante a portador de juros. (CHESNAIS, 2016, p. 24-5)

No caso específico desse primeiro movimento, uma linha de interpretação é de que o capital estadunidense e europeu, sobretudo, através das finanças, construiu a estrutura chinesa e fomentou o capital local. Tal processo é descrito por Rosa de Luxemburgo em sua obra clássica do início do século XX. Esse seria um dos motivos para o forte crescimento industrial recente da China em contraste com outros países do mundo, tais como a Rússia e o Brasil.

> A mais-valia realizada, que não pode ser capitalizada e fica ociosa na Inglaterra ou na Alemanha, é investida na construção de ferrovias, obras de água e similares na Argentina, Austrália, Colônia do Cabo ou Mesopotâmia. Máquinas, materiais e semelhantes são fornecidos pelo país de origem do capital e é o mesmo capital quem os paga. Na verdade, esse processo caracteriza as condições capitalistas em todos os lugares, até mesmo em casa. O capital deve comprar os elementos de produção e, assim, tornar-se capital produtivo antes de poder operar. É certo que os produtos passam a ser usados dentro do país, enquanto no primeiro caso são usados por estrangeiros. Mas então a produção capitalista não visa que seus produtos sejam desfrutados, mas a acumulação de mais-valia. Não havia demanda para o produto excedente dentro do país, então o capital ficou ocioso, sem possibilidade de acumulação. (LUXEMBURGO *apud* CHESNAIS, 2016, p.134-5)

Houve, então, um processo natural de construção do capitalismo chinês a partir do capital ocioso do Ocidente dando forma, porém, a uma estrutura produtiva de regime de propriedade misto, uma vez que é difícil definir o modo de produção chinês atual. O mundo se depara, portanto, com a ascensão global da China, rivalizando com a potência hegemônica do momento, os Estados Unidos, e substituindo a antiga potência rival, a União Soviética.

O outro movimento importante, relativo ao poder das finanças, e que pode ser entendido também como uma reação estadunidense à nova potência desafiante é o aprofundamento da centralização e concentração de capital sob o regime das finanças, porém com o monopólio dos EUA. Trata-se da nova fronteira tecnológica que monopoliza, sobretudo, a publicidade e os meios de pagamentos (Facebook, Amazon, Google, Youtube, etc.), mas com grande potencial também de avançar para novos espaços de acumulação, sobretudo os relativos à tecnologia 5G, Internet das Coisas e capitalismo de vigilância (CASSIOLATO, FALCÓN, SZAPIRO, 2021, p. 54). No

entanto, mesmo nessa nova frente de acumulação existe a concorrência chinesa e também de atores menores.

O Brasil pós 2016 ainda se encontra sob impasse. Se por um lado muito do que foi construído institucional e produtivamente ao longo dos anos do novo milênio foi descontinuado, por outro a emergência da pandemia de COVID-19, além de outros fatores menores, porém de extrema importância, tais como a seca extrema que atingiu as regiões Centro-Oeste e Sudeste do país, impuseram um freio ao desmonte mais recente do Estado. Este desmonte pode ser resultado do desempenho da economia brasileira no cenário mundial nos últimos anos, conforme afirma François Chesnais:

> Um relatório de 2015 do Instituto Global *McKinsey* considera que as corporações de países emergentes se tornaram concorrentes importantes na rivalidade oligopolística global. A composição da *Fortune Global* 500 mostra que, entre 1980 e 2000, as empresas de países emergentes representaram cerca de 5% das empresas da *Fortune* 500. Depois disso, houve uma forte aceleração impulsionada pela China entre suas próprias empresas, mas também por meio do impacto de sua expansão global, o que permitiu que os parceiros comerciais se tornassem ainda maiores do que eram antes. O relatório cita o exemplo da Vale. Em 2013, a participação das corporações de países emergentes havia aumentado para 26%; o das empresas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental caiu de 76% em 1980 para 54% em 2013. O relatório enfatiza que uma série de contendores que ameaçam as posições dos países industrializados nos oligopólios mundiais são conglomerados diversificados que combinam a participação com forte controle centralizado proveniente do Estado ou de propriedade familiar. (CHESNAIS, 2016, p. 154)

Um ano após a mencionada publicação do Instituto Mckinsey se abateu a crise econômica e política no Brasil que levou ao novo desmonte do Estado Nacional a partir de 2016. Nesse sentido, a situação mais recente no Brasil é a de uma indústria de transformação que responde por pouco mais de 10% do PIB nacional em 2023, restrita ainda, grosso modo, ao padrão industrial anterior metal-mecânico, mas com importantes inserções em setores mais modernos, tais como medicamentos e iniciativas ainda isoladas em semi-condutores. Muito dos ganhos sociais mais recentes retrocederam com a crise brasileira que se abateu desde 2014 e parte importante da intelectualidade do país e de parte de sua burguesia, ainda almeja o retorno industrial do Brasil como forma de enfrentar as querelas históricas ainda não superadas.

CONCLUSÃO

Neste trabalho acompanhamos o processo de desenvolvimento, entendido como sinônimo de industrialização, de dois importantes países, Rússia e Brasil. Ambos possuem histórias extremamente ricas que apresentou similitudes e diferenças: conformaram grandes impérios, se industrializaram e assistiram a consideráveis mudanças estruturais em suas economias e inserções externas. Ambos passaram por importantes processos de industrialização, um impulsionado pelo Estado Operário e outro pelo Estado Desenvolvimentista. Apesar disso apresentam regressão em seu tecido industrial no período mais recente.

O método de pesquisa do trabalho foi o materialismo histórico-dialético, enriquecido teoricamente pelo Estruturalismo Cepalino e a Teoria Dependência aplicados à revisão bibliográfica e estatística. Conforme pode-se constatar, a industrialização, conforme teorização da CEPAL, levou à importante mudança estrutural nos dois países e ao aumento de seus índices sociais e de qualidade de vida, sobretudo na Rússia. Conforme a teorização da Teoria da Dependência, foi justamente a dependência econômica de ambos países em relação aos países do centro do capitalismo que fez com que seus processos de desenvolvimento fossem abortados na década de 1980, gerando o colapso da URSS de um lado e o fim do Estado Desenvolvimentista brasileiro de outro, na década seguinte.

Em acordo com André Gunder Frank, pôde-se perceber que foi justamente quando os laços econômicos mundiais foram rompidos ou enfraquecidos, nas duas situações nacionais, o período em que a industrialização autônoma mais gerou frutos, caso da Revolução Russa de 1917 e das duas Grandes Guerras e da Quebra da Bolsa de Nova Iorque. Por um lado, a União Soviética desenvolveu sua industrialização pesada na busca por autonomia de seu aparelho produtivo, resultando no fato daquele país se tornar a segunda maior potência mundial. Por outro, o Brasil, lançando mão de seu Estado desenvolvimentista desde 1930, promoveu a industrialização pesada também, porém de forma bem mais retardatária, incompleta e sob liderança de sua burguesia internamente e controle pelo capital externo. Na medida em que ambos os países voltaram à ordem internacional estabelecida, aumentaram seus laços de dependência e chegaram à situação já mencionada.

Estas foram as principais similaridades, mas há importantes diferenças. A revolução ocorrida na Rússia promoveu um novo regime de propriedade e alçou a classe

trabalhadora ao poder em uma transição ao socialismo, fazendo com que seu desenvolvimento econômico tenha sido bastante igualitário e não tenha se gerado na URSS a superexploração da força de trabalho ocorrida no Brasil. Neste segundo país, a ausência de uma reforma agrária e sua consequente distribuição mais igualitária do excedente fez com que vigorasse um aparelho produtivo dual em que o setor moderno atendia as necessidades de consumo de uma classe média pouco numerosa, em geral em torno de 30% da população, e o restante consumisse os produtos da indústria artesanal, o que possibilitou a constituição da superexploração da força de trabalho em virtude dos baixos salários auferidos pela classe trabalhadora brasileira possibilitados por esse setor tradicional.

Não houve também, enquanto vigorou a URSS, um estatuto de potência "subimperialista", uma vez que a relação comercial que o país tinha com seus vizinhos socialistas, após a II Guerra Mundial, nem sempre era vantajosa em termos de acumulação de capital para si. Ao contrário, o Brasil, tendo seu mercado consumidor encruado, passou a fazer parte da estratégia das multinacionais instaladas no país que exportavam produtos industriais para a América do Sul e, mais recentemente, para o sul da África, a partir de relações de comércio desiguais tais quais as que vigoram entre o Brasil e o centro do capitalismo.

O processo de desenvolvimento russo começou em meados do século XIX, mas assistiu ao seu grande apogeu no século XX, sobretudo após sua Revolução Socialista de 1917, que deu vida ao Estado Operário, planejador da economia. Foi o caso pioneiro no mundo de tal Estado e a industrialização soviética foi tida como exemplo mundial, influenciando diversos países afora, tanto do centro do capitalismo, como de sua periferia. As experiências fascistas se utilizaram do planejamento econômico, o mesmo ocorreu em menor escala na França, mas foi sobretudo o mundo subdesenvolvido que buscou copiar as façanhas do planejamento estatal mais diretamente.

A industrialização russa ganhou forte impulso com a reforma agrária bolchevique, a ponto do campo superar em muito a produtividade da indústria e causar a "crise das tesouras" na década de 1920. Ainda que industrializada, a URSS não conseguiu mudar radicalmente seu comércio exterior, que ficou bastante restrito aos recursos naturais e, posteriormente, energéticos, guardando o comércio intra países socialistas para seu setor industrial. A industrialização soviética também deu bastante atenção à sua indústria pesada e ao seu complexo industrial-militar, mesmo em seus

anos iniciais, por se tratar de uma ruptura política com o sistema capitalista mundial e todas as consequências disso. Buscou a independência de seu aparelho produtivo e a autossuficiência de sua economia, algo visto com bastante ressalva dentro do campo do marxismo, uma vez que um sistema econômico que pretende superar seu anterior, o capitalismo, não pode ficar restrito à esfera nacional dado que o capitalismo já não fica.

É por esse motivo que se entende, neste trabalho, que a experiência socialista soviética foi apenas um processo de transição, ou seja, houve concretamente uma mudança no regime de propriedade e de funcionamento do Estado, porém, enquanto estas ficaram restritas à URSS, não teve como o socialismo florescer a ponto de tornar-se comunismo. Em outras palavras, as classes sociais continuaram existindo na URSS – socialismo – e não chegaram a se dissolver por completo na formação de uma sociedade de iguais – comunismo. Ainda assim, foi uma experiência bastante rica e importante que mudou direta e indiretamente as condições de vida da classe trabalhadora, diretamente, russa e, indiretamente, de todo o mundo.

Politicamente o território russo sempre foi bastante centralizado, ainda que não homogêneo cultural e etnicamente, consequência da expansão territorial ao leste que muitas as vezes apenas englobou e subjugou outros povos no período do Império. Essa centralização foi reforçada com o advento da URSS no campo econômico, embora no campo político diversas etnias tenham conquistado uma maior autonomia política, algumas vindo a se tornar países independentes após o colapso de 1992. No entanto, as disputas regionais e entre frações ficaram restritas às disputas dentro da burocracia, não necessariamente influenciando na acumulação de capital, ao menos não da maneira que ocorreu no Brasil.

O território brasileiro foi uma expansão ultramarina europeia, conformando o território do Brasil uma colônia em relação à metrópole portuguesa. Ainda assim, dadas as circunstâncias políticas, geográficas e econômicas de Portugal, teve o Brasil um tratamento diferenciado nos anos finais da Colônia, com a tentativa de fazer do território o centro metropolitano do Império ultramarino português. Durante todo o período colonial o país esteve disposto de forma descentralizada internamente, o que só veio a mudar com a vinda da família real portuguesa e a posterior construção de uma monarquia própria, o Império do Brasil, já no século XIX.

Apenas nesse último período teve o país uma relação política interna mais centralizadora, com o centro dinâmico sendo a então capital do Império e posterior capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. Apesar disso, uma marca do país foi a

mudança constante de eixo dinâmico econômico ao longo dos anos, o que deu margem para o nascimento de múltiplas disputas regionais entre frações da burguesia interna. Essas disputas moldaram bastante o processo de industrialização brasileiro favorecendo determinadas regiões em detrimento de outras, sem falar da complacência e participação direta do imperialismo na construção da nação brasileira ao longo dos anos e sobretudo, no período da industrialização, uma vez que foram as empresas multinacionais os núcleos irradiadores de desenvolvimento desde a década de 1950.

Ainda assim, não apresentou o Brasil tendências separatistas como a vista em território russo, uma vez que Portugal logrou unificar a população culturalmente e etnicamente. A disputa regional ficou mais estabilizada com a mudança da capital do Rio de Janeiro para a recém criada Brasília em 1960 e a materialização do estado e da cidade de São Paulo como eixo econômico dinâmico desde meados do século XX. É a partir desse estado que se desenvolveu a industrialização brasileira, com os demais estados complementando o tecido industrial a partir dali disposto.

A industrialização brasileira ocorreu de modo distinto do modelo russo. Não tendo feito uma revolução socialista e nem reforma agrária, o Brasil desenvolveu seu Estado Desenvolvimentista. Diferentemente do Estado Operário, a burguesia permaneceu no poder e todo o planejamento econômico brasileiro teve como pressuposto a participação e o fortalecimento da burguesia industrial no país. Também atingiu níveis muito importantes de mudança estrutural, com o desenvolvimento de um parque industrial completo no que compete ao nível da técnica em vigor até 1980. Ainda assim, a disparidade social se fez presente desde o início cindindo, conforme já mencionado, o aparelho produtivo em dois, um setor moderno, industrializado na melhor e mais moderna técnica, e um setor tradicional responsável pelo consumo das massas trabalhadoras.

A ausência de reforma agrária limitou o tamanho do mercado interno brasileiro, o que fez, por sua vez, com que fosse limitada a amplitude da transformação industrial do país. Enquanto na Rússia seu processo industrial acolhia o conjunto da população, com pleno emprego e presença estatal universal, vide índice Gine que girou sempre em torno de 0,20; no Brasil o processo industrial foi desigual desde o nascimento, com um índice Gini sempre acima de 0,5, tendo alcançado patamares ainda mais altos do decorrer do processo.

Além das distintas “revoluções” ocorridas nos dois países e seus distintos Estados resultantes, o processo de industrialização se diferenciou nos países em virtude

do caráter mais autônomo russo e dependente no caso brasileiro. A industrialização russa ocorreu com a propriedade estatal no setor industrial e mais dinâmico de sua economia, o que fez com que sua capacidade de investimento fosse mais elevada e lhe desenvolvesse melhor seu tecido industrial, sem falar no completo monopólio do comércio exterior. A industrialização brasileira ocorreu com a proeminência da empresa multinacional amparada pelo Estado paralelo a atuação de empresas estatais nos setores básicos, o que fez com que muitas vezes as estratégias das firmas internacionais fossem distintas das estratégias de desenvolvimento do Estado.

O maior exemplo disso é o caso do petróleo brasileiro. Enquanto o seu congênere russo era explorado desde o século XIX, no Brasil o interesse na procura, pesquisa e exploração do petróleo foram responsabilidade do Estado. Uma vez descoberto na década de 1930 e inicialmente explorado na década de 1940, foi somente no segundo Governo Vargas que a Petrobrás foi criada e iniciada a exploração de petróleo em larga escala. Só bem recentemente, já nos anos 2000 e com esforços de pesquisa e exploração da Petrobrás é que o Brasil finalmente se tornou autossuficiente em seu consumo próprio de petróleo, embora ainda não o tenha feito quanto à sua capacidade de refino.

A ruptura institucional russa lhe pôs na defensiva mundial durante todo o período da URSS, vem daí a escolha pela indústria pesada ante a indústria leve e o forte desenvolvimento do seu complexo industrial-militar, considerado de ponta até hoje. A ruptura de 1930 no Brasil foi apenas uma disputa dentro da sua classe burguesa, de forma que cooperaram sempre o capital nacional e o estrangeiro, bem como o rural e o industrial dentro do país. O Brasil não chegou a desenvolver um complexo industrial militar de peso.

Embora as experiências tenham sido díspares, porém igualmente industrializantes, atualmente Brasil e Rússia figuram posições econômicas parecidas uma vez que a Rússia retornou ao capitalismo de modo subordinado e o Brasil desmontou seu Estado desenvolvimentista. Os índices sociais e econômicos são próximos, porém levemente superiores no caso russo. Atualmente a maior inserção externa brasileira vem do setor alimentício e de matérias-primas para a indústria, enquanto a inserção russa vem das exportações de seu setor energético e também de seu complexo industrial-militar.

Nenhum dos países chegou a alcançar a fronteira tecnológica industrial em nenhum tempo, embora tenham sido notáveis os avanços tecnológicos russos no setor

militar, espacial e de medicamentos; bem como o caso do álcool combustível brasileiro e outros avanços na medicina tropical. Ainda assim, apesar de processos de industrialização distintos, porém igualmente retardatários, ambos os países ficaram restritos à aquisição estrangeira de novas técnicas, sendo este o principal motivo de suas regressões industriais posteriores.

Conforme visto no final do Capítulo 3, as novas formas de acumulação da indústria mundialmente giram em torno das grandes Empresas Transnacionais que constroem cadeias produtivas, perpassando por variados países de acordo com o custo e formação técnica da força de trabalho, sendo a principal forma de concorrência o desenvolvimento técnico-científico, cada vez mais restrito às grandes firmas dos países do centro do capitalismo mundial. Neste sentido as grandes ETNs brasileiras e russas, grosso modo, estão vinculadas ao setor primário dos respectivos países, sobretudo o energético em ambos os casos, com correspondentes setores bancários também bastante atuantes.

Isso limitou a expansão recente do tecido industrial de ambos os países, causando, pelo contrário, seu encurtamento e descontinuidade em virtude das cadeias globais de produção. Ainda assim, restam como países bastante importantes no cenário internacional, cada qual com seu peso específico. A Rússia, uma potência nuclear e importante economia, o Brasil mais com sua economia e diplomacia. A expectativa é de que o estudo dos dois processos tenha contribuído para o melhor entendimento do desenvolvimento econômico e social em si, vendo os acertos e falhas de cada experiência, visando a construção de políticas mais assertivas para o futuro do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ALAJVERDIAN, D. Las finanzas en la URSS. Moscu: Processo, [19-?]. 384p.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. Estado, capital e industrialização do nordeste. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2015.

_____. *Teoría de la Dependencia*: una Anticrítica. México, DF: Era, 1978.

BELOÚSSOV, R. Gestão planificada da economia socialista: experiência histórica. Moscou: Progresso, 1986.

BELLUZZO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio G. Plano Real: do sucesso aos impasses. Economia Aplicada, v.3, n. especial, 1999, p. 79-93.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz, 1986.

BERTELLI, Antonio Roberto (org.). A Nova politica economica (NEP): capitalismo de estado - transição - socialismo. São Paulo: Global Gaia, 1987. 295p

BETTELHEIM, Charles. A construção do socialismo na China. Porto: Portucalense, 1971.

_____. As Lutas de Classes na URSS: primeiro período: 1917-1923. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1979.

_____. As Lutas de Classes na URSS: segundo período: 1923-1930. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1983.

_____. As Lutas de Classes na URSS: 3º período: 1930-1941 os dominados. Portugal: Europa-América, 1982.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e África. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p.

BRACHO, G.; LOPEZ, J. (2005) The Economic collapse of Russia. BNL Quarterly Review, nº232, March 2005, vol. LVIII, pp. 53-89.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Getúlio Vargas*: o estadista, a nação e a democracia. In: ZAHLUTH BASTOS, Pedro Paulo; DUTRA FONSECA, Pedro Cezar. (orgs.) *A Era Vargas*: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CARONE, Edgar. A república velha. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARR, E. H. A Revolução Bolchevique, 1917-1923: História da Rússia Soviética. Porto:

Afrontamento, 1977.

CARR, E.H.; DAVIES, R. H. História de la Rusia Soviética. Madrid: Alianza, 1980.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise*: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. Inovação e desenvolvimento: a força e permanência das contribuições de Erber. In: Monteiro Filha, D.; Prado, L.C.D.; Lastres, H.M.M.. (Org.). Estratégias de Desenvolvimento, Política Industrial e Inovação: Ensaios em Memória de Fabio Erber. 1ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, v. 1, p. 379-418.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; MATOS, M. G. P. Sistema de Inovação e Desenvolvimento. In: RAPINI et al. (org.). Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2021.

CASTRO, Antônio Barros. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. Revista de Economia Política, vol. 21, nº 3(83), 2011.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CARDIM DE CARVALHO, Fernando. *Bretton Woods aos 60 anos*. In: Novos Estudos CEBRAP, 2004, Nº 70.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Difel, 1970.

CHATTOPADHYAY, P. The Marxian Concept of Capital and the Soviet Experience: Essay in the Critique of Political Economy. Westport, CT: Praeger Security International, 1994.

CHUPRUNOV, D. *et al*. Enseigment supérieur, emploi et progrès technique en URSS. Paris: UNESCO, 1982.

CLIFF, T. State Capitalism in Russia. Londres: Pluto Press, 1974.

COOK, E.C. (1992) Agriculture's Role in the Soviet Economic Crisis. In: ELLMAN, M. & KONTOROVICH (eds) (1992) The Disintegration of the Soviet Economic System. London: Routledge.

DATHEIN, Ricardo. *Crescimento, investimento e taxa de lucro na economia brasileira*. XI Encontro da ANPEC sul, 2008. Disponível em <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-03-crescimento_investimento.pdf>

DEAN, Warren. *O comércio do café gera a indústria*. Tradução de Magnólia Maciel Peláez. In: MALTA, Mauro Moitinho (sup.); PELÁEZ, Carlos Manuel (coord.). *Ensaios sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

DINIZ, Elio. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOBB, Maurice. El desarrollo de la economía soviética desde 1917. Madrid: Tecnos, 1972.

DOSMAN, Edgar J. *Raúl Prebisch (1901-1986):* a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo o Facismo*: El Nuevo Caracter de la Dependencia y El Dilema Latinoamericano. Buenos Aires: Periferia S.R.L., 1972.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ERBER, Fábio Stefano. *Desenvolvimento industrial e tecnológico na década de 90*. Rio de Janeiro: Brasil, desenvolvimento industrial, tecnológico e sistema de inovações, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Luís. URSS Ascensão e Queda. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J.; MEDEIROS, C. (Org.). Polarização mundial e crescimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 39-76, 2001.

FRANK, André Gunder. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. Brasília: Editora Brasiliense, 1980.

_____. *Acumulação Mundial*: 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*: Historical Studies of Chile and Brazil. New York: Monthly Review Press, 1967.

_____. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Sinal, 1968.

FREIRE D'AGUIAR, Rosa (org.). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREEMAN, C. *Technology policy and economic performance – lessons from Japan*. Londres: Frances Pinter, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *A Era Vargas*: dos anos 20 a 1945. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra/ConferenciasAliadas>

FURTADO, Celso. A economia latino-americana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 [1970].

_____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

_____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAIDAR, Y. (2003) The Soviet Collapse : Grain and Oil. Washington: American Enterprise for Public Policy Research.

_____. (2007) Collapse of an Empire. Lessons for Modern Russia. Waschington D.C. : Brookings Institution Press.

GEORGE, Pierre. A economia da U.R.S.S. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. 136p.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. *A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação*. Brasília: IPEA, 1996.

GREGORY, P. R.; STUART, R. C. Russian and soviet economic performance and structure. 3. ed., Nova Iorque: Harper, 1986.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JAVIN, A. Esbozo historico de la industrializacion de la URSS. Moscou, Russia: Progreso, [197-?]. 230p

JORZOV, S. et al. Economía Política: socialismo. Moscou: Progresso, 1977

KASIANENKO, V. La conquista de la independencia tecnico-economica de la URSS. Moscou, Russia: Progreso, [1978]. [214]p.

KATORGUINE, I. I. Rumo à Nova Política Econômica. In: A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo. São Paulo: Global, 1987.

LÊNIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Sobre o imposto em espécie – o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: A Nova Política Econômica (NEP): Capitalismo de Estado, Transição e Socialismo. São Paulo: Global Editora, 1987.

_____. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2010.

LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUNDVALL, B.-Å. (ed.). *National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. Londres: Pinter Publishers, 1992.

MADDISON, A. (2006) The World Economy. Volume 2: Historical Statistics. Paris: Development Centre Studies – OECD.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini Petrópolis, RJ: Vozes/Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. *Memória*. 1992. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html>

MARX, K.; ENGELS, F. Lutas de Classes na Rússia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. Edição de Friedrich Engels; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Contribuição a critica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Formações econômicas pré-capitalistas. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Grundrisse: manuscritos economicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; trad. Mario Duayer et al. Sao Paulo: Boitempo, 2011.

MAZAT, Numa. Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e goepolítica da Rússia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

_____. Um estudo heterodoxo da trajetória econômica contemporânea da Rússia. Rio de Janeiro : UFRJ, 2007.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento Econômico e Ascenção Nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. Em: Fiori, J.L. ; Medeiros, C. ; Serrano, F. (2008) O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. O A economia política da transição na Rússia.In: ALVES, A. G. M. P. (Org.). Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia. Brasília: Ipea, 2011.

_____. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. A Economia Política da Transição na Rússia. In: ALVES, A. G. M. P. (Org.). (2010) Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia. Brasília: Ipea.

_____. Natural Resources Nationalism and Development Strategies. Paper elaborated for ESHET 2012 Conference, St. Petersburg, 17-19th May, 2012.

_____. Financial dependency and growth cycles in Latin American countries Journal of Post Keynesian Economics / Fall 2008, Vol. 31, No. 1 79.

_____. Estratégias nacionais de desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e África. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p.

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e África. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p.

MEDEIROS, C. A. & SERRANO, F. Padrões Monetários e Internacionais e Crescimento. In: Fiori, J.L. (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. (orgs) Polarização mundial e crescimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, V. Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética. Salvador: EDUFBA, 1995.

MIKHAILOVA, I. Da planificação socialista ao mercado capitalista: experiências da Rússia. Pensamento & Realidade, v. 28 n.3, p. 140-162, 2013.

MORAIS, Lécio; SAAD FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de economia política, vol. 31, 2011.

NEKRÁSOV, N. Organizacion territorial de la economia de la URSS. Moscú: Progesso, 1975.

NETTO, Antônio Delfim. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

NEVES, Lafaiete Santos (Org). *Desenvolvimento e dependência*: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: CRV, 2012.

NOVE, A. A economia do socialismo possível. São Paulo: Ática, 1989.

_____. An economic history of the USSR. Londres: Peguin Books, 1990.

_____. A Economia Soviética. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. História económica de la Unión Soviética. Madrid: Alianza, 1973.

POPOV, V. I. (Vladimir Ivanovich). La economia agropecuaria de la URSS. Moscu: Progresso, [197]. 307p.

PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PRÉOBRAJENSKY, E. A nova economia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense 2012.

RIOS, José Arthur. *O café e a mão-de-obra agrícola*. In: MALTA, Mauro Moitinho (sup.); PELÁEZ, Carlos Manuel (coord.). *Ensaios sobre café e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

RODRIGUES, Robério P. O Colapso da URSS: Um Estudo das Causas. f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. São Paulo: revista de Serviço Social, nº 112, 2012.

SERGE, V. O Ano I da Revolução Russa. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

SERRANO, F; MAZAT, N. A potência vulnerável: padrões de investimento e mudança estrutural da União Soviética à Federação Russa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e África. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v.1; v.2; total 924 p.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984 [1942].

_____. *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Philadelphia: Porcupine, 1989 [1939].

SCHUMPETER, J., BECKER, M. & KNUDSEN,T.(2005) *Development*. Journal of Economic Literature, vol. 43, No. 1.

SQUEFF, G.C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília: IPEA, TD 1747, Junho 2012.

STALIN, J. Problemas econômicos do socialismo na URSS. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

STRAUSS, Daniel. Planificação: uma análise do desenvolvimento produtivo material da União Soviética (1917-1937). Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2019.

SUTTON, A. C. Western technology and soviet development. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*: 1930-1975. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TAVARES, M. C. e ASSIS, J. *O Grande salto para o caos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985.

TRUDA, Leonardo. *A limitação da produção açucareira*. Brasil Açucareiro, ano II, vol. III, nº1, março de 1934.

_____. *A defesa da produção açucareira*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1971.

TAVARES, M. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TROTSKY, L. A Revolução Traída. São Paulo: Sundermann, 2020.

_____. História da Revolução Russa. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. A Teoria da Revolução Permanente. São Paulo: Sundermann, 2010.

VALENCIA, Adrian Sotelo. *Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. Bauru, SP: Canal 6, 2009.

ZAHLUTH BASTOS, Pedro Paulo. *Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas*. In: ZAHLUTH BASTOS, Pedro Paulo; DUTRA FONSECA, Pedro Cezar. (orgs.) *A Era Vargas*: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ZVORIKINE, A. Les conséquences sociales de la mecanisation et l'automatization en URSS. Praga: Artia, 1963.